

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

1

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Institui a Lei Geral do Esporte.	Institui a Lei Geral do Esporte; altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 13.756, de 12 de dezembro de 2018, 9.696, de 1º de setembro de 1998, 13.019, de 31 de julho de 2014, 9.504, de 30 de setembro de 1997, 7.713, de 22 de dezembro de 1988; e revoga as Leis nºs 8.650, de 20 de abril de 1993, 9.615, de 24 de março de 1998, 10.671, de 15 de maio de 2003, 10.891, de 9 de julho de 2004, 11.438, de 29 de dezembro de 2006, e 12.867, de 10 de outubro de 2013.
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
	TÍTULO I DO ORDENAMENTO ESPORTIVO NACIONAL	TÍTULO I DO ORDENAMENTO ESPORTIVO NACIONAL
	CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	CAPÍTULO I DA INSTITUIÇÃO DA LEI GERAL DO ESPORTE
		Seção I Disposições Preliminares
	Art. 1º É instituída a Lei Geral do Esporte, que dispõe sobre o Sistema Nacional do Esporte, a ordem econômica esportiva, a integridade esportiva, o Plano Nacional para a Cultura de Paz no Esporte e dá outras providências.	Art. 1º Fica instituída a Lei Geral do Esporte, que dispõe sobre o Sistema Nacional do Esporte (Sinesp) e o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Esportivos (SNIIE), a ordem econômica esportiva, a integridade esportiva e o Plano Nacional pela Cultura de Paz no Esporte.
	§ 1º Entende-se por esporte toda forma de atividade predominantemente física que, de modo informal	§ 1º Entende-se por esporte toda forma de atividade predominantemente física que, de modo informal

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

2

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	ou organizado, tenha por objetivo atividades recreativas, a promoção da saúde, o alto rendimento esportivo ou o entretenimento.	ou organizado, tenha por objetivo a prática de atividades recreativas, a promoção da saúde, o alto rendimento esportivo ou o entretenimento.
	§ 2º Esta Lei deve ser aplicada em harmonia com os atos internacionais aos quais o Brasil tenha aderido e não substitui as normas internas e transnacionais das organizações esportivas.	§ 2º Esta Lei deve ser aplicada em consonância com os atos internacionais aos quais o País tenha aderido e não substitui as normas internas e transnacionais das organizações esportivas.
	§ 3º Sem prejuízo de outras normas de teor similar, esta Lei deve ser interpretada à luz da Carta Olímpica e da Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte adotada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).	§ 3º Sem prejuízo de outras normas de teor similar, esta Lei é interpretada à luz da Carta Olímpica e da Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte adotada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).
	Seção I Dos Princípios Fundamentais	Seção II Dos Princípios Fundamentais
	Art. 2º São princípios fundamentais do ESPORTE:	Art. 2º São princípios fundamentais do esporte:
	I – autonomia;	I – autonomia;
	II – democratização;	II – democratização;
	III – descentralização;	III – descentralização;
	IV – diferenciação;	IV – diferenciação;
	V – educação;	V – educação;
	VI – eficiência;	VI – eficiência;
	VII – especificidade;	VII – especificidade;

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

3

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	VIII – gestão democrática;	VIII – gestão democrática;
	IX – identidade nacional;	IX – identidade nacional;
	X – inclusão;	X – inclusão;
	XI – integridade;	XI – integridade;
	XII – liberdade;	XII – liberdade;
	XIII – participação;	XIII – participação;
	XIV – qualidade;	XIV – qualidade;
	XV – saúde; e	XV – saúde; e
	XVI – segurança.	XVI – segurança.
	Parágrafo único. Categorizando-se o esporte como de alto interesse social, sua exploração e gestão sujeitam-se à observância dos princípios:	Parágrafo único. Considerado o esporte como de alto interesse social, sua exploração e gestão sujeitam-se à observância dos seguintes princípios:
	I – da transparência financeira e administrativa e da conformidade com as leis e regulamentos externos e internos;	I – transparência financeira e administrativa e conformidade com as leis e os regulamentos externos e internos;
	II – da moralidade na gestão esportiva;	II – moralidade na gestão esportiva;
	III – da responsabilidade social de seus dirigentes.	III – responsabilidade social de seus dirigentes.
	Seção II Do Direito Fundamental ao Esporte	Seção III Do Direito Fundamental ao Esporte
	Art. 3º Todos têm direito à prática esportiva em suas múltiplas e variadas manifestações.	Art. 3º Todos têm direito à prática esportiva em suas múltiplas e variadas manifestações, que compreendem:

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

4

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Art. 10. Considera-se esporte educacional aquele praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade e a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral, físico e intelectual, do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e para a prática do lazer, visando à integração social dos estudantes e à melhoria de sua qualidade de vida.	I – desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade e a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral, físico e intelectual do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer, com vistas à integração social dos estudantes e à melhoria de sua qualidade de vida;
		II – desporto de participação, de modo voluntário, compreendidas as modalidades esportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes à plenitude da vida social, à promoção da saúde e educação e à preservação do meio ambiente;
		III – desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática esportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações;
		IV – desporto de formação, caracterizado pelo fomento e aquisição inicial dos conhecimentos desportivos que garantam competência técnica na intervenção desportiva, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo da prática esportiva em termos recreativos, competitivos ou de alta competição.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

5

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	§ 1º A promoção, o fomento e o desenvolvimento de atividades físicas para todos, como direito social, notadamente às pessoas com deficiência e pessoas em vulnerabilidade social, é dever do Estado e possui caráter de interesse público geral.	§ 1º A promoção, o fomento e o desenvolvimento de atividades físicas para todos, como direito social, notadamente às pessoas com deficiência e às pessoas em vulnerabilidade social, são deveres do Estado e possu em caráter de interesse público geral.
	§ 2º Cabe ao Estado a proteção ao direito do cidadão de acompanhar a prática esportiva enquanto torcedor, garantindo-lhe sua segurança e integridade física.	§ 2º Cabe ao Estado a proteção ao direito do cidadão de acompanhar a prática esportiva na condição de torcedor, garantindo-lhe a efetividade de sua segurança e integridade física.
	§ 3º É direito da mulher, em qualquer idade, ter oportunidades iguais de participar em todos os níveis e em todas as funções de direção, supervisão e decisão na educação física, na atividade física e no esporte, seja para fins recreativos, para a promoção da saúde ou para o alto rendimento esportivo.	§ 3º É direito da mulher, em qualquer idade, ter oportunidades iguais de participar em todos os níveis e em todas as funções de direção, de supervisão e de decisão na educação física, na atividade física e no esporte, para fins recreativos, para a promoção da saúde ou para o alto rendimento esportivo.
	Seção III Dos Níveis da Prática Esportiva	Seção IV Dos Níveis da Prática Esportiva
		Subseção I Disposições Gerais
	Art. 4º A prática esportiva é dividida em 3 (três) níveis distintos, mas integrados, e sem relação de hierarquia entre si, compreendendo :	Art. 4º A prática esportiva é dividida em 3 (três) níveis distintos, mas integrados, e sem relação de hierarquia entre si, que compreendem :
	I – a formação esportiva;	I – a formação esportiva;
	II – a excelência esportiva;	II – a excelência esportiva;

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

6

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	III – o esporte para toda a vida.	III – o esporte para toda a vida.
		§ 1º Os incisos I, II e III do <i>caput</i> deste artigo aplicam-se ao desporto virtual.
		§ 2º Entende-se por desporto virtual a atividade que demanda exercício eminentemente intelectual e destreza, em que pessoas ou equipes disputam modalidade de jogo eletrônico com regras e prêmios predefinidos.
	Subseção I Da Formação Esportiva	Subseção II Da Formação Esportiva
	Art. 5º A formação esportiva visa ao acesso à prática esportiva por meio de ações planejadas, inclusivas, educativas, culturais e lúdicas para crianças e adolescentes, desde os primeiros anos de idade, voltada para o desenvolvimento integral, compreendendo os seguintes serviços:	Art. 5º A formação esportiva visa ao acesso à prática esportiva por meio de ações planejadas, inclusivas, educativas, culturais e lúdicas para crianças e adolescentes, desde os primeiros anos de idade, direcionada ao desenvolvimento integral, e compreende os seguintes serviços:
	I – vivência esportiva, objetivando a aproximação com uma base ampla e variada de movimentos, atitudes e conhecimentos relacionados ao esporte, por meio de práticas corporais inclusivas e lúdicas;	I – vivência esportiva, com vistas à aproximação com uma base ampla e variada de movimentos, atitudes e conhecimentos relacionados ao esporte, por meio de práticas corporais inclusivas e lúdicas;
	II – fundamentação esportiva, visando a ampliar e aprofundar o conhecimento e a cultura esportiva, tendo por objetivo o autocontrole da conduta humana e a autodeterminação dos sujeitos, assim como a construção de bases amplas e sistemáticas de elementos constitutivos de todo e qualquer esporte; e	II – fundamentação esportiva, com vistas a ampliar e a aprofundar o conhecimento e a cultura esportiva, tendo por objetivo o autocontrole da conduta humana e a autodeterminação dos sujeitos, bem como a construção de bases amplas e sistemáticas de elementos constitutivos de todo e qualquer esporte; e

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

7

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	III – aprendizagem da prática esportiva, objetivando a oferta sistemática de múltiplas práticas corporais esportivas para as aprendizagens básicas de diferentes modalidades esportivas, por meio de conhecimentos científicos, habilidades, técnicas, táticas e regras.	III – aprendizagem da prática esportiva, com vistas à oferta sistemática de múltiplas práticas corporais esportivas para as aprendizagens básicas de diferentes modalidades esportivas, por meio de conhecimentos científicos, habilidades, técnicas, táticas e regras.
	§ 1º A formação esportiva também compreende a possibilidade de participação de crianças e adolescentes em competições esportivas enquanto parte de seu aprendizado, sendo permitido o estabelecimento de vínculo de natureza meramente esportiva entre o menor de 12 (doze) anos e a organização esportiva.	
	§ 2º O menor, de 12 (doze) a 14 (quatorze) anos, não poderá ser alojado nas dependências do clube, ficando vedada a sua residência em domicílio estranho ao de seus familiares.	
	§ 3º O menor, de 12 (doze) a 14 (quatorze) anos, está sujeito ao pátrio poder e à decisão exclusiva de seus familiares, condicionada sua participação em competições à expressa autorização dos pais ou responsáveis e sua efetiva presença durante a participação do menor na competição.	
	Subseção II Da Excelência Esportiva	Subseção III Da Excelência Esportiva
	Art. 6º A excelência esportiva abrange o treinamento sistemático voltado para a formação de atletas na busca do alto rendimento de diferentes	Art. 6º A excelência esportiva abrange o treinamento sistemático direcionado à formação de atletas na busca do alto rendimento de diferentes

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

8

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	modalidades esportivas, compreendendo os seguintes serviços:	modalidades esportivas, e compreende os seguintes serviços:
	I – especialização esportiva voltada ao treinamento sistematizado em modalidades específicas, buscando a consolidação do potencial dos atletas em formação com vistas a propiciar a transição para outros serviços;	I – especialização esportiva, direcionada ao treinamento sistematizado em modalidades específicas, buscando a consolidação do potencial dos atletas em formação, com vistas a propiciar a transição para outros serviços;
	II – aperfeiçoamento esportivo objetivando o treinamento sistematizado e especializado para aumentar as capacidades e habilidades de atletas em competições regionais e nacionais;	II – aperfeiçoamento esportivo, com vistas ao treinamento sistematizado e especializado para aumentar as capacidades e habilidades de atletas em competições regionais e nacionais;
	III – alto rendimento esportivo visando ao treinamento especializado para alcançar e manter o desempenho máximo de atletas em competições nacionais e internacionais; e	III – alto rendimento esportivo, com vistas ao treinamento bem especializado para alcançar e manter o desempenho máximo de atletas em competições nacionais e internacionais; e
	V – transição de carreira buscando assegurar ao atleta que concilie a educação formal com o treinamento, para que ao final da carreira possa ter acesso a outras áreas de trabalho, inclusive esportivas.	IV – transição de carreira, com a finalidade de assegurar ao atleta a conciliação da educação formal com o treinamento, para que, ao final da carreira possa ter acesso a outras áreas de trabalho, inclusive esportivas.
	Subseção III Do Esporte para toda a Vida	Subseção IV Do Esporte para toda a Vida
	Art. 7º O esporte para toda a vida compreende a aquisição de hábitos saudáveis ao longo da vida, a partir da aprendizagem esportiva, do lazer, da atividade física e do esporte competitivo para jovens e adultos, envolvendo os seguintes serviços:	Art. 7º O esporte para toda a vida consolida a aquisição de hábitos saudáveis ao longo da vida, a partir da aprendizagem esportiva, do lazer, da atividade física e do esporte competitivo para jovens e adultos, e envolve os seguintes serviços:

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

9

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	I – aprendizagem esportiva para todos, dando acesso ao esporte àqueles que nunca o praticaram, inclusive às pessoas com deficiência e em processo de reabilitação física;	I – aprendizagem esportiva para todos, para dar acesso ao esporte àqueles que nunca o praticaram, inclusive às pessoas com deficiência e em processo de reabilitação física;
	II – esporte de lazer para incorporar práticas corpóreas lúdicas como mecanismo de desenvolvimento humano, bem-estar e cidadania;	II – esporte de lazer, para incorporar práticas corpóreas lúdicas como mecanismo de desenvolvimento humano, bem-estar e cidadania;
	III – atividade física para sedimentar hábitos, costumes e condutas corporais regulares com repercussões benéficas na educação, saúde e lazer dos praticantes;	III – atividade física, para sedimentar hábitos, costumes e condutas corporais regulares com repercussões benéficas na educação, na saúde e no lazer dos praticantes;
	IV – esporte competitivo para manutenção da prática cotidiana do esporte, ao propiciar competições por faixas etárias para aqueles advindos de outros níveis;	IV – esporte competitivo, para manter a prática cotidiana do esporte, ao propiciar competições por faixas etárias àqueles advindos de outros níveis;
	V – esporte social como meio de inclusão de pessoas em vulnerabilidade social, com deficiência, idosas, em regime prisional e em instituições de acolhimento para crianças e adolescentes, entre outros seguimentos de demanda de atenção social especial; e	V – esporte social como meio de inclusão de pessoas em vulnerabilidade social, com deficiência, em regime prisional, idosas e em instituições de acolhimentos para crianças e adolescentes, entre outros segmentos de demanda de atenção social especial; e
	VI – esporte como meio de reabilitação, habilitação e saúde, proporcionando à pessoa a estimulação corporal para a manutenção do seu bem-estar físico, psíquico e social, com atenção primária aos idosos e pessoas com deficiência.	VI – esporte como meio de reabilitação, habilitação e saúde, para proporcionar à pessoa a continuidade, a manutenção e a estimulação corporal para o seu bem-estar físico, psíquico e social, com atenção primária aos idosos e às pessoas com deficiência.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

10

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Subseção IV Dos Objetivos Comuns aos Níveis da Prática Esportiva	Subseção V Dos Objetivos Comuns aos Níveis da Prática Esportiva
	Art. 8º Todos os níveis da prática esportiva também compreendem o serviço de fomento, difusão e aplicação do conhecimento científico e tecnológico e da inovação, por meio do apoio a pesquisas e produções científicas, a programas de formação, certificação e avaliação de profissionais envolvidos, a realização de cursos, seminários, congressos, intercâmbios científicos, tecnológicos e esportivos e a outros tipos de processos de transmissão de conhecimento no âmbito do esporte.	Art. 8º Todos os níveis da prática esportiva também compreendem o serviço de fomento, difusão e aplicação do conhecimento científico, tecnológico e inovação, por meio do apoio a pesquisas e produções científicas, programas de formação, certificação e avaliação de profissionais envolvidos, realização de cursos, seminários, congressos, intercâmbios científicos, tecnológicos e esportivos e outros tipos de processos de transmissão de conhecimento no âmbito do esporte.
	Art. 9º Em todos os níveis e serviços da prática esportiva haverá a prevenção e o combate às práticas atentatórias à integridade esportiva e ao resultado esportivo.	Art. 9º Em todos os níveis e serviços da prática esportiva haverá a prevenção e o combate às práticas atentatórias à integridade esportiva e ao resultado esportivo.
	CAPÍTULO II DO SISTEMA NACIONAL DO ESPORTE	CAPÍTULO II DO SISTEMA NACIONAL DO ESPORTE E DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES ESPORTIVOS
	Seção I Disposições Gerais	Seção I Disposições Gerais
	Art. 11. O planejamento, a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas,	Art. 10. O planejamento, a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas,

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

11

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	programas e ações para o esporte, nas diferentes esferas governamentais, realizam-se por meio de um sistema descentralizado, democrático e participativo denominado Sistema Nacional do Esporte (Sinesp), que tem por objetivos:	de programas e de ações para o esporte, nas diferentes esferas governamentais, realizam-se por meio do Sistema Nacional do Esporte (Sinesp), sistema descentralizado, democrático e participativo, que tem por objetivos:
	I – integrar os entes federativos e as organizações que atuam na área esportiva;	I – integrar os entes federativos e as organizações que atuam na área esportiva;
	II – atuar de modo a efetivar políticas que visem à gestão compartilhada, ao cofinanciamento e à cooperação técnica entre seus integrantes;	II – atuar de modo a efetivar políticas que visem à gestão compartilhada, ao cofinanciamento e à cooperação técnica entre seus integrantes;
	III – estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na estruturação, regulação, manutenção e expansão das atividades e das políticas públicas na área esportiva;	III – estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na estruturação, na regulação, na manutenção e na expansão das atividades e das políticas públicas na área esportiva;
	IV – definir os níveis de gestão, respeitadas as peculiaridades de cada um dos integrantes;	IV – definir os níveis de gestão, respeitadas as peculiaridades de cada um dos integrantes;
	V – apoiar a universalização da prática esportiva, com atenção especial ao atendimento ao nível de formação esportiva;	V – apoiar a universalização da prática esportiva, com atenção especial ao atendimento ao nível de formação esportiva;
	VI – promover a inclusão social, ampliando as possibilidades de acesso à prática esportiva regular para a população;	VI – promover a inclusão social, de forma a ampliar as possibilidades de acesso à prática esportiva regular para a população;
	VII – estimular o desenvolvimento das práticas esportivas como forma de expressão da cultura, de promoção do ser humano, de fortalecimento da saúde e de prevenção de doenças;	VII – estimular o desenvolvimento das práticas esportivas como forma de expressão da cultura, de promoção do ser humano, de fortalecimento da saúde e de prevenção de doenças;

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

12

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	VIII – promover a descentralização e a articulação da política esportiva e de lazer;	VIII – promover a descentralização e a articulação da política esportiva e de lazer;
	IX – atender à capacitação dos recursos humanos já inseridos no segmento e à formação de novos recursos humanos qualificados;	IX – atender à capacitação dos recursos humanos já inseridos no segmento e à formação de novos recursos humanos qualificados;
	X – garantir adequada infraestrutura física, tecnológica e de pessoal para a prática esportiva, inclusive em termos de acessibilidade;	X – garantir adequada infraestrutura física, tecnológica e de pessoal para a prática esportiva, inclusive quanto à acessibilidade;
	XI – articular níveis e serviços da prática esportiva, para implementação conjunta de políticas, programas e ações;	XI – articular níveis e serviços da prática esportiva, para implementação conjunta de políticas, de programas e de ações;
	XII – racionalizar a aplicação dos recursos públicos vinculados ao esporte, coordenando esforços entre os entes federados e organizações esportivas;	XII – racionalizar a aplicação dos recursos públicos vinculados ao esporte, coordenando esforços entre os entes federados e as organizações esportivas;
	XIII – assegurar a participação democrática nos processos de planejamento, coordenação, gestão e avaliação;	XIII – assegurar a participação democrática nos processos de planejamento, na coordenação, na gestão e na avaliação;
	XIV – elaborar e cumprir os planos de esporte em todos os níveis da Federação;	XIV – elaborar e cumprir os planos de esporte em todos os níveis da Federação;
	XV – instituir instâncias permanentes de colaboração para estruturar e desenvolver a cooperação federativa;	XV – instituir instâncias permanentes de colaboração para estruturar e desenvolver a cooperação federativa;
	XVI – combater as assimetrias regionais, estaduais e municipais, cooperando na equalização de oportunidades e meios em matéria de prática	XVI – combater as assimetrias regionais, estaduais e municipais, cooperando na equalização de oportunidades e meios em matéria de prática

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

13

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	esportiva, e contribuir para que o desenvolvimento do esporte seja realizado de forma harmoniosa e integrada;	esportiva, e contribuir para que o desenvolvimento do esporte seja realizado de forma harmoniosa e integrada;
	XVII – adotar as medidas necessárias para erradicar e reduzir as manifestações antiesportivas como a violência, a corrupção, o racismo, a xenofobia, a homofobia, o sexismo e qualquer outra forma de discriminação, bem como o uso de substâncias ilegais e métodos tipificáveis como dopagem.	XVII – adotar as medidas necessárias para erradicar e reduzir as manifestações antiesportivas, como a violência, a corrupção, o racismo, a xenofobia, a homofobia, o sexismo, o uso de substâncias ilegais e os métodos tipificáveis como dopagem e qualquer outra forma de discriminação;
		XVIII – proporcionar a capacitação técnica e acadêmica aos atletas e aos ex-atletas com vistas à integração social de forma saudável e produtiva ao término de suas carreiras competitivas.
	§ 1º O esporte militar desenvolve-se nos diferentes níveis segundo seu próprio regramento, sem prejuízo do disposto nesta Lei, fazendo parte do Sinesp.	§ 1º O esporte militar desenvolve-se nos diferentes níveis segundo seu próprio regramento, sem prejuízo do disposto nesta Lei, e faz parte do Sinesp.
	§ 2º A gestão e promoção de políticas relacionadas ao esporte militar realizam-se por meio do Subsistema Nacional do Esporte Militar (Snem), com estrutura e funcionamento próprios.	§ 2º A gestão e a promoção de políticas relacionadas ao esporte militar realizam-se por meio do Subsistema Nacional do Esporte Militar (SNEM), com estrutura e funcionamento próprios.
	Art. 12. O Sinesp será organizado com observância dos seguintes princípios e diretrizes:	Art. 11. O Sinesp será organizado com observância dos seguintes princípios e diretrizes:
	I – esporte como direito social;	I – esporte como direito social;
	II – igualdade de condições para o acesso ao esporte;	II – igualdade de condições para o acesso ao esporte;

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

14

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	III – governança com base no princípio da gestão democrática e participação social;	III – governança com base no princípio da gestão democrática e participação social;
	IV – avaliação, controle social, acesso à informação e transparência da aplicação dos recursos públicos;	IV – avaliação, controle social, acesso à informação e transparência da aplicação dos recursos públicos;
	V – integração do planejamento, por meio de planos decenais de esporte dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em consonância com o Plano Nacional Decenal do Esporte (Plandesp);	V – integração do planejamento, por meio de planos decenais de esporte dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em consonância com o Plano Nacional do Esporte (PNEsporte);
	VI – colaboração intersetorial entre esporte e outras áreas, como saúde, educação, cultura, proteção da criança e do adolescente, trabalho e emprego e assistência social;	VI – colaboração intersetorial entre esporte e outras áreas, como saúde, educação, cultura, proteção da criança e do adolescente, trabalho e emprego e assistência social;
	VII – utilização do esporte para promoção dos direitos humanos, da diversidade sociocultural e da sustentabilidade socioambiental;	VII – utilização do esporte para promoção dos direitos humanos, da diversidade sociocultural e da sustentabilidade socioambiental;
	VIII – fomento da implementação e ampliação das políticas que visem à inclusão social, ao atendimento aos povos e comunidades tradicionais e à valorização das pessoas com deficiências e necessidades especiais;	VIII – fomento da implementação e da ampliação das políticas que visem à inclusão social, ao atendimento aos povos e às comunidades tradicionais e à valorização das pessoas com deficiência e necessidades especiais;
	IX – descentralização e articulação da política esportiva e de lazer.	IX – descentralização e articulação da política esportiva e de lazer.
		Art. 12. Fica criado o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Esportivos (SNIIE), que tem os seguintes objetivos:

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

15

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
		I – coletar, sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade da área esportiva e das necessidades sociais por manifestação esportiva, que permitam a formulação, o monitoramento, a gestão e a avaliação das políticas públicas do esporte, de forma a verificar e a racionalizar a implementação do PNEsporte e sua revisão nos prazos previstos;
		II – disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e oferta de bens esportivos, para a construção de modelos de economia e sustentabilidade do esporte, para a adoção de mecanismos de indução e regulação da atividade econômica na área esportiva, de forma a dar apoio aos gestores esportivos públicos e privados;
		III – exercer e facilitar o monitoramento e a avaliação das políticas públicas do esporte, de forma a assegurar ao poder público e à sociedade civil o acompanhamento do desempenho do PNEsporte.
		§ 1º O SNIIE tem as seguintes características:
		I – obrigatoriedade da inserção e da atualização permanente de dados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios que aderirem ao Sinesp;
		II – caráter declaratório;

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

16

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
		III – processos informatizados de declaração, de armazenamento e de extração de dados; e
		IV – ampla publicidade e transparência para as informações declaradas e sistematizadas, preferencialmente em meios digitais, atualizados tecnologicamente e disponíveis na rede mundial de computadores.
		§ 2º O declarante é responsável pela inserção de dados no programa de declaração e pela veracidade das informações inseridas na base de dados.
		§ 3º O órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte pode promover parcerias e convênios com instituições especializadas na área de pesquisas socioeconômicas e demográficas e com universidades especializadas em pesquisas na área esportiva para a constituição do SNIIE.
	Seção II Da Composição e das Atribuições do Sinesp	Seção II Da Composição e das Atribuições
	Art. 13. O Sinesp é integrado pela União e pelos outros entes federativos que a ele aderirem, bem como por seus respectivos conselhos e fundos de esporte e pelas organizações que atuam na área esportiva, formando subsistemas de acordo com cada nível de prática esportiva.	Art. 13. O Sinesp é integrado pela União e pelos outros entes federativos que a ele aderirem, bem como pelos respectivos conselhos e fundos de esporte e pelas organizações que atuam na área esportiva, de modo a formar subsistemas de acordo com cada nível de prática esportiva.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

17

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	§ 1º As disposições do Título I desta Lei que imponham a Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios a criação de órgãos, fundos, planos e programas vincularão apenas os entes que, por meio de lei própria, aderirem ao Sinesp.	§ 1º As disposições do Título I desta Lei que imponham aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios a criação de órgãos, de fundos, de planos e de programas vincularão apenas os entes que, por meio de lei própria, aderirem ao Sinesp.
	§ 2º O esporte máster e suas organizações esportivas são reconhecidos como integrantes do Sinesp, desenvolvendo -se nos níveis de excelência e esporte para toda a vida.	§ 2º O esporte master e suas organizações esportivas são reconhecidos como integrantes do Sinesp e desenvolvem -se nos níveis da excelência esportiva e do esporte para toda a vida.
	Art. 14. As ações das três esferas de governo na área esportiva realizam-se de forma articulada, cabendo , entre outras atribuições, a coordenação e edição de normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos programas descentralizados, em suas respectivas esferas, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, devendo promover a execução de políticas públicas voltadas para o esporte, inclusive com a cooperação dos clubes e associações esportivas de cada modalidade.	Art. 14. As ações das três esferas de governo na área esportiva realizam-se de forma articulada, observado que , entre outras atribuições, cabem a coordenação e edição de normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos programas descentralizados, nas respectivas esferas, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, devendo promover a execução de políticas públicas direcionadas ao esporte, inclusive com a cooperação dos clubes e as associações esportivas de cada modalidade.
	Art. 15. Compete à União:	Art. 15. Compete à União:
	I – cofinanciar, por meio de transferência automática ou voluntária, o aprimoramento da gestão, dos serviços, dos programas e dos projetos esportivos em âmbito nacional, com prioridade às ações no nível da formação esportiva, especialmente no esporte educacional, conforme previsão do Plandesp e mediante critérios	I – cofinanciar, por meio de transferência automática ou voluntária, o aprimoramento da gestão, dos serviços, dos programas e dos projetos esportivos em âmbito nacional, com prioridade às ações no nível da formação esportiva, especialmente no esporte educacional, conforme previsão do PNEsporte e mediante critérios

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

18

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	estabelecidos pelo Conselho Nacional do Esporte (Conesp);	estabelecidos pelo Conselho Nacional do Esporte (CNE);
	II – manter programas e projetos próprios ou em colaboração que objetivem o desenvolvimento e a manutenção de ações no nível da excelência esportiva;	II – manter programas e projetos próprios ou em colaboração com o objetivo de desenvolvimento e manutenção de ações no nível da excelência esportiva;
	III – coordenar o processo de monitoramento e avaliação do Plandesp, em colaboração com Estados, Distrito Federal, Municípios e demais entidades e organizações previstas nas leis instituidoras dos planos decenais de esporte;	III – coordenar o processo de monitoramento e de avaliação do PNEsporte, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e demais entidades e organizações previstas nas leis instituidoras dos planos decenais de esporte;
	IV – coordenar o Sinesp e efetuar a formulação democrática da política nacional de esporte;	IV – coordenar o Sinesp e efetuar a formulação democrática da política nacional de esporte;
	V – articular e coordenar os diferentes níveis e serviços de prática esportiva;	V – articular e coordenar os diferentes níveis e serviços de prática esportiva;
	VI – prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com vistas a assegurar a oferta da prática esportiva de qualidade nos níveis e serviços esportivos, inclusive para a formação de recursos humanos;	VI – prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com vistas a assegurar a oferta da prática esportiva de qualidade nos níveis e serviços esportivos, inclusive para a formação de recursos humanos;
	VII – promover articulação com órgãos educacionais e com entidades representativas para formação de recursos humanos na área do esporte;	VII – promover articulação com órgãos educacionais e com entidades representativas para formação de recursos humanos na área do esporte;
	VIII – manter e gerir a Rede Nacional de Treinamento, focando o serviço de excelência esportiva;	VIII – manter e gerir a Rede Nacional de Treinamento com foco, principalmente, no serviço de excelência esportiva;

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

19

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	IX – manter e gerir o Cadastro Nacional de Organizações Esportivas;	IX – manter e gerir o Cadastro Nacional de Organizações Esportivas;
	X – manter e gerir banco de dados e informações para produção e divulgação de dados e informações que contribuam para o aprimoramento, a transparência e o controle social das políticas esportivas, orientando sua formulação e revisão;	X – manter e gerir banco de dados e informações para produção e divulgação de dados e informações que contribuam para o aprimoramento, a transparência e o controle social das políticas esportivas, orientando sua formulação e revisão;
	XI – elaborar normas para regular as relações entre o Sinesp e as instituições privadas por meio de planos de desenvolvimento institucional;	XI – elaborar normas para regular as relações entre o Sinesp e as instituições privadas por meio de Planos de Desenvolvimento Institucional;
	XII – estruturar e manter o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Esportivos (SNIIE), que conterá o Cadastro Nacional de Informações e Indicadores Esportivos, assegurando o processo nacional de avaliação do esporte, em colaboração com os demais entes federativos.	XII – estruturar e manter o SNIIE, de forma a assegurar o processo nacional de avaliação do esporte, em colaboração com os demais entes federativos.
	Parágrafo único. Compete ao Poder Executivo coordenar as ações intersetoriais no nível da União.	Parágrafo único. Compete ao Poder Executivo coordenar as ações intersetoriais no âmbito da União.
	Art. 16. Compete aos Estados:	Art. 16. Compete aos Estados:
	I – cofinanciar, por meio de transferência automática ou voluntária, o aprimoramento da gestão, dos serviços, dos programas e dos projetos esportivos em âmbito regional ou local;	I – cofinanciar, por meio de transferência automática ou voluntária, o aprimoramento da gestão, dos serviços, dos programas e dos projetos esportivos em âmbito regional ou local;

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

20

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	II – atender às ações esportivas, prioritariamente nos níveis de formação esportiva e esporte para toda a vida, em conjunto com os Municípios;	II – atender às ações esportivas, prioritariamente nos níveis da formação esportiva e do esporte para toda a vida em conjunto com os Municípios;
	III – destinar recursos prioritariamente para programas e ações que visem ao desenvolvimento e à manutenção do esporte educacional;	III – destinar recursos prioritariamente para programas e ações que visem ao desenvolvimento e à manutenção do esporte educacional;
	IV – estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e consórcios municipais na execução de políticas públicas na área do esporte;	IV – estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e os consórcios municipais na execução de políticas públicas na área do esporte;
	V – executar políticas públicas cujos custos ou cuja ausência de demanda municipal justifiquem uma rede regional de serviços, desconcentrada, no âmbito do respectivo Estado;	V – executar políticas públicas cujos custos ou cuja ausência de demanda municipal justifiquem uma rede regional de serviços, desconcentrada, no âmbito do respectivo Estado;
	VI – realizar o monitoramento e a avaliação do plano estadual do esporte e assessorar os Municípios para seu desenvolvimento;	VI – realizar o monitoramento e a avaliação do plano estadual do esporte e assessorar os Municípios para seu desenvolvimento;
	VII – promover articulação com órgãos estaduais de educação e com entidades representativas para a formação de pessoas na área do esporte;	VII – promover articulação com órgãos estaduais de educação e com entidades representativas para a formação de pessoas na área do esporte;
	VIII – contribuir na coleta de informações estaduais para a atualização do Cadastro Nacional de Informações e Indicadores Esportivos, assegurando o processo nacional e estadual de avaliação do esporte;	VIII – contribuir para a coleta de informações estaduais para a atualização do SNIIE, de forma a assegurar o processo nacional e estadual de avaliação do esporte;
	IX – organizar e manter centros regionais de treinamento com a oferta do serviço de	IX – organizar e manter centros regionais de treinamento com a oferta do serviço de

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

21

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	aperfeiçoamento esportivo no nível da excelência esportiva;	aperfeiçoamento esportivo no nível da excelência esportiva;
	X – atuar na construção, reforma, implantação, ampliação, adaptação e modernização da infraestrutura e dos equipamentos esportivos públicos para a população, dando-se prioridade aos Municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).	X – atuar na construção, na reforma, na implantação, na ampliação, na adaptação e na modernização da infraestrutura e dos equipamentos esportivos públicos para a população, com prioridade aos Municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).
	Art. 17. Compete aos Municípios:	Art. 17. Compete aos Municípios:
	I – cofinanciar o aprimoramento da gestão, dos serviços, dos programas e dos projetos esportivos em âmbito local;	I – cofinanciar o aprimoramento da gestão, dos serviços, dos programas e dos projetos esportivos em âmbito local;
	II – executar políticas públicas esportivas em todos os níveis, com fomento prioritário ao esporte educacional;	II – executar políticas públicas esportivas em todos os níveis, com fomento prioritário ao esporte educacional;
	III – dispor de profissionais e locais adequados para a prática esportiva, inclusive no ambiente escolar;	III – dispor de profissionais e de locais adequados para a prática esportiva, inclusive no ambiente escolar;
	IV – realizar o monitoramento e a avaliação do plano municipal de esporte;	IV – realizar o monitoramento e a avaliação do plano municipal de esporte em seu âmbito ;
	V – organizar e manter centros municipais de treinamento com o serviço de especialização esportiva no nível da excelência esportiva;	V – organizar e manter centros municipais de treinamento com o serviço de especialização esportiva no nível da excelência esportiva;
	VI – contribuir na coleta de informações municipais para a atualização do Cadastro Nacional de Informações e Indicadores Esportivos ,	VI – contribuir para a coleta de informações municipais para a atualização do SNIIE, de forma

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

22

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	assegurando o processo nacional, estadual e municipal de avaliação do esporte.	a assegurar o processo nacional, estadual e municipal de avaliação do esporte.
	Art. 18. Ao Distrito Federal compete realizar as atividades previstas nos arts. 16 e 17 desta Lei que lhe sejam correlatas.	Art. 18. Ao Distrito Federal compete realizar as atividades previstas nos arts. 16 e 17 desta Lei e as que lhe sejam correlatas.
	Seção III Das Instâncias Deliberativas do Sinesp	Seção III Das Instâncias Deliberativas do Sinesp
	Art. 19. As instâncias deliberativas do Sinesp são de caráter permanente e de composição paritária entre governo e sociedade civil, sendo compostas:	Art. 19. As instâncias deliberativas do Sinesp são de caráter permanente, com composição paritária entre governo e sociedade civil, e constituídas de:
	I – pelo Conselho Nacional do Esporte (Conesp);	I – Conselho Nacional do Esporte (CNE);
	II – pelos conselhos estaduais de esporte;	II – Conselhos Estaduais de Esporte;
	III – pelo Conselho de Esporte do Distrito Federal;	III – Conselho de Esporte do Distrito Federal;
	IV – pelos conselhos municipais de esporte.	IV – Conselhos Municipais de Esporte.
	Parágrafo único. Os conselhos de esporte estão vinculados ao órgão gestor de esporte do respectivo ente, que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil quando estiverem no exercício de suas atribuições.	Parágrafo único. Os conselhos de esporte estão vinculados ao órgão gestor de esporte do respectivo ente, que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, de forma a garantir recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens e a diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições.
	Art. 20. É instituído o Conselho Nacional do Esporte (Conesp), órgão superior de deliberação	Art. 20. Fica instituído o Conselho Nacional do Esporte (CNE), órgão superior de deliberação

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

23

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	colegiada, vinculado à estrutura da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania, cujos membros, nomeados pelo Presidente da República, têm mandato de 2 (dois) anos.	colegiada, vinculado à estrutura do órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte, cujos membros, nomeados pelo Presidente da República, têm mandato de 2 (dois) anos.
	§ 1º O Conesp é composto por 36 (trinta e seis) membros e respectivos suplentes, cujos nomes são indicados à Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania de acordo com os critérios seguintes:	§ 1º O CNE é composto de 36 (trinta e seis) membros e respectivos suplentes, cujos nomes são indicados ao órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte, de acordo com os seguintes critérios:
	I – 18 (dezoito) representantes governamentais, inclusive 1 (um) representante do Congresso Nacional e 1 (um) representante do Ministério da Defesa, assim como 3 (três) representantes dos Estados e do Distrito Federal e 4 (quatro) representantes dos Municípios, contemplando as respectivas entidades representativas dos gestores estaduais e municipais de esporte;	I – 18 (dezoito) representantes governamentais, inclusive 1 (um) representante da Câmara dos Deputados, 1 (um) representante do Senado Federal, 1 (um) representante do Ministério da Defesa, bem como 3 (três) representantes dos Estados e do Distrito Federal e 3 (três) representantes dos Municípios, de forma a contemplar as respectivas entidades representativas dos gestores estaduais e municipais do esporte;
	II – 18 (dezoito) representantes da sociedade civil, sendo:	II – 18 (dezoito) representantes da sociedade civil, dos quais:
	a) 1 (um) representante do movimento olímpico, indicado pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB);	a) 1 (um) representante do movimento olímpico, indicado pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB);
	b) 1 (um) representante do movimento paralímpico, indicado pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB);	b) 1 (um) representante do movimento paralímpico, indicado pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB);

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

24

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	c) 1 (um) representante do movimento clubístico, indicado pelo Comitê Brasileiro de Clubes (CBC);	c) 1 (um) representante do movimento clubístico, indicado pelo Comitê Brasileiro de Clubes (CBC);
	d) 1 (um) representante do movimento clubístico paralímpico, indicado pelo Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP);	d) 1 (um) representante do movimento clubístico paralímpico, indicado pelo Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP);
	e) 1 (um) representante do movimento dos profissionais de educação física, indicado pelo Conselho Federal de Educação Física (Confef);	e) 1 (um) representante do movimento dos profissionais de educação física, indicado pelo Conselho Federal de Educação Física (Confef);
	f) 1 (um) representante da Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE);	f) 1 (um) representante da Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE);
	g) 1 (um) representante da Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU);	g) 1 (um) representante da Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU);
	h) 1 (um) representante dos conselheiros estaduais e distritais de esporte;	h) 1 (um) representante do Fórum dos Gestores Estaduais de Esportes;
	i) 1 (um) representante dos conselheiros municipais de esporte;	i) 1 (um) representante da Associação Brasileira de Secretários Municipais de Esportes e Lazer (ABSMEL);
	j) 1 (um) representante do movimento da prática esportiva profissional de futebol, indicado pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF);	j) 1 (um) representante do movimento da prática esportiva profissional de futebol, indicado pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF);
	k) 2 (dois) representantes dos atletas olímpicos e paralímpicos, indicados, respectivamente, pela Comissão de Atletas do COB e pelo Conselho de Atletas do CPB;	k) 2 (dois) representantes dos atletas olímpicos e paralímpicos, indicados, respectivamente, pela Comissão de Atletas do COB, em conjunto com o CBC, e pelo Conselho de Atletas do CPB, em conjunto com o CBCP;

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

25

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	l) 1 (um) representante de entidades sociais, indicado pela Rede Esporte pela Mudança Social (Rems);	l) 1 (um) representante de entidades sociais, indicado pela Rede Esporte pela Mudança Social (REMS);
	m) 1 (um) representante das instituições de ensino e pesquisa, indicado pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte;	m) 1 (um) representante das instituições de ensino e pesquisa, indicado pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE);
	n) 1 (um) representante indicado pela Confederação Brasileira de Desporto de Surdos (CBDS);	n) 1 (um) representante indicado pela Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (CBDS);
	o) 1 (um) representante dos juristas que atuam na área esportiva, indicado em comum acordo pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e as entidades nacionais de direito esportivo;	o) 1 (um) representante dos juristas que atuam na área esportiva, indicado em comum acordo pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e as entidades nacionais de direito esportivo;
	p) 1 (um) representante dos esportes não olímpicos ou paralímpicos, indicado pela Organização Nacional das Entidades do Desporto (Oned); e	p) 1 (um) representante dos esportes não olímpicos ou paralímpicos, indicado pela Organização Nacional das Entidades do Desporto (Oned); e
	q) 1 (um) representante de organizações esportivas dos povos indígenas.	q) 1 (um) representante de organizações esportivas dos povos indígenas.
	§ 2º O Conesp é presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) única recondução por igual período.	§ 2º O CNE será presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.
	§ 3º O Conesp contará com uma Secretaria Executiva, a qual terá sua estrutura disciplinada em ato do Poder Executivo.	§ 3º O CNE contará com uma Secretaria Executiva, que terá sua estrutura disciplinada em ato do Poder Executivo.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

26

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	§ 4º Os conselhos referidos nos incisos II, III e IV do art. 19 terão competência para acompanhar a execução do plano de esporte do respectivo ente e apreciar e aprovar a proposta orçamentária em consonância com as diretrizes das conferências nacionais, estaduais, distrital e municipais, de acordo com seu âmbito de atuação, e deverão ser instituídos, respectivamente, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, mediante lei específica.	§ 4º Os conselhos de que tratam os incisos II, III e IV do caput do art. 19 desta Lei, com competência para acompanhar a execução do plano de esporte do respectivo ente, apreciar e aprovar a proposta orçamentária em consonância com as diretrizes das conferências nacionais, estaduais, distrital e municipais, de acordo com seu âmbito de atuação, deverão ser instituídos, respectivamente, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, mediante lei específica.
		§ 5º O CNE poderá instituir câmaras setoriais especializadas em todos os elementos inerentes ao desporto, tais como modalidades, manifestações e tipos.
		§ 6º As câmaras setoriais serão instaladas por ato e a critério da autoridade de Estado responsável pela área do esporte, que estabelecerá o número de membros e suas atribuições.
	Art. 21. Compete ao Conesp :	Art. 21. Compete ao CNE :
	I – oferecer subsídios técnicos à elaboração do Plandesp ;	I – oferecer subsídios técnicos à elaboração do PNEsporte ;
	II – aprovar as diretrizes para a utilização de recursos do Fundo Nacional do Esporte (Fundesporte), assim como proceder à fiscalização de sua execução;	II – aprovar as diretrizes para a utilização de recursos do Fundo Nacional do Esporte (Fundesporte), bem como proceder à fiscalização de sua execução;
	III – apreciar o relatório anual de monitoramento da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da	III – apreciar o relatório anual de monitoramento do órgão do Poder Executivo federal responsável

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

27

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Cidadania sobre a execução do Plandesp no respectivo ano;	pela área do esporte acerca da execução do PNEsporte no respectivo ano;
	IV – zelar pela aplicação dos princípios e preceitos desta Lei;	IV – zelar pela aplicação dos princípios e preceitos desta Lei;
	V – emitir pareceres e recomendações sobre questões esportivas nacionais;	V – emitir pareceres e recomendações sobre questões esportivas nacionais;
	VI – editar e atualizar o Código Brasileiro Antidopagem (CBA) e suas alterações, conforme atualizações do Código Mundial Antidopagem;	VI – editar e atualizar o Código Brasileiro Antidopagem (CBA) e suas alterações, conforme atualização do Código Mundial Antidopagem;
	VII – apreciar e emitir parecer sobre os relatórios anuais da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania sobre a execução de todos os pactos de ciclos olímpicos e paralímpicos; e	VII – apreciar e emitir parecer sobre os relatórios anuais do órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte sobre a execução de todos os pactos de ciclos olímpicos e paralímpicos; e
	VIII – aprovar os nomes dos componentes da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte e da autoridade nacional para prevenção e combate à violência no esporte.	VIII – aprovar os nomes dos componentes da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte e da autoridade nacional para prevenção e combate à violência no esporte.
		Seção IV Das Conferências de Esporte
	Art. 22. Sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, a formulação de políticas públicas para o esporte deve ser conduzida de modo democrático e transparente, com a participação de agentes públicos estatais e privados, incluindo os praticantes, profissionais esportivos, educadores, beneficiários das políticas públicas esportivas,	Art. 22. Sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, a formulação de políticas públicas para o esporte deverá ser conduzida de modo democrático e transparente, com a participação de agentes públicos estatais e privados, incluídos, mas não exclusivamente, os praticantes, os profissionais esportivos, os educadores, os

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

28

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	usuários das instalações esportivas, representantes do setor produtivo e integrantes do Sinesp.	beneficiários das políticas públicas esportivas, os usuários das instalações esportivas, os representantes do setor produtivo e os integrantes do Sinesp.
	§ 1º O Sinesp contará, em cada esfera de governo, com instâncias colegiadas denominadas conferências de esporte, que, em conjunto com os demais integrantes do referido Sistema, serão espaço para interação e debate entre os diferentes agentes e para a formulação de políticas para o setor, observadas as diretrizes do Plandesp.	§ 1º O Sinesp contará, em cada esfera de governo, com instâncias colegiadas denominadas Conferências de Esporte, que, em conjunto com os demais integrantes do Sinesp, será um espaço adequado para interação e debate entre os diferentes agentes e para a formulação de políticas para o setor, observadas as diretrizes do PNEsporte.
	§ 2º A conferência de esporte reunir-se-á a cada 4 (quatro) anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação do esporte e propor as diretrizes para a formulação da política de esporte nos níveis correspondentes, cuja convocação, ordinariamente, dar-se-á pelo Poder Executivo.	§ 2º A Conferência de Esporte reunir-se-á a cada 4 (quatro) anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação do esporte e propor as diretrizes para a formulação da política de esporte nos níveis correspondentes, cuja convocação, ordinariamente, dar-se-á pelo Poder Executivo.
	§ 3º A conferência de esporte poderá ser convocada, extraordinariamente, por ela própria ou pelo Conselho de Esporte do respectivo ente.	§ 3º A Conferência de Esporte poderá ser convocada, extraordinariamente, por ela própria ou pelo Conselho de Esporte do respectivo ente.
	§ 4º A conferência de esporte proporá diretrizes para a elaboração dos planos decenais do esporte do respectivo ente e do Plandesp.	§ 4º A Conferência de Esporte proporá diretrizes para a elaboração dos planos decenais de esporte do respectivo ente e do PNEsporte.
	Seção V Do Plano Nacional Decenal do Esporte	Seção V Do Plano Nacional Decenal do Esporte

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

29

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Art. 23. Lei estabelecerá o Plano Nacional do Esporte (Plandesp), de duração decenal, com o objetivo de articular o Sinesp em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do esporte e da prática esportiva em seus diversos níveis e serviços por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas, em cooperação com o setor privado, que conduzam:	Art. 23. Lei estabelecerá o Plano Nacional do Esporte (PNEsporte), de duração decenal, com o objetivo de articular o Sinesp em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do esporte e da prática esportiva em seus diversos níveis e serviços por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas, em cooperação com o setor privado, que conduzam à :
	I – à universalização da prática esportiva, com atenção especial ao atendimento ao nível de formação esportiva e ao investimento prioritário no esporte educacional;	I – universalização da prática esportiva, com atenção especial ao atendimento ao nível da formação esportiva e ao investimento prioritário no esporte educacional;
	II – à implementação de políticas públicas que visem ao combate ao sedentarismo, à promoção da vida saudável, à inclusão social por meio do esporte, à promoção de atividades esportivas que incentivem a educação, a cultura, a paz e a integração social e à valorização dos direitos humanos;	II – implementação de políticas públicas que visem ao combate do sedentarismo, à promoção da vida saudável, à inclusão social por meio do esporte, à promoção de atividades esportivas que incentivem a educação, a cultura, a paz e a integração social e à valorização dos direitos humanos;
	III – ao incentivo à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação tecnológica na área do esporte;	III – incentivo à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação tecnológica na área do esporte;
	IV – à valorização dos profissionais de educação física e da prática esportiva no ambiente educacional, garantindo estruturas e equipamentos adequados para tanto;	IV – valorização dos profissionais de educação física e da prática esportiva no ambiente educacional, garantindo estruturas e equipamentos adequados para tanto;

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

30

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	V – à valorização dos profissionais com experiência, especialização e atuação no esporte, como fisioterapeutas, psicólogos, nutricionistas, fisiatras, fisiologistas e médicos, para que possam contribuir com a prevenção de lesões, facilitação da saúde, reabilitação, intervenção clínica, qualidade de vida, longevidade da carreira dos atletas e aumento do rendimento esportivo, entre outras intervenções benéficas no ciclo de treinamento e após o encerramento do período de atividade do atleta;	V – valorização dos profissionais com experiência, especialização e atuação no esporte, tais como fisioterapeuta, psicólogo, nutricionista, fisiatra, fisiologista e médico, para que possam contribuir com a prevenção de lesão, facilitação da saúde, reabilitação, intervenção clínica, qualidade de vida, longevidade da carreira dos atletas e aumento do rendimento esportivo, entre outras intervenções que possam contribuir no ciclo de treinamento e após o encerramento do período de atividade do atleta;
	VI – à democratização do acesso às instalações esportivas;	VI – democratização do acesso às instalações esportivas;
	VII – à elevação do país à condição de potência mundial esportiva;	VII – elevação do País à condição de potência mundial esportiva;
	VIII – à acessibilidade nas instalações esportivas para os atletas, profissionais, colaboradores, torcedores e público em geral;	VIII – acessibilidade nas instalações esportivas para os atletas, profissionais, colaboradores, torcedores e público em geral;
	IX – ao custeio, à manutenção e à adoção de medidas para o melhor aproveitamento das instalações do legado olímpico.	IX – custeio, manutenção e adoção de medidas para o melhor aproveitamento das instalações do legado olímpico.
	Seção VI Da Interação entre Entes Públicos e Privados no Esporte	Seção VI Da Interação entre Entes Públicos e Privados no Esporte
		Subseção I Disposições Gerais

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

31

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Art. 24. As pessoas jurídicas de direito privado ou públicas não estatais que se dedicam ao fomento, à promoção, à gestão, à regulação, à inclusão, ao ensino, à tecnologia, à pesquisa e à resolução de conflitos na área do esporte e à manutenção da integridade esportiva relacionam-se com os órgãos e as entidades do poder público em todos os níveis por meio dos mecanismos e das instâncias presentes no Sinesp e nos subsistemas dos demais entes, sem prejuízo das atribuições do Congresso Nacional.	Art. 24. As pessoas jurídicas de direito privado ou públicas não estatais que se dedicam ao fomento, à promoção, à gestão, à regulação, à inclusão, ao ensino, à tecnologia e à pesquisa na área do esporte, à resolução de conflitos e à manutenção da integridade esportiva relacionam-se com os órgãos e as entidades do poder público em todos os níveis por meio dos mecanismos e das instâncias presentes no Sinesp e nos subsistemas dos demais entes, sem prejuízo das atribuições do Congresso Nacional.
	§ 1º As políticas públicas esportivas devem ser prioritariamente executadas por meio de mecanismos que permitam a colaboração com as pessoas citadas no <i>caput</i> deste artigo, de modo que se garanta a descentralização dos programas e das ações e a cooperação com instituições que demonstrem maior especialidade para o desenvolvimento das referidas atividades.	§ 1º As políticas públicas esportivas devem ser prioritariamente executadas por meio de mecanismos que permitam a colaboração com as pessoas citadas no <i>caput</i> deste artigo, de modo a garantir a descentralização dos programas e das ações e a cooperação com instituições que demonstrem maior especialidade para o desenvolvimento das referidas atividades.
	§ 2º As pessoas naturais que atuam na área esportiva relacionam-se com o poder público pelos canais de interação direta, por meio de seus representantes ou como beneficiários das políticas públicas desenvolvidas na área.	§ 2º As pessoas naturais que atuam na área do esporte relacionam-se com o poder público pelos canais de interação direta, por meio de seus representantes, ou como beneficiários das políticas públicas desenvolvidas na área.
	§ 3º As conferências e os conselhos de esporte devem propiciar canais permanentes de interação com a sociedade civil na área esportiva.	§ 3º As conferências e os conselhos de esporte devem propiciar canais permanentes de interação com a sociedade civil na área do esporte.
	Subseção I Da Autonomia Esportiva	Subseção II Da Autonomia Esportiva

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

32

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Art. 25. É garantida a autonomia à organização esportiva, na forma disposta na Carta Olímpica, sendo limitada a atuação do Estado, conforme reconhecido pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e inscrito na Constituição Federal, e vedada a interferência externa indevida que ameace a garantia da incerteza do resultado esportivo, a integridade do esporte e a harmonia do sistema transnacional denominado <i>Lex Sportiva</i> .	Art. 25. A autonomia é atributo da organização esportiva em todo o mundo, na forma disposta na Carta Olímpica, e limita a atuação do Estado, conforme reconhecido pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e inscrito na Constituição Federal, e visa a assegurar que não haja interferência externa indevida que ameace a garantia da incerteza do resultado esportivo, a integridade do esporte e a harmonia do sistema transnacional denominado <i>Lex Sportiva</i> .
	§ 1º Entende-se por <i>Lex Sportiva</i> o sistema privado transnacional autônomo composto por organizações esportivas, suas normas e regras e os órgãos de resolução de controvérsias, incluídos seus tribunais.	§ 1º Entende-se por <i>Lex Sportiva</i> o sistema privado transnacional autônomo composto de organizações esportivas, suas normas e regras e dos órgãos de resolução de controvérsias, incluídos seus tribunais.
	§ 2º O esporte de alto rendimento é regulado por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática esportiva de cada modalidade, aceitas pelas respectivas organizações nacionais de administração e regulação do esporte.	§ 2º O esporte de alto rendimento é regulado por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática esportiva de cada modalidade, aceitas pelas respectivas organizações nacionais de administração e regulação do esporte.
		§ 3º As competições internacionais do esporte de alto rendimento realizadas no território nacional, quando não organizadas pela respectiva entidade nacional de administração do desporto, devem contar, obrigatoriamente, com a autorização formal e expressa desta para que sejam realizadas.
	Art. 26. As organizações esportivas, seja qual for sua natureza jurídica ou forma de estruturação, ainda que integrantes do Sinesp, são autônomas	Art. 26. As organizações esportivas, qualquer que seja sua natureza jurídica ou forma de estruturação, ainda que integrantes do Sinesp, são autônomas

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

33

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	quanto à normatização interna para realizar a autorregulação, autogoverno e autoadministração, inclusive no que se refere ao regramento próprio da prática e de competições nas modalidades esportivas que rejam ou de que participem, à sua estruturação interna e à forma de escolha de seus dirigentes e membros, bem como quanto à associação a outras organizações ou instituições, sendo-lhes assegurado:	quanto à normatização interna para realizar a autorregulação, o autogoverno e a autoadministração, inclusive no que se refere ao regramento próprio da prática do esporte e de competições nas modalidades esportivas que rejam ou de que participem, em sua estruturação interna, na forma de escolha de seus dirigentes e membros e quanto à associação a outras organizações ou instituições, assegurado-lhes:
	I – estabelecer, emendar e interpretar livremente as regras de seu esporte, sem influências políticas ou econômicas;	I – estabelecer, emendar e interpretar livremente as regras apropriadas ao seu esporte, sem influências políticas ou econômicas;
	II – editar seus próprios códigos de justiça esportiva e formar os respectivos tribunais, por modalidade ou reunidos, a critério da organização que administra e regula a respectiva modalidade;	II – editar os próprios códigos de justiça desportiva e formar os respectivos tribunais, por modalidade ou reunidos, a critério da respectiva organização que administra e regula o esporte;
	III – escolher seus gestores democraticamente, sem interferência do poder público ou de terceiros;	III – escolher seus gestores democraticamente, sem interferência do poder público ou de terceiros;
	IV – obter recursos de fontes públicas ou de outra natureza, sem obrigações desproporcionais; e	IV – obter recursos adequadamente de fontes públicas ou de outra natureza, sem obrigações desproporcionais; e
	V – utilizar seus recursos para alcançar seus objetivos e executá-los em atividades de sua escolha sem restrições externas graves.	V – utilizar os recursos referidos no inciso IV deste caput para alcançar seus objetivos e executá-los em atividades de sua escolha sem restrições externas graves.
	Parágrafo único. Admite-se a arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996,	§ 1º É admitida a arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, como meio para

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

34

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	como meio para resolução de conflitos de natureza desportiva no que se refere à disciplina e à prática esportiva, bem como para questões patrimoniais, inclusive de trabalho e emprego.	resolução de conflitos de natureza desportiva, no que se refere à disciplina e à prática esportiva, bem como para questões patrimoniais, inclusive de trabalho e emprego.
		§ 2º A arbitragem deverá estar prevista em estatuto, regulamento, acordo ou convenção coletiva de trabalho e somente poderá ser instituída após a concordância expressa de ambas as partes, mediante cláusula compromissória, compromisso arbitral ou participação em entidade ou competição cujo estatuto ou regulamento disponha a respeito da matéria.
	Art. 27. As organizações esportivas possuem liberdade de associação na área esportiva no âmbito interno e externo, podendo escolher a natureza jurídica que melhor se conformar a suas especificidades, independentemente da denominação adotada, da modalidade esportiva ou da forma de promoção do esporte com que se envolvam, assim como, no caso de organização esportiva de caráter geral, respeitados os direitos e garantias fundamentais, decidir a forma e os critérios para que outra organização possa a ela filiar-se.	Art. 27. A liberdade de associação na área esportiva no âmbito interno e externo significa a possibilidade de se constituir organizações com a natureza jurídica que melhor se conforme a suas especificidades, independentemente da denominação adotada, da modalidade esportiva ou da forma de promoção do esporte com que se envolvam, bem como a faculdade da organização esportiva de caráter geral de decidir a forma e os critérios para que outra organização possa a ela se filiar, respeitados os direitos e garantias fundamentais.
	Subseção II Dos Subsistemas Esportivos Privados	Subseção III Dos Subsistemas Esportivos Privados
	Art. 28. O Comitê Olímpico do Brasil (COB), o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), o Comitê Brasileiro de Clubes (CBC) e o Comitê Brasileiro	Art. 28. O COB, o CPB, o CBC e o CBCP constituem subsistemas esportivos próprios com as pessoas jurídicas ou naturais que estejam em sua

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

35

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	de Clubes Paralímpicos (CBCP) constituem subsistemas esportivos próprios com as pessoas jurídicas ou naturais que estejam em sua base, mas que interagem com o Sinesp nas áreas do movimento olímpico, paralímpico e clubístico, conforme sua autorregulação.	base, mas que interagem com o Sinesp, nas áreas do movimento olímpico, paralímpico e clubístico, conforme sua autorregulação.
	§ 1º O esporte escolar e o esporte universitário praticados por estudantes têm, respectivamente, a Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE) e a Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU) como constituintes de seus próprios subsistemas, na forma de sua autorregulação, e que interagem com o Sinesp.	§ 1º O esporte escolar e o esporte universitário praticados por estudantes têm, respectivamente, a CBDE e a CBDU como constituintes dos próprios subsistemas, na forma de sua autorregulação, e que interagem com o Sinesp.
	§ 2º Compete às organizações citadas neste artigo o planejamento das atividades de seus subsistemas específicos.	§ 2º Compete às organizações referidas neste artigo o planejamento das atividades de seus subsistemas específicos.
	§ 3º Outros subsistemas compostos por integrantes de outros movimentos ou esportes não representados pelas organizações dispostas neste artigo também interagem com o Sinesp, incluindo o subsistema formado pelas organizações sociais sem fins lucrativos que atuam nos níveis de formação esportiva e esporte para toda a vida.	§ 3º Outros subsistemas compostos de integrantes de outros movimentos ou esportes não representados pelas organizações dispostas neste artigo também interagem com o Sinesp, incluindo o subsistema formado pelas organizações sociais sem fins lucrativos que atuam nos níveis da formação esportiva e do esporte para toda a vida.
	Subseção III Das Representações Olímpica e Paralímpica Brasileiras	Subseção IV Das Representações Olímpica e Paralímpica Brasileiras
	Art. 29. Ao Comitê Olímpico do Brasil (COB), entidade jurídica de direito privado, compete	Art. 29. Ao COB, entidade jurídica de direito privado, compete representar o País nos eventos

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

36

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	representar o País nos eventos olímpicos, pan-americanos e outros de igual natureza, no Comitê Olímpico Internacional e nos movimentos olímpicos internacionais, e fomentar o movimento olímpico no território nacional, em conformidade com as disposições da Constituição Federal, bem como com as disposições estatutárias e regulamentares do Comitê Olímpico Internacional e da Carta Olímpica.	olímpicos, pan-americanos e outros de igual natureza, no Comitê Olímpico Internacional (COI) e nos movimentos olímpicos internacionais e fomentar o movimento olímpico no território nacional, em conformidade com as disposições da Constituição Federal, bem como com as disposições estatutárias e regulamentares do COI e da Carta Olímpica.
	§ 1º Caberá ao COB representar o olimpismo brasileiro junto ao poder público.	§ 1º Caberá ao COB representar o olimpismo brasileiro perante os poderes públicos.
	§ 2º As disposições deste artigo são aplicáveis ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) no que se refere ao esporte paralímpico.	§ 2º As disposições deste artigo são aplicáveis ao CPB no que se refere ao esporte paralímpico.
	Art. 30. É privativo do COB e do CPB o uso das bandeiras, lemas, hinos e símbolos olímpicos e paralímpicos, assim como das denominações “jogos olímpicos”, “olimpíadas”, “jogos paralímpicos” e “paralimpíadas”, permitida a utilização destas últimas quando se tratar de eventos vinculados ao nível da formação esportiva, especialmente no que se refere ao esporte educacional.	Art. 30. É privativo do COB e do CPB o uso das bandeiras, dos lemas, dos hinos e dos símbolos olímpicos e paralímpicos, bem como das denominações “jogos olímpicos”, “olimpíadas”, “jogos paralímpicos” e “paralimpíadas”, permitida a utilização delas quando se tratar de eventos vinculados ao nível da formação esportiva, especialmente no que se refere ao esporte educacional.
	Parágrafo único. São vedados o registro e o uso por terceiros, para qualquer fim, das expressões citadas no caput deste artigo e de marcas que configurem flagrante reprodução ou imitação, no todo ou em parte, dos símbolos olímpicos e paralímpicos oficiais.	Parágrafo único. São vedados o registro e o uso por terceiros, para qualquer fim, das expressões referidas no caput deste artigo e de marcas que configurem flagrante reprodução ou imitação, no todo ou em parte, dos símbolos olímpicos e paralímpicos oficiais.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

37

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Subseção IV Do Subsistema Nacional do Esporte Militar (Snem)	Subseção V Do Subsistema Nacional do Esporte Militar
	Art. 31. O Subsistema Nacional do Esporte Militar (Snem) congrega as ações, os programas e os projetos do Ministério da Defesa e das Forças Armadas e será coordenado pela Comissão Esportiva Militar do Brasil, pelas Comissões de Desportos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e pelas comissões ou entidades similares das Forças Auxiliares.	Art. 31. O Subsistema Nacional do Esporte Militar (SNEM) congrega as ações, os programas e os projetos do Ministério da Defesa e das Forças Armadas e será coordenado pela Comissão Desportiva Militar do Brasil, pelas Comissões de Desportos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e pelas comissões ou entidades similares das Forças Auxiliares.
	§ 1º O Snem tem por finalidade aprimorar as práticas esportivas em seus diversos níveis, no âmbito das Forças Armadas e em apoio ao esporte nacional, e promover inclusão social por meio do esporte nas organizações militares.	§ 1º O SNEM tem por finalidade aprimorar as práticas esportivas em seus diversos níveis, no âmbito das Forças Armadas e em apoio ao esporte nacional, e promover inclusão social por meio do esporte nas organizações militares.
	§ 2º As ações relacionadas ao esporte militar congregam o esporte nos 3 (três) níveis de prática esportiva desenvolvidos no âmbito das Forças Armadas e Forças Auxiliares, as atividades de capacitação e educação física e, subsidiariamente, as atividades de sustentação e inclusão social por meio do esporte, conduzidas por meio de programas e projetos específicos, incluindo detecção e aproveitamento de novos talentos.	§ 2º As ações relacionadas ao esporte militar congregam o esporte nos três níveis de prática esportiva desenvolvidas no âmbito das Forças Armadas e das Forças Auxiliares, as atividades de capacitação e educação física e, subsidiariamente, as atividades de sustentação e inclusão social por meio do esporte, conduzidas por intermédio de programas e projetos específicos, incluídos detecção e aproveitamento de novos talentos.
	§ 3º O Ministério da Defesa deverá ser previamente consultado nas questões atinentes ao esporte militar e aos programas esportivos que incluam a	§ 3º O Ministério da Defesa deverá ser previamente consultado nas questões atinentes ao esporte militar e aos programas esportivos que incluam a

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

38

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	participação de militares ou das Forças Armadas e Forças Auxiliares.	participação de militares ou das Forças Armadas e das Forças Auxiliares.
	Seção VII Das Fontes de Recursos das Organizações Esportivas Privadas	Seção VII Das Fontes de Recursos das Organizações Esportivas Privadas
		Subseção I Disposições Gerais
	Art. 32. As organizações esportivas serão constituídas como pessoas jurídicas de direito privado, financiadas por meio de suas próprias atividades, admitido o seu fomento pelo poder público, para a realização dos objetivos previstos no Plandesp , bem como para a execução descentralizada de programas e ações públicos relacionados ao esporte.	Art. 32. As organizações esportivas constituir-se-ão como pessoas jurídicas de direito privado, financiadas por meio das próprias atividades, admitido o seu fomento pelo poder público, para a realização dos objetivos previstos no PNEsporte , bem como para a execução descentralizada de programas e ações públicos relacionados ao esporte.
	Art. 33. As organizações esportivas que receberem recursos oriundos da exploração de concursos de prognósticos, sorteios e loterias administrarão esses recursos em consonância com os princípios gerais da Administração Pública , podendo empregá-los diretamente ou de forma descentralizada por meio das organizações que compõem seus respectivos subsistemas, e serão fiscalizadas, nessa atividade, pelo Tribunal de Contas da União.	Art. 33. As organizações esportivas que receberem recursos oriundos da exploração de concursos de prognósticos, de sorteios e de loterias administrarão esses recursos em consonância com os princípios gerais da administração , podendo empregá-los diretamente ou de forma descentralizada por meio das organizações que compõem os respectivos subsistemas, e serão fiscalizadas, nessa atividade, pelo Tribunal de Contas da União.
	Parágrafo único. As compras e contratações das organizações esportivas com os recursos previstos no <i>caput</i> deste artigo serão por elas realizadas na	Parágrafo único. As compras e as contratações das organizações esportivas com os recursos previstos no <i>caput</i> deste artigo serão por elas realizadas na

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

39

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	forma de regulamentos específicos autonomamente editados, sempre consoantes aos princípios gerais da Administração Pública, sem prejuízo à preservação da natureza privada das referidas organizações.	forma de regulamentos específicos autonomamente editados, sempre em conformidade com os princípios gerais da administração, sem prejuízo à preservação da natureza privada dessas organizações.
	Art. 34. Os recursos oriundos da exploração de concursos de prognósticos, sorteios e loterias recebidos pelas organizações esportivas privadas, na forma da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, serão empregados na manutenção e desenvolvimento de atividades esportivas congruentes com seus objetivos institucionais, em conformidade com o disposto no art. 23 da referida Lei.	Art. 34. Os recursos oriundos da exploração de concursos de prognósticos, de sorteios e de loterias recebidos pelas organizações esportivas privadas, na forma da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, serão empregados na manutenção e no desenvolvimento de atividades esportivas congruentes com seus objetivos institucionais, em conformidade com o disposto no art. 23 da referida Lei.
	Subseção I Das Contrapartidas na Gestão Esportiva	Subseção II Das Contrapartidas na Gestão Esportiva
	Art. 35. Somente serão beneficiadas com repasses de recursos públicos federais da administração direta e indireta e de valores provenientes de concursos de prognósticos e loterias, nos termos desta Lei e do inciso II do art. 217 da Constituição Federal, as organizações de administração e de prática esportiva do Sinesp que:	Art. 35. Somente serão beneficiadas com repasses de recursos públicos federais da administração direta e indireta e de valores provenientes de concursos de prognósticos e de loterias, nos termos desta Lei e do inciso II do <i>caput</i> do art. 217 da Constituição Federal, as organizações de administração e de prática esportiva do Sinesp que:
	I – possuam viabilidade e autonomia financeiras, segundo demonstrações constantes de seus últimos balanços, assim como por declaração para esse fim firmada por seu dirigente máximo;	I – possuam viabilidade e autonomia financeiras, segundo demonstrações constantes de seus últimos balanços, bem como por declaração para esse fim firmada por seu dirigente máximo;

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

40

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	II – estejam em situação regular com suas obrigações fiscais e trabalhistas, mediante a expedição das respectivas certidões negativas ou, na hipótese de refinanciamento, a respectiva certidão positiva com efeitos de negativa;	II – estejam em situação regular com suas obrigações fiscais e trabalhistas, mediante a expedição das respectivas certidões negativas, ou, na hipótese de refinanciamento, a respectiva certidão positiva com efeitos de negativa;
	III – demonstrem compatibilidade entre as ações realizadas para o desenvolvimento esportivo em sua área de atuação e o Plandesp;	III – demonstrem compatibilidade entre as ações promovidas para o desenvolvimento esportivo em sua área de atuação e o PNEsporte;
	IV – demonstrem que seu presidente ou dirigente máximo tenha mandato de até 4 (quatro) anos, permitida I (uma) única recondução consecutiva, e que sejam inelegíveis, na eleição que suceder o presidente ou dirigente máximo, seu cônjuge e seus parentes consanguíneos ou afins até o segundo grau ou por adoção;	IV – demonstrem que seu presidente ou dirigente máximo tenha mandato de até 4 (quatro) anos, permitida uma única recondução consecutiva, e que são inelegíveis, na eleição que suceder o presidente ou dirigente máximo, seu cônjuge e seus parentes consanguíneos ou afins até o segundo grau ou por adoção;
	V – atendam às disposições previstas nas alíneas “b” a “e” do § 2º e no § 3º do art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997;	V – atendam às disposições previstas nas alíneas b a e do § 2º e no § 3º do art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997;
	VI – destinem integralmente os resultados financeiros à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais;	VI – destinem integralmente os resultados financeiros à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
	VII – sejam transparentes na gestão, inclusive quanto aos dados econômicos e financeiros, contratos, patrocinadores, direitos de imagem, propriedade intelectual e quaisquer outros aspectos de gestão;	VII – sejam transparentes na gestão, inclusive quanto aos dados econômicos e financeiros, contratos, patrocinadores, direitos de imagem, propriedade intelectual e quaisquer outros aspectos de gestão;

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

41

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	VIII – garantam, nas organizações que administram e regulam modalidade esportiva, a representação da categoria de atletas das respectivas modalidades no âmbito dos órgãos da entidade incumbidos diretamente de assuntos esportivos e dos órgãos e conselhos técnicos responsáveis pela aprovação de regulamentos das competições ;	VIII – garantam, nas organizações que administram e regulam modalidade esportiva, a representação da categoria de atletas das respectivas modalidades no âmbito dos órgãos da entidade incumbidos diretamente de assuntos esportivos e dos órgãos e conselhos técnicos responsáveis pela aprovação de todos os seus regulamentos ;
	IX – assegurem a existência e a autonomia do seu conselho fiscal e a presença mínima de 30% (trinta por cento) de mulheres nos cargos de direção;	IX – assegurem a existência e a autonomia do seu conselho fiscal e a presença mínima de 30% (trinta por cento) de mulheres nos cargos de direção;
	X – estabeleçam em seus estatutos:	X – estabeleçam em seus estatutos:
	a) princípios definidores de gestão democrática;	a) princípios definidores de gestão democrática;
	b) instrumentos de controle social da prestação de contas dos recursos públicos recebidos;	b) instrumentos de controle social da prestação de contas dos recursos públicos recebidos;
	c) transparência da gestão da movimentação de recursos;	c) transparência da gestão da movimentação de recursos;
	d) mecanismos de controle interno;	d) mecanismos de controle interno;
	e) alternância no exercício dos cargos de direção , com mandato limitado a 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) única reeleição consecutiva, por igual período;	e) alternância no exercício dos cargos de presidente ou dirigente máximo , com mandato limitado a 4 (quatro) anos, permitida uma única reeleição consecutiva, por igual período;
	f) aprovação das prestações de contas anuais pelo órgão competente na forma do seu estatuto, precedida por parecer do conselho fiscal;	f) aprovação das prestações de contas anuais pelo órgão competente na forma do seu estatuto, precedida por parecer do conselho fiscal;

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

42

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	g) participação de atletas, no caso de organizações que administram e regulam modalidade esportiva, no órgão competente por aprovar regulamentos de competições e na eleição para os cargos da organização;	g) participação de atletas, no caso de organizações que administram e regulam modalidade esportiva, no órgão competente por aprovar regulamentos de competições e na eleição para os cargos da organização;
	h) colégio eleitoral constituído de representantes de todos os filiados no gozo de seus direitos, observado que nenhuma categoria poderá ter mais de 50% (cinquenta por cento) do valor total de votos, e a categoria de atleta deverá possuir o equivalente a, no mínimo, 1/3 (um terço) do valor total dos votos, já computada a eventual diferenciação de valor de que trata o § 1º do art. 59 desta Lei;	h) colégio eleitoral constituído de representantes de todos os filiados no gozo de seus direitos, observado que a categoria de atleta deverá possuir o equivalente a, no mínimo, 1/3 (um terço) do valor total dos votos, já computada a eventual diferenciação de valor de que trata o § 1º do art. 59 desta Lei;
	i) possibilidade de apresentação de candidatura ao cargo de presidente ou dirigente máximo da entidade com exigência de apoio limitado a, no máximo, 5% (cinco por cento) do colégio eleitoral;	i) possibilidade de apresentação de candidatura ao cargo de presidente ou dirigente máximo da entidade com exigência de apoio limitado a, no máximo, 5% (cinco por cento) do colégio eleitoral;
	j) publicação prévia do calendário de reuniões da assembleia geral e posterior publicação sequencial das atas das reuniões realizadas durante o ano;	j) publicação prévia do calendário de reuniões da assembleia geral e posterior publicação sequencial das atas das reuniões realizadas durante o ano; e
	k) participação de atletas nos colegiados de direção e no colégio eleitoral por meio de representantes de atletas eleitos diretamente e de forma independente pelos atletas filiados da entidade, assegurado, ao menos, 1/5 (um quinto) de representação de cada sexo;	k) participação de atletas nos colegiados de direção e no colégio eleitoral por meio de representantes de atletas eleitos diretamente e de forma independente pelos atletas filiados da entidade, assegurado, ao menos, 1/5 (um quinto) de representação de cada sexo;

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

43

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	XI – garantam, nas competições que organizarem ou de que participarem, isonomia entre atletas homens e atletas mulheres com relação aos valores pagos como premiação;	XI – garantam isonomia nos valores pagos a atletas homens e atletas mulheres, bem como aos atletas do paradesporto, nas premiações concedidas nas competições que organizarem ou participarem;
	XII – comprovem o cumprimento da obrigação de contratar aprendizes e pessoas com deficiência, nos percentuais previstos na legislação específica.	XII – comprovem o cumprimento da obrigação de contratar aprendizes e pessoas com deficiência, nos percentuais previstos na legislação específica.
	§ 1º As organizações que somente se dedicam à prática esportiva, não administrando a modalidade, estão isentas do disposto no inciso VIII e na alínea “g” do inciso X deste artigo, no que se refere à eleição para os cargos de direção da entidade, e nas alíneas “h”, “i”, “j” e “k” do inciso X deste artigo, no que se refere à escolha de atletas para participação no colégio eleitoral, sendo que, no caso das sociedades anônimas do futebol, submetidas à Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021, excepcionam-se o inciso VI e a alínea “e” do inciso X, ambos deste artigo.	§ 1º As organizações que somente se dedicam à prática esportiva, sem administrar a modalidade, estão isentas do disposto no inciso VIII e na alínea g do inciso X do caput deste artigo, no que se refere à eleição para os cargos de direção da entidade, e nas alíneas h, i, j e k do inciso X do caput deste artigo, no que se refere à escolha de atletas para participação no colégio eleitoral, observado que, no caso das Sociedades Anônimas do Futebol, submetidas à Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021, não se aplicam o inciso VI e a alínea e do inciso X do caput deste artigo.
	§ 2º A verificação do cumprimento das exigências contidas neste artigo será de responsabilidade da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania, cabendo recurso das decisões ao Conesp.	§ 2º A verificação do cumprimento das exigências previstas neste artigo será de responsabilidade do órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte, e de suas decisões nele baseadas caberá recurso ao CNE.
	§ 3º As organizações a que se refere o caput deste artigo deverão dar publicidade às seguintes informações:	§ 3º As organizações a que se refere o caput deste artigo deverão dar publicidade às seguintes informações:

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

44

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	I – cópia do estatuto social atualizado da organização;	I – cópia do estatuto social atualizado da organização;
	II – relação nominal atualizada dos dirigentes da organização e de seus efetivos salários;	II – relação nominal atualizada dos dirigentes da organização e seus efetivos salários;
	III – cópia integral dos convênios, contratos, termos de parceria, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres realizados com o Poder Executivo federal, os respectivos aditivos e relatórios finais de prestação de contas, na forma da legislação aplicável;	III – cópia integral dos convênios, contratos, termos de parcerias, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres realizados com o Poder Executivo federal, e dos respectivos aditivos, e relatórios finais de prestação de contas, na forma da legislação aplicável; e
	IV – documentos e informações relativos à prestação de contas, bem como, tratando-se de organização que administra e regula a modalidade esportiva, documentos e informações relacionados à sua gestão, ressalvados, em qualquer caso, os contratos comerciais celebrados com cláusula de confidencialidade, sem embargo da competência de fiscalização do conselho fiscal e da obrigação do correto registro contábil de receita e despesa deles decorrente.	IV – documentos e informações relativos à prestação de contas e, no caso de organização que administra e regula a modalidade esportiva, documentos e informações relacionados à sua gestão, ressalvados, em qualquer caso, os contratos comerciais celebrados com cláusula de confidencialidade, sem embargo da competência de fiscalização do conselho fiscal e da obrigação do correto registro contábil de receita e despesa deles decorrente.
	§ 4º As informações de que trata o § 3º deste artigo serão divulgadas no site da organização e em quadro de avisos de amplo acesso público em sua sede.	§ 4º As informações de que trata o § 3º deste artigo serão divulgadas em sítio na internet da organização e em quadro de avisos de amplo acesso público em sua sede.
	§ 5º A divulgação no site referida no § 4º deste artigo poderá ser dispensada, por decisão do órgão ou entidade pública, mediante expressa justificção da organização, nos casos de	§ 5º A divulgação em sítio na internet referida no § 4º deste artigo poderá ser dispensada, por decisão do órgão ou entidade pública, mediante expressa justificção da organização, nos casos de

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

45

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	organizações privadas sem fins lucrativos que não disponham de meios para realizá-la.	organizações privadas sem fins lucrativos que não disponham de meios para realizá-la.
	§ 6º As informações de que trata o § 5º deste artigo deverão ser publicadas a partir da celebração do convênio, contrato, termo de parceria, acordo, ajuste ou instrumento congênere, ser atualizadas periodicamente e ficar disponíveis até 180 (cento e oitenta) dias após a entrega da prestação de contas final.	§ 6º As informações de que trata o § 3º deste artigo deverão ser publicadas a partir da celebração do convênio, contrato, termo de parceria, acordo, ajuste ou instrumento congênere, serão atualizadas periodicamente e ficarão disponíveis até 180 (cento e oitenta) dias após a entrega da prestação de contas final.
	§ 7º As organizações sociais de pequeno porte atuantes na área esportiva estão dispensadas do cumprimento do disposto neste artigo, à exceção das disposições constantes nos incisos II, III, VI e VII do <i>caput</i> , devendo, ainda, prestar contas de todos os recursos públicos recebidos.	§ 7º As organizações sociais de pequeno porte atuantes na área esportiva estão dispensadas do cumprimento do disposto neste artigo, com exceção das disposições constantes dos incisos II, III, VI e VII do <i>caput</i> deste artigo , devendo, ainda, prestar contas de todos os recursos públicos recebidos.
	§ 8º O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, ao CBC e ao CBCP.	§ 8º O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, ao CBC e ao CBCP.
	Art. 36. O disposto nesta Subseção I não se aplica à Sociedade Anônima do Futebol, que é regida exclusivamente pelos termos da Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021.	Art. 36. O disposto nesta Subseção não se aplica à Sociedade Anônima do Futebol, regida exclusivamente pela Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021.
	Subseção II Dos Pactos para os Ciclos Olímpicos e Paralímpicos	Subseção III Dos Pactos para os Ciclos Olímpicos e Paralímpicos
	Art. 37. O COB, o CPB e as organizações esportivas de atuação nacional que lhes são	Art. 37. O COB, o CPB e as organizações esportivas de atuação nacional que lhes são

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

46

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	filiadas, assim como o CBC e o CBCP, firmarão com a Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania até o mês de dezembro do ano em que se realizarem os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Verão seus pactos para os ciclos olímpicos e paralímpicos seguintes.	filiadas, bem como o CBC e o CBCP, firmarão com o órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte até o mês de dezembro do ano em que se realizarem os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Verão seus pactos para os ciclos olímpicos e paralímpicos seguintes.
	§ 1º A CBDE e a CBDU firmarão pactos idênticos aos previstos no <i>caput</i> deste artigo, porém adaptando os períodos de início e fim aos ciclos, respectivamente, da principal competição internacional de que participem.	§ 1º A CBDE e a CBDU firmarão pactos idênticos aos previstos no <i>caput</i> deste artigo, mas com adaptação dos períodos de início e fim aos ciclos, respectivamente, da principal competição internacional de que participem.
	§ 2º Os referidos pactos são obrigatórios para fins de recebimento dos recursos dispostos no art. 32 desta Lei e terão por objetivo a harmonização das atividades das organizações referidas no <i>caput</i> deste artigo com o que prevê o Plandesp em vigor, estabelecendo metas a serem atingidas e diretrizes de trabalho conjunto.	§ 2º Os pactos de que trata este artigo serão obrigatórios para os fins de recebimento dos recursos previstos no art. 32 desta Lei e terão por objetivo a harmonização das atividades das organizações referidas no <i>caput</i> deste artigo com o previsto no PNEsporte em vigor, estabelecendo metas a serem atingidas e diretrizes de trabalho conjunto.
	§ 3º O Conesp avaliará semestralmente o monitoramento de indicadores realizado pela Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania sobre cada um dos pactos para os ciclos olímpicos e paralímpicos em vigor.	§ 3º O CNE avaliará semestralmente o monitoramento de indicadores realizado pelo órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte sobre cada um dos pactos para os ciclos olímpicos e paralímpicos em vigor.
	§ 4º Os pactos para os ciclos olímpicos e paralímpicos substituem os convênios para fins de repasses de recursos do Fundesporte e de órgãos e entidades da Administração Pública federal para as organizações esportivas citadas no <i>caput</i> deste	§ 4º Os pactos para os ciclos olímpicos e paralímpicos substituirão os convênios para fins de repasses de recursos do Fundesporte e de órgãos e entidades da administração pública federal para as organizações esportivas referidas no <i>caput</i> deste

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

47

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	artigo durante seu período de vigência, devendo, porém, ser anexado o plano de trabalho referente a cada nova ação.	artigo durante seu período de vigência, mas deverá ser anexado o plano de trabalho referente a cada nova ação.
	CAPÍTULO III DO FINANCIAMENTO PÚBLICO AO ESPORTE	CAPÍTULO III DO FINANCIAMENTO PÚBLICO AO ESPORTE
	Seção I Disposições Gerais	Seção I Disposições Gerais
	Art. 38. O poder público fomentará a prática esportiva destinando-lhe recursos que possibilitem sua universalização, sempre priorizando o esporte educacional.	Art. 38. O poder público fomentará a prática esportiva, com a destinação de recursos que possibilitem sua universalização, e sempre priorizará o esporte educacional.
	Art. 39. O fomento das atividades esportivas no Sinesp deve ser efetuado mediante cofinanciamento das 3 (três) esferas de governo, por meio dos fundos de esporte.	Art. 39. O fomento das atividades esportivas no Sinesp deverá ser efetuado mediante cofinanciamento das três esferas de governo, por meio dos fundos de esporte.
	Parágrafo único. Os entes federados atuarão em harmonia para a otimização e racionalidade na instalação de equipamentos esportivos, devendo ser ouvida a respectiva organização que administra ou regula a modalidade no caso de construção de centros esportivos ou de arenas destinados à excelência esportiva.	Parágrafo único. Os entes federados atuarão em harmonia para a otimização e a racionalidade na instalação de equipamentos esportivos, e deverá ser ouvida a respectiva organização que administra ou regula a modalidade no caso de construção de centros esportivos ou arenas destinados à excelência esportiva.
	Seção II Dos Fundos de Esporte	Seção II Dos Fundos de Esporte

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

48

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Art. 40. O Sinesp contará, em cada esfera de governo, com um fundo de esporte, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar recursos e fomentar as atividades esportivas.	Art. 40. O Sinesp contará, em cada esfera de governo, com um fundo de esporte, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar recursos e de fomentar as atividades esportivas.
	Parágrafo único. O fundo de esporte de cada ente federado será gerido pelo órgão da A dministração P ública responsável pelas políticas de fomento às atividades esportivas, sob orientação e controle do respectivo conselho de esporte.	Parágrafo único. O fundo de esporte de cada ente federado será gerido pelo órgão da a dministração p ública responsável pelas políticas de fomento às atividades esportivas, sob orientação e controle do respectivo conselho de esporte.
	Art. 41. O cofinanciamento dos serviços, programas e projetos, no que couber, e o aprimoramento da gestão da política de esporte no Sinesp efetuam-se por meio de transferências automáticas ou voluntárias entre os fundos de esporte e mediante alocação de recursos próprios nesses fundos nas 3 (três) esferas de governo.	Art. 41. O cofinanciamento dos serviços, dos programas e dos projetos, no que couber, e o aprimoramento da gestão da política de esporte no Sinesp efetuar-se-ão por meio de transferências automáticas ou voluntárias entre os fundos de esporte e mediante alocação de recursos próprios nesses fundos nas três esferas de governo.
	Art. 42. É condição para os repasses aos Municípios , aos Estados e ao Distrito Federal dos recursos de que trata esta Lei, a efetiva instituição e funcionamento de:	Art. 42. São condições para os repasses aos Estados , ao Distrito Federal e aos Municípios dos recursos de que trata esta Lei a efetiva instituição e o funcionamento de:
	I – conselho de esporte, de composição paritária entre governo e sociedade civil;	I – conselho de esporte, de composição paritária entre governo e sociedade civil;
	II – fundo de esporte, com orientação e controle dos respectivos conselhos de esporte; e	II – fundo de esporte, com orientação e controle dos respectivos conselhos de esporte; e
	III – plano de esporte.	III – plano de esporte.
	§ 1º É , ainda , condição para transferência de recursos dos fundos de esporte aos Estados, ao	§ 1º É também condição para transferência de recursos dos fundos de esporte aos Estados, ao

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

49

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Distrito Federal e aos Municípios a comprovação orçamentária dos recursos próprios destinados ao esporte, alocados em seus respectivos fundos de esporte.	Distrito Federal e aos Municípios a comprovação orçamentária dos recursos próprios destinados ao esporte, alocados nos respectivos fundos de esporte.
	§ 2º O não atendimento pelos Municípios, pelos Estados ou pelo Distrito Federal dos requisitos estabelecidos neste artigo fará com que os recursos concernentes sejam administrados, respectivamente, pelos Estados ou pela União.	§ 2º O não atendimento pelos Municípios, ou pelos Estados, ou pelo Distrito Federal, dos requisitos estabelecidos neste artigo fará com que os recursos concernentes sejam administrados, respectivamente, pelos Estados ou pela União.
	Art. 43. A fiscalização do emprego dos recursos alocados no fundo de esporte de cada ente pelos seus respectivos órgãos de controle interno e externo não elide, no tocante a recursos provenientes de repasse de outro ente federado, a fiscalização a cargo dos órgãos de controle interno e externo deste último.	Art. 43. A fiscalização do emprego dos recursos alocados no fundo de esporte de cada ente pelos respectivos órgãos de controle interno e externo não elide, no que se refere aos recursos provenientes de repasse de outro ente federado, a fiscalização a cargo dos órgãos de controle interno e externo deste último.
	Art. 44. Os Municípios , os Estados e o Distrito Federal prestarão , anualmente, contas do regular uso dos recursos federais repassados a seus fundos do esporte, que serão acompanhadas da decisão do respectivo conselho de esporte sobre o relatório de gestão a ele apresentado que demonstra a execução das ações previstas no plano de esporte do ente federado.	Art. 44. Os Estados , o Distrito Federal e os Municípios prestarão , anualmente, contas do regular uso dos recursos federais repassados a seus fundos de esporte, que serão acompanhadas da decisão do respectivo conselho de esporte sobre o relatório de gestão a ele apresentado e do demonstrativo da execução das ações previstas no plano de esporte do ente federado.
	Parágrafo único. Os entes transferidores poderão requisitar informações referentes à aplicação dos recursos oriundos do seu fundo de esporte, para fins de análise e acompanhamento de sua boa e regular utilização.	Parágrafo único. Os entes transferidores poderão requisitar informações referentes à aplicação dos recursos oriundos do seu fundo de esporte, para fins de análise e acompanhamento de sua boa e regular utilização.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

50

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Art. 45. Constituem recursos dos fundos de esporte os previstos na Constituição Federal e na legislação de cada ente, especialmente o adicional aos tributos incidentes sobre alimentos, incluindo bebidas, ingredientes, aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia, cujas quantidades de açúcares adicionados, gorduras saturadas ou sódio sejam superiores aos limites definidos pela autoridade sanitária competente.	Art. 45. Constituem recursos dos fundos de esporte os previstos na Constituição Federal e na legislação de cada ente federativo.
	Seção III Do Fundo Nacional do Esporte	Seção III Do Fundo Nacional do Esporte
	Art. 46. O Fundo Nacional do Esporte (Fundesporte) tem como objetivo viabilizar a todos:	Art. 46. O Fundo Nacional do Esporte (Fundesporte) tem como objetivo viabilizar:
	I – o acesso a práticas esportivas;	I – o acesso a práticas esportivas;
	II – a prática de educação física em todos os níveis educacionais e a valorização dos profissionais que a ela se dedicam;	II – a prática de educação física em todos os níveis educacionais e a valorização dos profissionais que a ela se dedicam;
	III – a universalização e descentralização dos programas de esporte;	III – a universalização e a descentralização dos programas de esporte;
	IV – a construção, acessibilidade e manutenção de instalações esportivas;	IV – a construção, a acessibilidade e a manutenção de instalações esportivas;
	V – a destinação de equipamentos adequados e adaptados à prática esportiva;	V – a destinação de equipamentos adequados e adaptados à prática esportiva;
	VI – a realização de competições esportivas e o estímulo a que delas participem os atletas;	VI – a realização de competições esportivas e o estímulo para que os atletas delas participem;

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

51

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	VII – a criação de programas de transição de carreira para atletas;	VII – a criação de programas de transição de carreira para atletas;
	VIII – o fomento de estudo, pesquisa e avanço tecnológico na área do esporte; e	VIII – o fomento de estudo, pesquisa e avanço tecnológico na área do esporte; e
	IX – a criação de programas de capacitação e formação de treinadores.	IX – a criação de programas de capacitação e formação de treinadores.
	§ 1º É vedada a utilização dos recursos do Fundesporte para remuneração de pessoal e pagamento de encargos sociais.	§ 1º É vedada a utilização dos recursos do Fundesporte para remuneração de pessoal e para pagamento de encargos sociais.
	§ 2º O percentual máximo do Fundesporte a ser destinado às despesas administrativas será definido a cada ano pelo Conesp.	§ 2º O percentual máximo do Fundesporte a ser destinado às despesas administrativas será definido a cada ano pelo CNE.
	§ 3º Na aplicação dos recursos do Fundesporte, terão prioridade os serviços que compõem a formação esportiva, de que trata o art. 5º, e o esporte para toda a vida, de que trata o art. 7º.	§ 3º Na aplicação dos recursos do Fundesporte, terão prioridade os serviços que compõem a formação esportiva, de que trata o art. 5º desta Lei, e o esporte para toda a vida, de que trata o art. 7º desta Lei.
	§ 4º Para fazer jus aos recursos do Fundesporte as organizações esportivas deverão estar inseridas no Cadastro Nacional de Organizações Esportivas, de que trata o art. 15, inciso IX.	§ 4º Para fazer jus aos recursos do Fundesporte, as organizações esportivas deverão estar inseridas no Cadastro Nacional de Organizações Esportivas, de que trata o inciso IX do caput do art. 15 desta Lei.
	Art. 47. Constituem receitas do Fundesporte:	Art. 47. Constituem receitas do Fundesporte:
	I – recursos do Tesouro Nacional, inclusive os de emendas parlamentares;	I – recursos do Tesouro Nacional, inclusive os de emendas parlamentares;

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

52

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	II – doações, legados e patrocínios, nos termos da legislação vigente;	II – doações, legados e patrocínios, nos termos da legislação vigente;
	III – subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;	III – subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;
	IV – receitas oriundas da exploração de modalidades lotéricas previstas no § 1º do art. 14 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018;	IV – receitas oriundas da exploração de modalidades lotéricas previstas no § 1º do art. 14 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018;
	V – o adicional previsto na legislação aos tributos incidentes sobre alimentos, incluindo bebidas, ingredientes, aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia, cujas quantidades de açúcares adicionados, gorduras saturadas ou sódio sejam superiores aos limites definidos pela autoridade sanitária competente;	
	VI – 5% (cinco por cento) do total dos recursos destinados ao Sistema Único de Saúde na forma do parágrafo único do art. 27 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para aplicação exclusivamente em programas e ações de reabilitação de acidentados por meio do esporte, assim como no paradesporto;	V – 5% (cinco por cento) do total dos recursos destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS) na forma do parágrafo único do art. 27 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para aplicação exclusivamente em programas e ações de reabilitação de acidentados por meio do esporte, bem como no paradesporto;
	VII – reembolso das operações de empréstimo realizadas através do fundo , a título de financiamento reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preserve o valor real;	VI – reembolso das operações de empréstimo realizadas por meio do Fundesporte , a título de financiamento reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preserve o valor real;

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

53

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	VIII – saldos não utilizados na execução dos projetos a que se refere o art. 132 desta Lei;	VII – saldos não utilizados na execução dos projetos a que se refere o art. 131 desta Lei;
	IX – devolução de recursos de projetos previstos no art. 128 desta Lei e não iniciados ou interrompidos, com ou sem justa causa;	VIII – devolução de recursos de projetos previstos no art. 127 desta Lei e não iniciados ou interrompidos, com ou sem justa causa;
	X – resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida a legislação vigente sobre a matéria;	IX – resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida a legislação vigente sobre a matéria;
	XI – conversão da dívida externa com entidades e órgãos estrangeiros, unicamente mediante doações, no limite a ser fixado pelo Ministro de Estado da Economia, observadas as normas e procedimentos do Banco Central do Brasil;	X – conversão da dívida externa com entidades e órgãos estrangeiros, unicamente mediante doações, no limite a ser fixado pelo Ministro de Estado da Economia, observados as normas e os procedimentos do Banco Central do Brasil;
	XII – saldos de exercícios anteriores;	XI – saldos de exercícios anteriores;
	XIII – recursos de outras fontes.	XII – recursos de outras fontes.
	Art. 48. Do total dos recursos destinados ao Fundesporte provenientes da previsão contida no inciso IV do art. 47, 1/3 (um terço) será repassado aos fundos de esporte dos Estados e do Distrito Federal, proporcionalmente ao montante das apostas efetuadas em cada unidade da Federação, para aplicação prioritária em esporte educacional, inclusive em jogos escolares.	Art. 48. Do total dos recursos destinados ao Fundesporte provenientes da previsão constante dos incisos II e V do caput do art. 47 desta Lei, 1/3 (um terço) será repassado aos fundos de esporte dos Estados e do Distrito Federal, proporcionalmente ao montante das apostas efetuadas em cada unidade da Federação, para aplicação prioritária em esporte educacional e universitário, inclusive em jogos escolares.
	Parágrafo único. Ao menos 50% (cinquenta por cento) dos recursos dispostos no caput deste artigo serão investidos em projetos apresentados pelos	Parágrafo único. No mínimo 50% (cinquenta por cento) dos recursos dispostos no caput deste artigo serão investidos em projetos apresentados pelos

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

54

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Municípios ou, na falta de projetos, em ações governamentais em benefício dos Municípios.	Municípios ou, na falta de projetos, em ações governamentais em benefício dos Municípios.
	Seção IV Dos Auxílios Diretos aos Atletas	Seção IV Dos Auxílios Diretos aos Atletas e da Bolsa-Atleta
	Art. 49. O poder público fomentará a formação, o desenvolvimento e a manutenção de atletas em formação e de rendimento por meio de auxílios diretos denominados “bolsa”.	Art. 49. O poder público fomentará a formação, o desenvolvimento e a manutenção de atletas em formação e de rendimento por meio de auxílios diretos denominados bolsa.
	Parágrafo único. Regulamento estabelecerá os limites, em cada categoria de bolsa, para o acúmulo do benefício com outras fontes de renda do atleta.	Parágrafo único. O regulamento estabelecerá os limites, em cada categoria de bolsa, para o acúmulo do benefício com outras fontes de renda do atleta.
	Subseção Única Da Bolsa-Atleta	
	Art. 50. É instituída a Bolsa-Atleta, destinada prioritariamente aos atletas praticantes do esporte de alto rendimento em modalidades olímpicas, paralímpicas e surdolímpicas, sem prejuízo da análise e deliberação acerca das demais modalidades, de acordo com o art. 53 desta Lei.	Art. 50. Fica instituída a Bolsa-Atleta, destinada prioritariamente aos atletas praticantes do esporte de alto rendimento em modalidades olímpicas, paralímpicas e surdolímpicas, sem prejuízo da análise e deliberação acerca das demais modalidades, a serem feitas de acordo com o art. 53 desta Lei.
	§ 1º A Bolsa-Atleta garantirá aos atletas benefício financeiro conforme os valores fixados no Anexo desta Lei, que serão revistos em ato do Poder Executivo, com base em estudos técnicos sobre o tema, observado o limite definido na lei orçamentária anual.	§ 1º A Bolsa-Atleta garantirá aos atletas benefício financeiro conforme os valores fixados no Anexo desta Lei, que serão revistos em ato do Poder Executivo, com base em estudos técnicos sobre o tema, observado o limite definido na lei orçamentária anual.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

55

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	§ 2º Para efeito do disposto no § 1º deste artigo, são criadas as seguintes categorias de Bolsa-Atleta:	§ 2º Para efeito do disposto no § 1º deste artigo, ficam criadas as seguintes categorias de Bolsa-Atleta:
	I – Categoria Atleta de Base , destinada aos atletas que participem com destaque das categorias iniciantes, a serem determinadas pela organização nacional que administra e regula a respectiva modalidade esportiva, em conjunto com a Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania ;	I – categoria atleta de base , destinada aos atletas que participem com destaque das categorias iniciantes, a serem determinadas pela respectiva organização nacional que administra e regula a modalidade esportiva, em conjunto com o órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte ;
	II – Categoria Estudantil , destinada aos atletas que tenham participado de eventos nacionais estudantis, reconhecidos pela Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania ;	II – categoria estudantil , destinada aos atletas que tenham participado de eventos nacionais estudantis, reconhecidos pelo órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte ;
	III – Categoria Atleta Nacional , destinada aos atletas que tenham participado de competição esportiva em âmbito nacional, indicada pela organização nacional que administra e regula a respectiva modalidade esportiva e que atenda aos critérios fixados pela Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania ;	III – categoria atleta nacional , destinada aos atletas que tenham participado de competição esportiva em âmbito nacional, indicada pela respectiva organização nacional que administra e regula a modalidade esportiva e que atenda aos critérios fixados pelo órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte ;
	IV – Categoria Atleta Internacional , destinada aos atletas que tenham participado de competição esportiva de âmbito internacional integrando seleção brasileira ou representando o Brasil em sua modalidade, reconhecida pela respectiva organização esportiva internacional e indicada pela organização nacional que administra e regula a modalidade esportiva;	IV – categoria atleta internacional , destinada aos atletas que tenham participado de competição esportiva de âmbito internacional integrando seleção brasileira ou representando o Brasil em sua modalidade, reconhecida pela respectiva organização esportiva internacional e indicada pela organização nacional que administra e regula a modalidade esportiva;

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

56

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	V – Categoria Atleta Olímpico, Paralímpico ou Surdolímpico , destinada aos atletas que tenham participado de Jogos Olímpicos, Paralímpicos ou Surdolímpicos e cumpram os critérios fixados pela Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania em regulamento;	V – categoria atleta olímpico, paralímpico ou surdolímpico ; destinada aos atletas que tenham participado de jogos olímpicos, paralímpicos ou surdolímpicos e cumpram os critérios fixados pelo órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte em regulamento;
	VI – Categoria Atleta Pódio , destinada aos atletas de modalidades individuais olímpicas, paralímpicas e surdolímpicas, de acordo com os critérios a serem definidos pelas respectivas organizações nacionais que administrem e regulem a modalidade esportiva em conjunto com o COB, o CPB, a CBDS e a Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania , obrigatoriamente vinculados ao Programa Atleta Pódio.	VI – categoria atleta pódio ; destinada aos atletas de modalidades individuais olímpicas, paralímpicas e surdolímpicas, de acordo com os critérios a serem definidos pelas respectivas organizações nacionais que administram e regulam a modalidade esportiva em conjunto com o COB, o CPB, a CBDS e o órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte , obrigatoriamente vinculados ao Programa Atleta Pódio;
		VII – categoria atleta-guia: destinada aos atletas-guia que cumpram os critérios fixados pelo órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte em regulamento; e
		VIII – categoria atleta aposentado: destinada aos atletas aposentados que, ao longo de sua carreira, conquistaram medalha olímpica ou paralímpica.
	§ 3º A Bolsa-Atleta será concedida prioritariamente aos atletas de alto rendimento das modalidades olímpicas, paralímpicas e surdolímpicas filiadas, respectivamente, ao COB, ao CPB ou à CBDS e, subsidiariamente, aos atletas das modalidades que não fazem parte do programa olímpico, paralímpico ou surdolímpico.	§ 3º A Bolsa-Atleta será concedida prioritariamente aos atletas de alto rendimento das modalidades olímpicas, paralímpicas e surdolímpicas filiadas, respectivamente, ao COB, ao CPB ou à CBDS e, subsidiariamente, aos atletas das modalidades que não fazem parte do programa olímpico, paralímpico ou surdolímpico.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

57

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	§ 4º A concessão do benefício para os atletas participantes de modalidades individuais e coletivas que não fizerem parte do programa olímpico, paralímpico ou surdolímpico fica limitada a 15% (quinze por cento) dos recursos orçamentários disponíveis para a Bolsa-Atleta.	§ 4º A concessão da Bolsa-Atleta para os atletas participantes de modalidades individuais e coletivas que não fizerem parte do programa olímpico, paralímpico ou surdolímpico ficará limitada a 15% (quinze por cento) dos recursos orçamentários disponíveis para a Bolsa-Atleta.
	§ 5º Não serão beneficiados com a Bolsa-Atleta os atletas pertencentes à categoria máster ou similar.	§ 5º Não serão beneficiados com a Bolsa-Atleta os atletas pertencentes à categoria master ou similar.
	§ 6º O beneficiário da Bolsa-Atleta com idade igual ou superior a 16 (dezesseis) anos que não seja filiado a regime próprio de previdência social ou que não esteja enquadrado em uma das hipóteses do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, poderá filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social como segurado facultativo.	§ 6º O beneficiário da Bolsa-Atleta com idade igual ou superior a 16 (dezesseis) anos que não seja filiado a regime próprio de previdência social ou que não esteja enquadrado em uma das hipóteses do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, poderá filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social como segurado facultativo.
	§ 7º Os atletas-guias, atletas assistentes e similares podem ser beneficiários da Bolsa-Atleta, na forma definida pelo regulamento.	§ 7º Os atletas-guia, os atletas assistentes e similares poderão ser beneficiários da Bolsa-Atleta, na forma definida pelo regulamento.
	Art. 51. Para pleitear a concessão da Bolsa-Atleta, o atleta deverá preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:	Art. 51. Para pleitear a concessão da Bolsa-Atleta, o atleta deverá preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:
	I – possuir idade mínima de 14 (quatorze) anos para a obtenção das Bolsas-Atleta Nacional, Internacional, Olímpico, Paralímpico ou Surdolímpico e Pódio, e possuir idade máxima de 20 (vinte) anos para a obtenção da Bolsa-Atleta Estudantil, até o término das inscrições;	I – possuir idade mínima de 14 (quatorze) anos para a obtenção das Bolsas-Atleta nas categorias atleta de base, estudantil, atleta-guia, atleta nacional, atleta internacional, atleta olímpico, paralímpico ou surdolímpico e atleta pódio, e possuir idade máxima de 20 (vinte) anos para a

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

58

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
		obtenção da Bolsa-Atleta na categoria estudantil, até o término das inscrições;
	II – estar vinculado a alguma organização que promova prática esportiva;	II – estar vinculado a alguma organização que promova a prática esportiva;
	III – estar em plena atividade esportiva;	III – estar em plena atividade esportiva; (<i>ver art. 50, § 2º, inciso VIII</i>)
	IV – apresentar declaração sobre valores recebidos a título de patrocínio de pessoas jurídicas públicas ou privadas, inclu indo-se todo e qualquer montante percebido eventual ou regularmente, diverso do salário, assim como qualquer tipo de apoio em troca de vinculação de marca;	IV – apresentar declaração sobre valores recebidos a título de patrocínio de pessoas jurídicas públicas ou privadas, incluído todo e qualquer montante percebido eventual ou regularmente, diverso do salário, bem como qualquer tipo de apoio em troca de vinculação de marca;
	V – ter participado de competição esportiva em âmbito nacional ou internacional no ano imediatamente anterior em que tiver sido pleiteada a concessão da Bolsa-Atleta, com exceção da Categoria Atleta Pódio ;	V – ter participado de competição esportiva em âmbito nacional ou internacional no ano imediatamente anterior em que tiver sido pleiteada a concessão da Bolsa- Atleta, com exceção da categoria atleta pódio ;
	VI – estar regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, exclusivamente para os atletas que pleitearem a Bolsa-Atleta Estudantil ;	VI – estar regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, exclusivamente para os atletas que pleitearem a Bolsa-Atleta na categoria estudantil ;
	VII – encaminhar, para aprovação, plano esportivo anual, contendo plano de treinamento, objetivos e metas esportivas para o ano de recebimento do benefício, conforme critérios e modelos a serem estabelecidos pela Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania ;	VII – encaminhar, para aprovação, plano esportivo anual, com plano de treinamento, objetivos e metas esportivas para o ano de recebimento do benefício, conforme critérios e modelos a serem estabelecidos pelo órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte ;

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

59

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	VIII – estar ranqueado na sua respectiva organização esportiva internacional entre os 20 (vinte) primeiros colocados do mundo em sua modalidade ou prova específica, exclusivamente para atletas da Categoria Atleta Pódio.	VIII – estar ranqueado na respectiva organização esportiva internacional entre os 20 (vinte) primeiros colocados do mundo em sua modalidade ou prova específica, exclusivamente para atletas da categoria atleta pódio.
	§ 1º Não poderá candidatar-se à Bolsa-Atleta o atleta que tiver sido condenado por dopagem, na forma do regulamento.	§ 1º Não poderá candidatar-se à Bolsa-Atleta o atleta que tiver sido condenado por dopagem, na forma do regulamento.
	§ 2º Os atletas beneficiados com a Bolsa-Atleta Estudantil poderão recebê-la cumulativamente com outras bolsas ou benefícios oriundos de programas de incentivo ao ensino, pesquisa, iniciação científica e extensão, inclusive os matriculados em cursos de graduação ou pós-graduação <i>stricto sensu</i> em instituição de ensino superior.	§ 2º Os atletas beneficiados com a Bolsa-Atleta na categoria estudantil poderão recebê-la cumulativamente com outras bolsas ou benefícios oriundos de programas de incentivo ao ensino, à pesquisa, à iniciação científica e à extensão, inclusive os matriculados em cursos de graduação ou pós-graduação <i>stricto sensu</i> em instituição de ensino superior.
	Art. 52. A Bolsa-Atleta será concedida pelo prazo de 1 (um) ano, a ser paga em até 12 (doze) parcelas mensais.	Art. 52. A Bolsa-Atleta será concedida pelo prazo de 1 (um) ano e deverá ser paga em até 12 (doze) parcelas mensais.
	Art. 53. O Secretário Especial do Esporte submeterá ao Conesp a análise e deliberação acerca de pleito de concessão de bolsas para atletas de modalidades não olímpicas, não paralímpicas e não surdolímpicas, e respectivas categorias, que serão atendidas no exercício subsequente pela Bolsa-Atleta, observando-se o Plandesp e as disponibilidades financeiras.	Art. 53. O titular do órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte submeterá ao CNE a análise e deliberação acerca de pleito de concessão de bolsas para atletas de modalidades não olímpicas, não paralímpicas e não surdolímpicas, e respectivas categorias, que serão atendidas no exercício subsequente pela Bolsa-Atleta, observados o PNEsporte e as disponibilidades financeiras.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

60

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Art. 54. As despesas decorrentes da concessão da Bolsa-A atleta correrão à conta dos recursos orçamentários do Poder Executivo, inclusive do Fundesporte, nos termos desta Lei.	Art. 54. As despesas decorrentes da concessão da Bolsa-A atleta correrão à conta dos recursos orçamentários do Poder Executivo, inclusive do Fundesporte, nos termos desta Lei.
	Art. 55. Os critérios complementares para concessão, suspensão e cancelamento de bolsas, inclusive quanto às modalidades não olímpicas, não paralímpicas e não surdolímpicas, e as formas e os prazos para a inscrição dos interessados na obtenção do benefício, bem como para a prestação de contas dos recursos financeiros recebidos e dos resultados esportivos propostos e alcançados pelos atletas beneficiados, serão fixados em regulamento.	Art. 55. Os critérios complementares para concessão, suspensão e cancelamento de bolsas, inclusive quanto às modalidades não olímpicas, não paralímpicas e não surdolímpicas, as formas e os prazos para a inscrição dos interessados na obtenção do benefício, bem como para a prestação de contas dos recursos financeiros recebidos e dos resultados esportivos propostos e alcançados pelos atletas beneficiados, serão fixados em regulamento.
	Parágrafo único. O regulamento de que trata o <i>caput</i> deste artigo deverá assegurar ao atleta:	Parágrafo único. O regulamento de que trata o <i>caput</i> deste artigo deverá assegurar ao atleta:
	I – o direito de recurso em face da decisão; e	I – o direito de recurso contra a decisão; e
	II – a garantia de efeito suspensivo imediato da eficácia da decisão para os casos de suspensão ou cancelamento de bolsas.	II – a garantia do efeito suspensivo imediato da eficácia da decisão para os casos de suspensão ou cancelamento de bolsas.
	TÍTULO II DA ORDEM ECONÔMICA ESPORTIVA	TÍTULO II DA ORDEM ECONÔMICA ESPORTIVA
	CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS	CAPÍTULO I DA RESPONSABILIDADE NA GESTÃO ESPORTIVA

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

61

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
		Seção I Disposições Gerais
	Art. 56. A ordem econômica esportiva visa a assegurar as relações sociais oriundas de atividades esportivas e, dado o relevante interesse social, cabe ao poder público zelar pela sua higidez.	Art. 56. A ordem econômica esportiva visa a assegurar as relações sociais oriundas de atividades esportivas, e cabe ao poder público zelar pela sua higidez, em razão do relevante interesse social.
	CAPÍTULO II DA RESPONSABILIDADE NA GESTÃO ESPORTIVA	
	Seção I Disposições Gerais	
	Art. 57. Para a promoção e manutenção da higidez da ordem econômica esportiva, os gestores da área do esporte submetem-se a regras de gestão corporativa, conformidade legal e regulatória, transparência e manutenção da integridade da prática e das competições esportivas.	Art. 57. Para a promoção e a manutenção da higidez da ordem econômica esportiva, os gestores da área do esporte submetem-se a regras de gestão corporativa, de conformidade legal e regulatória, de transparência e de manutenção da integridade da prática e das competições esportivas.
		Seção II Dos Princípios e das Diretrizes
	Art. 58. São princípios reitores da gestão na área esportiva, sem prejuízo de outros preceitos correlatos:	Art. 58. São princípios da gestão na área esportiva, sem prejuízo de outros preceitos correlatos:
	I – responsabilidade corporativa, caracterizada pelo dever de zelar pela viabilidade econômico-financeira da organização, especialmente por meio	I – responsabilidade corporativa, caracterizada pelo dever de zelar pela viabilidade econômico-financeira da organização, especialmente por meio

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

62

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	da adoção de procedimentos de planejamento de riscos e padrões de conformidade;	da adoção de procedimentos de planejamento de riscos e de padrões de conformidade;
	II – transparência, consistente na disponibilização pública das informações referentes ao desempenho econômico-financeiro, gerenciais e que digam respeito à preservação e ao desenvolvimento do patrimônio da organização;	II – transparência, consistente na disponibilização pública das informações referentes ao desempenho econômico-financeiro, gerenciais e pertinentes à preservação e ao desenvolvimento do patrimônio da organização;
	III – prestação de contas, referente ao dever de o gestor prestar contas de sua atuação de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões e atuando com diligência e responsabilidade no âmbito de sua competência;	III – prestação de contas, referente ao dever de o gestor prestar contas de sua atuação de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões e atuando com diligência e responsabilidade no âmbito de sua competência;
	IV – equidade, que se caracteriza pelo tratamento justo e isonômico de todos os gestores e membros da organização, levando em consideração seus direitos e deveres, suas necessidades, seus interesses e suas expectativas;	IV – equidade, caracterizada pelo tratamento justo e isonômico de todos os gestores e membros da organização, considerados seus direitos, seus deveres, suas necessidades, seus interesses e suas expectativas;
	V – participação, consubstanciado na adoção de práticas democráticas de gestão, voltadas à adoção de meios que possibilitem a participação de todos os membros da organização;	V – participação, consubstanciada na adoção de práticas democráticas de gestão direcionadas à adoção de meios que possibilitem a participação de todos os membros da organização;
	VI – integridade esportiva, que, nos aspectos da gestão do esporte, refere-se à adoção de medidas que evitem qualquer interferência indevida que possa afetar a incerteza do resultado esportivo, a igualdade e a integridade dos competidores.	VI – integridade esportiva, referente, no âmbito da gestão do esporte, à adoção de medidas que evitem qualquer interferência indevida que possa afetar a incerteza do resultado esportivo, a igualdade e a integridade dos competidores.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

63

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Art. 59. Os processos eleitorais das organizações esportivas assegurarão:	Art. 59. Os processos eleitorais das organizações esportivas assegurarão:
	I – colégio eleitoral constituído por todos os filiados no gozo de seus direitos, admitida a diferenciação de valor dos seus votos, bem como por representação de atletas e, quando for o caso, de técnicos e de árbitros participantes de competições coordenadas pela organização responsável pelo pleito, na forma e segundo critérios decididos por seus associados;	I – colégio eleitoral constituído de todos os filiados no gozo de seus direitos, admitida a diferenciação de valor dos seus votos, podendo ser composto por representação de atletas, técnicos e árbitros, participantes de competições coordenadas pela organização responsável pelo pleito, segundo critérios decididos por seus associados;
	II – defesa prévia, em caso de impugnação do direito de participar da eleição;	II – defesa prévia, em caso de impugnação do direito de participar da eleição;
	III – eleição convocada no site da organização esportiva e mediante edital publicado em órgão de imprensa de grande circulação, por 3 (três) vezes;	III – eleição convocada no sítio da organização esportiva na internet e mediante edital publicado em órgão de imprensa de grande circulação, por 3 (três) vezes;
	IV – sistema de recolhimento dos votos imune a fraude, admitida votação não presencial;	IV – sistema de recolhimento dos votos imune a fraude, admitida votação não presencial, desde que essa modalidade esteja expressamente prevista em seus estatutos ou em caso de calamidade pública;
	V – acompanhamento da apuração pelos candidatos e meios de comunicação.	V – acompanhamento da apuração pelos candidatos e pelos meios de comunicação.
	§ 1º Na hipótese da adoção de critério diferenciado de valoração dos votos, este não poderá exceder à proporção de 1 (um) para 6 (seis) entre o de menor e o de maior valor.	§ 1º Na hipótese da adoção de critério diferenciado de valoração dos votos, este não poderá exceder à proporção de 1 (um) para 6 (seis) entre o de menor e o de maior valor.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

64

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	§ 2º Nas organizações esportivas que administram e regulam modalidade esportiva, o colégio eleitoral será integrado, no mínimo, por representantes das agremiações participantes das 2 (duas) principais categorias do campeonato que aquelas organizam.	§ 2º Nas organizações esportivas que administram e regulam modalidade esportiva, o colégio eleitoral será integrado, no mínimo, por representantes das agremiações participantes das 2 (duas) principais categorias do campeonato que aquelas organizam.
		§ 3º O registro das chapas deverá ser feito com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data do pleito.
	§ 3º As organizações esportivas de pequeno porte, conforme disposto nesta Lei, são isentas da obrigação de publicação de edital na imprensa de grande circulação, bastando a disponibilização em seu site.	§ 4º As organizações esportivas de pequeno porte, nos termos do § 6º do art. 60 desta Lei, serão isentas da obrigação de publicação de edital na imprensa de grande circulação prevista no inciso III do caput deste artigo, bastando a sua disponibilização em seu sítio na internet.
	Art. 60. As prestações de contas anuais de todas as organizações esportivas, excetuadas as de pequeno porte, na forma desta Lei, serão obrigatoriamente submetidas, com parecer dos conselhos fiscais, às respectivas assembleias gerais para a aprovação final.	Art. 60. As prestações de contas anuais das organizações esportivas, exceto as de pequeno porte, nos termos desta Lei, serão obrigatoriamente submetidas, com parecer dos conselhos fiscais, às respectivas assembleias gerais para a aprovação final.
	§ 1º Todos os integrantes das assembleias gerais terão acesso aos documentos, às informações e aos comprovantes de despesas de contas de que trata o caput deste artigo, facultado restringir a análise somente na sede da organização esportiva.	§ 1º Todos os integrantes das assembleias gerais terão acesso aos documentos, às informações e aos comprovantes de despesas de contas de que trata o caput deste artigo, facultado estabelecer que a análise será realizada somente na sede da organização esportiva.
	§ 2º As organizações esportivas a que se refere o caput deste artigo poderão oferecer seus bens	§ 2º As organizações esportivas a que se refere o caput deste artigo poderão oferecer em garantia

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

65

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	patrimoniais, esportivos ou sociais, inclusive imobiliários ou de propriedade intelectual, em garantia , na forma de seu estatuto, ou, em caso de omissão , mediante aprovação de mais da metade dos associados presentes a assembleia geral especialmente convocada para deliberar o tema.	seus bens patrimoniais, esportivos ou sociais, inclusive imobiliários ou de propriedade intelectual, na forma de seu estatuto, ou, se omissa este , mediante aprovação de mais da metade dos associados presentes à assembleia geral especialmente convocada para deliberar o tema.
	§ 3º Sem prejuízo de outros requisitos previstos em lei e do disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal, as organizações esportivas de que trata o <i>caput</i> deste artigo somente poderão obter financiamento com recursos públicos ou fazer jus a programas de recuperação econômico-financeira se, cumulativamente, atenderem às seguintes condições:	§ 3º Sem prejuízo de outros requisitos previstos em lei e do disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal, as organizações esportivas de que trata o <i>caput</i> deste artigo somente poderão obter financiamento com recursos públicos ou fazer jus a programas de recuperação econômico-financeiros se, cumulativamente, atenderem às seguintes condições:
	I – realizar todos os atos necessários para permitir a identificação exata de sua situação financeira;	I – realizar todos os atos necessários para permitir a identificação exata de sua situação financeira;
	II – apresentar plano de resgate, plano de investimento e plano de provimento de credores trabalhistas;	II – apresentar plano de resgate, plano de investimento e plano de provimento de credores trabalhistas;
	III – garantir a independência de seus conselhos de fiscalização e administração, quando houver;	III – garantir a independência de seus conselhos de fiscalização e administração, quando houver;
	IV – adotar modelo profissional e transparente; e	IV – adotar modelo profissional e transparente; e
	V – apresentar suas demonstrações financeiras, juntamente com os respectivos relatórios de auditoria.	V – apresentar suas demonstrações financeiras juntamente com os respectivos relatórios de auditoria.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

66

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	4º Os recursos do financiamento voltados à implementação do plano de resgate serão utilizados:	§ 4º Os recursos do financiamento direcionados à implementação do plano de resgate serão utilizados:
	I – prioritariamente, para quitação de débitos fiscais e trabalhistas; e	I – prioritariamente, para quitação de débitos fiscais e trabalhistas; e
	II – subsidiariamente, para construção ou melhoria de arena esportiva própria ou de que se utilizem para mando de suas provas ou partidas, com a finalidade de atender aos critérios de segurança, saúde e bem-estar do espectador.	II – subsidiariamente, para construção ou melhoria de arena esportiva própria ou de arenas por elas utilizadas para mando de suas provas ou partidas, com a finalidade de atender aos critérios de segurança, saúde e bem-estar do espectador.
	§ 5º Na hipótese do inciso II do § 4º deste artigo, a organização esportiva deverá apresentar à instituição financiadora o orçamento das obras pretendidas.	§ 5º Na hipótese do inciso II do § 4º deste artigo, a organização esportiva deverá apresentar à instituição financiadora o orçamento das obras pretendidas.
	§ 6º Considera-se organização esportiva de pequeno porte a pessoa jurídica, independentemente de sua personalidade jurídica, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), permitida a equiparação à empresa de pequeno porte, na respectiva faixa já prevista na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.	§ 6º Considera-se organização esportiva de pequeno porte a pessoa jurídica, independentemente de sua personalidade jurídica, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), permitida a equiparação à empresa de pequeno porte, na respectiva faixa já prevista na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
	Art. 61. Nenhuma pessoa natural ou jurídica que, direta ou indiretamente, seja detentora de parcela do capital com direito a voto ou, de qualquer forma, participe da administração de qualquer organização esportiva que promova a prática	Art. 61. Nenhuma pessoa natural ou jurídica que, direta ou indiretamente, seja detentora de parcela do capital com direito a voto ou, de qualquer forma, participe da administração de qualquer organização esportiva que promova a prática

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

67

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	esportiva profissional poderá ter participação simultânea no capital social ou na gestão de outra organização esportiva congênere disputante da mesma competição que envolva a prática esportiva profissional.	esportiva profissional poderá ter participação simultânea no capital social ou na gestão de outra organização esportiva congênere disputante da mesma competição que envolva a prática esportiva profissional.
	§ 1º É vedado que 2 (duas) ou mais organizações esportivas que promovam a prática esportiva profissional disputem a mesma competição ou a mesma série ou divisão de uma competição, quando for o caso, das diversas modalidades esportivas disputadas profissionalmente quando:	§ 1º É vedado que 2 (duas) ou mais organizações esportivas que promovam a prática esportiva profissional disputem a mesma competição ou a mesma série ou divisão de uma competição, quando for o caso, das diversas modalidades esportivas disputadas profissionalmente quando:
	I – uma mesma pessoa natural ou jurídica, direta ou indiretamente, por meio de relação contratual, explore, controle ou administre direitos que integrem seus patrimônios; ou	I – uma mesma pessoa natural ou jurídica, direta ou indiretamente, por meio de relação contratual, explore, controle ou administre direitos que integrem seus patrimônios; ou
	II – uma mesma pessoa natural ou jurídica, direta ou indiretamente, seja detentora de parcela do capital com direito a voto ou, de qualquer forma, participe da administração de mais de uma sociedade ou associação que explore, controle ou administre direitos que integrem os seus patrimônios.	II – uma mesma pessoa natural ou jurídica, direta ou indiretamente, seja detentora de parcela do capital com direito a voto ou, de qualquer forma, participe da administração de mais de uma sociedade ou associação que explore, controle ou administre direitos que integrem os seus patrimônios.
	§ 2º A vedação de que trata este artigo aplica-se:	§ 2º A vedação de que trata este artigo aplica-se:
	I – ao cônjuge e aos parentes até o segundo grau das pessoas naturais; e	I – ao cônjuge e aos parentes até o segundo grau das pessoas naturais; e
	II – às sociedades controladoras, controladas e coligadas das mencionadas pessoas jurídicas, bem	II – às sociedades controladoras, às controladas e às coligadas das mencionadas pessoas jurídicas, bem

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

68

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	como a fundo de investimento, condomínio de investidores ou outra forma assemelhada que resulte na participação concomitante vedada neste artigo.	bem como a fundo de investimento, a condomínio de investidores ou outra forma assemelhada que resulte na participação concomitante vedada neste artigo.
	§ 3º Excluem-se da vedação de que trata este artigo os contratos de administração e investimentos em arenas esportivas, de patrocínio, de licenciamento de uso de marcas e símbolos e de publicidade e propaganda, desde que não importem na administração direta ou na cogestão das atividades esportivas profissionais das organizações esportivas, assim como os contratos individuais ou coletivos de licenciamento de direitos para transmissão de eventos esportivos.	§ 3º Ficam excluídos da vedação de que trata este artigo os contratos de administração e investimentos em arenas esportivas, de patrocínio, de licenciamento de uso de marcas e símbolos e de publicidade e propaganda, desde que não importem na administração direta ou na cogestão das atividades esportivas profissionais das organizações esportivas, bem como os contratos individuais ou coletivos de licenciamento de direitos para transmissão de eventos esportivos.
	§ 4º A infringência a este artigo implicará a inabilitação da organização esportiva quanto à percepção de recursos públicos e verbas de concursos de prognósticos e loterias.	§ 4º A infringência a este artigo implica a inabilitação da organização esportiva quanto à percepção de recursos públicos e verbas de concursos de prognósticos e de loterias.
	Art. 62. As organizações esportivas envolvidas em qualquer competição de atletas profissionais, independentemente da forma jurídica adotada, exceto as de pequeno porte na forma desta Lei, ficam obrigadas a:	Art. 62. As organizações esportivas envolvidas em qualquer competição de atletas profissionais, independentemente da forma jurídica adotada, exceto as de pequeno porte, nos termos do § 6º do art. 60 desta Lei, ficam obrigadas a:
	I – elaborar demonstração financeira passível de separação por atividade econômica, de modo distinto das atividades recreativas e sociais, nos termos da lei e de acordo com os padrões e critérios estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade, e, após ter sido submetida a	I – elaborar demonstração financeira passível de separação por atividade econômica, de modo distinto das atividades recreativas e sociais, nos termos da lei e de acordo com os padrões e os critérios estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade, e, após terem sido submetidas as a

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

69

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	auditoria independente, providenciar sua publicação, até o último dia útil do mês de abril do ano subsequente, por período não inferior a 3 (três) meses, em site próprio ou no site da organização regional que administra e regula a respectiva modalidade esportiva;	auditoria independente, providenciar sua publicação, até o último dia útil do mês de abril do ano subsequente, por período não inferior a 3 (três) meses, em sítio eletrônico próprio ou da respectiva organização regional que administra e regula a modalidade esportiva;
	II – apresentar contas juntamente com os relatórios da auditoria de que trata o inciso I do caput deste artigo ao Conesp , sempre que forem beneficiárias de recursos públicos, na forma do regulamento.	II – apresentar contas juntamente com os relatórios da auditoria a que se refere o inciso I deste caput ao CNE , sempre que forem beneficiárias de recursos públicos, na forma do regulamento.
	§ 1º Sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação tributária, trabalhista, previdenciária e cambial, e das consequentes responsabilidades civil e penal, a infringência a este artigo implicará:	§ 1º Sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação tributária, trabalhista, previdenciária, cambial e das consequentes responsabilidades civil e penal, a infringência a este artigo implica:
	I – para organizações esportivas que administram e regulam a prática esportiva, a inelegibilidade, por 10 (dez) anos, de seus dirigentes para o desempenho de cargos ou funções eletivas ou de livre nomeação, em quaisquer organizações esportivas;	I – para organizações esportivas que administram e regulam a prática esportiva, a inelegibilidade por 10 (dez) anos de seus dirigentes para o desempenho de cargos ou funções eletivas ou de livre nomeação em quaisquer organizações esportivas;
	II – para as organizações que promovem a prática esportiva, a inelegibilidade, por 10 (dez) anos, de seus dirigentes para cargos ou funções eletivas ou de livre nomeação em qualquer organização ou empresa direta ou indiretamente vinculada às competições que envolvam atletas profissionais da respectiva modalidade esportiva.	II – para as organizações que promovem a prática esportiva, a inelegibilidade por 10 (dez) anos de seus dirigentes para cargos ou funções eletivas ou de livre nomeação em qualquer organização ou empresa direta ou indiretamente vinculada às competições que envolvam atletas profissionais da respectiva modalidade esportiva.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

70

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	§ 2º As organizações esportivas que violarem o disposto neste artigo ficam ainda sujeitas:	§ 2º As organizações esportivas que violarem o disposto neste artigo ficam ainda sujeitas:
	I – ao afastamento de seus dirigentes; e	I – ao afastamento de seus dirigentes; e
	II – à nulidade de todos os atos praticados por seus dirigentes em nome da organização após a prática da infração, respeitado o direito de terceiros de boa-fé.	II – à nulidade de todos os atos praticados por seus dirigentes em nome da organização, após a prática da infração, respeitado o direito de terceiros de boa-fé.
	§ 3º Para fins de aplicação do § 2º deste artigo, entendem-se como dirigentes:	§ 3º Para fins de aplicação do § 2º deste artigo, consideram-se dirigentes:
	I – o presidente da organização esportiva, ou aquele que lhe faça as vezes; e	I – o presidente da organização esportiva, ou aquele que lhe faça as vezes; e
	II – o dirigente que cometeu a infração, ainda que por omissão.	II – o dirigente que cometeu a infração, ainda que por omissão.
	Seção II Dos Deveres do Gestor	Seção III Dos Deveres do Gestor
	Art. 63. Para os fins do disposto nesta Lei, gestor esportivo é todo aquele que exerça , de fato ou de direito, poder de decisão na gestão da organização, inclusive seus administradores.	Art. 63. Para os fins do disposto nesta Lei, gestor esportivo é aquele que exerce , de fato ou de direito, poder de decisão na gestão da organização, inclusive seus administradores.
	Parágrafo único. É dever do gestor esportivo agir com cautela e planejamento de risco, atentando-se especialmente aos deveres de:	Parágrafo único. É dever do gestor esportivo agir com cautela e planejamento de risco, atentando-se especialmente aos deveres de:
	I – diligência, caracterizado pela obrigação de gerir a organização com a competência e o cuidado que seriam usualmente empregados por todo homem	I – diligência, caracterizada pela obrigação de gerir a organização com a competência e o cuidado que seriam usualmente empregados por todo homem

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

71

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	digno e de boa-fé na condução de seus próprios negócios;	digno e de boa-fé na condução dos próprios negócios;
	II – lealdade, que se caracteriza pela proibição de o gestor utilizar, em proveito próprio ou de terceiro, informações referentes aos planos e interesses da organização, às quais só teve acesso em razão do cargo que ocupa; e	II– lealdade: caracterizada pela proibição de o gestor utilizar em proveito próprio ou de terceiro informações referentes aos planos e aos interesses da organização, sobre os quais somente teve acesso em razão do cargo que ocupa; e
	III – informação, direcionado à necessária transparência dos negócios da organização, devendo o gestor, sempre de forma imediata, informar os interessados acerca de qualquer situação que possa acarretar risco financeiro ou de gestão, assim como informar sobre eventuais interesses que possua o gestor e que possam ensejar conflito de interesse com as atividades da organização.	III – informação: caracterizada pela necessária transparência dos negócios da organização, com a obrigação de o gestor, sempre de forma imediata, informar os interessados sobre qualquer situação que possa acarretar risco financeiro ou de gestão, bem como de informar sobre eventuais interesses que possua e que possam ensejar conflito de interesse com as atividades da organização.
	Seção III Dos Requisitos e Impedimentos Pessoais na Gestão Esportiva	Seção IV Dos Requisitos e dos Impedimentos Pessoais na Gestão Esportiva
	Art. 64. São inelegíveis e impedidas de exercer funções de direção em organizações esportivas, independentemente de sua natureza jurídica, as pessoas inelegíveis para o exercício de cargos públicos na forma da legislação eleitoral, pelo período de inelegibilidade nela fixado.	Art. 64. São inelegíveis e vedadas de exercer funções de direção das organizações esportivas, independentemente de sua natureza jurídica, as pessoas inelegíveis para o exercício de cargos públicos na forma da legislação eleitoral, pelo período de inelegibilidade nela fixado.
	§ 1º Também são impedidas de exercer funções de direção em organiza ções esportivas as pessoas	§ 1º Também são impedidas de exercer as funções de direção em organiza ção esportiva as pessoas

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

72

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	afastadas por decisão interna ou judicial em razão de gestão temerária ou fraudulenta no esporte, por no mínimo 10 (dez) anos ou enquanto perdurarem os efeitos da condenação judicial.	afastadas por decisão interna ou judicial em razão de gestão temerária ou fraudulenta no esporte por, no mínimo, 10 (dez) anos ou enquanto perdurarem os efeitos da condenação judicial.
	§ 2º Também são inelegíveis para o exercício de cargos e funções eletivas ou de livre nomeação, por 10 (dez) anos: I – os dirigentes:	§ 2º Também são inelegíveis, para o desempenho de cargos e funções eletivos ou de livre nomeação, por 10 (dez) anos, os dirigentes:
	a) inadimplentes na prestação de contas de recursos públicos, por decisão administrativa definitiva;	I – inadimplentes na prestação de contas de recursos públicos em decisão administrativa definitiva;
	b) inadimplentes na prestação de contas da própria organização esportiva, por decisão definitiva judicial ou da respectiva organização, respeitados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa; e	II – inadimplentes na prestação de contas da própria organização esportiva, por decisão definitiva judicial ou da respectiva organização, respeitados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa;
	c) inadimplentes nas contribuições previdenciárias e trabalhistas de responsabilidade da organização esportiva e cuja inadimplência tenha ocorrido durante sua gestão, desde que os débitos tenham sido inscritos em dívida ativa;	III – inadimplentes com as contribuições previdenciárias e trabalhistas, de responsabilidade da organização esportiva e cuja inadimplência tenha ocorrido durante sua gestão, desde que os débitos tenham sido inscritos em dívida ativa; e
	II – os administradores, sócios gerentes ou dirigentes de empresas que tenham tido sua falência decretada.	IV – administradores, sócios gerentes ou dirigentes de empresas que tenham tido sua falência decretada.
	Seção IV Da Gestão Temerária no Esporte	Seção V Da Gestão Temerária no Esporte

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

73

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Art. 65. Os dirigentes das organizações esportivas, independentemente da forma jurídica adotada, têm seus bens particulares sujeitos ao disposto no art. 50 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).	Art. 65. Os dirigentes das organizações esportivas, independentemente da forma jurídica adotada, têm seus bens particulares sujeitos ao disposto no art. 50 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).
	§ 1º Para os fins do disposto nesta Lei, dirigente é todo aquele que exerça , de fato ou de direito, poder de decisão na gestão da entidade, inclusive seus administradores.	§ 1º Para os fins do disposto nesta Lei, dirigente é aquele que exerce , de fato ou de direito, poder de decisão na gestão da entidade, inclusive seus administradores.
	§ 2º Os dirigentes de organizações esportivas respondem solidária e ilimitadamente pelos atos ilícitos praticados e pelos atos de gestão irregular ou temerária ou contrários ao previsto no contrato social ou estatuto.	§ 2º Os dirigentes de organizações esportivas respondem solidária e ilimitadamente pelos atos ilícitos praticados e pelos atos de gestão irregular ou temerária ou contrários ao previsto no contrato social ou estatuto.
	§ 3º O dirigente que, tendo conhecimento do não cumprimento dos deveres estatutários ou contratuais por seu predecessor ou pelo administrador competente, deixar de comunicar o fato ao órgão estatutário competente será responsabilizado solidariamente.	§ 3º O dirigente que tiver conhecimento do não cumprimento dos deveres estatutários ou contratuais por seu predecessor ou pelo administrador competente e deixar de comunicar o fato ao órgão estatutário competente será responsabilizado solidariamente.
	Art. 66. Consideram-se atos de gestão irregular ou temerária praticados pelo dirigente aqueles que revelem desvio de finalidade na direção da organização ou que gerem risco excessivo e irresponsável para seu patrimônio, tais como:	Art. 66. Consideram-se atos de gestão irregular ou temerária praticados pelo dirigente aqueles que revelem desvio de finalidade na direção da organização ou que gerem risco excessivo e irresponsável para seu patrimônio, tais como:
	I – aplicar créditos ou bens sociais em proveito próprio ou de terceiros;	I – aplicar créditos ou bens sociais em proveito próprio ou de terceiros;

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

74

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	II – obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte ou possa resultar prejuízo para a organização esportiva;	II – obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte ou possa resultar prejuízo para a organização esportiva;
	III – celebrar contrato com empresa da qual o dirigente, seu cônjuge ou companheiro, ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, sejam sócios ou administradores, exceto no caso de contratos de patrocínio ou doação em benefício da organização esportiva;	III – celebrar contrato com empresa da qual o dirigente, seu cônjuge ou companheiro ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau sejam sócios ou administradores, exceto no caso de contratos de patrocínio ou doação em benefício da organização esportiva;
	IV – receber qualquer pagamento, doação ou outra forma de repasse de recursos oriundos de terceiros que, no prazo de até 1 (um) ano, antes ou depois do repasse, tenham celebrado contrato com a organização esportiva;	IV – receber qualquer pagamento, doação ou outra forma de repasse de recursos oriundos de terceiros que, no prazo de até 1 (um) ano, antes ou depois do repasse, tenham celebrado contrato com a organização esportiva;
	V – antecipar ou comprometer receitas em desconformidade com o previsto em lei;	V – antecipar ou comprometer receitas em desconformidade com o previsto em lei;
	VI – não divulgar de forma transparente informações de gestão aos associados;	VI – não divulgar de forma transparente informações de gestão aos associados;
	VII – deixar de prestar contas de recursos públicos recebidos.	VII – deixar de prestar contas de recursos públicos recebidos.
	§ 1º Em qualquer hipótese, o dirigente não será responsabilizado caso:	§ 1º Em qualquer hipótese, o dirigente não será responsabilizado caso:
	I – não tenha agido com culpa grave ou dolo; ou	I – não tenha agido com culpa grave ou dolo; ou

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

75

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	II – comprove que agiu de boa-fé e que as medidas realizadas visavam a evitar prejuízo maior à entidade.	II – comprove que agiu de boa-fé e que as medidas realizadas visavam a evitar prejuízo maior à entidade.
	§ 2º Para os fins do disposto no inciso IV do <i>caput</i> deste artigo, também será considerado ato de gestão irregular ou temerária o recebimento de qualquer pagamento, doação ou outra forma de repasse de recursos por:	§ 2º Para os fins do disposto no inciso IV do <i>caput</i> deste artigo, também será considerado ato de gestão irregular ou temerária o recebimento de qualquer pagamento, doação ou outra forma de repasse de recursos por:
	I – cônjuge ou companheiro do dirigente;	I – cônjuge ou companheiro do dirigente;
	II – parentes do dirigente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; e	II – parentes do dirigente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; e
	III – empresa ou sociedade civil da qual o dirigente, seu cônjuge ou companheiro ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, sejam sócios ou administradores.	III – empresa ou sociedade civil da qual o dirigente, seu cônjuge ou companheiro ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau sejam sócios ou administradores.
	Art. 67. Os dirigentes que praticarem atos de gestão irregular ou temerária poderão ser responsabilizados por meio de mecanismos de controle social internos da organização, sem prejuízo da adoção das providências necessárias à apuração das eventuais responsabilidades civil e penal.	Art. 67. Os dirigentes que praticarem atos de gestão irregular ou temerária poderão ser responsabilizados por meio de mecanismos de controle social internos da organização, sem prejuízo da adoção das providências necessárias à apuração das eventuais responsabilidades civil e penal.
	§ 1º Na ausência de disposição específica, caberá à assembleia geral da organização deliberar sobre a instauração de procedimentos de apuração de responsabilidade.	§ 1º Na ausência de disposição específica, caberá à assembleia geral da organização deliberar sobre a instauração de procedimentos de apuração de responsabilidade.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

76

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	§ 2º A assembleia geral poderá ser convocada por 30% (trinta por cento) dos associados com direito a voto para deliberar sobre a instauração de procedimento de apuração de responsabilidade dos dirigentes caso, após 3 (três) meses da ciência do ato tido como de gestão irregular ou temerária:	§ 2º A assembleia geral poderá ser convocada por 30% (trinta por cento) dos associados com direito a voto para deliberar sobre a instauração de procedimento de apuração de responsabilidade dos dirigentes, caso, após 3 (três) meses da ciência do ato tido como de gestão irregular ou temerária:
	I – não tenha sido instaurado o referido procedimento; ou	I – não tenha sido instaurado o referido procedimento; ou
	II – não tenha sido convocada assembleia geral para deliberar sobre os procedimentos internos de apuração da responsabilidade.	II – não tenha sido convocada assembleia geral para deliberar sobre os procedimentos internos de apuração da responsabilidade.
	§ 3º Em organizações em que não haja assembleia geral na sua estrutura, competem ao conselho fiscal os procedimentos previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.	§ 3º Em organizações em que não haja assembleia geral na sua estrutura, competem ao conselho fiscal os procedimentos previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.
	§ 4º Caso constatada a responsabilidade, o dirigente será considerado inelegível por 10 (dez) anos para cargos eletivos em qualquer organização esportiva.	§ 4º Caso constatada a responsabilidade, o dirigente será considerado inelegível por 10 (dez) anos para cargos eletivos em qualquer organização esportiva.
	Art. 68. Compete à organização esportiva, mediante prévia deliberação da assembleia geral, adotar medida judicial cabível contra os dirigentes para ressarcimento dos prejuízos causados ao seu patrimônio.	Art. 68. Compete à organização esportiva, mediante prévia deliberação da assembleia geral, adotar medida judicial cabível contra os dirigentes para ressarcimento dos prejuízos causados ao seu patrimônio.
	§ 1º Os dirigentes contra os quais deva ser proposta medida judicial ficarão impedidos e deverão ser substituídos na mesma assembleia.	§ 1º Os dirigentes contra os quais deva ser proposta medida judicial ficarão impedidos e deverão ser substituídos na mesma assembleia.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

77

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	§ 2º O impedimento previsto no § 1º deste artigo será suspenso caso a medida judicial não tenha sido proposta após 3 (três) meses da deliberação da assembleia geral.	§ 2º O impedimento previsto no § 1º deste artigo será suspenso caso a medida judicial não tenha sido proposta após 3 (três) meses da deliberação da assembleia geral.
	§ 3º Em organizações em que não haja assembleia geral na sua estrutura, competem ao conselho fiscal os procedimentos previstos neste artigo.	§ 3º Em organizações em que não haja assembleia geral na sua estrutura, competem ao conselho fiscal os procedimentos previstos neste artigo.
	CAPÍTULO III DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO ESPORTE	CAPÍTULO II DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO ESPORTE
		Seção I Do Trabalhador Esportivo
	Seção I Disposições Gerais	Subseção I Disposições Gerais
	Art. 69. No nível de excelência esportiva, as relações econômicas que advêm da prática do esporte devem se basear nas premissas do desenvolvimento social e econômico e no primado da proteção do trabalho, da garantia dos direitos sociais do trabalhador esportivo e da valorização da organização esportiva empregadora.	Art. 69. No nível da excelência esportiva, as relações econômicas que advêm da prática do esporte devem basear-se nas premissas do desenvolvimento social e econômico e no primado da proteção do trabalho, da garantia dos direitos sociais do trabalhador esportivo e da valorização da organização esportiva empregadora.
	Seção II Do Trabalhador Esportivo	
	Art. 70. O trabalhador da área do esporte desempenha atividades laborais permeadas por peculiaridades e especificidades, estabelecendo	Art. 70. O trabalhador da área do esporte desempenha atividades laborais permeadas por peculiaridades e especificidades, estabelecendo

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

78

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	relações com as organizações esportivas, independentemente de sua natureza jurídica, por meio das formas previstas na legislação civil ou trabalhista brasileiras .	relações com as organizações esportivas, independentemente de sua natureza jurídica, por meio das formas previstas na legislação civil ou trabalhista.
	Subseção I Dos Atletas	Subseção II Dos Atletas
	Art. 71. A profissão de atleta é reconhecida e regulada por esta Lei, sem prejuízo das disposições não colidentes contidas na legislação vigente, no respectivo contrato de trabalho ou em acordos ou convenções coletivas.	Art. 71. A profissão de atleta é reconhecida e regulada por esta Lei, sem prejuízo das disposições não colidentes contidas na legislação vigente, no respectivo contrato de trabalho ou em acordos ou convenções coletivas.
	Parágrafo único. Considera-se como atleta profissional o praticante de esporte de alto nível que se dedique à atividade esportiva de forma remunerada e permanente e que tenha nessa atividade sua principal fonte de renda por meio do trabalho, independentemente da forma como receba sua remuneração.	Parágrafo único. Considera-se atleta profissional o praticante de esporte de alto nível que se dedica à atividade esportiva de forma remunerada e permanente e que tem nessa atividade sua principal fonte de renda por meio do trabalho, independentemente da forma como recebe sua remuneração.
	Art. 72. Qualquer cessão ou transferência de atleta profissional ou não profissional depende de sua formal e expressa anuência.	Art. 72. Qualquer cessão ou transferência de atleta profissional ou não profissional depende de sua formal e expressa anuência.
	Art. 73. São deveres do atleta profissional, em especial:	Art. 73. São deveres do atleta profissional, em especial:
	I – participar dos jogos, treinos, estágios e outras sessões preparatórias de competições com a aplicação e dedicação correspondentes às suas condições psicofísicas e técnicas;	I – participar dos jogos, dos treinos, dos estágios e de outras sessões preparatórias de competições com aplicação e dedicação correspondentes às suas condições psicofísicas e técnicas;

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

79

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	II – preservar as condições físicas que lhes permitam participar das competições esportivas, submetendo-se às intervenções médicas e assistências especializadas necessárias à prática esportiva;	II – preservar as condições físicas que lhes permitam participar das competições esportivas, submetendo-se às intervenções médicas e assistências especializadas necessárias à prática esportiva;
	III – exercitar a atividade esportiva profissional de acordo com as regras da respectiva modalidade esportiva e as normas que regem a disciplina e a ética esportivas.	III – exercitar a atividade esportiva profissional de acordo com as regras da respectiva modalidade esportiva e as normas que regem a disciplina e a ética esportivas.
	Subseção II Dos Treinadores	Subseção III Dos Treinadores
	Art. 74. A profissão de treinador esportivo é reconhecida e regulada por esta Lei, sem prejuízo das disposições não colidentes contidas na legislação vigente, no respectivo contrato de trabalho ou em acordos ou convenções coletivas.	Art. 74. A profissão de treinador esportivo é reconhecida e regulada por esta Lei, sem prejuízo das disposições não colidentes constantes da legislação vigente, do respectivo contrato de trabalho ou de acordos ou convenções coletivas.
	§ 1º Define-se como treinador esportivo profissional a pessoa que possua como principal atividade remunerada a preparação e supervisão da atividade esportiva de 1 (um) ou vários atletas profissionais.	§ 1º Considera-se treinador esportivo profissional a pessoa que possui como principal atividade remunerada a preparação e a supervisão da atividade esportiva de um ou vários atletas profissionais.
	§ 2º O exercício da profissão de treinador esportivo em organização esportiva profissional é assegurado, exclusivamente:	§ 2º O exercício da profissão de treinador esportivo em organização de prática esportiva profissional fica assegurado exclusivamente:
	I – ao portador de diploma de educação física ;	I – aos portadores de diploma de Educação Física ;
	II – ao portador de diploma de formação profissional em nível superior em curso de	II – aos portadores de diploma de formação profissional em nível superior em curso de

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

80

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	formação profissional oficial de treinador esportivo devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação ou em curso de formação profissional ministrado pela organização nacional que administra e regula a respectiva modalidade esportiva;	formação profissional oficial de treinador esportivo, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação, ou em curso de formação profissional ministrado pela organização nacional que administra e regula a respectiva modalidade esportiva; e
	III – àquele que, à data da publicação desta Lei, esteja exercendo, comprovadamente, há mais de 3 (três) anos, a profissão de treinador esportivo em organização esportiva profissional.	III – aos que, na data da publicação desta Lei, estejam exercendo, comprovadamente, há mais de 3 (três) anos, a profissão de treinador esportivo em organização de prática esportiva profissional.
	§ 3º O ex-atleta poderá exercer a atividade de treinador esportivo, desde que:	§ 3º Os ex-atletas podem exercer a atividade de treinador esportivo, desde que:
	I – comprove ter exercido a atividade de atleta por 3 (três) anos consecutivos ou 5 (cinco) alternados, devidamente comprovados pela organização que administra e regula a respectiva modalidade esportiva; e	I – comprovem ter exercido a atividade de atleta por 3 (três) anos consecutivos ou por 5 (cinco) anos alternados, devidamente comprovados pela respectiva organização que administra e regula a modalidade esportiva; e
	II – participe de curso de formação de treinadores reconhecido pela organização que administra e regula a respectiva modalidade esportiva.	II – participem de curso de formação de treinadores, reconhecido pela respectiva organização que administra e regula a modalidade esportiva.
	§ 4º É permitido o exercício da profissão a treinador estrangeiro, desde que comprove ter licença de sua associação nacional de origem.	§ 4º É permitido o exercício da profissão a treinadores estrangeiros, desde que comprovem ter licença de sua associação nacional de origem.
	§ 5º O disposto no § 2º não se aplica ao profissional que exerça trabalho voluntário e àquele que atue	§ 5º O disposto no § 2º deste artigo não se aplica aos profissionais que exerçam trabalho voluntário e aos que atuem em organização esportiva de

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

81

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	em organização esportiva de pequeno porte, nos termos do art. 60, § 6º, desta Lei.	pequeno porte, nos termos do § 6º do art. 60 desta Lei.
	Art. 75. São direitos do treinador esportivo profissional:	Art. 75. São direitos do treinador esportivo profissional:
	I – gozar de ampla e total liberdade na orientação técnica e tática esportiva;	I – ter ampla e total liberdade na orientação técnica e tática esportiva;
	II – receber do contratante apoio e assistência moral e material para que possa bem desempenhar suas atividades;	II – ter apoio e assistência moral e material assegurada pelo contratante, para que possa desempenhar bem suas atividades;
	III – exigir do contratante o cumprimento das determinações dos organismos esportivos atinentes à sua profissão.	III – exigir do contratante o cumprimento das determinações dos organismos esportivos atinentes à sua profissão.
	Art. 76. São deveres do treinador esportivo profissional:	Art. 76. São deveres do treinador esportivo profissional:
	I – zelar pela disciplina dos atletas sob sua orientação, ministrando os treinamentos no intuito de dotar os atletas da máxima eficiência tática e técnica em favor do contratante;	I – zelar pela disciplina dos atletas sob sua orientação, ministrando os treinamentos no intuito de dotar os atletas da máxima eficiência tática e técnica em favor do contratante;
	II – manter o sigilo profissional.	II – manter o sigilo profissional.
	Subseção III Dos Árbitros	Subseção IV Dos Árbitros
	Art. 77. A atividade de árbitro esportivo é reconhecida e regulada por esta Lei, sem prejuízo das disposições não colidentes contidas na legislação vigente.	Art. 77. A atividade de árbitro esportivo é reconhecida e regulada por esta Lei, sem prejuízo das disposições não colidentes constantes da legislação vigente.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

82

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	§ 1º Considera-se como árbitro esportivo profissional a pessoa que poss ua como principal atividade remunerada a direção de disciplina e conformidade com as regras esportivas durante prova ou partida de prática esportiva.	§ 1º Considera-se árbitro esportivo profissional a pessoa que poss ui como principal atividade remunerada a direção de disciplina e conformidade com as regras esportivas durante uma prova ou partida de prática esportiva.
	§ 2º O trabalho do árbitro esportivo é regulado pelas organizações esportivas responsáveis por essa atividade, sem que haja relação de subordinação de natureza laboral entre esse profissional e a organização esportiva que o contrate te ou regule le seu trabalho.	§ 2º O trabalho do árbitro esportivo é regulado pelas organizações esportivas responsáveis pela atividade referida no § 1º deste artigo, mas não há relação de subordinação de natureza laboral entre esses s profissionais e a organização esportiva que o contrata ta ou regula la seu trabalho.
	Art. 78. O árbitro esportivo exercerá atribuições relacionadas às atividades esportivas disciplinadas nesta Lei, destacando-se aquelas inerentes ao árbitro de partidas e as de seus auxiliares.	Art. 78. O árbitro esportivo exercerá atribuições relacionadas às atividades esportivas disciplinadas nesta Lei, destacando-se aquelas inerentes ao árbitro de partidas e as de seus auxiliares.
	Art. 79. É facultado aos árbitros esportivos organizare m -se em associações profissionais e sindicatos.	Art. 79. É facultado aos árbitros esportivos organizar-se em associações profissionais e em sindicatos.
	Art. 80. É facultado ao árbitro esportivo prestar serviços às organizações esportivas, qualquer que seja sua natureza jurídica ou forma de estruturação, ressalv ando-se o seu impedimento para atuar em campeonato, partida ou prova de organização esportiva à qual tenha vinculado os seus serviços, ou que a beneficie direta ou indiretamente na disputa da competição.	Art. 80. É facultado aos s árbitros s esportivos s prestar serviços às organizações esportivas, qualquer que seja sua natureza jurídica ou forma de estruturação, ressalv ado o seu impedimento para atuar em campeonato, em partida ou em prova de organização de prática esportiva à qual tenha vinculado os seus serviços, ou que a beneficie direta ou indiretamente na disputa da competição.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

83

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	<p>Subseção IV Das Disposições Comuns aos Trabalhadores Esportivos</p>	<p>Subseção V Disposições Comuns aos Trabalhadores Esportivos</p>
	<p>Art. 81. A atividade assalariada não se consubstancia como a única forma de caracterização da profissionalização do atleta, do treinador e do árbitro esportivo, sendo possível também definir como profissional quem seja remunerado por meio de contratos de natureza cível, vedada a sua participação como sócio ou acionista da organização esportiva.</p>	<p>Art. 81. A atividade assalariada não se consubstancia como a única forma de caracterização da profissionalização do atleta, do treinador e do árbitro esportivo, sendo possível também definir como profissional quem é remunerado por meio de contratos de natureza cível, vedada a sua participação como sócio ou acionista da organização esportiva.</p>
	<p>Parágrafo único. A atividade profissional do atleta, do treinador e do árbitro esportivo não constitui, por si só, relação de emprego com a organização com a qual ele mantenha vínculo de natureza meramente esportiva, caracterizado pela liberdade de contratação.</p>	<p>Parágrafo único. A atividade profissional do atleta, do treinador e do árbitro esportivo não constitui por si relação de emprego com a organização com a qual ele mantenha vínculo de natureza meramente esportiva, caracterizado pela liberdade de contratação.</p>
	<p>Seção III Das Organizações Esportivas Voltadas à Prática Esportiva Profissional</p>	<p>Seção II Das Organizações Esportivas Direcionadas à Prática Profissional</p>
	<p>Art. 82. Considera-se como voltada à prática esportiva profissional a organização esportiva, independentemente de sua natureza jurídica, que mantenha atletas profissionais em seus quadros.</p>	<p>Art. 82. Considera-se direcionada à prática esportiva profissional a organização esportiva, independentemente de sua natureza jurídica, que mantenha atletas profissionais em seus quadros.</p>
	<p>Art. 83. São deveres da organização esportiva voltada à prática esportiva profissional, em especial:</p>	<p>Art. 83. São deveres da organização esportiva direcionada à prática esportiva profissional, em especial:</p>

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

84

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	I – registrar o atleta profissional na organização esportiva que regul ^e a respectiva modalidade para fins de vínculo esportivo;	I – registrar o atleta profissional na organização esportiva que regul ^a a respectiva modalidade para fins de vínculo esportivo;
	II – proporcionar aos atletas profissionais as condições necessárias à participação em competições esportivas, treinos e outras atividades preparatórias ou instrumentais;	II – proporcionar aos atletas profissionais as condições necessárias à participação nas competições esportivas, nos treinos e em outras atividades preparatórias ou instrumentais;
	III – submeter os atletas profissionais aos exames médicos e clínicos necessários à prática esportiva;	III – submeter os atletas profissionais aos exames médicos e clínicos necessários à prática esportiva;
	IV – proporcionar condições de trabalho dignas aos demais profissionais esportivos que componham seus quadros ou que a ela prestem serviços, incluídos os treinadores e, quando pertinente, os árbitros;	IV – proporcionar condições de trabalho dignas aos demais profissionais esportivos que componham seus quadros ou que a ela prestem serviços, incluídos os treinadores e, quando pertinente, os árbitros;
	V – promover obrigatoriamente exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas, nos termos do regulamento;	V – promover obrigatoriamente exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas, nos termos da regulamentação;
	VI – contratar seguro de vida e de acidentes pessoais com o objetivo de cobrir os riscos a que os atletas e os treinadores estão sujeitos, dever ao qual também se submete a organização esportiva que os convoque para seleção;	VI – contratar seguro de vida e de acidentes pessoais, com o objetivo de cobrir os riscos aos quais os atletas e os treinadores estão sujeitos, inclusive a organização esportiva que o convoque para seleção;
		VII – assegurar que a importância segurada garantida ao atleta profissional ou ao beneficiário por ele indicado no contrato de seguro o direito a indenização mínima correspondente ao valor anual da remuneração pactuada.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

85

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	§ 1º A organização esportiva contratante é responsável pelas despesas médico-hospitalares, fisioterapêuticas e de medicamentos necessários ao restabelecimento do atleta ou do treinador enquanto a seguradora não fizer o pagamento da indenização a que se refere este artigo, independentemente do pagamento de salário.	§ 1º A organização esportiva contratante é responsável pelas despesas médico-hospitalares, fisioterapêuticas e de medicamentos necessários ao restabelecimento do atleta ou do treinador enquanto a seguradora não fizer o pagamento da indenização a que se refere este artigo, independentemente do pagamento de salário.
	§ 2º As despesas com seguro a que se refere o inciso VI do <i>caput</i> deste artigo serão custeadas, conforme a hipótese, com recursos oriundos da exploração de loteria destinados ao COB e ao CPB.	§ 2º As despesas com seguro a que se refere o inciso VI do <i>caput</i> deste artigo serão custeadas, conforme a hipótese, com recursos oriundos da exploração de loteria destinados ao COB e ao CPB.
	§ 3º A CBDE e a CBDU, ao convocarem atletas para seleção, serão obrigadas a contratar o seguro a que se refere o inciso VI do <i>caput</i> deste artigo, podendo utilizar-se, para o custeamento das despesas, de recursos oriundos da exploração de loteria que lhes são destinados.	§ 3º A CBDE e a CBDU, quando convocarem atletas para seleção, são obrigadas a contratar o seguro a que se refere o inciso VI do <i>caput</i> deste artigo, e podem utilizar-se, para o custeamento das despesas, de recursos oriundos da exploração de loteria que lhes são destinados.
		§ 4º É vedada a participação em competições desportivas profissionais de atletas não profissionais com idade superior a 21 (vinte e um) anos de idade.
	Seção IV Do Contrato Especial de Trabalho Esportivo	Seção III Do Contrato Especial de Trabalho Esportivo
		Subseção I Das Características do Contrato Especial de Trabalho Esportivo

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

86

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Art. 84. A relação do atleta profissional com seu empregador esportivo regula-se pelas normas desta Lei, pelos acordos e convenções coletivas, pelas cláusulas estabelecidas no contrato especial de trabalho esportivo e, subsidiariamente, pelas disposições da legislação trabalhista e da S egurança S ocial.	Art. 84. A relação do atleta profissional com seu empregador esportivo regula-se pelas normas desta Lei, pelos acordos e pel as convenções coletivas, pelas cláusulas estabelecidas no contrato especial de trabalho esportivo e, subsidiariamente, pelas disposições da legislação trabalhista e da seg urança s ocial.
	Parágrafo único. Os prêmios por <i>performance</i> ou resultado, o direito de imagem e o valor das luvas, caso ajustadas, não possuem natureza salarial e constarão em contrato avulso de natureza exclusivamente civil.	§ 1º Os prêmios por <i>performance</i> ou resultado, o direito de imagem, o valor das luvas, caso ajustadas, não possuem natureza salarial e constarão de contrato avulso de natureza exclusivamente civil.
		§ 2º Consideram-se prêmios por <i>performance</i> as liberalidades concedidas pela entidade de prática esportiva empregadora em dinheiro a atleta, a grupo de atletas, a treinadores e a demais integrantes de comissões técnicas e delegações, em razão do seu desempenho individual ou do desempenho coletivo da equipe da entidade de prática esportiva, previstas em contrato especial de trabalho esportivo ou não.
	Art. 85. O atleta profissional poderá manter relação de emprego com organização que se dedique à prática esportiva, com remuneração pactuada em contrato especial de trabalho esportivo, escrito, com prazo determinado, com vigência nunca inferior a 3 (três) meses nem superior a 5 (cinco) anos, firmado com a respectiva	Art. 85. O atleta profissional poderá manter relação de emprego com organização que se dedique à prática esportiva, com remuneração pactuada em contrato especial de trabalho esportivo, escrito e com prazo determinado, cuja vigência não poderá ser inferior a 3 (três) meses nem superior a 5 (cinco) anos, firmado com a

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

87

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	organização esportiva e no qual deverá constar, obrigatoriamente:	respectiva organização esportiva, do qual deverá constar, obrigatoriamente:
	I – cláusula indenizatória esportiva, devida exclusivamente à organização esportiva empregadora à qual esteja vinculado o atleta, nas seguintes hipóteses:	I – cláusula indenizatória esportiva, devida exclusivamente à organização esportiva empregadora à qual está vinculado o atleta, nas seguintes hipóteses:
	a) transferência do atleta para outra organização, nacional ou estrangeira, durante a vigência do contrato especial de trabalho esportivo;	a) transferência do atleta para outra organização, nacional ou estrangeira, durante a vigência do contrato especial de trabalho esportivo;
	b) por ocasião do retorno do atleta às atividades profissionais em outra organização esportiva, no prazo de até 30 (trinta) meses; ou	b) retorno do atleta às atividades profissionais em outra organização esportiva, no prazo de até 30 (trinta) meses; ou
	c) dispensa motivada;	c) dispensa motivada;
	II – cláusula compensatória esportiva, devida ao atleta pela organização que promova prática esportiva, nas hipóteses dos incisos III a V do <i>caput</i> do art. 89 desta Lei.	II – cláusula compensatória esportiva, devida pela organização que promova prática esportiva ao atleta , nas hipóteses dos incisos III, IV e V do <i>caput</i> do art. 89 desta Lei.
	§ 1º O valor da cláusula indenizatória esportiva a que se refere o inciso I do <i>caput</i> deste artigo será livremente pactuado pelas partes e expressamente quantificado no instrumento contratual:	§ 1º O valor da cláusula indenizatória esportiva a que se refere o inciso I do <i>caput</i> deste artigo será livremente pactuado pelas partes e expressamente quantificado no instrumento contratual:
	I – até o limite máximo de 2.000 (duas mil) vezes o valor médio do salário contratual, para as transferências nacionais;	I – até o limite máximo de 2.000 (duas mil) vezes o valor médio do salário contratual, para as transferências nacionais; e
	II – sem qualquer limitação, para as transferências internacionais.	II – sem qualquer limitação, para as transferências internacionais.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

88

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	§ 2º O atleta e a nova organização esportiva empregadora são solidariamente responsáveis pelo pagamento da cláusula indenizatória esportiva de que trata o inciso I do <i>caput</i> deste artigo.	§ 2º Serão solidariamente responsáveis pelo pagamento da cláusula indenizatória esportiva de que trata o inciso I do <i>caput</i> deste artigo o atleta e a nova organização esportiva empregadora.
	§ 3º O valor da cláusula compensatória esportiva a que se refere o inciso II do <i>caput</i> deste artigo será livremente pactuado entre as partes e formalizado no contrato especial de trabalho esportivo, observando-se, como limite máximo, 400 (quatrocentas) vezes o valor do salário mensal no momento da rescisão e, como limite mínimo, o valor total de salários mensais a que teria direito o atleta até o término do referido contrato.	§ 3º O valor da cláusula compensatória esportiva a que se refere o inciso II do <i>caput</i> deste artigo será livremente pactuado entre as partes e formalizado no contrato especial de trabalho esportivo, observado, como limite máximo, 400 (quatrocentas) vezes o valor do salário mensal no momento da rescisão e, como limite mínimo, metade do valor total de salários mensais a que teria direito o atleta ou técnico de futebol até o término do referido contrato.
		§ 4º No contrato especial de trabalho esportivo firmado, originariamente, com prazo de até 12 (doze) meses, o limite mínimo da cláusula compensatória esportiva referida no § 3º deste artigo será o valor total de salários mensais a que teria direito o atleta até o término do referido contrato.
	§ 4º A cláusula compensatória esportiva será paga pelo clube em favor do atleta em parcelas mensais iguais e sucessivas até o termo final do contrato originalmente pactuado e será devida a partir da rescisão do contrato de trabalho.	§ 5º A cláusula compensatória esportiva será paga pelo clube em favor do atleta em parcelas mensais iguais e sucessivas até o termo final do contrato originalmente pactuado e será devida a partir da rescisão do contrato especial de trabalho esportivo.
	§ 5º Caso no curso do pagamento da cláusula compensatória esportiva o atleta celebre novo contrato de trabalho com distinta organização	§ 6º Caso, no curso do pagamento da cláusula compensatória esportiva, o atleta celebre novo contrato de trabalho com distinta organização de

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

89

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	esportiva, a organização esportiva anterior será remida do pagamento das parcelas finais da cláusula compensatória esportiva quando o salário do atleta com a nova organização esportiva for igual ou superior àquele que recebia anteriormente, e, caso o salário seja inferior, a organização esportiva anterior pagará somente a sua diferença, seguindo o parcelamento em curso apenas pelo saldo.	prática esportiva, será a organização de prática esportiva anterior remida do pagamento das parcelas finais da cláusula compensatória esportiva quando o salário do atleta com a nova organização esportiva for igual ou superior àquele que recebia anteriormente ou, caso seja inferior, será devida pela organização de prática esportiva anterior somente a sua diferença, e seguirá o parcelamento em curso apenas pelo saldo.
	§ 6º Ocorrendo atraso no pagamento das parcelas da cláusula compensatória esportiva superior a 2 (dois) meses, vencer-se-á automaticamente toda a dívida.	§ 7º Se ocorrer o atraso no pagamento das parcelas da cláusula compensatória esportiva superior a 2 (dois) meses, vencer-se-á automaticamente toda a dívida.
	§ 7º A cobrança judicial da cláusula compensatória esportiva sujeita-se ao seu comprovado inadimplemento nos termos do § 6º deste artigo.	§ 8º A cobrança judicial da cláusula compensatória esportiva sujeitar-se-á ao seu comprovado inadimplemento nos termos do § 6º deste artigo.
	§ 8º O contrato especial de trabalho esportivo vigora independentemente de registro em organização esportiva e não se confunde com o vínculo esportivo.	§ 9º O contrato especial de trabalho esportivo vigorará independentemente de registro em organização esportiva e não se confundirá com o vínculo esportivo.
	§ 9º Não constitui nem gera vínculo de emprego a remuneração eventual de atleta de qualquer modalidade por participação em prova ou partida, inclusive as premiações por resultado alcançado, que são concedidas eventualmente e em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades, bem como a percepção de auxílios na forma de bolsas ou de remuneração não permanente por meio de	§ 10. Não constituirá nem gerará vínculo de emprego a remuneração eventual de atleta de qualquer modalidade por participação em prova ou partida, inclusive as premiações por resultado alcançado, devendo ser concedidas eventualmente e em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades, bem como a percepção de auxílios na forma de bolsas ou de remuneração não

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

90

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	patrocínios ou direito sobre a exploração comercial de sua imagem.	permanente por meio de patrocínios ou direito sobre a exploração comercial de sua imagem.
	§ 10. Os contratos celebrados com atletas mulheres, ainda que de natureza cível, não poderão ter qualquer tipo de condicionante relativo à gravidez, à licença-maternidade ou a questões referentes à maternidade em geral.	§ 11. Os contratos celebrados com atletas mulheres, ainda que de natureza cível, não poderão ter qualquer tipo de condicionante relativo a gravidez, a licença-maternidade ou a questões referentes a maternidade em geral.
		§ 12. Em caso de ocorrência de acidente de trabalho, na hipótese de o clube optar por não realizar o comunicado de acidente de trabalho e assumir a integralidade dos salários durante o afastamento do atleta até a sua plena recuperação, ficará afastada qualquer estabilidade ou indenização substitutiva prevista em lei.
		§ 13. Será aplicada ao contrato especial de trabalho esportivo o disposto no parágrafo único do art. 444 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispensada a exigência do diploma de nível superior quando o atleta profissional for assistido na celebração do contrato por advogado de sua escolha.
		§ 14. No contrato especial de trabalho esportivo com remuneração mensal superior a 2 (duas) vezes o limite máximo do salário de contribuição do Regime Geral de Previdência Social, poderá ser pactuada cláusula compromissória de arbitragem na forma do art. 507-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452,

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

91

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
		de 1º de maio de 1943, não aplicada, nesse caso, a exigência de previsão em acordo ou convenção coletiva estabelecida no § 2º do art. 26 desta Lei.
	Art. 86. Convenção ou acordo coletivo de trabalho disporá sobre a regulação do trabalho do atleta profissional, respeitadas as peculiaridades de cada modalidade esportiva e do trabalho das mulheres, assim como a proteção ao trabalho do menor.	Art. 86. Convenção ou acordo coletivo de trabalho disporá sobre a regulação do trabalho do atleta profissional, respeitadas as peculiaridades de cada modalidade esportiva e do trabalho das mulheres, bem como sobre a proteção ao trabalho do menor.
	Parágrafo único. O poder público, especialmente os órgãos do Poder Judiciário, atenderá à prevalência das normas convencionadas ou acordadas na forma do <i>caput</i> deste artigo sobre as disposições legais, inclusive sobre as disposições desta Lei e das normas que a ela subsidiariamente se aplicam, respeitados os direitos sociais de caráter heterônomo constantes da Constituição Federal.	Parágrafo único. O poder público, especialmente os órgãos do Poder Judiciário, atenderão à prevalência das normas convencionadas ou acordadas na forma do <i>caput</i> deste artigo sobre as disposições legais, inclusive quanto às disposições desta Lei e das normas que se aplicarem subsidiariamente a ela, respeitados os direitos sociais de caráter heterônomo constantes da Constituição Federal.
	Art. 87. A organização que promova prática esportiva poderá suspender o contrato especial de trabalho esportivo do atleta profissional, ficando dispensada do pagamento da remuneração nesse período, quando o atleta for impedido de atuar, por prazo ininterrupto superior a 90 (noventa) dias, em decorrência de ato ou evento de sua exclusiva responsabilidade, desvinculado da atividade profissional, conforme previsto no referido contrato.	Art. 87. A organização que promove prática esportiva poderá suspender o contrato especial de trabalho esportivo do atleta profissional, ficando dispensada do pagamento da remuneração nesse período, quando o atleta for impedido de atuar, por prazo ininterrupto superior a 90 (noventa) dias, em decorrência de ato ou evento de sua exclusiva responsabilidade, desvinculado da atividade profissional, conforme previsto no referido contrato.
	Parágrafo único. O contrato especial de trabalho esportivo deverá conter cláusula expressa	Parágrafo único. O contrato especial de trabalho esportivo deverá conter cláusula expressa

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

92

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	reguladora de sua prorrogação automática na ocorrência da hipótese de suspensão contratual prevista no <i>caput</i> .	reguladora de sua prorrogação automática na ocorrência da hipótese de suspensão contratual prevista no <i>caput</i> deste artigo.
	Art. 88. Quando o contrato especial de trabalho esportivo possuir prazo inferior a 12 (doze) meses, o atleta profissional terá direito a saldo proporcional aos meses trabalhados durante a vigência do contrato, referente a férias, abono de férias e 13º (décimo terceiro) salário.	Art. 88. Quando o contrato especial de trabalho esportivo possuir prazo inferior a 12 (doze) meses, o atleta profissional terá direito a saldo proporcional aos meses trabalhados durante a vigência do contrato, referente a férias, a abono de férias e a décimo terceiro salário.
	Subseção I Do Término do Contrato Especial de Trabalho Esportivo	Subseção II Do Término do Contrato Especial de Trabalho Esportivo
	Art. 89. O vínculo de emprego e o vínculo esportivo do atleta profissional com a organização esportiva empregadora cessam, para todos os efeitos legais, com:	Art. 89. O vínculo de emprego e o vínculo esportivo do atleta profissional com a organização esportiva empregadora cessam para todos os efeitos legais com:
	I – o término da vigência do contrato ou o seu distrato;	I – o término da vigência do contrato ou o seu distrato;
	II – a ruptura antecipada, com o pagamento da cláusula indenizatória esportiva ou da cláusula compensatória esportiva;	II – a ruptura antecipada com o pagamento da cláusula indenizatória esportiva ou da cláusula compensatória esportiva;
	III – a rescisão decorrente do inadimplemento salarial ou do contrato de direito de imagem a ele vinculado, de responsabilidade da organização esportiva empregadora, nos termos desta Lei;	III – a rescisão decorrente do inadimplemento salarial ou do contrato de direito de imagem m vinculado ao atleta, de responsabilidade da organização esportiva empregadora, nos termos desta Lei;

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

93

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	IV – a rescisão indireta, nas demais hipóteses previstas na legislação trabalhista;	IV – a rescisão indireta, nas demais hipóteses previstas na legislação trabalhista; e
	V – a dispensa imotivada do atleta.	V – a dispensa imotivada do atleta.
	§ 1º É hipótese de rescisão indireta do contrato especial de trabalho esportivo a inadimplência da organização esportiva empregadora quanto às obrigações contratuais referentes à remuneração do atleta profissional ou ao direito de imagem, por período igual ou superior a 2 (dois) meses, ficando o atleta livre para se transferir para qualquer outra organização esportiva, nacional ou do exterior, e exigir a cláusula compensatória esportiva e os haveres devidos.	§ 1º É hipótese de rescisão indireta do contrato especial de trabalho esportivo a inadimplência da organização esportiva empregadora com as obrigações contratuais referentes à remuneração do atleta profissional ou ao contrato de direito de imagem, por período igual ou superior a 2 (dois) meses, e fica o atleta livre para transferir-se a qualquer outra organização esportiva, nacional ou estrangeira, e exigir a cláusula compensatória esportiva e os haveres devidos.
	§ 2º Entendem-se como salário, para efeitos da remuneração prevista no § 1º deste artigo, o abono de férias, o décimo terceiro salário, as gratificações e demais verbas inclusas no contrato de trabalho.	§ 2º Consideram-se salário, para efeitos da remuneração prevista no § 1º deste artigo, o abono de férias, o décimo terceiro salário, as gratificações e as demais verbas inclusas no contrato de trabalho.
	§ 3º O não recolhimento do FGTS e das contribuições previdenciárias também caracteriza mora contumaz.	§ 3º A mora contumaz será considerada também pelo não recolhimento do FGTS e das contribuições previdenciárias.
	§ 4º O atleta com contrato especial de trabalho esportivo rescindido na forma do § 1º deste artigo é autorizado a se transferir para outra organização esportiva poderá fazê-lo independentemente do número de partidas das quais tenha participado na competição e poderá disputar a competição que estiver em andamento por ocasião da rescisão contratual, respeitando-se a data limite de	§ 4º O atleta com contrato especial de trabalho esportivo rescindido na forma do § 1º deste artigo fica autorizado a transferir-se para outra organização esportiva, independentemente do número de partidas das quais tenha participado na competição, bem como a disputar a competição que estiver em andamento por ocasião da rescisão contratual, respeitada a data-limite de inscrições

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

94

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	inscrições prevista nos respectivos regulamentos de cada modalidade esportiva.	prevista nos respectivos regulamentos de cada modalidade esportiva.
	§ 5º É lícito ao atleta profissional recusar-se a competir por organização esportiva quando seus salários, no todo ou em parte, estiverem atrasados em 2 (dois) ou mais meses.	§ 5º É lícito ao atleta profissional recusar-se a competir por organização esportiva quando seus salários, no todo ou em parte, estiverem atrasados em 2 (dois) ou mais meses.
	§ 6º A dispensa motivada do atleta profissional acarreta a obrigação de pagar o valor da cláusula indenizatória esportiva à organização esportiva empregadora.	§ 6º A dispensa motivada do atleta profissional acarreta a obrigação de pagar o valor da cláusula indenizatória esportiva à organização esportiva empregadora.
	§ 7º Ao atleta profissional estrangeiro poderá ser concedida autorização de trabalho, observadas as exigências da legislação específica, por prazo não excedente a 5 (cinco) anos e correspondente à duração fixada no respectivo contrato especial de trabalho esportivo, permitida a renovação.	§ 7º Ao atleta profissional não nacional de modalidade esportiva poderá ser concedida autorização de trabalho, observadas as exigências da legislação específica, por prazo não excedente a 5 (cinco) anos e correspondente à duração fixada no respectivo contrato especial de trabalho esportivo, permitida a renovação.
	§ 8º A organização esportiva que administra ou regula a prática esportiva na respectiva modalidade será obrigada a exigir da organização esportiva contratante a comprovação da autorização de trabalho concedida ao atleta estrangeiro emitida pelo Ministério do Trabalho e Previdência, sob pena de cancelamento da inscrição esportiva.	§ 8º A organização esportiva que administra ou regula a prática esportiva na respectiva modalidade será obrigada a exigir da organização esportiva contratante a comprovação da autorização de trabalho concedida ao atleta não nacional emitida pelo Ministério do Trabalho e Previdência, sob pena de cancelamento da inscrição esportiva.
	§ 9º A dispensa de atleta mulher motivada por questões relativas à gravidez ou à licença-maternidade ou referentes à maternidade em geral enquadra-se nos casos de dispensa imotivada	§ 9º A dispensa de atleta mulher motivada por questões relativas a gravidez, a licença-maternidade ou referentes a maternidade em geral enquadra-se na hipótese de dispensa imotivada

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

95

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	previstos no inciso V do <i>caput</i> deste artigo, sendo devida a cláusula compensatória esportiva prevista no inciso II do <i>caput</i> do art. 85.	prevista no inciso V do <i>caput</i> deste artigo, devida, nesse caso, a cláusula compensatória esportiva prevista no inciso II do <i>caput</i> do art. 85 desta Lei.
	§ 10. Caso ocorra a dispensa de atleta mulher pelos motivos previstos no § 9º deste artigo, a organização que se dedica à prática esportiva profissional ficará impedida de registrar novas atletas pelo período de 1 (um) ano.	§ 10. Caso ocorra a dispensa de atleta mulher pelos motivos previstos no § 9º deste artigo, a organização que se dedica à prática esportiva profissional ficará impedida de registrar novas atletas pelo período de 1 (um) ano.
	Subseção II Da Cessão de Atletas a outra Organização Esportiva	Subseção III Da Cessão de Atletas a outra Organização Esportiva
	Art. 90. É facultada a cessão de atleta profissional, desde que esse aquiesça, da organização esportiva contratante para outra, durante a vigência de seu contrato especial de trabalho esportivo.	Art. 90. Será facultada a cessão de atleta profissional, desde que este aquiesça, da organização esportiva contratante para outra, durante a vigência de seu contrato especial de trabalho esportivo.
	§ 1º A cessão de que trata o <i>caput</i> deste artigo consiste na disponibilização temporária do atleta profissional pela organização esportiva empregadora para prestar trabalho a outra organização, passando-se o poder de direção à cessionária e suspendendo-se o vínculo contratual inicial.	§ 1º A cessão de que trata o <i>caput</i> deste artigo consistirá na disponibilização temporária do atleta profissional pela organização esportiva empregadora para prestar trabalho a outra organização, observado que o poder de direção passará à cessionária e o vínculo contratual inicial ficará suspenso.
	§ 2º O atleta profissional cedido que estiver com sua remuneração ou valores estabelecidos em contrato de direito de imagem em atraso, no todo ou em parte, por mais de 2 (dois) meses, notificará a organização esportiva cedente para, querendo,	§ 2º O atleta profissional cedido que estiver com sua remuneração ou valores estabelecidos em contrato de direito de imagem em atraso, no todo ou em parte, por mais de 2 (dois) meses, notificará a organização esportiva cedente para, se quiser,

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

96

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	purgar a mora, no prazo de 15 (quinze) dias, não se aplicando, nesse caso, o disposto no § 1º do art. 89 desta Lei.	purgar a mora, no prazo de 15 (quinze) dias, e não se aplicará, nesse caso, o disposto no § 1º do art. 89 desta Lei.
	§ 3º O não pagamento ao atleta de salário e contribuições previstas em lei por parte da organização esportiva cessionária por 2 (dois) meses implicará a rescisão do contrato de empréstimo e a incidência da cláusula compensatória esportiva nele prevista, a ser paga ao atleta pela organização esportiva cessionária.	§ 3º O não pagamento ao atleta de salário e de contribuições previstas em lei por parte da organização esportiva cessionária, por 2 (dois) meses, implicará a rescisão do contrato de empréstimo e a incidência da cláusula compensatória esportiva nele prevista, a ser paga ao atleta pela organização esportiva cessionária.
	§ 4º Ocorrendo a rescisão mencionada no § 3º deste artigo, o atleta deverá retornar à organização esportiva cedente para cumprir o antigo contrato especial de trabalho esportivo.	§ 4º Se ocorrer a rescisão referida no § 3º deste artigo, o atleta deverá retornar à organização esportiva cedente para cumprir o antigo contrato especial de trabalho esportivo.
	§ 5º O contrato de cessão de atleta profissional celebrado entre organizações esportivas poderá prever multa a ser paga pela organização esportiva que descumprir os termos ajustados.	§ 5º O contrato de cessão de atleta profissional celebrado entre organizações esportivas poderá prever multa a ser paga pela organização esportiva que descumprir os termos ajustados.
	Art. 91. A participação de atletas profissionais em seleções será estabelecida na forma acordada entre a organização esportiva convocadora e a cedente.	Art. 91. A participação de atletas profissionais em seleções será estabelecida na forma como acordarem a organização esportiva convocadora e a cedente.
	§ 1º A organização esportiva convocadora indenizará a cedente dos encargos previstos no contrato de trabalho pelo período em que durar a convocação do atleta, sem prejuízo de eventuais ajustes celebrados entre este e a organização convocadora.	§ 1º A organização esportiva convocadora indenizará a cedente dos encargos previstos no contrato de trabalho, pelo período em que durar a convocação do atleta, sem prejuízo de eventuais ajustes celebrados entre este e a organização convocadora.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

97

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	§ 2º O período de convocação estende-se até a reintegração do atleta apto a exercer sua atividade à organização esportiva que o cedeu.	§ 2º O período de convocação estender-se-á até a reintegração do atleta, apto a exercer sua atividade, à organização esportiva que o cedeu.
	Subseção III Das Transferências e Cessões Internacionais	Subseção IV Das Transferências e Cessões Internacionais
	Art. 92. Na cessão ou transferência de atleta profissional para organização esportiva estrangeira serão observadas as normas regulatórias da modalidade esportiva no Brasil a qual se vincula a organização transferente ou cedente.	Art. 92. Na cessão ou na transferência de atleta profissional para organização esportiva estrangeira, serão observadas as normas regulatórias da modalidade esportiva no Brasil a qual se vincula a organização transferente ou cedente.
	§ 1º As condições para transferência do atleta profissional para o exterior deverão integrar obrigatoriamente os contratos de trabalho entre o atleta e a organização esportiva brasileira que o contratou.	§ 1º As condições para transferência do atleta profissional para o exterior deverão integrar obrigatoriamente os contratos de trabalho entre o atleta e a organização esportiva brasileira que o contratou.
	§ 2º O valor da cláusula indenizatória esportiva internacional originalmente pactuada entre o atleta e a organização cedente, independentemente do pagamento da cláusula indenizatória esportiva nacional, será devido a esta pela cessionária caso esta venha a concretizar transferência internacional do mesmo atleta, em prazo inferior a 3 (três) meses, caracterizando o conluio com a congênere estrangeira.	§ 2º O valor da cláusula indenizatória esportiva internacional originalmente pactuada entre o atleta e a organização cedente, independentemente do pagamento da cláusula indenizatória esportiva nacional, será devido à organização cedente pela cessionária caso esta venha a concretizar transferência internacional do mesmo atleta, em prazo inferior a 3 (três) meses, caracterizando o conluio com a congênere estrangeira.
	Subseção IV Dos Direitos Econômicos	Subseção V Dos Direitos Econômicos

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

98

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Art. 93. Entende-se por direitos econômicos todo e qualquer resultado ou proveito econômico oriundo da transferência, temporária ou definitiva, do vínculo esportivo de atleta profissional entre organizações esportivas empregadoras, do pagamento de cláusula indenizatória esportiva prevista em contrato especial de trabalho esportivo ou de compensação por rescisão de contrato fixada por órgão ou tribunal competente.	Art. 93. Entende-se por direitos econômicos todo e qualquer resultado ou proveito econômico oriundo da transferência, temporária ou definitiva, do vínculo esportivo de atleta profissional entre organizações esportivas empregadoras, do pagamento de cláusula indenizatória esportiva prevista em contrato especial de trabalho esportivo ou de compensação por rescisão de contrato fixada por órgão ou tribunal competente.
	Parágrafo único. A cessão ou negociação de direitos econômicos dos atletas submete-se a regras e regulamentos próprios de cada organização de administração esportiva e à legislação internacional das federações internacionais esportivas.	Parágrafo único. A cessão ou a negociação de direitos econômicos dos atletas submetem-se às regras e aos regulamentos próprios de cada organização de administração esportiva e à legislação internacional das federações internacionais esportivas.
	Seção V Dos Contratos de Intermediação, de Representação e de Agenciamento Esportivos	Seção IV Dos Contratos de Intermediação, de Representação e de Agenciamento Esportivos
	Art. 94. Entende-se por agente esportivo a pessoa natural ou jurídica que exerça a atividade de intermediação na celebração de contratos esportivos e no agenciamento de carreiras de atletas.	Art. 94. Entende-se por agente esportivo a pessoa natural ou jurídica que exerce a atividade de intermediação na celebração de contratos esportivos e no agenciamento de carreiras de atletas.
	§ 1º É facultado aos parentes em primeiro grau, ao cônjuge e ao advogado do atleta representarem, quando outorgados expressamente, os interesses do atleta enquanto intermediadores do contrato	§ 1º É facultado aos parentes em primeiro grau, ao cônjuge e ao advogado do atleta representar, quando outorgados expressamente, os interesses do atleta na condição de intermediadores do

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

99

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	esportivo ou agenciadores de sua carreira, sem necessidade de registro ou licenciamento pela organização esportiva de abrangência nacional que administra e regula a respectiva modalidade esportiva em que pretenda atuar ou pela federação internacional respectiva.	contrato esportivo ou de agenciadores de sua carreira, sem necessidade de registro ou de licenciamento pela organização esportiva de abrangência nacional que administra e regula a respectiva modalidade esportiva em que pretende atuar ou pela federação internacional respectiva.
	§ 2º A atuação de intermediação, representação e agenciamento esportivos submete-se a regras e regulamentos próprios de cada organização de administração esportiva e à legislação internacional das federações internacionais esportivas.	§ 2º A atuação de intermediação, de representação e de agenciamento esportivo submete-se às regras e aos regulamentos próprios de cada organização de administração esportiva e à legislação internacional das federações internacionais esportivas.
	§ 3º A organização de administração do esporte da respectiva modalidade fiscalizará o exercício da profissão de agente esportivo, de modo a coibir a prática de suas funções por pessoas não autorizadas por esta Lei, cumprindo-lhe informar à Receita Federal todos os valores envolvidos e pagos na cessão e transferência dos atletas.	§ 3º A organização de administração do esporte da respectiva modalidade fiscalizará o exercício da profissão de agente esportivo, de modo a coibir a prática de suas funções por pessoas não autorizadas por esta Lei, e informará à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia todos os valores envolvidos e pagos na cessão e na transferência dos atletas.
	Seção VI Da Transição de Carreira do Atleta Profissional	Seção V Da Transição de Carreira do Atleta Profissional
	Art. 95. A Federação das Associações de Atletas Profissionais (Faap) manterá programas assistenciais de transição de carreira ao atleta profissional, com ações educativas, de promoção da saúde física e mental e assistenciais, visando à	Art. 95. A Federação das Associações de Atletas Profissionais (Faap) manterá programas assistenciais de transição de carreira ao atleta profissional, com ações educativas, de promoção da saúde física e mental e assistenciais, com vistas

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

100

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	sua recolocação no ambiente de trabalho, especialmente para que tenha a possibilidade de continuar a se dedicar de outro modo ao esporte.	à sua recolocação no ambiente de trabalho, especialmente para que tenha a possibilidade de continuar a dedicar -se de outro modo ao esporte.
	§ 1º Constituirão recursos para os programas assistenciais e de transição de carreira do atleta profissional, executados diretamente pela Faap ou em parcerias com organizações esportivas, além dos já previstos nos orçamentos fiscal e da seguridade social da União:	§ 1º Constituirão recursos para os programas assistenciais e de transição de carreira do atleta profissional, executados diretamente pela Faap ou em parcerias com organizações esportivas, além dos já previstos nos orçamentos fiscal e da seguridade social da União:
	I – 0,5% (cinco décimos por cento) do valor correspondente a parcela ou parcelas que compõem o salário mensal, nos termos do contrato especial de trabalho esportivo, a serem pagos mensalmente pela organização esportiva contratante;	I – 0,5% (cinco décimos por cento) do valor correspondente à parcela ou às parcelas que compõem o salário mensal, nos termos do contrato especial de trabalho esportivo, a serem pagos mensalmente pela organização esportiva contratante; e
	II – 1% (um por cento) do valor correspondente às transferências nacionais e internacionais, a ser pago pela organização esportiva cedente.	II – 1% (um por cento) do valor correspondente às transferências nacionais e internacionais, a ser pago pela organização esportiva cedente.
	§ 2º A entidade responsável pelo registro de transferência de atleta profissional de organização que se dedica à prática esportiva para outra deverá exigir, sob pena de sua não efetivação, além dos documentos necessários, o comprovante de recolhimento dos valores fixados neste artigo	§ 2º A entidade responsável pelo registro de transferências s de atleta profissional de organização que se dedica à prática esportiva para outra deverá exigir, sob pena de sua não efetivação, além dos documentos necessários, o comprovante do recolhimento dos valores fixados neste artigo.
	§ 3º Os recursos de que trata este artigo serão integralmente aplicados em conformidade com programas de assistência social e educacional	§ 3º Os recursos de que trata este artigo serão integralmente aplicados em conformidade com programas de assistência social e educacional

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

101

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	previamente aprovados pela entidade de que trata o caput deste artigo, nos termos de seus estatutos.	previamente aprovados pela Faap, nos termos dos seus estatutos.
	§ 4º A entidade de que trata o caput deste artigo deverá apresentar à Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania, a cada 2 (dois) anos, suas demonstrações financeiras, juntamente com os respectivos relatórios de auditoria externa independente.	§ 4º A Faap deverá apresentar ao órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte, a cada 2 (dois) anos, suas demonstrações financeiras, juntamente com os respectivos relatórios de auditoria externa independente.
	Seção VII Das Disposições Específicas ao Futebol	Seção VI Disposições Específicas ao Futebol
	Art. 96. Aplicam-se aos atletas profissionais da modalidade futebol as disposições desta Lei e, especificamente, o que segue:	Art. 96. Aplicar-se-ão aos atletas profissionais da modalidade futebol as disposições desta Lei e, especificamente, o seguinte:
	I – se conveniente à organização esportiva contratante, a concentração não poderá ser superior a 3 (três) dias consecutivos por semana, desde que esteja programada qualquer partida, prova ou equivalente, amistosa ou oficial, devendo o atleta ficar à disposição do empregador por ocasião da realização de competição fora da localidade onde tenha sua sede;	I – não poderá a concentração, se conveniente à organização esportiva contratante, ser superior a 3 (três) dias consecutivos por semana, desde que esteja programada qualquer partida, prova ou equivalente, amistosa ou oficial, e deverá o atleta ficar à disposição do empregador por ocasião da realização de competição fora da localidade onde tenha sua sede;
	II – o prazo de concentração poderá ser ampliado, independentemente de qualquer pagamento adicional, quando o atleta estiver à disposição da organização esportiva que regula a modalidade;	II – poderá ser ampliado o prazo de concentração, independentemente de qualquer pagamento adicional, quando o atleta estiver à disposição da organização esportiva que regula a respectiva modalidade;

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

102

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	III – não serão devidos acréscimos remuneratórios em razão de períodos de concentração, viagens ou pré-temporada, salvo previsão contratual diversa;	III – não serão devidos acréscimos remuneratórios em razão de períodos de concentração, de viagens, de pré-temporada fora da sede e de participação do atleta em partida, em prova ou equivalente, em qualquer horário, salvo previsão contratual diversa;
	IV – o atleta terá direito a repouso semanal remunerado, preferencialmente em dia subsequente à sua participação na partida, quando realizada no final de semana;	IV – será assegurado repouso semanal remunerado, preferencialmente em dia subsequente à participação do atleta na partida, quando realizada no final de semana, com possibilidade, em caráter excludente e limitativo da presente disposição, de treino regenerativo de até 2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos no cômputo da jornada de trabalho, o qual poderá ser realizado no dia do repouso semanal;
	V – o atleta terá direito a férias anuais remuneradas de 30 (trinta) dias, acrescidas do abono constitucional, preferencialmente em período coincidente com o recesso das atividades esportivas, permitido o fracionamento, desde que haja concordância do atleta, em até 3 (três) períodos, e desde que 1 (um) deles não seja inferior a 14 (quatorze) dias corridos e os demais não sejam inferiores a 5 (cinco) dias corridos, cada um;	V – serão devidas férias anuais remuneradas de 30 (trinta) dias, acrescidas do abono de férias, ficando a critério da entidade de prática de futebol conceder as férias coincidindo ou não com o recesso das atividades esportivas, admitido ajuste individual entre as partes de forma diversa;
	VI – o período de trabalho semanal regular do atleta será de 44 (quarenta e quatro) horas;	VI – deverá ser observado período de trabalho semanal regular de 44 (quarenta e quatro) horas;
	VII – a participação em jogos e competições realizados em período noturno terá remuneração superior à do diurno e, para esse efeito, sua	VII – terão assegurada, no caso de participação em jogos e em competições realizados em período noturno, remuneração superior à do período diurno

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

103

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	remuneração terá acréscimo de 20% (vinte por cento), pelo menos, sobre a hora diurna, salvo condições mais benéficas previstas em convenção ou acordo coletivo;	e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 20% (vinte por cento), pelo menos, sobre a hora diurna, salvo condições mais benéficas previstas em convenção ou acordo coletivo;
	VIII – a atividade do atleta profissional da modalidade futebol é caracterizada a por remuneração pactuada em contrato especial de trabalho esportivo, firmado com organização que se dedique à prática esportiva.	VIII – será caracterizada a atividade do atleta profissional da modalidade futebol por remuneração pactuada em contrato especial de trabalho esportivo firmado com organização que se dedique à prática esportiva.
	§ 1º Convenção ou acordo coletivo poder ão dispor de modo diverso do previsto neste artigo.	§ 1º Convenção ou acordo coletivo poder á dispor de de forma diversa ao estabelecido neste artigo.
	§ 2º Disposição contratual ou constante de convenção ou acordo coletivo poder ão estender aos atletas profissionais de outras modalidades as previsões deste artigo.	§ 2º Disposição contratual ou constante de convenção ou acordo coletivo poder á estender aos atletas profissionais de outras modalidades as previsões deste artigo.
	§ 3º Considera-se período noturno, para os efeitos do inciso VII do <i>caput</i> deste artigo, a participação em jogos e competições realizados entre as 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) de um dia e as 6h59 (seis horas e cinquenta e nove minutos) do dia seguinte.	§ 3º Para os efeitos do inciso VII do <i>caput</i> deste artigo, considera-se trabalho noturno a participação em jogos e em competições realizados entre as 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) de um dia e as 6h59 (seis horas e cinquenta e nove minutos) do dia seguinte.
	§ 4º A hora do trabalho noturno será calculada como de 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos.	§ 4º A hora do trabalho noturno será calculada como de 52 (cinquenta) minutos e 30 (trinta) segundos.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

104

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Art. 97. São disposições específicas aos treinadores profissionais de futebol:	Art. 97. No que se refere às disposições específicas aplicáveis aos treinadores profissionais de futebol, considera-se:
	I – considera-se empregadora a organização esportiva que, mediante qualquer modalidade de remuneração, utiliza os serviços de treinador profissional de futebol, na forma definida nesta Lei;	I – empregadora: a organização esportiva que, mediante qualquer modalidade de remuneração, utiliza os serviços de treinador profissional de futebol, na forma definida nesta Lei;
	II – considera-se empregado o treinador profissional de futebol especificamente contratado por organização esportiva que promova a prática profissional de futebol, com a finalidade de treinar atletas da modalidade, ministrando-lhes técnicas e regras de futebol, com o objetivo de assegurar-lhes conhecimentos táticos e técnicos suficientes para a prática desse esporte.	II – empregado: o treinador profissional de futebol especificamente contratado por organização esportiva que promove a prática profissional de futebol, com a finalidade de treinar atletas da modalidade, ministrando-lhes técnicas e regras de futebol, com o objetivo de assegurar-lhes conhecimentos táticos e técnicos suficientes para a prática desse esporte.
	§ 1º Na anotação do contrato de trabalho do treinador profissional de futebol na Carteira de Trabalho e Previdência Social deverá, obrigatoriamente, constar:	§ 1º Da anotação do contrato de trabalho do treinador profissional de futebol na carteira profissional, deverá obrigatoriamente constar:
	I – o prazo de vigência, o qual, em nenhuma hipótese, poderá ser inferior a 6 (seis) meses ou superior a 2 (dois) anos;	I – o prazo de vigência, o qual, em nenhuma hipótese, poderá ser inferior a 6 (seis) meses ou superior a 2 (dois) anos;
	II – o salário, as gratificações e as bonificações.	II – o salário, as gratificações e as bonificações.
	§ 2º Os prêmios por <i>performance</i> ou resultado, o direito de imagem e o valor das luvas, caso ajustadas, não possuem natureza salarial e	§ 2º Os prêmios por <i>performance</i> ou resultado, o direito de imagem e o valor das luvas, caso ajustadas, não possuem natureza salarial e

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

105

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	constarão em contrato avulso de natureza exclusivamente civil.	constarão de contrato avulso de natureza exclusivamente civil.
	§ 3º O contrato de trabalho será registrado, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, na organização esportiva que regule o futebol, não sendo o registro, contudo, condição de validade do referido contrato.	§ 3º O contrato de trabalho será registrado no prazo improrrogável de 10 (dez) dias na organização esportiva que regula o futebol, mas o registro não constituirá condição de validade do referido contrato.
	§ 4º O treinador profissional de futebol somente poderá atuar pela organização esportiva empregadora após registro e publicação de seu nome em boletim informativo, ou documento similar, por parte da organização que administra e regula a modalidade esportiva.	§ 4º O treinador profissional de futebol somente poderá atuar pela organização esportiva empregadora após registro e publicação de seu nome em boletim informativo ou em documento similar por parte da organização que administra e regula a modalidade esportiva.
	§ 5º Aplicam-se ao treinador profissional de futebol as legislações do trabalho e da previdência social, ressalvadas as incompatibilidades com as disposições desta Lei.	§ 5º Aplica-se ao treinador profissional de futebol a legislação do trabalho e da previdência social, ressalvadas as incompatibilidades com as disposições desta Lei.
	Seção VIII Do Contrato de Formação Esportiva	Seção VII Do Contrato de Formação Esportiva
		Subseção I Das Características do Contrato de Formação Esportiva
	Art. 98. A organização esportiva formadora do atleta terá o direito de assinar com ele, a partir de 16 (dezesesseis) anos de idade, o primeiro contrato especial de trabalho esportivo, cujo prazo não	Art. 98. A organização esportiva formadora de atleta terá o direito de assinar com ele, a partir de 16 (dezesesseis) anos de idade, o primeiro contrato especial de trabalho esportivo, cujo prazo não

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

106

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	poderá ser superior a 3 (três) anos para a prática do futebol e a 5 (cinco) anos para outros esportes.	poderá ser superior a 3 (três) anos para a prática do futebol e a 5 (cinco) anos para outros esportes.
	§ 1º É considerada formadora de atleta a organização esportiva que:	§ 1º Considera-se formadora de atleta a organização esportiva que:
	I – forneça aos atletas programas de treinamento nas categorias de base e complementação educacional; e	I – forneça aos atletas programas de treinamento nas categorias de base e complementação educacional; e
	II – satisfaça cumulativamente os seguintes requisitos:	II – satisfaça cumulativamente os seguintes requisitos:
	a) estar o atleta em formação inscrito por ela na organização esportiva que administra e regula a respectiva modalidade há, pelo menos, 1 (um) ano;	a) tenha inscrito o atleta em formação na respectiva organização esportiva que administra e regula a modalidade há, pelo menos, 1 (um) ano;
	b) comprovar que, efetivamente, o atleta em formação está inscrito em competições oficiais;	b) comprova que, efetivamente, o atleta em formação está inscrito em competições oficiais;
	c) garantir assistência educacional, psicológica, médica, fisioterapêutica e odontológica, assim como alimentação e transporte;	c) garanta ao atleta assistência educacional, psicológica, médica, fisioterapêutica e odontológica, bem como alimentação, transporte e convivência familiar ;
	d) quando tiver alojamento de atletas, manter instalações de moradia adequadas, sobretudo em matéria de alimentação, higiene, segurança e salubridade;	d) mantenha, quando tiver alojamento de atletas, instalações de moradia adequadas, sobretudo quanto a alimentação, higiene, segurança e salubridade;
	e) manter corpo de profissionais especializados em formação técnico-esportiva;	e) mantenha corpo de profissionais especializados em formação técnico-esportiva;

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

107

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	f) ajustar o tempo destinado à efetiva atividade de formação do atleta, não superior a 4 (quatro) horas por dia, aos horários do currículo escolar ou de curso profissionalizante, além de propiciar-lhe a matrícula escolar, com exigência de frequência e satisfatório aproveitamento;	f) ajuste o tempo destinado à efetiva atividade de formação do atleta, não superior a 4 (quatro) horas por dia, aos horários do currículo escolar ou de curso profissionalizante e propicie a ele a matrícula escolar, com exigência de frequência e de satisfatório aproveitamento;
	g) ser a formação do atleta gratuita e a expensas da organização esportiva contratante;	g) assegure a formação gratuita do atleta, a expensas da organização esportiva contratante;
	h) comprovar que participa anualmente de competições organizadas pela organização esportiva que administra e regula o esporte em, pelo menos, 2 (duas) categorias da respectiva modalidade esportiva;	h) comprove que participa anualmente de competições organizadas por organização esportiva que administra e regula o esporte em, pelo menos, 2 (duas) categorias da respectiva modalidade esportiva;
	i) garantir que o período de seleção não coincida com os horários escolares;	i) garanta que o período de seleção não coincida com os horários escolares;
	j) realizar exames médicos admissionais e periódicos, com resultados arquivados em prontuário médico; e	j) realize exames médicos admissionais e periódicos, com resultados arquivados em prontuário médico;
	k) proporcionar ao atleta em formação convivência familiar, com visitas regulares à sua família.	k) proporcione ao atleta em formação convivência familiar, com visitas regulares à sua família;
		l) ofereça programa contínuo de orientação e suporte contra o abuso e a exploração sexual;
		m) qualifique os profissionais que atuam no treinamento esportivo para a atuação preventiva e de proteção aos direitos de crianças e adolescentes;

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

108

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
		n) institua ouvidoria para receber denúncia de maus-tratos em crianças e adolescentes e de exploração sexual deles;
		o) propicie ao atleta a participação em atividades culturais e de lazer, nos horários livres; e
		p) apresente ao Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal, anualmente, os laudos técnicos expedidos pelos órgãos e pelas autoridades competentes pela vistoria das condições de segurança dos alojamentos que mantenha para atletas em formação.
	§ 2º A organização esportiva nacional que administra e regula o esporte certificará como organização esportiva formadora aquela que, comprovadamente, por meio de laudos de vistoria e de documentos, preencha os requisitos estabelecidos nesta Lei.	§ 2º A organização esportiva nacional que administra e regula o esporte certificará como organização esportiva formadora aquela que, comprovadamente, por meio de laudos de vistoria e de documentos, preencha os requisitos estabelecidos nesta Lei.
	§ 3º O atleta não profissional em formação, maior de 14 (quatorze) e menor de 20 (vinte) anos de idade, poderá receber auxílio financeiro da organização esportiva formadora, sob a forma de bolsa de aprendizagem livremente pactuada mediante contrato formal, sem que seja gerado vínculo empregatício entre as partes.	§ 3º O atleta não profissional em formação maior de 14 (quatorze) e menor de 21 (vinte e um) anos de idade poderá receber auxílio financeiro da organização esportiva formadora, sob a forma de bolsa de aprendizagem livremente pactuada mediante contrato formal, sem que seja gerado vínculo empregatício entre as partes.
	§ 4º No período de formação dos 12 (doze) aos 14 (quatorze) anos é garantido ao atleta menor os direitos a que se refere o § 1º deste artigo, não se	

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

109

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	exigindo da organização formadora do atleta o disposto nas alíneas “b”, “d” e “h” do inciso II.	
	§ 5º A organização esportiva formadora fará jus a valor indenizatório se ficar impossibilitada de assinar o primeiro contrato especial de trabalho esportivo por oposição do atleta, ou quando ele se vincular, sob qualquer forma, a outra organização esportiva, sem autorização expressa da organização esportiva formadora, atendidas as seguintes condições:	§ 4º A organização esportiva formadora fará jus a valor indenizatório se ficar impossibilitada de assinar o primeiro contrato especial de trabalho esportivo por oposição do atleta, ou quando ele se vincular, sob qualquer forma, a outra organização esportiva, sem autorização expressa da organização esportiva formadora, observado o seguinte:
	I – o atleta deverá estar regularmente registrado e não pode ter sido desligado da organização esportiva formadora;	I – o atleta deverá estar regularmente registrado e não poderá ter sido desligado da organização esportiva formadora;
	II – a indenização será limitada ao montante correspondente a 200 (duzentas) vezes os gastos comprovadamente efetuados com a formação do atleta, especificados no contrato de que trata o § 3º deste artigo;	II – a indenização será limitada ao montante correspondente a 200 (duzentas) vezes os gastos comprovadamente efetuados com a formação do atleta, especificados no contrato de que trata o § 3º deste artigo;
	III – o pagamento do valor indenizatório somente poderá ser efetuado por outra organização esportiva e deverá ser efetivado diretamente à organização esportiva formadora no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da data da vinculação do atleta à nova organização esportiva, para efeito de permitir novo registro em organização esportiva que administra e regula o esporte.	III – o pagamento do valor indenizatório somente poderá ser efetuado por outra organização esportiva e deverá ser efetivado diretamente à organização esportiva formadora no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da data da vinculação do atleta à nova organização esportiva, para efeito de permitir novo registro em organização esportiva que administra e regula o esporte;
		IV – o atleta, no caso de profissionalização ocorrida com entidade de prática esportiva

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

110

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
		internacional, que não proceder ao pagamento à entidade formadora, não poderá voltar a ser registrado desportivamente perante a entidade nacional de administração do desporto até o efetivo adimplemento da obrigação de pagamento da indenização.
	§ 6º O contrato de formação esportiva a que se refere o § 3º deste artigo sempre será firmado na forma escrita e deverá incluir obrigatoriamente:	§ 5º O contrato de formação esportiva a que se refere o § 3º deste artigo sempre será firmado na forma escrita e deverá obrigatoriamente incluir:
	I – identificação das partes e dos seus representantes legais;	I – identificação das partes e dos seus representantes legais;
	II – duração do contrato;	II – duração do contrato;
	III – direitos e deveres das partes contratantes, inclusive garantia de seguro de vida e de acidentes pessoais para cobrir as atividades do atleta contratado; e	III – direitos e deveres das partes contratantes, inclusive garantia de seguro de vida e de acidentes pessoais para cobrir as atividades do atleta contratado; e
	IV – especificação da natureza das despesas individuais ou coletivas com o atleta em formação, para fins de cálculo da indenização com a formação esportiva.	IV – especificação da natureza das despesas individuais ou coletivas com o atleta em formação, para fins de cálculo da indenização com a formação esportiva.
	§ 7º A organização esportiva formadora e detentora do primeiro contrato especial de trabalho esportivo com o atleta por ela profissionalizado terá o direito de preferência para a primeira renovação desse contrato, cujo prazo não poderá ser superior a 3 (três) anos, salvo se para equiparação de proposta de terceiro.	§ 6º A organização esportiva formadora e detentora do primeiro contrato especial de trabalho esportivo com o atleta por ela profissionalizado terá o direito de preferência para a primeira renovação desse contrato, cujo prazo não poderá ser superior a 3 (três) anos, salvo para equiparação de proposta de terceiro.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

111

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	<p>§ 8º Para assegurar seu direito de preferência, a organização esportiva formadora e detentora do primeiro contrato especial de trabalho esportivo deverá apresentar, até 45 (quarenta e cinco) dias antes do término do contrato em curso, proposta ao atleta, de cujo teor deverá ser cientificada a organização que administra e regula a respectiva modalidade, indicando as novas condições contratuais e os salários ofertados, devendo o atleta apresentar resposta à organização esportiva formadora, de cujo teor deverá ser notificada a referida organização esportiva que administra e regula a respectiva modalidade, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data do recebimento da proposta, sob pena de aceitação tácita.</p>	<p>§ 7º Para assegurar seu direito de preferência, a entidade de prática esportiva formadora e detentora do primeiro contrato especial de trabalho esportivo deverá apresentar, até 45 (quarenta e cinco) dias antes do término do contrato em curso, proposta ao atleta, de cujo teor deverá ser cientificada a correspondente entidade nacional de administração do desporto, a qual deverá, para eficácia da preferência, publicar em seu sítio eletrônico a proposta, com indicação das novas condições contratuais e dos salários ofertados, e o atleta deverá apresentar resposta à entidade de prática esportiva formadora, de cujo teor deverá ser notificada a referida entidade de administração, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data do recebimento da proposta, sob pena de aceitação tácita.</p>
	<p>§ 9º Na hipótese de outra organização esportiva oferecer proposta mais vantajosa a atleta vinculado à organização esportiva que o formou, deve-se observar o seguinte:</p>	<p>§ 8º Na hipótese de outra organização esportiva oferecer proposta mais vantajosa a atleta vinculado à organização esportiva que o formou, dever-se-á observar o seguinte:</p>
	<p>I – a organização proponente deverá apresentar à organização esportiva formadora proposta, fazendo dela constar todas as condições remuneratórias;</p>	<p>I – a organização proponente deverá apresentar à organização esportiva formadora proposta, da qual deverão constar todas as condições remuneratórias;</p>
	<p>II – a organização proponente deverá dar conhecimento da proposta à organização que regula o respectivo esporte; e</p>	<p>II – a organização proponente deverá dar conhecimento da proposta à correspondente entidade nacional de administração do desporto;</p>

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

112

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	III – a organização esportiva formadora poderá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da proposta, manifestar se exercerá o direito de preferência de que trata o § 7º deste artigo, nas mesmas condições oferecidas.	III – a organização esportiva formadora poderá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado do recebimento da proposta, comunicar se exercerá o direito de preferência de que trata o § 7º deste artigo, nas mesmas condições oferecidas; e
		IV – a preferência assegurada deverá seguir o disposto neste parágrafo, independentemente da vigência ou não do vínculo federativo do atleta com a entidade de prática esportiva formadora.
	§ 10. A organização que regula o esporte deverá publicar o recebimento das propostas de que tratam os §§ 7º e 8º deste artigo, nos seus meios oficiais de divulgação, no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data do recebimento.	§ 9º A organização que regula o esporte deverá publicar o recebimento das propostas de que tratam os §§ 7º e 8º deste artigo nos seus meios oficiais de divulgação no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data do recebimento.
	§ 11. Caso a organização esportiva formadora ofereça as mesmas condições, e, ainda assim, o atleta se oponha à renovação do primeiro contrato especial de trabalho esportivo, ela poderá exigir da nova organização esportiva contratante o valor indenizatório correspondente a 200 (duzentas) vezes o valor do salário mensal constante da proposta.	§ 10. Caso a organização esportiva formadora ofereça as mesmas condições e, mesmo assim, o atleta se opuser à renovação do primeiro contrato especial de trabalho esportivo, ela poderá exigir da nova organização esportiva contratante o valor indenizatório correspondente a 200 (duzentas) vezes o valor do salário mensal constante da proposta.
	§ 12. A contratação do atleta em formação será feita diretamente pela organização esportiva formadora, sendo vedada sua realização por meio de terceiros.	§ 11. A contratação do atleta em formação será feita diretamente pela organização esportiva formadora, vedada a realização por meio de terceiros.
	§ 13. A organização esportiva formadora deverá registrar o contrato de formação esportiva do atleta	§ 12. A organização esportiva formadora deverá registrar o contrato de formação esportiva do atleta

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

113

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	em formação na organização esportiva que administra e regula a respectiva modalidade.	em formação na organização esportiva que administra e regula a respectiva modalidade.
	§ 15. Somente poderá manter alojamento para os atletas em formação a organização esportiva formadora certificada na forma do § 2º deste artigo.	§ 13. Somente poderá manter alojamento para os atletas em formação a organização esportiva formadora certificada na forma do § 2º deste artigo.
	§ 14. O atleta em formação menor de 14 (quatorze) anos poderá desligar-se a qualquer tempo da organização esportiva formadora, mesmo que se vincule a outra organização esportiva, sem que haja a cobrança de qualquer tipo de multa ou outros valores a título de indenização.	§ 14. O atleta em formação será considerado aprendiz, para o cômputo da quota prevista no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
		§ 15. O disposto nas alíneas <i>a, b, c, g, h, i, j, k, l, m, n, o</i> e <i>p</i> do inciso II do § 1º deste artigo será obrigatório exclusivamente para atletas e entidades de prática profissional da modalidade de futebol.
	Art. 99. A fiscalização do cumprimento das normas de que trata o § 1º do art. 98 será realizada de forma contínua e ficará a cargo do conselho tutelar a que se refere o art. 131 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), da organização que administra e regula a modalidade esportiva e do Ministério Público do Trabalho, sem prejuízo das atribuições dos demais órgãos e instituições fiscalizadoras, no que lhes couber.	Art. 99. A fiscalização do cumprimento das normas de que trata o § 1º do art. 98 desta Lei será realizada de forma contínua e ficará a cargo do conselho tutelar a que se refere o art. 131 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), da organização que administra e regula a modalidade esportiva e do Ministério Público do Trabalho, sem prejuízo das atribuições dos demais órgãos e instituições fiscalizadoras, no que lhes couber.
	Art. 100. Aos atletas em formação são garantidos os seguintes direitos, além dos existentes na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança	Art. 100. Além dos existentes na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e na Lei nº 12.852, de 5 de agosto de

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

114

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	e do Adolescente), e na Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 (Estatuto da Juventude):	2013 (Estatuto da Juventude), aos atletas em formação serão garantidos os seguintes direitos:
	I – participação em programas de treinamento nas categorias de base;	I – participação em programas de treinamento nas categorias de base;
	II – treinamento com corpo de profissionais especializados em formação técnico-esportiva;	II – treinamento com corpo de profissionais especializados em formação técnico-esportiva;
	III – segurança nos locais de treinamento;	III – segurança nos locais de treinamento;
	IV – assistência educacional, complementação educacional e auxílio com material didático-escolar;	IV – assistência educacional, complementação educacional e auxílio com material didático-escolar;
	V – tempo, não superior a 4 (quatro) horas diárias, destinado à efetiva atividade de formação do atleta;	V – tempo, não superior a 4 (quatro) horas diárias, destinado à efetiva atividade de formação do atleta;
	VI – matrícula escolar;	VI – matrícula escolar;
	VII – assistência psicológica, médica, odontológica e farmacêutica;	VII – assistência psicológica, médica, odontológica, farmacêutica e fisioterapêutica;
	VIII – alimentação suficiente, saudável e adequada à faixa etária;	VIII – alimentação suficiente, saudável e adequada à faixa etária;
	IX – garantia de transporte adequado para o deslocamento de ida e volta entre sua residência e o local de treinamento.	IX – garantia de transporte adequado para o deslocamento de ida e volta entre sua residência e o local de treinamento.
	§ 1º A organização esportiva formadora proporcionará ao atleta em formação que morar em alojamento por ela mantido:	§ 1º A entidade de prática esportiva formadora proporcionará ao atleta em formação que morar em alojamento por ela mantido:

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

115

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	I – instalações físicas certificadas pelos órgãos e autoridades competentes com relação à habitabilidade, à higiene, à salubridade e às medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres;	I – instalações físicas certificadas pelos órgãos e pelas autoridades competentes com relação à habitabilidade, à higiene, à salubridade e às medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres;
	II – assistência de monitor responsável durante todo o dia;	II – assistência de monitor responsável durante todo o dia;
	III – convivência familiar;	III – convivência familiar;
	IV – participação em atividades culturais e de lazer, nos horários livres; e	IV – participação em atividades culturais e de lazer, nos horários livres; e
	V – assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças.	V – assistência religiosa àqueles que a desejarem, de acordo com suas crenças.
	§ 2º A organização esportiva formadora apresentará ao Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal e à organização que administra e regula a modalidade esportiva, anualmente, os laudos técnicos expedidos pelos órgãos e autoridades competentes pela vistoria das condições de segurança dos alojamentos que mantiver para atletas em formação.	§ 2º A organização esportiva formadora apresentará ao Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal e à organização que administra e regula a modalidade esportiva, anualmente, os laudos técnicos expedidos pelos órgãos e pelas autoridades competentes pela vistoria das condições de segurança dos alojamentos que mantiver para atletas em formação.
	§ 3º O não cumprimento do disposto no § 2º implicará suspensão imediata da certificação como organização esportiva formadora.	§ 3º O não cumprimento do disposto no § 2º deste artigo implicará suspensão imediata da certificação como organização esportiva formadora.
	§ 4º O não cumprimento das garantias aos atletas em formação arroladas neste artigo implicará a aplicação de penalidades progressivas, da seguinte forma:	§ 4º O não cumprimento das garantias aos atletas em formação previstas neste artigo implicará a aplicação de penalidades progressivas, na seguinte forma:

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

116

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	I – advertência para promover a regularização no prazo de 60 (sessenta) dias;	I – advertência para promover a regularização no prazo de 60 (sessenta) dias;
	II – perda da certificação como entidade formadora e do direito ao percentual estipulado no art. 101 referente a todos os atletas que estejam em seu quadro de formação no momento do descumprimento, de forma definitiva, averbando-se a penalidade no respectivo registro junto à organização que administra e regula a modalidade esportiva;	II – perda da certificação como entidade formadora, não fazendo jus ao percentual estipulado no art. 101 desta Lei referente a todos os atletas que estejam em seu quadro de formação no momento do descumprimento, de forma definitiva, com averbação da penalidade no respectivo registro perante a organização que administra e regula a modalidade esportiva;
	III – suspensão da participação da organização esportiva formadora em competições oficiais a partir da temporada seguinte.	III – suspensão da organização esportiva formadora de participação em competições oficiais a partir da temporada seguinte.
	§ 5º A organização esportiva formadora e seus dirigentes respondem pelos prejuízos causados a atleta em formação que decorram de falhas de segurança nos locais de treinamento e nos alojamentos.	§ 5º A organização esportiva formadora e seus dirigentes respondem pelos prejuízos causados a atleta em formação que decorram de falhas de segurança nos locais de treinamento e nos alojamentos.
	§ 6º A organização esportiva formadora oferecerá à família do atleta em formação documento no qual se responsabiliza por sua segurança e integridade física, durante o período em que o atleta estiver sob sua responsabilidade, em suas instalações ou outro local.	§ 6º A organização esportiva formadora oferecerá à família do atleta em formação documento no qual se responsabiliza por sua segurança e integridade física, durante o período em que o atleta estiver sob sua responsabilidade, em suas instalações ou em outro local.
	Seção IX Do Mecanismo de Solidariedade na Formação Esportiva	Subseção II Do Mecanismo de Solidariedade na Formação Esportiva

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

117

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Art. 101. Sempre que ocorrer transferência nacional, definitiva ou temporária, de atleta profissional, até 6% (seis por cento) do valor pago pela nova organização esportiva serão obrigatoriamente distribuídos entre as organizações esportivas que contribuíram para a formação do atleta, na proporção de:	Art. 101. Sempre que ocorrer transferência nacional, definitiva ou temporária, de atleta profissional, até 5% (cinco por cento) do valor pago pela nova organização esportiva serão obrigatoriamente distribuídos entre as organizações esportivas que contribuíram para a formação do atleta, na proporção de:
	I – 0,5% (cinco décimos por cento) para cada ano de formação, dos 12 (doze) aos 13 (treze) anos de idade;	
	II – 1% (um por cento) para cada ano de formação, dos 14 (quatorze) aos 17 (dezesete) anos de idade, inclusive; e	I – 1% (um por cento) para cada ano de formação do atleta, dos 14 (quatorze) aos 17 (dezesete) anos de idade, inclusive; e
	III – 0,5% (cinco décimos por cento) para cada ano de formação, dos 18 (dezoito) aos 19 (dezenove) anos de idade, inclusive.	II – 0,5% (cinco décimos por cento) para cada ano de formação, dos 18 (dezoito) aos 19 (dezenove) anos de idade, inclusive.
	§ 1º Caberá à organização esportiva cessionária do atleta reter do valor a ser pago à organização esportiva cedente 6% (seis por cento) do valor acordado para a transferência, distribuindo-os às organizações esportivas que contribuíram para a formação do atleta.	§ 1º Caberá à organização esportiva cessionária do atleta reter do valor a ser pago à organização esportiva cedente 5% (cinco por cento) do valor acordado para a transferência e distribuí-los às organizações esportivas que contribuíram para a formação do atleta.
	§ 2º Como exceção à regra estabelecida no § 1º deste artigo, caso o atleta se desvincule da organização esportiva de forma unilateral, mediante pagamento da cláusula indenizatória esportiva prevista no inciso I do art. 85 desta Lei, caberá à organização esportiva que recebeu a	§ 2º Como exceção à regra estabelecida no § 1º deste artigo, caso o atleta se desvincule da organização esportiva de forma unilateral, mediante pagamento da cláusula indenizatória esportiva prevista no inciso I do caput do art. 85 desta Lei, caberá à organização esportiva que

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

118

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	cláusula indenizatória esportiva distribuir 6% (seis por cento) de tal montante às organizações esportivas responsáveis pela formação do atleta.	recebeu a cláusula indenizatória esportiva distribuir 5% (cinco por cento) de tal montante às organizações esportivas responsáveis pela formação do atleta.
	§ 3º O percentual devido às organizações esportivas formadoras do atleta deverá ser calculado sempre de acordo com certidão a ser fornecida pela organização esportiva que regula o esporte nacionalmente, cabendo a esta exigir o cumprimento do disposto neste parágrafo, e os valores deverão ser distribuídos proporcionalmente em até 30 (trinta) dias da efetiva transferência.	§ 3º O percentual devido às organizações esportivas formadoras do atleta deverá ser calculado sempre de acordo com certidão a ser fornecida pela organização esportiva que regula o esporte nacionalmente, e os valores deverão ser distribuídos proporcionalmente em até 30 (trinta) dias contados da efetiva transferência, cabendo-lhe exigir o cumprimento do que dispõe este parágrafo.
	CAPÍTULO IV DA TRIBUTAÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS	CAPÍTULO III DA TRIBUTAÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS
	Seção I Das Desonerações e Isenções	Seção I Das Desonerações e das Isenções
	Art. 102. As organizações esportivas que tenham a forma de associações civis sem fins econômicos, inclusive as que organizem ou participem de competições profissionais, fazem jus, em relação à totalidade de suas receitas, ao tratamento tributário previsto no art. 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e nos arts. 13 e 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.	Art. 102. As organizações esportivas que mantêm a forma de associações civis sem fins econômicos, inclusive as que organizam ou participam de competições profissionais, fazem jus, em relação à totalidade de suas receitas, ao tratamento tributário previsto no art. 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e nos arts. 13 e 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.
	Parágrafo único. Aplica-se ao <i>caput</i> deste artigo o disposto no inciso I do art. 106 da Lei nº 5.172, de	Parágrafo único. Aplica-se ao <i>caput</i> deste artigo o disposto no inciso I do art. 106 da Lei nº 5.172, de

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

119

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).	25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).
	Art. 103. É concedida isenção do Imposto de Importação (II) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes na importação de equipamentos ou materiais esportivos destinados às competições, ao treinamento e à preparação de atletas e equipes brasileiras.	Art. 103. É concedida isenção do Imposto de Importação (II) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes na importação de equipamentos ou de materiais esportivos destinados às competições, ao treinamento e à preparação de atletas e de equipes brasileiras.
	§ 1º A isenção de que trata o <i>caput</i> deste artigo aplica-se exclusivamente a modalidades habilitadas para jogos olímpicos, paralímpicos, pan-americanos e parapan-americanos, nacionais e mundiais.	§ 1º A isenção de que trata o <i>caput</i> deste artigo aplica-se exclusivamente a modalidades habilitadas para jogos olímpicos, paralímpicos, pan-americanos, parapan-americanos, nacionais e mundiais.
	§ 2º A isenção aplica-se a equipamento ou material esportivo sem similar nacional, homologado pela organização esportiva internacional da respectiva modalidade esportiva, para as competições a que se refere o § 1º deste artigo.	§ 2º A isenção de que trata este artigo aplica-se a equipamento ou a material esportivo, sem similar nacional, homologado pela organização esportiva internacional da respectiva modalidade esportiva, para as competições a que se refere o § 1º deste artigo.
	§ 3º Quando fabricados no Brasil, os materiais e equipamentos de que trata o <i>caput</i> deste artigo são isentos do IPI.	§ 3º Quando fabricados no Brasil, os materiais e os equipamentos de que trata o <i>caput</i> deste artigo são isentos do IPI.
	Seção II Das Desonerações para Realização de Eventos Esportivos Internacionais	Seção II Das Desonerações para Realização de Eventos Esportivos Internacionais
	Subseção I Da Isenção na Importação	Subseção I Da Isenção na Importação

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

120

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Art. 104. É concedida, na forma estabelecida em regulamento, a isenção do pagamento de tributos federais incidentes na importação de bens, mercadorias ou serviços para uso ou consumo exclusivo em atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização dos eventos esportivos internacionais de grande porte, tais como:	Art. 104. Fica concedida, na forma estabelecida em regulamento, a isenção do pagamento de tributos federais incidentes nas importações de bens, de mercadorias ou de serviços para uso ou consumo exclusivo em atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou à realização dos eventos esportivos internacionais de grande porte, tais como:
	I – troféus, medalhas, placas, estatuetas, distintivos, flâmulas, bandeiras e outros objetos comemorativos;	I – troféus, medalhas, placas, estatuetas, distintivos, flâmulas, bandeiras e outros objetos comemorativos;
	II – material promocional, impressos, folhetos e outros bens com finalidade semelhante, a serem distribuídos gratuitamente ou utilizados nos eventos; e	II – material promocional, impressos, folhetos e outros bens com finalidade semelhante, a serem distribuídos gratuitamente ou utilizados nos eventos; e
	III – outros bens não duráveis, assim considerados aqueles cuja vida útil seja de até 1 (um) ano, dos tipos e em quantidades normalmente consumidos em atividades esportivas da mesma magnitude.	III – outros bens não duráveis, assim considerados aqueles cuja vida útil seja de até 1 (um) ano, dos tipos e em quantidades normalmente consumidos em atividades esportivas da mesma magnitude.
	§ 1º A isenção de que trata este artigo abrange os seguintes impostos e as seguintes contribuições e taxas:	§ 1º A isenção de que trata este artigo abrange os seguintes impostos e as seguintes contribuições e taxas:
	I – Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) vinculado à importação, incidente no desembaraço aduaneiro;	I – IPI vinculado à importação, incidente no desembaraço aduaneiro;
	II – Imposto de Importação (II);	II – II;

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

121

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	III – Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente sobre a importação de bens e serviços (PIS/Pasep-Importação);	III – Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (Contribuição para o PIS/Pasep-Importação);
	IV – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidente sobre a importação de bens e serviços (Cofins-Importação);	IV – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (Cofins-Importação);
	V – Taxa de utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex);	V – taxa de utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex);
	VI – Taxa de utilização do Sistema Eletrônico de Controle da Arrecadação do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (Mercante);	VI – taxa de utilização do Sistema Eletrônico de Controle da Arrecadação do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (Mercante);
	VII – Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM);	VII – Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM);
	VIII – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidente sobre a importação de combustíveis; e	VIII – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidente sobre a importação de combustíveis; e
	IX – Contribuição para o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação, instituída pela Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000.	IX – Contribuição para o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação, instituída pela Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000.
	§ 2º O disposto neste artigo, observados os requisitos estabelecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da	§ 2º O disposto neste artigo, observados os requisitos estabelecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aplica-se somente às

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

122

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Economia , aplica-se somente às importações promovidas por organizações esportivas nacionais ou do exterior que realizem no território nacional eventos esportivos de grande porte, assim como por patrocinadores, prestadores de serviço, empresas de mídia e transmissores credenciados, ou, ainda, por intermédio de pessoa natural ou jurídica contratada pelas organizações esportivas responsáveis pelo evento para representá-las.	importações promovidas por organizações esportivas nacionais ou estrangeiras que realizem no território nacional eventos esportivos de grande porte, bem como por patrocinadores, prestadores de serviço, empresas de mídia e transmissores credenciados ou, ainda, por intermédio de pessoa natural ou jurídica contratada pelas organizações esportivas responsáveis pelo evento para representá-las.
	§ 3º As importações efetuadas na forma deste artigo não darão, em nenhuma hipótese, direito a crédito da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).	§ 3º As importações efetuadas na forma deste artigo não darão, em nenhuma hipótese, direito a crédito da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).
	§ 4º A isenção concedida nos termos deste artigo será aplicável, também, a bens duráveis:	§ 4º A isenção concedida nos termos deste artigo será aplicável também a bens duráveis:
	I – cujo valor unitário, apurado segundo as normas do Artigo VII do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio – GATT 1994, seja igual ou inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); ou	I – cujo valor unitário, apurado segundo as normas do Artigo VII do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio 1994 (GATT 1994) , seja igual ou inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); ou
	II – em relação aos quais seja assumido compromisso de doação formalizado em benefício de qualquer dos entes referidos nos incisos II e III do <i>caput</i> do art. 106 desta Lei.	II – em relação aos quais seja assumido compromisso de doação formalizado em benefício de qualquer dos entes referidos nos incisos II e III do <i>caput</i> do art. 106 desta Lei.
	§ 5º Os bens objeto do compromisso de doação referido no inciso II do § 4º deste artigo deverão	§ 5º Os bens objeto do compromisso de doação referido no inciso II do § 4º deste artigo deverão

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

123

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	ser transferidos aos donatários até o último dia do ano subsequente à importação.	ser transferidos aos donatários até o último dia do ano subsequente à importação.
	§ 6º Até a data prevista no § 5º deste artigo, o doador poderá revogar compromisso de doação de bem em benefício da União, desde que realize de forma concomitante nova doação desse bem em favor de entidade relacionada no inciso III do <i>caput</i> do art. 106 desta Lei.	§ 6º Até a data prevista no § 5º deste artigo, o doador poderá revogar compromisso de doação de bem em benefício da União, desde que realize de forma concomitante nova doação desse bem em favor de entidade relacionada no inciso III do <i>caput</i> do art. 106 desta Lei.
	§ 7º Para a fruição da isenção prevista neste artigo não se exige:	§ 7º Para a fruição da isenção prevista neste artigo não se exige:
	I – o transporte das mercadorias em navio de bandeira brasileira; e	I – o transporte das mercadorias em navio de bandeira brasileira; e
	II – a comprovação de inexistência de similar nacional.	II – a comprovação de inexistência de similar nacional.
	§ 8º A Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia poderá disciplinar os despachos aduaneiros realizados com fundamento neste artigo.	§ 8º A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil poderá disciplinar os despachos aduaneiros realizados com fundamento neste artigo.
	Art. 105. A isenção de que trata o art. 104 desta Lei, ressalvadas as hipóteses previstas no seu § 4º, não se aplica à importação de bens e equipamentos duráveis destinados aos eventos esportivos, que poderão ser admitidos no País sob o Regime Aduaneiro Especial de Admissão Temporária, com suspensão do pagamento dos tributos incidentes sobre a importação.	Art. 105. A isenção de que trata o art. 104 desta Lei, ressalvadas as hipóteses previstas no seu § 4º, não se aplica à importação de bens e de equipamentos duráveis destinados aos eventos esportivos, que poderão ser admitidos no País sob o regime aduaneiro especial de admissão temporária, com suspensão do pagamento dos tributos incidentes sobre a importação.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

124

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	§ 1º O regime referido no <i>caput</i> deste artigo pode ser utilizado pelos entes referidos no § 2º do art. 104, alcançando , entre outros, os seguintes bens duráveis:	§ 1º O regime de que trata o <i>caput</i> deste artigo poderá ser utilizado pelos entes referidos no § 2º do art. 104 desta Lei e alcança , entre outros, os seguintes bens duráveis:
	I – equipamento técnico-esportivo;	I – equipamento técnico-esportivo;
	II – equipamento técnico de gravação e transmissão de sons e imagens;	II – equipamento técnico de gravação e transmissão de sons e imagens;
	III – equipamento médico e fisioterapêutico;	III – equipamento médico e fisioterapêutico;
	IV – equipamento técnico de escritório; e	IV – equipamento técnico de escritório; e
	V – embarcações destinadas à hospedagem de pessoas diretamente ligadas, contratadas ou convidadas por organizações esportivas nacionais ou estrangeiras ou por patrocinadores dos eventos e de pessoas que tenham adquirido pacotes turísticos de patrocinadores ou apoiadores oficiais.	V – embarcações destinadas à hospedagem de pessoas diretamente ligadas, contratadas ou convidadas por organizações esportivas nacionais ou estrangeiras ou por patrocinadores dos eventos e de pessoas que tenham adquirido pacotes turísticos de patrocinadores ou apoiadores oficiais.
	§ 2º Na hipótese prevista no <i>caput</i> deste artigo, será concedida suspensão total dos tributos federais relacionados no § 1º do art. 104 desta Lei, inclusive em caso de bens admitidos temporariamente no País para utilização econômica, observados os requisitos e as condições estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia .	§ 2º Na hipótese prevista no <i>caput</i> deste artigo, será concedida suspensão total dos tributos federais relacionados no § 1º do art. 104 desta Lei, inclusive em caso de bens admitidos temporariamente no País para utilização econômica, observados os requisitos e as condições estabelecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.
	§ 3º Será dispensada a apresentação de garantias dos tributos suspensos, observados os requisitos e as condições estabelecidos pela Secretaria da	§ 3º Será dispensada a apresentação de garantias dos tributos suspensos, observados os requisitos e as condições estabelecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

125

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia.	
	§ 4º Na hipótese do inciso V do § 1º deste artigo, as embarcações destinadas à hospedagem serão consideradas, para fins de tratamento tributário e de controle aduaneiro, entre outros fins, navios estrangeiros em viagem de cruzeiro pela costa brasileira.	§ 4º Na hipótese do inciso V do § 1º deste artigo, as embarcações destinadas à hospedagem serão consideradas, para fins de tratamento tributário e de controle aduaneiro, entre outros fins, navios estrangeiros em viagem de cruzeiro pela costa brasileira.
	Art. 106. A suspensão de que trata o art. 105 desta Lei, concedida aos bens referidos no seu § 1º, será convertida em isenção, desde que eles sejam utilizados nos eventos e que, em até 180 (cento e oitenta) dias contados do termo final do prazo estabelecido pelo art. 124 desta Lei, sejam:	Art. 106. A suspensão de que trata o art. 105 desta Lei concedida aos bens referidos no seu § 1º será convertida em isenção, desde que utilizados nos eventos e que, em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do termo final do prazo estabelecido no art. 123 desta Lei, sejam:
	I – reexportados para o exterior;	I – reexportados para o exterior;
	II – doados à União, que poderá repassá-los a:	II – doados à União, que poderá repassá-los a:
	a) entidades beneficentes de assistência social, certificadas nos termos da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, desde que atendidos os requisitos de seu art. 3º, bem como os do § 2º do art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997; ou	a) entidades beneficentes de assistência social, certificadas nos termos da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, desde que atendidos os requisitos do seu art. 3º, bem como os do § 2º do art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997; ou
	b) pessoas jurídicas de direito público;	b) pessoas jurídicas de direito público;
	III – doados, diretamente pelos beneficiários, a:	III – doados, diretamente pelos beneficiários, a:
	a) entidades beneficentes de assistência social, certificadas nos termos da Lei Complementar nº	a) entidades beneficentes de assistência social, certificadas nos termos da Lei Complementar nº

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

126

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	187, de 16 de dezembro de 2021, desde que atendidos os requisitos de seu art. 3º, bem como os do § 2º do art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997; ou	187, de 16 de dezembro de 2021, desde que atendidos os requisitos do seu art. 3º, bem como os do § 2º do art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997;
	b) pessoas jurídicas de direito público; ou	b) pessoas jurídicas de direito público; ou
	c) organizações esportivas sem fins econômicos ou outras pessoas jurídicas sem fins econômicos com objetos sociais relacionados à prática de esportes, desenvolvimento social, proteção ambiental ou assistência a crianças, desde que atendidos os requisitos das alíneas “a” a “g” do § 2º do art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.	c) organizações esportivas sem fins econômicos ou outras pessoas jurídicas sem fins econômicos com objetos sociais relacionados à prática de esportes, desenvolvimento social, proteção ambiental ou assistência a crianças, desde que atendidos os requisitos das alíneas a a g do § 2º do art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.
	§ 1º As entidades relacionadas na alínea “c” do inciso III do <i>caput</i> deste artigo deverão ser reconhecidas pelos Ministérios do Esporte, da Cidadania ou do Meio Ambiente, conforme critérios a serem definidos em atos expedidos pelos respectivos órgãos certificadores.	§ 1º As entidades relacionadas na alínea c do inciso III do <i>caput</i> deste artigo deverão ser reconhecidas pelo órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte, pelo Ministério da Cidadania ou pelo Ministério do Meio Ambiente, conforme critérios a serem definidos em atos expedidos pelos respectivos órgãos certificadores.
	§ 2º Consideram-se entidades de assistência a crianças, para fins da alínea “c” do inciso III do <i>caput</i> deste artigo, aquelas que recebem recursos dos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.	§ 2º As entidades de assistência a crianças a que se refere a alínea c do inciso III do <i>caput</i> deste artigo são aquelas que recebem recursos dos fundos controlados pelos conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente.
	§ 3º As organizações esportivas a que se refere a alínea “c” do inciso III do <i>caput</i> deste artigo deverão aplicar as doações em apoio direto a	§ 3º As organizações esportivas a que se refere a alínea c do inciso III do <i>caput</i> deste artigo deverão aplicar as doações em apoio direto a projetos

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

127

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	projetos esportivos e paradesportivos previamente aprovados pela Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania.	esportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte.
	§ 4º As importações efetuadas na forma deste artigo não darão, em nenhuma hipótese, direito a crédito da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.	§ 4º As importações efetuadas na forma deste artigo não darão, em nenhuma hipótese, direito a crédito da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.
	Art. 107. A Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia poderá editar atos normativos específicos relativos ao tratamento tributário aplicável à bagagem dos viajantes que ingressarem no País para participar dos eventos de que trata esta Lei.	Art. 107. A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil poderá editar atos normativos específicos relativos ao tratamento tributário aplicável à bagagem dos viajantes que ingressarem no País para participar dos eventos de que trata esta Lei.
	Subseção II Das Isenções Concedidas a Pessoas Jurídicas	Subseção II Das Isenções Concedidas a Pessoas Jurídicas
	Art. 108. É concedida às organizações esportivas promotoras dos eventos e às empresas a elas vinculadas e domiciliadas no exterior, em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização dos eventos, isenção do pagamento dos seguintes tributos federais:	Art. 108. Fica concedida às organizações esportivas promotoras dos eventos e às empresas a elas vinculadas e domiciliadas no exterior, em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou à realização dos eventos, isenção do pagamento dos seguintes tributos federais:
	I – impostos:	I – impostos:
	a) Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF); e	a) Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF); e

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

128

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	b) Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF);	b) Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF);
	II – contribuições sociais:	II – contribuições sociais:
	a) Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente sobre a importação de bens e serviços (PIS/Pasep-Importação); e	a) Contribuição para o PIS/Pasep-Importação; e
	b) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidente sobre a importação de bens e serviços (Cofins-Importação); e	b) Cofins-Importação; e
	III – contribuições de intervenção no domínio econômico:	III – contribuições de intervenção no domínio econômico:
	a) Contribuição para o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação, instituída pela Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000; e	a) Contribuição para o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação, instituída pela Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000; e
	b) Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), instituída pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.	b) Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), instituída pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.
	§ 1º A isenção prevista nos incisos I e III do <i>caput</i> deste artigo aplica-se exclusivamente:	§ 1º A isenção prevista nos incisos I e III do <i>caput</i> deste artigo aplica-se exclusivamente:
	I – aos rendimentos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos:	I – aos rendimentos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos:

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

129

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	a) à organização esportiva promotora do evento ou às empresas a ela vinculadas, inclusive mediante o fornecimento de bens ou prestação de serviços; ou	a) à organização esportiva promotora do evento ou às empresas a ela vinculadas, inclusive mediante o fornecimento de bens ou prestação de serviços; ou
	b) pela organização esportiva promotora do evento ou por empresas a ela vinculadas, na forma prevista na alínea “a” deste inciso;	b) pela organização esportiva promotora do evento ou por empresas a ela vinculadas, na forma prevista na alínea <i>a</i> deste inciso;
	II – às remessas efetuadas pela organização esportiva promotora do evento ou por empresas a ela vinculadas ou por elas recebidas; e	II – às remessas efetuadas pela organização esportiva promotora do evento ou por empresas a ela vinculadas ou por elas recebidas; e
	III – às operações de câmbio e seguro realizadas pela organização esportiva promotora do evento ou por empresas a ela vinculadas.	III – às operações de câmbio e seguro realizadas pela organização esportiva promotora do evento ou por empresas a ela vinculadas.
	§ 2º A isenção prevista nas alíneas “a” e “b” do inciso II do <i>caput</i> deste artigo refere-se à importação de serviços pela organização esportiva promotora do evento ou pelas empresas a ela vinculadas.	§ 2º A isenção prevista nas alíneas <i>a</i> e <i>b</i> do inciso II do <i>caput</i> deste artigo refere-se à importação de serviços pela organização esportiva promotora do evento ou pelas empresas a ela vinculadas.
	§ 3º O disposto neste artigo não desobriga a pessoa jurídica domiciliada no Brasil e a pessoa natural residente no Brasil que auferir renda de qualquer natureza, recebida das pessoas jurídicas de que trata o <i>caput</i> deste artigo, do pagamento do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), respectivamente, observada a legislação específica.	§ 3º O disposto neste artigo não desobriga a pessoa jurídica domiciliada no Brasil e a pessoa natural residente no Brasil que auferir renda de qualquer natureza recebida das pessoas jurídicas de que trata o <i>caput</i> deste artigo do pagamento do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), respectivamente, observada a legislação específica.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

130

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	§ 4º A isenção de que trata este artigo não alcança os rendimentos e ganhos de capital auferidos em operações financeiras ou alienação de bens e direitos.	§ 4º A isenção de que trata este artigo não alcança os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em operações financeiras ou alienação de bens e direitos.
	§ 5º As pessoas jurídicas de que trata o <i>caput</i> deste artigo, caso contratem serviços executados mediante cessão de mão de obra, estão desobrigadas de reter e recolher a contribuição previdenciária prevista no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.	§ 5º As pessoas jurídicas de que trata o <i>caput</i> deste artigo, caso contratem serviços executados mediante cessão de mão de obra, estão desobrigadas de reter e de recolher a contribuição previdenciária prevista no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.
	Art. 109. É concedida às empresas vinculadas à organização esportiva promotora do evento e domiciliadas no Brasil , em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização dos eventos, isenção do pagamento dos seguintes tributos federais:	Art. 109. Fica concedida à organização esportiva promotora do evento, em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou à realização dos eventos, isenção do pagamento dos seguintes tributos federais:
	I – impostos:	I – impostos:
	a) IRPJ;	a) IRPJ;
	b) IRRF;	b) IRRF;
	c) IOF incidente na operação de câmbio e seguro ; e	c) IOF; e
	d) IPI, na saída de produtos importados do estabelecimento importador;	d) IPI, na saída de produtos importados do estabelecimento importador;
	II – contribuições sociais:	II – contribuições sociais:

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

131

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	a) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);	a) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
	b) Contribuição para o PIS/Pasep e PIS/Pasep-Importação; e	b) Contribuição para o PIS/Pasep e Contribuição para o PIS/Pasep-Importação ;
	c) Cofins e Cofins-Importação;	c) Cofins e Cofins-Importação;
		d) contribuições sociais previstas na alínea <i>a</i> do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e
		e) contribuições administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na forma do art. 3º da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, devidas por lei a terceiros, assim entendidos os fundos públicos e as entidades privadas de serviço social e de formação profissional; e
	III – contribuições de intervenção no domínio econômico:	III – contribuições de intervenção no domínio econômico:
	a) Contribuição para o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação, instituída pela Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000; e	a) Contribuição para o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação, instituída pela Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000; e
	b) Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine) , instituída pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.	b) Condecine, instituída pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.
	§ 1º As isenções previstas neste artigo aplicam-se exclusivamente:	§ 1º As isenções previstas neste artigo aplicam-se exclusivamente:

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

132

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	I – no que se refere à alínea “a” do inciso I do caput deste artigo e à alínea “a” do inciso II do <i>caput</i> deste artigo, às receitas, aos lucros e aos rendimentos auferidos pelas peçoas jurídicas referidas no caput deste artigo ;	I – no que se refere à alínea <i>a</i> do inciso I e à alínea <i>a</i> do inciso II do <i>caput</i> deste artigo, às receitas, aos lucros e aos rendimentos auferidos pela organização esportiva promotora do evento ;
	II – no que se refere à alínea “b” do inciso I e ao inciso III do <i>caput</i> deste artigo:	II – no que se refere à alínea <i>b</i> do inciso I e ao inciso III do <i>caput</i> deste artigo, aos rendimentos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos pela organização esportiva promotora do evento ou para a organização esportiva promotora do evento, inclusive mediante o fornecimento de bens ou a prestação de serviços; e
	a) aos rendimentos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos, em espécie, pelas peçoas jurídicas referidas no caput deste artigo ; ou	
	b) aos rendimentos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos, em espécie, para as peçoas jurídicas referidas na alínea “a” deste inciso ; e	
	III – no que se refere à alínea “c” do inciso I do <i>caput</i> deste artigo, às operações de câmbio e seguro realizadas pelas peçoas jurídicas referidas no caput deste artigo .	III – no que se refere à alínea <i>c</i> do inciso I do <i>caput</i> deste artigo, às operações de crédito , câmbio e seguro realizadas pela organização esportiva promotora do evento .
	§ 2º A isenção de que trata a alínea “b” do inciso I do <i>caput</i> deste artigo não desobriga as peçoas jurídicas referidas no caput deste artigo da retenção do imposto sobre a renda, de que trata o art. 7º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988.	§ 2º A isenção de que trata a alínea <i>b</i> do inciso I do <i>caput</i> deste artigo não desobriga a organização esportiva promotora do evento da retenção do imposto sobre a renda, de que trata o art. 7º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988.
	§ 3º Não serão admitidos os descontos de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep ou da Cofins, previstos respectivamente no art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no art. 3º da	§ 3º Não são admitidos os descontos de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep ou da Cofins, previstos respectivamente no art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no art. 3º da

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

133

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, pelos adquirentes, em relação às vendas realizadas pelas pessoas jurídicas referidas no <i>caput</i> deste artigo .	Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, pelos adquirentes, em relação às vendas realizadas pela organização esportiva promotora do evento .
	§ 4º As pessoas jurídicas referidas no <i>caput</i> deste artigo, caso contratem serviços executados mediante cessão de mão de obra, estão desobrigadas de reter e recolher a contribuição previdenciária prevista no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.	
	§ 5º O disposto neste artigo:	§ 4º O disposto neste artigo não isenta a pessoa natural residente no País que aufera renda ou proventos de qualquer natureza decorrentes da prestação de serviços à organização esportiva promotora do evento das contribuições previdenciárias previstas nos arts. 20 e 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.
	I – não isenta a pessoa natural residente no Brasil que aufera renda ou proventos de qualquer natureza decorrentes da prestação de serviços à pessoa jurídica de que trata o <i>caput</i> deste artigo das contribuições previdenciárias previstas nos arts. 20 e 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e	
	II – não isenta a pessoa jurídica de que trata o <i>caput</i> deste artigo de recolher a contribuição social prevista na alínea “a” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e as contribuições administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia na forma do art. 3º da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, devidas por lei a terceiros, assim entendidos os fundos públicos e as entidades privadas de serviço social e de formação profissional.	

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

134

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	§ 6º O disposto neste artigo não desobriga as pessoas jurídicas de que trata o <i>caput</i> deste artigo de reter e recolher a contribuição previdenciária dos segurados empregados e contribuintes individuais a seu serviço, nos termos do art. 30 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e do art. 4º da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003.	§ 5º O disposto neste artigo não desobriga a organização esportiva promotora do evento de reter e de recolher: I – a contribuição previdenciária dos segurados empregados e contribuintes individuais a seu serviço, nos termos do art. 30 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e do art. 4º da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003; e
		II – a contribuição previdenciária prevista no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.
	§ 7º A isenção de que trata este artigo não alcança os rendimentos e ganhos de capital auferidos em operações financeiras ou alienação de bens e direitos.	§ 6º A isenção de que trata este artigo não alcança os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em operações financeiras ou alienação de bens e direitos.
	Art. 110. É concedida à organização esportiva promotora do evento, em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização dos eventos, isenção do pagamento dos seguintes tributos federais:	
	I – impostos:	
	a) IRPJ;	
	b) IRRF;	
	c) IOF; e	

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

135

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	d) IPI, na saída de produtos importados do estabelecimento importador;	
	II – contribuições sociais:	
	a) CSLL;	
	b) Contribuição para o PIS/Pasep e PIS/Pasep-Importação;	
	c) Cofins e Cofins-Importação;	
	d) contribuições sociais previstas na alínea “a” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e	
	e) contribuições administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia na forma do art. 3º da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, devidas por lei a terceiros, assim entendidos os fundos públicos e as entidades privadas de serviço social e de formação profissional; e	
	III – contribuições de intervenção no domínio econômico:	
	a) Contribuição para o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação, instituída pela Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000; e	
	b) Condecine, instituída pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.	

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

136

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	§ 1º As isenções previstas neste artigo aplicam-se exclusivamente:	
	I – no que se refere à alínea “a” do inciso I do <i>caput</i> e à alínea “a” do inciso II do <i>caput</i> deste artigo, às receitas, aos lucros e aos rendimentos auferidos pela organização esportiva promotora do evento;	
	II – no que se refere à alínea “b” do inciso I do <i>caput</i> e ao inciso III do <i>caput</i> deste artigo, aos rendimentos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos pela organização esportiva promotora do evento ou para a organização esportiva promotora do evento, inclusive mediante o fornecimento de bens ou a prestação de serviços; e	
	III – no que se refere à alínea “c” do inciso I do <i>caput</i> deste artigo, às operações de crédito, câmbio e seguro realizadas pela organização esportiva promotora do evento.	
	§ 2º A isenção de que trata a alínea “b” do inciso I do <i>caput</i> deste artigo não desobriga a organização esportiva promotora do evento da retenção do imposto sobre a renda, de que trata o art. 7º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988.	
	§ 3º Não serão admitidos os descontos de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep ou da Cofins, previstos respectivamente no art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, pelos	

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

137

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	adquirentes, em relação às vendas realizadas pela organização esportiva promotora do evento.	
	§ 4º O disposto neste artigo não isenta a pessoa natural residente no País que aufera renda ou proventos de qualquer natureza decorrentes da prestação de serviços à organização esportiva promotora do evento das contribuições previdenciárias previstas nos arts. 20 e 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.	
	§ 5º O disposto neste artigo não desobriga a organização esportiva promotora do evento de reter e recolher:	
	I – a contribuição previdenciária dos segurados empregados e contribuintes individuais a seu serviço, nos termos do art. 30 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e do art. 4º da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003; e	
	II – a contribuição previdenciária prevista no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.	
	§ 6º A isenção de que trata este artigo não alcança os rendimentos e ganhos de capital auferidos em operações financeiras ou alienação de bens e direitos.	
	Subseção III Das Isenções a Pessoas Naturais não Residentes	Subseção III Das Isenções a Pessoas Naturais não Residentes

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

138

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Art. 111. Estão isentos do pagamento do imposto sobre a renda os rendimentos pagos, creditados, empregados, entregues ou remetidos pela organização esportiva promotora do evento, ou por empresas a ela vinculadas, a pessoas naturais não residentes no Brasil, empregadas ou de outra forma contratadas para trabalhar de forma pessoal e direta na organização ou realização dos eventos, que ingressarem no País com visto temporário.	Art. 110. Estão isentos do pagamento do imposto sobre a renda os rendimentos pagos, creditados, empregados, entregues ou remetidos pela organização esportiva promotora do evento ou por empresas a ela vinculadas a pessoas naturais não residentes no Brasil, empregadas ou de outra forma contratadas para trabalhar de forma pessoal e direta na organização ou na realização dos eventos, que ingressarem no País com visto temporário.
	§ 1º Para fins do disposto neste artigo, não caracteriza residência no País a permanência no Brasil durante o período de que trata o art. 124 desta Lei, salvo o caso de obtenção de visto permanente ou vínculo empregatício com pessoa distinta das referidas no <i>caput</i> deste artigo.	§ 1º Para fins do disposto neste artigo, não caracteriza residência no País a permanência no Brasil durante o período de que trata o art. 123 desta Lei, salvo o caso de obtenção de visto permanente ou de vínculo empregatício com pessoa distinta das referidas no <i>caput</i> deste artigo.
	§ 2º Sem prejuízo dos acordos, tratados e convenções internacionais firmados pelo Brasil ou da existência de reciprocidade de tratamento, os demais rendimentos recebidos de fonte no Brasil pelas pessoas naturais referidas no <i>caput</i> deste artigo, inclusive o ganho de capital na alienação de bens e direitos situados no País e os rendimentos auferidos em operações financeiras, são tributados de acordo com normas específicas aplicáveis aos não residentes no Brasil.	§ 2º Sem prejuízo dos acordos, dos tratados e das convenções internacionais firmados pelo Brasil ou da existência de reciprocidade de tratamento, os demais rendimentos recebidos de fonte no Brasil, inclusive o ganho de capital na alienação de bens e direitos situados no País e os rendimentos auferidos em operações financeiras, pelas pessoas naturais referidas no <i>caput</i> deste artigo, são tributados de acordo com normas específicas aplicáveis aos não residentes no Brasil.
	§ 3º As isenções de que trata este artigo aplicam-se, inclusive, aos árbitros, juízes, às pessoas naturais prestadoras de serviços de cronômetro e placar e aos competidores, sendo, no caso destes	§ 3º As isenções de que trata este artigo aplicam-se, inclusive, aos árbitros, aos juízes, às pessoas naturais prestadoras de serviços de cronômetro e placar e aos competidores, observado que, quanto

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

139

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	últimos, aplicáveis exclusivamente quanto ao pagamento de recompensas financeiras como resultado do seu desempenho nos eventos.	a estes últimos, aplicam-se exclusivamente no que se refere ao pagamento de recompensas financeiras como resultado do seu desempenho nos eventos.
	§ 4º A organização esportiva promotora do evento, caso contrate serviços executados mediante cessão de mão de obra, está desobrigada de reter e recolher a contribuição previdenciária prevista no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.	§ 4º A organização esportiva promotora do evento, caso contrate serviços executados mediante cessão de mão de obra, está desobrigada de reter e de recolher a contribuição previdenciária prevista no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.
	Subseção IV Da Desoneração de Tributos Indiretos nas Aquisições Realizadas no Mercado Interno	Subseção IV Da Desoneração de Tributos Indiretos nas Aquisições Realizadas no Mercado Interno
	Art. 112. São isentos do pagamento do IPI, na forma estabelecida em regulamento, os produtos nacionais adquiridos pelas pessoas jurídicas mencionadas no § 2º do art. 104 desta Lei diretamente de estabelecimento industrial fabricante, para uso ou consumo na organização ou realização dos eventos.	Art. 111. Ficam isentos do pagamento do IPI, na forma estabelecida em regulamento, os produtos nacionais adquiridos pelas pessoas jurídicas referidas no § 2º do art. 104 desta Lei diretamente de estabelecimento industrial fabricante, para uso ou consumo na organização ou na realização dos eventos.
	§ 1º O disposto neste artigo não se aplica aos bens e equipamentos duráveis adquiridos para utilização nos eventos.	§ 1º O disposto neste artigo não se aplica aos bens e aos equipamentos duráveis adquiridos para utilização nos eventos.
	§ 2º A isenção prevista neste artigo será aplicada, também, nos casos de doação e dação em pagamento, e de qualquer outra forma de pagamento, inclusive mediante o fornecimento de bens ou prestação de serviços.	§ 2º A isenção prevista neste artigo aplica-se também nos casos de doação e dação em pagamento, e de qualquer outra forma de pagamento, inclusive mediante o fornecimento de bens ou prestação de serviços.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

140

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	§ 3º A isenção prevista neste artigo aplica-se somente aos bens adquiridos diretamente de pessoa jurídica previamente licenciada ou nomeada pela organização esportiva promotora do evento e habilitada pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia , nos termos do art. 120 desta Lei.	§ 3º A isenção prevista neste artigo aplica-se somente aos bens adquiridos diretamente de pessoa jurídica previamente licenciada ou nomeada pela organização esportiva promotora do evento e habilitada pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, nos termos do art. 119 desta Lei.
	§ 4º Deverá constar nas notas fiscais relativas às operações beneficiadas com a isenção de que trata o <i>caput</i> deste artigo a expressão “Saída com isenção do IPI”, com a especificação do dispositivo legal correspondente, vedado o registro do imposto nas referidas notas.	§ 4º Deve constar das notas fiscais relativas às operações beneficiadas com a isenção de que trata o <i>caput</i> deste artigo a expressão “Saída com isenção do IPI”, com a especificação do dispositivo legal correspondente, vedado o registro do imposto nas referidas notas.
	Art. 113. Fica suspenso o pagamento do IPI incidente sobre os bens duráveis adquiridos diretamente de estabelecimento industrial para utilização nos eventos pelas pessoas jurídicas mencionadas no § 2º do art. 104 desta Lei.	Art. 112. Fica suspenso o pagamento do IPI incidente sobre os bens duráveis adquiridos diretamente de estabelecimento industrial, para utilização nos eventos, pelas pessoas jurídicas referidas no § 2º do art. 104 desta Lei.
	§ 1º A suspensão de que trata o <i>caput</i> deste artigo será convertida em isenção desde que os bens adquiridos com suspensão sejam utilizados nos eventos e que, em até 180 (cento e oitenta) dias contados do término do prazo estabelecido pelo art. 124 desta Lei, sejam:	§ 1º A suspensão de que trata o <i>caput</i> deste artigo deve ser convertida em isenção, desde que os bens adquiridos com suspensão sejam utilizados nos eventos e que, em até 180 (cento e oitenta) dias contados do término do prazo estabelecido no art. 123 desta Lei, sejam:
	I – exportados para o exterior; ou	I – exportados para o exterior; ou
	II – doados na forma disposta no art. 106 desta Lei.	II – doados na forma disposta no art. 106 desta Lei.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

141

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	§ 2º A suspensão prevista neste artigo aplica-se somente aos bens adquiridos diretamente de pessoa jurídica previamente licenciada ou nomeada pela organização esportiva promotora do evento e habilitada pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia , nos termos do art. 120 desta Lei.	§ 2º A suspensão prevista neste artigo aplica-se somente aos bens adquiridos diretamente de pessoa jurídica previamente licenciada ou nomeada pela organização esportiva promotora do evento e habilitada pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, nos termos do art. 119 desta Lei.
	§ 3º A suspensão prevista neste artigo será aplicada , também, nos casos de doação e dação em pagamento, e de qualquer outra forma de pagamento, inclusive mediante o fornecimento de bens ou prestação de serviços.	§ 3º A suspensão prevista neste artigo aplica-se também nos casos de doação e dação em pagamento, e de qualquer outra forma de pagamento, inclusive mediante o fornecimento de bens ou prestação de serviços.
	§ 4º Deverá constar nas notas fiscais relativas às operações beneficiadas com a suspensão de que trata o <i>caput</i> deste artigo a expressão “Saída com suspensão do IPI”, com a especificação do dispositivo legal correspondente, vedado o registro do imposto nas referidas notas.	§ 4º Deve constar das notas fiscais relativas às operações beneficiadas com a suspensão de que trata o <i>caput</i> deste artigo a expressão “Saída com suspensão do IPI”, com a especificação do dispositivo legal correspondente, vedado o registro do imposto nas referidas notas.
	Art. 114. As vendas de mercadorias e a prestação de serviços ocorridas no mercado interno para as pessoas jurídicas mencionadas no § 2º do art. 104 desta Lei destinadas exclusivamente à organização ou à realização dos eventos serão efetuadas com suspensão do pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.	Art. 113. As vendas de mercadorias e a prestação de serviços ocorridas no mercado interno para as pessoas jurídicas referidas no § 2º do art. 104 desta Lei destinadas exclusivamente à organização ou à realização dos eventos devem ser efetuadas com suspensão do pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.
	§ 1º A suspensão de que trata o <i>caput</i> deste artigo não impedirá a manutenção pelos vendedores ou pelos prestadores de serviços dos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins	§ 1º A suspensão de que trata o <i>caput</i> deste artigo não impede a manutenção pelos vendedores ou pelos prestadores de serviços dos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

142

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	vinculados às operações realizadas com a referida suspensão.	vinculados às operações realizadas com a referida suspensão.
	§ 2º A suspensão de que trata este artigo será convertida em isenção depois da comprovação da utilização ou consumo nas finalidades previstas no <i>caput</i> deste artigo das mercadorias ou serviços adquiridos, locados ou arrendados e dos direitos recebidos em cessão com a aplicação da mencionada suspensão.	§ 2º A suspensão de que trata este artigo deve ser convertida em isenção depois da comprovação da utilização ou do consumo nas finalidades previstas no <i>caput</i> deste artigo das mercadorias ou serviços adquiridos, locados ou arrendados e dos direitos recebidos em cessão com a aplicação da referida suspensão.
	§ 3º Ficam as pessoas mencionadas no <i>caput</i> deste artigo obrigadas a recolher, na condição de responsáveis, as contribuições não pagas em decorrência da suspensão de que trata este artigo, acrescidas de juros e multa, na forma da legislação específica, calculados a partir da data da aquisição ou contratação, caso não utilizem as mercadorias, serviços e direitos nas finalidades previstas nesta Lei.	§ 3º Ficam as pessoas referidas no <i>caput</i> deste artigo obrigadas a recolher, na condição de responsáveis, as contribuições não pagas em decorrência da suspensão de que trata este artigo, acrescidas de juros e multa, na forma da legislação específica, calculados a partir da data da aquisição ou da contratação, caso não utilizem as mercadorias, os serviços e os direitos nas finalidades previstas nesta Lei.
	§ 4º A suspensão prevista neste artigo aplica-se somente aos bens adquiridos, locados ou arrendados, serviços contratados e direitos recebidos em cessão diretamente de pessoa jurídica previamente licenciada ou nomeada pela organização esportiva promotora do evento e habilitada pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia , nos termos do art. 120 desta Lei.	§ 4º A suspensão de que trata este artigo aplica-se somente aos bens adquiridos, locados ou arrendados, aos serviços contratados e aos direitos recebidos em cessão diretamente de pessoa jurídica previamente licenciada ou nomeada pela organização esportiva promotora do evento e habilitada pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, nos termos do art. 119 desta Lei.
	§ 5º A suspensão e posterior conversão em isenção de que trata este artigo não dará , em hipótese	§ 5º A suspensão de que trata este artigo e sua posterior conversão em isenção não conferem , em

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

143

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	alguma, direito a crédito da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins às pessoas jurídicas mencionadas no § 2º do art. 104 desta Lei.	hipótese alguma, direito a crédito da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins às pessoas jurídicas referidas no § 2º do art. 104 desta Lei.
	§ 6º O disposto neste artigo aplica-se ainda aos bens e equipamentos duráveis destinados à utilização nos eventos, desde que tais bens e equipamentos sejam, em até 180 (cento e oitenta) dias contados do término do prazo estabelecido pelo art. 124 desta Lei:	§ 6º O disposto neste artigo aplica-se ainda aos bens e aos equipamentos duráveis destinados à utilização nos eventos, desde que tais bens e equipamentos sejam em até 180 (cento e oitenta) dias contados do término do prazo estabelecido no art. 123 desta Lei:
	I – exportados para o exterior; ou	I – exportados para o exterior; ou
	II – doados na forma disposta no art. 106 desta Lei.	II – doados na forma disposta no art. 106 desta Lei.
	§ 7º A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia poderá limitar a aplicação dos benefícios previstos neste artigo em relação a determinados bens, serviços ou direitos.	§ 7º A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil pode limitar a aplicação dos benefícios previstos neste artigo em relação a determinados bens, serviços ou direitos.
	§ 8º O disposto neste artigo aplica-se também no caso de locação e arrendamento mercantil (<i>leasing</i>) de bens e de cessão de direitos a qualquer título para as pessoas mencionadas no <i>caput</i> deste artigo para utilização exclusiva na organização ou na realização dos eventos.	§ 8º O disposto neste artigo aplica-se também no caso de locação e arrendamento mercantil (<i>leasing</i>) de bens e de cessão de direitos a qualquer título para as pessoas referidas no <i>caput</i> deste artigo para utilização exclusiva na organização ou na realização dos eventos.
	§ 9º Deverá constar nas notas fiscais relativas às operações beneficiadas com a suspensão de que trata este artigo a expressão “Venda efetuada com suspensão do pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins”, com a especificação do dispositivo legal correspondente.	§ 9º Deve constar das notas fiscais relativas às operações beneficiadas com a suspensão de que trata este artigo a expressão “Venda efetuada com suspensão do pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins”, com a especificação do dispositivo legal correspondente.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

144

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Subseção V Do Regime de Apuração da Contribuição para o Pis/Pasep e da Cofins	Subseção V Do Regime de Apuração da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins
	Art. 115. Sem prejuízo das isenções de que tratam os arts. 108 a 110 desta Lei, a Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins incidentes sobre receitas decorrentes de atividades diretamente vinculadas à organização ou realização dos eventos serão apuradas pelas pessoas jurídicas mencionadas no § 2º do art. 104 desta Lei, se domiciliadas no Brasil, na forma do regime de apuração cumulativo, nos termos do art. 8º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.	Art. 114. Sem prejuízo das isenções de que tratam os arts. 108 e 109 desta Lei, a Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins incidentes sobre receitas decorrentes de atividades diretamente vinculadas à organização ou à realização dos eventos serão apuradas pelas pessoas jurídicas referidas no § 2º do art. 104 desta Lei, quando domiciliadas no Brasil, na forma do regime de apuração cumulativo, nos termos do art. 8º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.
	Subseção VI Da Contraprestação de Patrocinador em Espécie, Bens e Serviços	Subseção VI Da Contraprestação de Patrocinador em Espécie, Bens e Serviços
	Art. 116. Aplica-se o disposto nos arts. 112 a 114 desta Lei aos patrocínios sob a forma de bens fornecidos por patrocinador do evento domiciliado no País.	Art. 115. O disposto nos arts. 111, 112 e 113 desta Lei aplica-se aos patrocínios sob a forma de bens fornecidos por patrocinador do evento domiciliado no País.
	Parágrafo único. O patrocínio de que trata este artigo deve estar diretamente vinculado a contrato firmado com as organizações esportivas promotoras dos eventos.	Parágrafo único. O patrocínio de que trata este artigo deve estar diretamente vinculado a contrato firmado com as organizações esportivas promotoras dos eventos.
	Art. 117. Aplica-se o disposto nos arts. 108 a 110 desta Lei aos patrocínios em espécie efetuados por patrocinador do evento domiciliado no País.	Art. 116. O disposto nos arts. 108 e 109 desta Lei aplica-se aos patrocínios em espécie efetuados por patrocinador do evento domiciliado no País.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

145

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Parágrafo único. O patrocínio de que trata este artigo deve estar diretamente vinculado a contrato firmado diretamente com as organizações esportivas promotoras dos eventos.	Parágrafo único. O patrocínio de que trata este artigo deve estar diretamente vinculado a contrato firmado diretamente com as organizações esportivas promotoras dos eventos.
	Art. 118. Aplica-se o disposto no art. 114 desta Lei aos patrocínios sob a forma de prestação de serviços, de locação, arrendamento mercantil (<i>leasing</i>) e empréstimo de bens, e de cessão de direitos efetuados por patrocinador do evento domiciliado no País para as pessoas jurídicas mencionadas no § 2º do art. 104 desta Lei.	Art. 117. O disposto no art. 113 desta Lei aplica-se aos patrocínios sob a forma de prestação de serviços, de locação, de arrendamento mercantil (<i>leasing</i>) e de empréstimo de bens e de cessão de direitos efetuados por patrocinador do evento domiciliado no País para as pessoas jurídicas referidas no § 2º do art. 104 desta Lei.
	Parágrafo único. O patrocínio de que trata este artigo deve estar diretamente vinculado a contrato firmado diretamente com as organizações esportivas promotoras dos eventos.	Parágrafo único. O patrocínio de que trata este artigo deve estar diretamente vinculado a contrato firmado diretamente com as organizações esportivas promotoras dos eventos.
	Subseção VII Da Isenção da Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro	Subseção VII Da Isenção da Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro
	Art. 119. São isentos da Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro (TFPC), de que trata a Lei nº 10.834, de 29 de dezembro de 2003, em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização e à realização dos eventos:	Art. 118. Ficam isentos da Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro (TFPC), de que trata a Lei nº 10.834, de 29 de dezembro de 2003, em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização e à realização dos eventos:
	I – as pessoas jurídicas responsáveis pela organização e condução dos eventos;	I – as pessoas jurídicas responsáveis pela organização e condução dos eventos;

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

146

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	II – os atletas inscritos no evento; e	II – os atletas inscritos no evento; e
	III – as organizações esportivas de outras nacionalidades participantes em treinamentos e competições.	III – as organizações esportivas de outras nacionalidades para treinamentos e competições dos jogos .
	Parágrafo único. A isenção de que trata o <i>caput</i> aplica-se exclusivamente:	Parágrafo único. A isenção de que trata o <i>caput</i> aplica-se exclusivamente:
	I – às competições esportivas em jogos olímpicos, paralímpicos, pan-americanos, parapan-americanos, nacionais e mundiais; e	I – às competições esportivas em jogos olímpicos, paralímpicos, pan-americanos, parapan-americanos, nacionais e mundiais; e
	II – aos atletas estrangeiros regularmente inscritos em competição internacional realizada no território nacional.	II – aos atletas estrangeiros regularmente inscritos em competição internacional realizada no território nacional.
	Art. 120. A organização esportiva promotora do evento indicará à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia as pessoas naturais ou jurídicas passíveis de habilitação ao gozo dos benefícios instituídos por esta Lei.	Art. 119. A organização esportiva promotora do evento indicará à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil as pessoas naturais ou jurídicas passíveis de habilitação ao gozo dos benefícios instituídos por esta Lei.
	§ 1º As pessoas indicadas pela organização esportiva promotora do evento que atenderem aos requisitos estabelecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia serão habilitadas nos termos do <i>caput</i> deste artigo.	§ 1º As pessoas indicadas pela organização esportiva promotora do evento que atenderem aos requisitos estabelecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil serão habilitadas nos termos do <i>caput</i> deste artigo.
	§ 2º Na impossibilidade de a organização esportiva promotora do evento indicar as pessoas de que trata	§ 2º Na impossibilidade de a organização esportiva promotora do evento indicar as pessoas de que trata o <i>caput</i> deste artigo, caberá ao órgão do Poder

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

147

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	o <i>caput</i> deste artigo, caberá à Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania indicá-las.	Executivo federal responsável pela área do esporte indicá-las.
	§ 3º As pessoas naturais e jurídicas habilitadas na forma do <i>caput</i> deste artigo deverão apresentar documentação comprobatória que as vincule às atividades intrínsecas à realização e à organização dos eventos, sem prejuízo do cumprimento dos requisitos a serem estabelecidos pelo órgão referido no § 1º deste artigo.	§ 3º As pessoas naturais e jurídicas habilitadas na forma do <i>caput</i> deste artigo deverão apresentar documentação comprobatória que as vincule às atividades intrínsecas à realização e à organização dos eventos, sem prejuízo do cumprimento dos requisitos a serem estabelecidos pelo órgão referido no § 1º deste artigo.
	§ 4º A organização esportiva promotora do evento divulgará em seu site as informações referentes às renúncias fiscais individualizadas decorrentes desta Lei, tendo por base os contratos firmados com as pessoas naturais e jurídicas habilitadas na forma do <i>caput</i> deste artigo, de modo a permitir o acompanhamento e a transparência ao processo.	§ 4º A organização esportiva promotora do evento divulgará em sítio eletrônico as informações referentes às renúncias fiscais individualizadas decorrentes desta Lei, com base nos contratos firmados com as pessoas naturais e jurídicas habilitadas na forma do <i>caput</i> deste artigo, de modo a permitir o acompanhamento e a transparência do processo.
	§ 5º Para os efeitos do § 4º deste artigo, os contratos serão agrupados conforme pertençam ao setor de comércio, serviços ou indústria, considerando, no caso de atividades mistas, o setor predominante no objeto do contrato.	§ 5º Para os efeitos do § 4º deste artigo, os contratos serão agrupados conforme pertençam ao setor de comércio, serviços ou indústria, considerando, no caso de atividades mistas, o setor predominante no objeto do contrato.
	§ 6º Os contratos firmados com as pessoas naturais e jurídicas habilitadas na forma do <i>caput</i> deste artigo serão divulgados no site referido no § 4º com a indicação do contratado, contratante e objeto do contrato, vedada a publicação de valores ou quantidades que prejudiquem o direito ao sigilo comercial.	§ 6º Os contratos firmados com as pessoas naturais e jurídicas habilitadas na forma do <i>caput</i> deste artigo serão divulgados no sítio eletrônico a que se refere o § 4º deste artigo , com a indicação do contratado, do contratante e do objeto do contrato, vedada a publicação de valores ou de quantidades que prejudiquem o direito ao sigilo comercial.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

148

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Subseção VIII Disposições Complementares	Subseção VIII Disposições Complementares
	Art. 121. As desonerações previstas nesta Lei aplicam-se somente às operações que a organização esportiva promotora do evento e as demais pessoas jurídicas que com ela se relacionem demonstrarem, por meio de documentação fiscal ou contratual idônea, estar relacionadas com a organização ou a realização dos eventos, nos termos da regulamentação prevista no art. 126 desta Lei.	Art. 120. As desonerações previstas nesta Lei aplicam-se somente às operações em que a organização esportiva promotora do evento e as demais pessoas jurídicas que com ela se relacionem demonstrarem, por meio de documentação fiscal ou contratual idônea, estar relacionadas com a organização ou a realização dos eventos, nos termos da regulamentação prevista no art. 125 desta Lei.
	Art. 122. Eventuais tributos federais recolhidos com inobservância do disposto nesta Lei serão restituídos de acordo com as regras previstas na legislação específica brasileira.	Art. 121. Eventuais tributos federais recolhidos indevidamente , com inobservância do disposto nesta Lei, serão restituídos de acordo com as regras previstas na legislação específica brasileira.
	Art. 123. A utilização dos benefícios fiscais concedidos por esta Lei em desacordo com os seus termos sujeitará o beneficiário, ou o responsável tributário, ao pagamento dos tributos devidos e dos acréscimos legais, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.	Art. 122. A utilização dos benefícios fiscais concedidos por esta Lei, em desacordo com os seus termos, sujeitará o beneficiário, ou o responsável tributário, ao pagamento dos tributos devidos e dos acréscimos legais, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.
	Parágrafo único. Fica a organização esportiva promotora do evento sujeita aos pagamentos referidos no <i>caput</i> deste artigo no caso de impossibilidade ou dificuldade de identificação do sujeito passivo ou do responsável tributário em razão de vício contido na indicação de que trata o art. 120 desta Lei.	Parágrafo único. Ficará a organização esportiva promotora do evento sujeita aos pagamentos referidos no <i>caput</i> deste artigo, no caso de impossibilidade ou dificuldade de identificação do sujeito passivo ou do responsável tributário em razão de vício contido na indicação de que trata o art. 119 desta Lei.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

149

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Art. 124. O disposto nesta Lei será aplicado aos fatos geradores que ocorrerem do início de sua vigência até 5 (cinco) anos a contar do início de sua vigência.	Art. 123. O disposto nesta Lei será aplicado aos fatos geradores que ocorrerem entre o início de sua vigência até 5 (cinco) anos contados da data da vigência.
	Art. 125. As alterações na legislação tributária posteriores à publicação desta Lei serão contempladas em lei específica destinada a preservar as medidas ora instituídas.	Art. 124. As alterações na legislação tributária posteriores à publicação desta Lei serão contempladas em lei específica destinada a preservar as medidas instituídas nesta Lei .
	Art. 126. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Seção .	Art. 125. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei .
	Parágrafo único. A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia , nos termos do art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e os demais órgãos competentes da Administração Pública federal, no âmbito de suas competências, disciplinarão a aplicação do disposto nesta Seção .	Parágrafo único. A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, nos termos do art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e os demais órgãos competentes da administração pública federal, no âmbito de suas competências, disciplinarão a aplicação do disposto nesta Lei .
	Seção III Dos Incentivos	Seção III Dos Incentivos
	Art. 127. Com o objetivo de incentivar a prática esportiva, a União facultará às pessoas naturais ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do Imposto sobre a Renda , a título de doações ou patrocínios, tanto no apoio direto a projetos esportivos apresentados por pessoas naturais ou por pessoas jurídicas de natureza esportiva, como através de contribuições ao Fundesporte, nos termos do art. 47, inciso II , desta Lei, desde que os	Art. 126. Com o objetivo de incentivar a prática esportiva, a União facultará às pessoas naturais ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do imposto sobre a renda , a título de doações ou de patrocínios, tanto no apoio direto a projetos esportivos apresentados por pessoas naturais ou por pessoas jurídicas de natureza esportiva quanto por meio de contribuições ao Fundesporte, nos termos do inciso II do caput do art. 47 desta Lei,

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

150

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	projetos atendam aos critérios estabelecidos nesta Lei e sejam aprovados pela Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania.	desde que os projetos atendam aos critérios estabelecidos nesta Lei e sejam aprovados pelo órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte.
	§ 1º Os valores referentes a doações ou patrocínios serão deduzidos pelas pessoas naturais do imposto de renda devido, limitados ao máximo de 7% (sete por cento) do imposto devido.	§ 1º Os valores referentes a doações ou a patrocínios serão deduzidos pelas pessoas naturais do imposto sobre a renda devido, limitados ao máximo de 7% (sete por cento) do imposto devido.
	§ 2º Os valores correspondentes a doações ou patrocínios realizados por pessoas jurídicas, independentemente de sua forma de tributação, terão limite máximo de 3% (três por cento) do imposto devido, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e poderão ser deduzidos:	§ 2º Os valores correspondentes a doações ou a patrocínios realizados por pessoas jurídicas, independentemente de sua forma de tributação, terão limite máximo de 4% (quatro por cento) do imposto devido, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e poderão ser deduzidos:
	I – do imposto devido no trimestre, para as pessoas jurídicas que apuram o imposto trimestralmente;	I – do imposto devido no trimestre, para as pessoas jurídicas que apuram o imposto trimestralmente;
	II – do imposto devido mensalmente e no ajuste anual, para as pessoas jurídicas que apuram o imposto anualmente.	II – do imposto devido mensalmente e no ajuste anual, para as pessoas jurídicas que apuram o imposto anualmente.
	§ 3º O limite previsto no § 2º desde artigo será de 4% (quatro por cento) se o projeto desportivo ou paradesportivo for destinado a promover a inclusão social por meio do esporte, preferencialmente em comunidades em situação de vulnerabilidade social.	

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

151

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	§ 4º Para os fins deste artigo, a doação ou o patrocínio deverá ser efetuado dentro do período a que se refere a apuração do imposto.	§ 3º A doação ou o patrocínio deverá ser efetuado dentro do período a que se refere a apuração do imposto.
	§ 5º A pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá lançar em seus registros contábeis, como despesa operacional, o valor total das doações e dos patrocínios efetuados no período de apuração de seus tributos.	§ 4º A pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá lançar em seus registros contábeis, como despesa operacional, o valor total das doações e dos patrocínios efetuados no período de apuração de seus tributos.
	§ 6º Os benefícios de que trata este artigo não excluem ou reduzem outros benefícios fiscais e deduções em vigor.	§ 5º Os benefícios de que trata este artigo não excluirão ou reduzirão outros benefícios fiscais e deduções em vigor.
	§ 7º Não são dedutíveis os valores destinados a patrocínio ou doação em favor de projetos que beneficiem, direta ou indiretamente, pessoa natural ou jurídica vinculada ao doador ou patrocinador.	§ 6º Não são dedutíveis os valores destinados a doação ou a patrocínio em favor de projetos que beneficiem, direta ou indiretamente, pessoa natural ou jurídica vinculada ao doador ou ao patrocinador.
	§ 8º Consideram-se vinculados ao patrocinador ou ao doador:	§ 7º Consideram-se vinculados ao doador ou ao patrocinador:
	I – a pessoa jurídica da qual o patrocinador ou o doador seja titular, administrador, gerente, acionista ou sócio, na data da operação ou nos 12 (doze) meses anteriores;	I – a pessoa jurídica da qual o doador ou o patrocinador seja titular, administrador, gerente, acionista ou sócio, na data da operação ou nos 12 (doze) meses anteriores;
	II – o cônjuge, os parentes até o terceiro grau, inclusive os afins, e os dependentes do patrocinador, do doador ou dos titulares, administradores, acionistas ou sócios de pessoa jurídica vinculada ao patrocinador ou ao doador, nos termos do inciso I deste parágrafo;	II – o cônjuge, os parentes até o terceiro grau, inclusive os afins, e os dependentes do doador, do patrocinador ou dos titulares, dos administradores, dos acionistas ou dos sócios de pessoa jurídica vinculada ao doador ou ao patrocinador, nos termos do inciso I deste parágrafo;

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

152

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	III – a pessoa jurídica coligada, controladora ou controlada, ou que tenha como titulares, administradores, acionistas ou sócios alguma das pessoas a que se refere o inciso II deste parágrafo.	III – a pessoa jurídica coligada, controladora ou controlada ou que tenha como titulares, administradores, acionistas ou sócios alguma das pessoas a que se refere o inciso II deste parágrafo.
	Art. 128. Os projetos esportivos em cujo favor serão captados e direcionados os recursos oriundos dos incentivos previstos nesta Lei atenderão a pelo menos um dos níveis de prática esportiva dispostos no art. 4º desta Lei, incluindo projetos esportivos destinados a promover a inclusão social por meio do esporte, preferencialmente em comunidades em situação de vulnerabilidade social, com prioridade ao esporte educacional e ao paradesporto.	Art. 127. Os projetos esportivos em favor dos quais serão captados e direcionados os recursos oriundos dos incentivos previstos nesta Lei atenderão a pelo menos um dos níveis da prática esportiva dispostos no art. 4º desta Lei, incluindo projetos esportivos destinados a promover a inclusão social por meio do esporte, preferencialmente em comunidades em vulnerabilidade social, com prioridade ao esporte educacional e ao paradesporto.
	§ 1º Os recursos oriundos dos incentivos previstos nesta Lei podem ser empregados no fomento a atividades promovidas por organizações esportivas de qualquer natureza, inclusive as que desenvolvem a prática esportiva profissional, vedado, entretanto, o pagamento de salários de atletas profissionais.	§ 1º Os recursos oriundos dos incentivos previstos nesta Lei poderão ser empregados no fomento a atividades promovidas por organizações esportivas de qualquer natureza, inclusive as que desenvolvem a prática esportiva profissional, vedado o pagamento de salários de atletas profissionais.
	§ 2º A vedação constante no § 1º não se estende ao pagamento de auxílios a atletas na forma de bolsas.	§ 2º A vedação constante do § 1º deste artigo não se estenderá para o pagamento de auxílios a atletas na forma de bolsas.
	§ 3º O proponente não poderá captar, para cada projeto, entre patrocínio e doação, valor superior ao aprovado pela Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania, na forma do art. 131 desta Lei.	§ 3º O proponente não poderá captar, para cada projeto, a título de doação e de patrocínio, valor superior ao aprovado pelo órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte, na forma do art. 130 desta Lei.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

153

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Art. 129. Para fins do disposto nesta Seção, considera-se:	Art. 128. Para fins do disposto nesta Seção, considera-se:
	II – doação:	I – doação:
	a) a transferência gratuita ao proponente, em caráter definitivo, de numerário, bens ou serviços para a realização de projetos esportivos, desde que não empregados em publicidade, ainda que para divulgação das atividades objeto do respectivo projeto;	a) a transferência gratuita, em caráter definitivo, ao proponente de numerário, bens ou serviços para a realização de projetos esportivos, desde que não empregados em publicidade, ainda que para divulgação das atividades objeto do respectivo projeto;
	b) a distribuição gratuita de ingressos para eventos esportivos por pessoa jurídica a empregados e seus dependentes legais ou a integrantes de comunidades em situação de vulnerabilidade social;	b) a distribuição gratuita de ingressos para eventos esportivos por pessoa jurídica a empregados e seus dependentes legais ou a integrantes de comunidades em vulnerabilidade social;
	I – patrocínio:	II – patrocínio:
	a) a transferência gratuita ao proponente, em caráter definitivo, de numerário para a realização de projetos esportivos, com finalidade promocional e institucional de publicidade;	a) a transferência gratuita, em caráter definitivo, ao proponente de numerário para a realização de projetos esportivos, com finalidade promocional e institucional de publicidade;
	b) a cobertura de gastos ou a utilização de bens, móveis ou imóveis, do patrocinador, sem transferência de domínio, para a realização de projetos esportivos e paradesportivos pelo proponente;	b) a cobertura de gastos ou a utilização de bens, móveis ou imóveis, do patrocinador, sem transferência de domínio, para a realização de projetos esportivos e paradesportivos pelo proponente;
	IV – doador: a pessoa natural ou jurídica, contribuinte do imposto de renda, que apoie projetos aprovados pela Secretaria Especial do	III – doador: a pessoa natural ou jurídica, contribuinte do imposto sobre a renda, que apoie projetos aprovados pelo órgão do Poder Executivo

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

154

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Esporte do Ministério da Cidadania nos termos do inciso II do caput deste artigo;	federal responsável pela área do esporte nos termos do inciso I deste caput;
	III – patrocinador: a pessoa natural ou jurídica, contribuinte do imposto de renda, que apoie projetos aprovados pela Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania nos termos do inciso I do caput deste artigo;	IV – patrocinador: a pessoa natural ou jurídica, contribuinte do imposto sobre a renda, que apoie projetos aprovados pelo órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte nos termos do inciso II deste caput;
	V – proponente: a pessoa natural ou jurídica de direito público ou de direito privado de qualquer natureza jurídica, com finalidade esportiva, bem como as instituições de ensino fundamental, médio e superior, que tenham projetos aprovados nos termos desta Lei.	V – proponente: a pessoa natural ou jurídica de direito público ou de direito privado de qualquer natureza jurídica, com finalidade esportiva, bem como as instituições de ensino fundamental, médio e superior, que tenha projetos aprovados nos termos desta Lei.
	Art. 130. O patrocinador ou doador poderá investir o valor deduzido do imposto de renda em favor do Fundesporte, com destinação livre ou direcionada a programas, ações e projetos esportivos específicos, sob a forma de doação, ou com destinação especificada pelo patrocinador, sob a forma de patrocínio, na forma do regulamento.	Art. 129. O doador ou o patrocinador poderá investir o valor deduzido do imposto sobre a renda em favor do Fundesporte, com destinação livre ou direcionada a programas, a ações e a projetos esportivos específicos, sob a forma de doação, ou com destinação especificada pelo patrocinador, sob a forma de patrocínio, nos termos do regulamento.
	Art. 131. A avaliação e a aprovação do enquadramento dos projetos apresentados na forma prevista no art. 132 desta Lei cabem a uma comissão técnica vinculada à Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania, garantindo-se a participação paritária de representantes governamentais, designados pelo Secretário Especial do Esporte do Ministério da Cidadania, e	Art. 130. A avaliação e a aprovação do enquadramento dos projetos apresentados na forma prevista no art. 131 desta Lei caberão a uma comissão técnica vinculada ao órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte, e será garantida a participação paritária de representantes governamentais, designados pelo responsável do órgão do Poder Executivo federal

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

155

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	representantes do setor esportivo, indicados pelo Conesp .	responsável pela área do esporte , e de representantes do setor esportivo, indicados pelo CNE .
	Parágrafo único. A composição, a organização e o funcionamento da comissão serão estipulados e definidos em regulamento.	Parágrafo único. A composição, a organização e o funcionamento da comissão técnica referida no caput deste artigo serão estipulados e definidos em regulamento.
	Art. 132. Os projetos esportivos serão submetidos à Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania , acompanhados da documentação estabelecida em regulamento e de orçamento analítico.	Art. 131. Os projetos esportivos serão submetidos ao órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte , acompanhados da documentação estabelecida em regulamento e de orçamento analítico.
	§ 1º A aprovação dos projetos de que trata o <i>caput</i> deste artigo somente terá eficácia após a publicação de ato oficial contendo o título do projeto aprovado, a instituição responsável, o valor autorizado para captação e o prazo de validade da autorização.	§ 1º A aprovação dos projetos de que trata o <i>caput</i> deste artigo somente terá eficácia após a publicação de ato oficial, que deverá conter o título do projeto aprovado, a instituição responsável, o valor autorizado para captação e o prazo de validade da autorização.
	§ 2º Os projetos aprovados e executados com recursos desta Lei serão acompanhados e avaliados pela Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania .	§ 2º Os projetos aprovados e executados com recursos desta Lei serão acompanhados e avaliados pelo órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte .
	Art. 133. A prestação de contas dos projetos beneficiados pelos incentivos previstos nesta Lei fica a cargo do proponente e será apresentada à Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania , na forma estabelecida pelo regulamento.	Art. 132. A prestação de contas dos projetos beneficiados pelos incentivos previstos nesta Lei ficará a cargo do proponente e será apresentada ao órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte , na forma estabelecida no regulamento.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

156

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Art. 134. A Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania informará à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia os valores correspondentes a doação ou patrocínio destinados ao apoio direto a projetos esportivos.	Art. 133. O órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte informará à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil os valores correspondentes a doação ou a patrocínio destinados ao apoio direto a projetos esportivos.
	Parágrafo único. A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia estabelecerá, em ato normativo próprio, a forma, o prazo e as condições para o cumprimento da obrigação acessória a que se refere o <i>caput</i> deste artigo.	Parágrafo único. A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil estabelecerá, em ato normativo próprio, a forma, o prazo e as condições para o cumprimento da obrigação acessória a que se refere o <i>caput</i> deste artigo.
	Art. 135. Compete à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, no âmbito de suas atribuições, a fiscalização dos incentivos previstos nesta Lei.	Art. 134. Compete à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, no âmbito de suas atribuições, a fiscalização dos incentivos previstos nesta Lei.
	Art. 136. Constituem infração aos dispositivos desta Lei:	Art. 135. Constituem infração aos dispositivos desta Lei:
	I – receber o patrocinador ou doador qualquer vantagem financeira ou material em decorrência do patrocínio ou da doação efetuados com base nesta Lei;	I – receber o doador ou o patrocinador qualquer vantagem financeira ou material em decorrência da doação ou do patrocínio que com base nela efetuar;
	II – agir o patrocinador, o doador ou o proponente com dolo, fraude ou simulação para utilizar incentivo previsto nesta Lei;	II – agir o doador, o patrocinador ou o proponente com dolo, fraude ou simulação para utilizar incentivo nela previsto;

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

157

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	III – desviar para finalidade diversa da fixada nos respectivos projetos os recursos, bens, valores ou benefícios obtidos com base nesta Lei ;	III – desviar, para finalidade diversa da fixada nos respectivos projetos, os recursos, bens, valores ou benefícios com base nela obtidos;
	IV – adiar, antecipar ou cancelar, sem justa causa, atividade esportiva beneficiada pelos incentivos previstos nesta Lei ;	IV – adiar, antecipar ou cancelar, sem justa causa, atividade esportiva beneficiada pelos incentivos nela previstos;
	V – descumprir quaisquer das disposições desta Lei ou das estabelecidas em sua regulamentação.	V – descumprir qualquer das suas disposições ou as estabelecidas em sua regulamentação.
	§ 1º As infrações aos dispositivos desta Lei, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sujeitarão:	§ 1º As infrações aos dispositivos desta Lei, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sujeitam:
	I – o patrocinador ou o doador ao pagamento do imposto não recolhido, além das penalidades e demais acréscimos previstos na legislação;	I – o doador ou o patrocinador ao pagamento do imposto não recolhido, além das penalidades e dos demais acréscimos previstos na legislação;
	II – o infrator ao pagamento de multa correspondente a 2 (duas) vezes o valor da vantagem auferida indevidamente, sem prejuízo do disposto no inciso I deste parágrafo.	II – o infrator ao pagamento de multa correspondente a 2 (duas) vezes o valor da vantagem auferida indevidamente, sem prejuízo do disposto no inciso I deste parágrafo.
	§ 2º O proponente é solidariamente responsável por inadimplência ou irregularidade verificada quanto ao disposto no inciso I do § 1º deste artigo.	§ 2º O proponente é solidariamente responsável por inadimplência ou irregularidade verificada quanto ao disposto no inciso I do § 1º deste artigo.
	Art. 137. Os recursos provenientes de doações ou patrocínios efetuados nos termos do art. 127 desta Lei serão depositados e movimentados em conta bancária específica, no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal, que tenha como titular o proponente do projeto aprovado pela Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania .	Art. 136. Os recursos provenientes de doações ou de patrocínios efetuados nos termos do art. 126 desta Lei serão depositados e movimentados em conta bancária específica no Banco do Brasil S.A. ou na Caixa Econômica Federal que tenha como titular o proponente do projeto aprovado pelo

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

158

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
		órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte.
	Parágrafo único. Não são dedutíveis, nos termos desta Lei, os valores em relação aos quais não se observe o disposto neste artigo.	Parágrafo único. Não serão dedutíveis, nos termos desta Lei, os valores em relação aos quais não se observe o disposto neste artigo.
	Art. 138. Todos os recursos utilizados no apoio direto a projetos esportivos e paradesportivos previstos nesta Lei deverão ser disponibilizados na internet , de acordo com a Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998.	Art. 137. Todos os recursos utilizados no apoio direto a projetos esportivos e paradesportivos previstos nesta Lei deverão ser disponibilizados na rede mundial de computadores , de acordo com a Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998.
	Parágrafo único. Os recursos a que se refere o <i>caput</i> deste artigo ainda deverão ser disponibilizados, mensalmente, no site da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania , constando a sua origem e destinação.	Parágrafo único. Os recursos a que se refere o <i>caput</i> deste artigo ainda deverão ser disponibilizados, mensalmente, no sítio eletrônico do órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte , constando a sua origem e destinação.
	Art. 139. O valor máximo das deduções de que trata o art. 127 desta Lei será fixado anualmente em ato do Poder Executivo, com base em um percentual da renda tributável das pessoas naturais e do imposto sobre a renda devido por pessoas jurídicas.	Art. 138. O valor máximo das deduções de que trata o art. 126 desta Lei será fixado anualmente em ato do Poder Executivo, com base em um percentual da renda tributável das pessoas naturais e do imposto sobre a renda devido por pessoas jurídicas.
	Parágrafo único. Do valor máximo a que se refere o <i>caput</i> deste artigo, o Poder Executivo fixará os limites a serem aplicados para cada um dos níveis da prática esportiva.	Parágrafo único. Do valor máximo a que se refere o <i>caput</i> deste artigo, o Poder Executivo fixará os limites a serem aplicados para cada um dos níveis da prática esportiva.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

159

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Art. 140. A divulgação das atividades, bens ou serviços resultantes de projetos esportivos, culturais e de produção audiovisual e artística financiados com recursos públicos mencionará o apoio institucional com a inserção da Bandeira Nacional, nos termos da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971.	Art. 139. A divulgação das atividades, dos bens ou dos serviços resultantes de projetos esportivos, culturais e de produção audiovisual e artística financiados com recursos públicos mencionará o apoio institucional com a inserção da Bandeira Nacional, nos termos da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971.
	Art. 141. A Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania encaminhará ao Congresso Nacional relatórios detalhados acerca da destinação e regular aplicação dos recursos provenientes das deduções e benefícios fiscais previstos nesta Lei, para fins de acompanhamento e fiscalização orçamentária das operações realizadas.	Art. 140. O órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte encaminhará ao Congresso Nacional relatórios detalhados acerca da destinação e regular aplicação dos recursos provenientes das deduções e dos benefícios fiscais previstos nesta Lei, para fins de acompanhamento e fiscalização orçamentária das operações realizadas.
	CAPÍTULO V DAS RELAÇÕES DE CONSUMO NOS EVENTOS ESPORTIVOS	CAPÍTULO IV DAS RELAÇÕES DE CONSUMO NOS EVENTOS ESPORTIVOS
	Seção I Disposições Gerais	Seção I Disposições Gerais
	Art. 142. As relações de consumo em eventos esportivos regulam-se especialmente por esta Lei, sem prejuízo da aplicação das normas gerais de proteção ao consumidor.	Art. 141. As relações de consumo em eventos esportivos regulam-se especialmente por esta Lei, sem prejuízo da aplicação das normas gerais de proteção ao consumidor.
	§ 1º Para os efeitos desta Lei e para fins de aplicação do disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), considera-se como consumidor o	§ 1º Para os efeitos desta Lei e para fins de aplicação do disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), consideram-se consumidor o

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

160

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	espectador do evento esportivo, torcedor ou não, que tenha adquirido o direito de ingressar no local onde se realiza o referido evento, e fornecedora a organização esportiva responsável pela organização da competição em conjunto com a organização esportiva detentora do mando de campo, se pertinente, ou, alternativamente, as duas organizações esportivas competidoras, assim como as demais pessoas naturais ou jurídicas que detenham os direitos de realização da prova ou partida.	espectador do evento esportivo, torcedor ou não, que tenha adquirido o direito de ingressar no local onde se realiza o referido evento e fornecedora a organização esportiva responsável pela organização da competição em conjunto com a organização esportiva detentora do mando de campo, se pertinente, ou, alternativamente, as duas organizações esportivas competidoras, bem como as demais pessoas naturais ou jurídicas que detenham os direitos de realização da prova ou partida.
	§ 2º As organizações esportivas que administram e regulam modalidade esportiva em âmbito nacional caracterizam-se como fornecedoras relativamente a eventos esportivos por elas organizados, ainda que o cumprimento das tarefas materiais locais a eles pertinentes seja incumbência de terceiros ou de outras organizações esportivas.	§ 2º As organizações esportivas que administram e regulam modalidade esportiva em âmbito nacional caracterizam-se como fornecedoras relativamente a eventos esportivos por elas organizados, ainda que o cumprimento das tarefas materiais locais a eles pertinentes seja incumbência de terceiros ou de outras organizações esportivas.
	Seção II Dos Direitos do Espectador	Seção II Dos Direitos do Espectador
	Subseção I Dos Ingressos	Subseção I Dos Ingressos
	Art. 143. É direito do espectador que os ingressos para as partidas integrantes de competições em que compitam atletas profissionais sejam colocados à venda até 48 (quarenta e oito) horas antes do início da partida correspondente.	Art. 142. É direito do espectador que os ingressos para as partidas integrantes de competições em que compitam atletas profissionais sejam colocados à venda até 48 (quarenta e oito) horas antes do início da partida correspondente.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

161

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	§ 1º A venda deverá ser realizada por sistema que assegure a sua agilidade e amplo acesso à informação.	§ 1º A venda deverá ser realizada por sistema que assegure a sua agilidade e amplo acesso à informação.
	§ 2º É assegurado ao espectador o fornecimento de comprovante de pagamento, logo após a aquisição dos ingressos.	§ 2º É assegurado ao espectador o fornecimento de comprovante de pagamento, logo após a aquisição dos ingressos.
	§ 3º Não será exigida, em qualquer hipótese, a devolução do comprovante referido no § 2º deste artigo.	§ 3º Não será exigida, em qualquer hipótese, a devolução do comprovante de que trata o § 2º deste artigo.
	§ 4º Nas partidas que compõem as competições de âmbito nacional ou regional de primeira e segunda divisões, a venda de ingressos será realizada em, pelo menos, 5 (cinco) postos de venda localizados em distritos diferentes da cidade, exceto se a venda de ingressos pela internet suprir com eficiência a venda em locais físicos.	§ 4º Nas partidas que compõem as competições de âmbito nacional ou regional de primeira e segunda divisões, a venda de ingressos será realizada em, pelo menos, 5 (cinco) postos de venda localizados em distritos diferentes da cidade, exceto se a venda de ingressos pela internet suprir com eficiência a venda em locais físicos.
	Art. 144. A organização esportiva que administra a competição e a organização esportiva mandante da partida, prova ou equivalente implementarão, na sistematização da emissão e venda de ingressos, sistema de segurança contra falsificações, fraudes e outras práticas que contribuam para a evasão da receita decorrente do evento esportivo.	Art. 143. A organização esportiva que administra a competição e a organização de prática esportiva mandante da partida, prova ou equivalente, implementarão, na sistematização da emissão e venda de ingressos, sistema de segurança contra falsificações, fraudes e outras práticas que contribuam para a evasão da receita decorrente do evento esportivo.
	Parágrafo único. Fica vedada às organizações esportivas a doação ou a concessão de qualquer subsídio na venda de ingressos para as torcidas organizadas.	Parágrafo único. Ficam vedadas às organizações esportivas a doação ou a concessão de qualquer subsídio na venda de ingressos para as torcidas organizadas.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

162

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Art. 145. São direitos do espectador do evento esportivo:	Art. 144. São direitos do espectador do evento esportivo:
	I – que todos os ingressos emitidos sejam numerados; e	I – que todos os ingressos emitidos sejam numerados; e
	II – ocupar o local correspondente ao número constante do ingresso.	II – ocupar o local correspondente ao número constante do ingresso.
	§ 1º O disposto no inciso II do <i>caput</i> deste artigo não se aplica aos locais já existentes para assistência em pé, nas competições que o permitirem, limitando-se, nesses locais, o número de pessoas, de acordo com critérios de saúde, segurança e bem-estar.	§ 1º O disposto no inciso II do <i>caput</i> deste artigo não se aplica aos locais já existentes para assistência em pé, nas competições que o permitirem, limitando-se, nesses locais, o número de pessoas, de acordo com critérios de saúde, de segurança e de bem-estar.
	§ 2º A emissão de ingressos e o acesso à arena esportiva nas provas ou partidas que reúnam mais de 20.000 (vinte mil) pessoas deverão ser realizados por meio de sistema eletrônico que viabilize a fiscalização e o controle da quantidade de público e do movimento financeiro da partida.	§ 2º A emissão de ingressos e o acesso à arena esportiva nas provas ou nas partidas que reúnam mais de 20.000 (vinte mil) pessoas deven ser realizados por meio de sistema eletrônico que viabilize a fiscalização e o controle da quantidade de público e do movimento financeiro da partida.
	§ 3º É direito do espectador que conste no ingresso o preço pago por ele.	§ 3º É direito do espectador que conste do ingresso o preço pago por ele.
	§ 4º Os valores estampados nos ingressos destinados a um mesmo setor da arena esportiva não poderão ser diferentes entre si, nem daqueles divulgados antes da prova ou partida pelos responsáveis pelo evento .	§ 4º Os valores estampados nos ingressos destinados a um mesmo setor da arena esportiva não podem ser diferentes entre si nem daqueles divulgados antes da partida pelos responsáveis pela prova ou pela partida .
	§ 5º O disposto no § 4º deste artigo não se aplica aos casos de venda antecipada de carnê para um	§ 5º O disposto no § 4º deste artigo não se aplica aos casos de venda antecipada de carnê para um

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

163

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	conjunto de, no mínimo, 3 (três) partidas de uma mesma equipe, bem como na venda de ingresso com redução de preço decorrente de previsão legal.	conjunto de, no mínimo, 3 (três) partidas de uma mesma equipe, bem como de venda de ingresso com redução de preço decorrente de previsão legal.
	Subseção II Da Segurança nas Arenas Esportivas e do Transporte Público	Subseção II Da Segurança nas Arenas Esportivas e do Transporte Público
	Art. 146. O espectador tem direito a segurança nos locais onde são realizados os eventos esportivos antes, durante e após a realização das provas ou partidas.	Art. 145. O espectador tem direito a segurança nos locais onde são realizados os eventos esportivos antes, durante e após a realização das provas ou partidas.
	Parágrafo único. Será assegurada acessibilidade ao espectador com deficiência ou com mobilidade reduzida.	Parágrafo único. Deve ser assegurada acessibilidade ao espectador com deficiência ou com mobilidade reduzida.
	Art. 147. Os responsáveis pela organização da competição apresentarão à Autoridade Nacional para Prevenção e Combate à Violência e à Discriminação no Esporte (Anesporte) e ao Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal, previamente à sua realização, os laudos técnicos expedidos pelos órgãos e autoridades responsáveis pela vistoria das condições de segurança das arenas esportivas a serem utilizadas na competição.	Art. 146. Os responsáveis pela organização da competição apresentarão à Autoridade Nacional para Prevenção e Combate à Violência e à Discriminação no Esporte (Anesporte) e ao Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal, previamente à sua realização, os laudos técnicos expedidos pelos órgãos e pelas autoridades competentes pela vistoria das condições de segurança das arenas esportivas a serem utilizadas na competição.
	§ 1º Os laudos atestarão a real capacidade de público das arenas esportivas, bem como suas condições de segurança, observado o disposto no parágrafo único do art. 157.	§ 1º Os laudos atestarão a real capacidade de público das arenas esportivas, bem como suas condições de segurança.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

164

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	§ 2º Será proibida de competir em arenas esportivas localizadas no mesmo Município de sua sede e na respectiva região metropolitana, por até 6 (seis) meses, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, a organização esportiva que:	§ 2º Será proibida de competir em arenas esportivas localizadas no mesmo Município de sua sede e na respectiva região metropolitana, por até 6 (seis) meses, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, a organização esportiva que:
	I – tenha colocado à venda número de ingressos maior do que a capacidade de público da arena esportiva;	I – tenha colocado à venda número de ingressos maior do que a capacidade de público da arena esportiva;
	II – tenha permitido o acesso de pessoas em número maior do que a capacidade de público da arena esportiva;	II – tenha permitido o acesso de pessoas em número maior do que a capacidade de público da arena esportiva;
	III – tenha disponibilizado locais de acesso à arena esportiva em número inferior ao recomendado pela autoridade pública.	III – tenha disponibilizado locais de acesso à arena esportiva em número inferior ao recomendado pela autoridade pública.
	Art. 148. O controle e a fiscalização do acesso do público a arena esportiva com capacidade para mais de 20.000 (vinte mil) pessoas deverão contar com meio de monitoramento por imagem das catracas e com identificação biométrica dos espectadores, assim como deverá haver central técnica de informações, com infraestrutura suficiente para viabilizar o monitoramento por imagem do público presente e o cadastramento biométrico dos espectadores.	Art. 147. O controle e a fiscalização do acesso do público a arena esportiva com capacidade para mais de 35.000 (trinta e cinco mil) pessoas deverão contar com meio de monitoramento por imagem das catracas, bem como deverá haver central técnica de informações, com infraestrutura suficiente para viabilizar o monitoramento por imagem do público presente.
	Parágrafo único. O disposto no <i>caput</i> deste artigo deverá ser implementado no prazo máximo de até 2 (dois) anos a contar da entrada em vigor desta Lei.	Parágrafo único. O disposto no <i>caput</i> deste artigo deverá ser implementado no prazo máximo de até 4 (quatro) anos, contado da vigência desta Lei.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

165

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Art. 149. Sem prejuízo do disposto nos arts. 12 a 14 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), a responsabilidade pela segurança do espectador em evento esportivo é da organização esportiva responsável direta pela realização do evento esportivo e de seus dirigentes, que deverão:	Art. 148. Sem prejuízo do disposto nos arts. 12, 13 e 14 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), a responsabilidade pela segurança do espectador em evento esportivo será da organização esportiva diretamente responsável pela realização do evento esportivo e de seus dirigentes, que deverão:
	I – solicitar ao poder público competente a presença de agentes públicos de segurança, devidamente identificados, responsáveis pela segurança dos espectadores dentro e fora dos estádios e nos demais locais de realização de eventos esportivos;	I – solicitar ao poder público competente a presença de agentes públicos de segurança, devidamente identificados, responsáveis pela segurança dos espectadores dentro e fora dos estádios e dos demais locais de realização de eventos esportivos;
	II – informar imediatamente após a decisão acerca da realização do evento, entre outros, aos órgãos públicos de segurança, transporte e higiene, os dados necessários à segurança do evento, especialmente:	II – informar imediatamente após a decisão acerca da realização da partida, entre outros, aos órgãos públicos de segurança, de transporte e de higiene os dados necessários à segurança da partida, especialmente:
	a) o local;	a) o local;
	b) o horário de abertura da arena esportiva;	b) o horário de abertura da arena esportiva;
	c) a capacidade de público da arena esportiva; e	c) a capacidade de público da arena esportiva; e
	d) a expectativa de público;	d) a expectativa de público;
	III – disponibilizar orientadores e serviço de atendimento para que o espectador encaminhe suas reclamações no momento do evento, em local:	III – colocar à disposição do espectador orientadores e serviço de atendimento para que ele encaminhe suas reclamações no momento da partida, em local:

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

166

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	a) amplamente divulgado e de fácil acesso, especialmente pela internet; e	a) amplamente divulgado e de fácil acesso, especialmente pela internet; e
	b) situado na arena;	b) situado na arena;
	IV – disponibilizar 1 (um) médico e 2 (dois) profissionais de enfermagem devidamente registrados em seus respectivos conselhos profissionais para cada 10.000 (dez mil) torcedores presentes ao evento ;	IV – disponibilizar 1 (um) médico e 2 (dois) profissionais de enfermagem devidamente registrados nos respectivos conselhos profissionais para cada 10.000 (dez mil) torcedores presentes à partida ;
	V – disponibilizar 1 (uma) ambulância para cada 10.000 (dez mil) torcedores presentes ao evento ; e	V – disponibilizar o detentor do direito de arena ou similar 1 (uma) ambulância para cada 10.000 (dez mil) torcedores presentes à partida ; e
	VI – comunicar previamente à autoridade de saúde a realização do evento.	VI – comunicar previamente à autoridade de saúde a realização do evento.
	Parágrafo único. É dever da organização esportiva diretamente responsável pela promoção do evento solucionar imediatamente, sempre que possível, as reclamações dirigidas ao serviço de atendimento referido no inciso III, bem como reportá-las ao ouvidor da competição e, nos casos relacionados à violação de direitos e interesses de consumidores, aos órgãos de defesa e proteção do consumidor.	Parágrafo único. A organização esportiva diretamente responsável pela promoção do evento deverá solucionar imediatamente, sempre que possível, as reclamações dirigidas ao serviço de atendimento referido no inciso III do caput deste artigo , bem como reportá-las ao ouvidor da competição, e, nos casos relacionados à violação de direitos e interesses de consumidores, aos órgãos de proteção e defesa do consumidor.
	Art. 150. É dever da organização esportiva responsável pela organização da competição:	Art. 149. É dever da organização esportiva responsável pela organização da competição:
	I – confirmar, com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, o horário e o local da realização das	I – confirmar, com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, o horário e o local da realização das

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

167

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	provas ou partidas para as quais a definição das equipes dependa de resultado anterior;	provas ou das partidas em que a definição das equipes dependa de resultado anterior;
	II – contratar seguro contra acidentes pessoais, tendo como beneficiário o espectador portador de ingresso, válido a partir do momento em que ingressar no estádio.	II – contratar seguro de acidentes pessoais, cujo beneficiário será o espectador portador de ingresso, válido a partir do momento em que ingressar no estádio.
	Art. 151. É direito do espectador a implementação de planos de ação referentes a segurança, transporte e contingências que possam ocorrer durante a realização de eventos esportivos com público superior a 20.000 (vinte mil) pessoas.	Art. 150. É direito do espectador a implementação de planos de ação referentes a segurança, a transporte e a contingências que possam ocorrer durante a realização de eventos esportivos com público superior a 20.000 (vinte mil) pessoas.
	§ 1º Os planos de ação de que trata o <i>caput</i> serão elaborados pela organização esportiva responsável pela realização da competição, com a participação das organizações esportivas que a disputarão e dos órgãos das localidades em que se realizarão as partidas da competição responsáveis pela segurança pública, transporte e pelas demais contingências que possam ocorrer.	§ 1º Os planos de ação de que trata o <i>caput</i> deste artigo serão elaborados pela organização esportiva responsável pela realização da competição, com a participação das organizações esportivas que a disputarão e dos órgãos das localidades em que se realizarão as partidas da competição responsáveis pela segurança pública, pelo transporte e pelas demais contingências que possam ocorrer.
	§ 2º Planos de ação especiais poderão ser apresentados em relação a eventos esportivos com excepcional expectativa de público.	§ 2º Planos de ação especiais poderão ser apresentados em relação a eventos esportivos com excepcional expectativa de público.
	§ 3º Os planos de ação serão divulgados no site dedicado à competição, no mesmo prazo de publicação de seu regulamento definitivo.	§ 3º Os planos de ação serão divulgados no sítio eletrônico dedicado à competição, no mesmo prazo de publicação de seu regulamento definitivo.
	Art. 152. As organizações esportivas regionais responsáveis diretamente pela realização da prova	Art. 151. As organizações esportivas regionais responsáveis diretamente pela realização da prova

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

168

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	ou partida, bem como seus dirigentes, respondem solidariamente com as organizações esportivas que disputarão a prova ou partida e seus dirigentes, independentemente de culpa, pelos prejuízos causados ao espectador que decorram de falhas de segurança nos estádios ou da inobservância do disposto neste Capítulo.	ou da partida, bem como seus dirigentes, responderão solidariamente com as organizações esportivas que disputarão a prova ou a partida e seus dirigentes, independentemente de culpa, pelos prejuízos causados ao espectador decorrentes de falhas de segurança nos estádios ou da inobservância do disposto neste Capítulo.
	Art. 153. Os eventos esportivos realizados em vias públicas que requeiram inscrições dos participantes ou competidores deverão ser autorizados e supervisionados pela organização esportiva que administre ou regule a respectiva modalidade, independentemente da denominação adotada.	Art. 152. Os eventos esportivos realizados em vias públicas que requeiram inscrições dos participantes ou dos competidores deverão ser autorizados e supervisionados por organização esportiva que administra ou regula a respectiva modalidade, independentemente da denominação adotada.
	Art. 154. Em relação ao transporte de espectadores para eventos esportivos, é a eles assegurado:	Art. 153. Em relação ao transporte de espectadores para eventos esportivos, ficam a eles assegurados:
	I – o acesso a transporte seguro e organizado;	I – acesso a transporte seguro e organizado;
	II – a ampla divulgação das providências tomadas em relação ao acesso ao local do evento esportivo, seja em transporte público ou privado; e	II – ampla divulgação das providências tomadas em relação ao acesso ao local do evento esportivo, em transporte público ou privado; e
	III – a organização das imediações da arena esportiva em que será realizado o evento, bem como suas entradas e saídas, de modo a viabilizar, sempre que possível, o acesso seguro e rápido ao evento, na entrada, e aos meios de transporte, na saída.	III – organização das imediações da arena esportiva em que será realizado o evento, bem como de suas entradas e saídas, de modo a viabilizar, sempre que possível, o acesso seguro e rápido ao evento, na entrada, e aos meios de transporte, na saída.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

169

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Art. 155. A organização esportiva responsável pela organização da competição e a organização esportiva que detém o direito sobre a realização da prova ou partida solicitarão formalmente ao poder público competente que sejam providos, diretamente ou mediante convênio:	Art. 154. A organização esportiva responsável pela organização da competição e a organização esportiva que detém o direito sobre a realização da prova ou da partida solicitarão formalmente, de forma direta ou mediante convênio, ao poder público competente:
	I – serviços de estacionamento para uso por espectadores durante a realização de eventos esportivos, assegurando a estes acesso a serviço organizado de transporte para a arena esportiva, ainda que oneroso; e	I – serviços de estacionamento para uso por espectadores durante a realização de eventos esportivos, assegurado a eles acesso a serviço organizado de transporte para a arena esportiva, ainda que oneroso; e
	II – meio de transporte, ainda que oneroso, para condução de idosos, crianças e pessoas com deficiência física às arenas esportivas, partindo de locais de fácil acesso, previamente determinados.	II – meio de transporte, ainda que oneroso, para condução de idosos, de crianças e de pessoas com deficiência física às arenas esportivas, com partida de locais de fácil acesso previamente determinados.
	Parágrafo único. Dispensa-se o cumprimento do disposto neste artigo na hipótese de evento esportivo realizado em arena com capacidade inferior a 10.000 (dez mil) pessoas.	Parágrafo único. Ficará dispensado o cumprimento do disposto neste artigo quando se tratar de evento esportivo realizado em arena com capacidade inferior a 10.000 (dez mil) pessoas.
	Subseção III Da Alimentação e da Higiene	Subseção III Da Alimentação e da Higiene
	Art. 156. O espectador de eventos esportivos tem direito à higiene e à qualidade das instalações físicas das arenas esportivas e dos produtos alimentícios vendidos no local.	Art. 155. O espectador de eventos esportivos terá direito à higiene e à qualidade das instalações físicas das arenas esportivas e dos produtos alimentícios vendidos no local.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

170

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	§ 1º O poder público, por meio de seus órgãos de vigilância sanitária, verificará o cumprimento do disposto neste artigo, na forma da legislação em vigor.	§ 1º O poder público, por meio de seus órgãos de vigilância sanitária, deve verificar o cumprimento do disposto neste artigo, na forma da legislação em vigor.
	§ 2º É vedado impor preços excessivos ou aumentar sem justa causa os preços dos produtos alimentícios comercializados no local de realização do evento esportivo.	§ 2º É vedado impor preços excessivos ou aumentar sem justa causa os preços dos produtos alimentícios comercializados no local de realização do evento esportivo.
	Art. 157. É direito do espectador que as arenas esportivas possuam sanitários em número compatível com sua capacidade de público, em plenas condições de limpeza e funcionamento.	Art. 156. É direito do espectador que as arenas esportivas possuam sanitários em número compatível com sua capacidade de público, em plenas condições de limpeza e funcionamento.
	Parágrafo único. Os laudos de que trata o art. 147 desta Lei deverão aferir o número de sanitários em condições de uso e emitir parecer sobre a sua compatibilidade com a capacidade de público do estádio.	Parágrafo único. Os laudos de que trata o art. 146 desta Lei devem aferir o número de sanitários em condições de uso e deve ser emitido parecer sobre a sua compatibilidade com a capacidade de público do estádio.
	Subseção IV Das Condições de Acesso e Permanência do Espectador nas Arenas Esportivas	Subseção IV Das Condições de Acesso e de Permanência do Espectador nas Arenas Esportivas
	Art. 158. São condições de acesso e permanência do espectador no recinto esportivo, independentemente da forma de seu ingresso, sem prejuízo de outras condições previstas em lei:	Art. 157. São condições de acesso e de permanência do espectador no recinto esportivo, independentemente da forma de seu ingresso, sem prejuízo de outras condições previstas em lei:
	I – estar na posse de ingresso válido;	I – estar na posse de ingresso válido;

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

171

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	II – não portar materiais que possam ser utilizados para a prática de atos de violência;	II – não portar materiais que possam ser utilizados para a prática de atos de violência;
	III – consentir com a revista pessoal de prevenção e segurança;	III – consentir com a revista pessoal de prevenção e segurança;
	IV – não portar ou ostentar cartazes, bandeiras, símbolos ou outros sinais com mensagens ofensivas, ou entoar cânticos que atentem contra a dignidade da pessoa humana, especialmente de caráter racista, homofóbico, sexista ou xenófobo;	IV – não portar ou ostentar cartazes, bandeiras, símbolos ou outros sinais com mensagens ofensivas, ou entoar cânticos que atentem contra a dignidade da pessoa humana, especialmente de caráter racista, homofóbico, sexista ou xenófobo;
	V – não arremessar objetos, de qualquer natureza, no interior do recinto esportivo;	V – não arremessar objetos de qualquer natureza no interior do recinto esportivo;
	VI – não portar ou utilizar fogos de artifício ou quaisquer outros engenhos pirotécnicos ou produtores de efeitos análogos;	VI – não portar ou utilizar fogos de artifício ou quaisquer outros engenhos pirotécnicos ou produtores de efeitos análogos;
	VII – não incitar e não praticar atos de violência no estádio, qualquer que seja a sua natureza;	VII – não incitar e não praticar atos de violência no estádio, qualquer que seja a sua natureza;
	VIII – não invadir e não incitar a invasão, de qualquer forma, da área restrita aos competidores;	VIII – não invadir e não incitar a invasão, de qualquer forma, da área restrita aos competidores;
	IX – não estar embriagado ou sob efeito de drogas;	IX – não estar embriagado ou sob efeito de drogas;
	X – não utilizar bandeiras, inclusive com mastro de bambu ou similares, para outros fins que não o da manifestação festiva e amigável;	X – não utilizar bandeiras, inclusive com mastro de bambu ou similares, para outros fins que não seja o de manifestação festiva e amigável;
	XI – estar inscrito no Cadastro Nacional de Torcedores;	XI – estar inscrito no Cadastro Nacional de Torcedores;

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

172

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	XII – para espectador com mais de 16 (dezesseis) anos de idade, estar devidamente cadastrado no sistema de controle biométrico para efeito do art. 148 desta Lei.	
	Parágrafo único. O não cumprimento das condições estabelecidas neste artigo implicará a impossibilidade de acesso do espectador ao recinto esportivo, ou, se for o caso, o seu afastamento imediato do recinto, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis ou penais eventualmente cabíveis.	Parágrafo único. O não cumprimento das condições estabelecidas neste artigo implicará a impossibilidade de ingresso do espectador ao recinto esportivo ou, se for o caso, o seu afastamento imediato do recinto, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis ou penais eventualmente cabíveis.
	CAPÍTULO VI DOS MEIOS DE DIFUSÃO DOS EVENTOS ESPORTIVOS	CAPÍTULO V DOS MEIOS DE DIFUSÃO DOS EVENTOS ESPORTIVOS
	Seção I Disposições Gerais	Seção I Disposições Gerais
	Art. 159. A difusão de imagens captadas em eventos esportivos é passível de exploração comercial.	Art. 158. A difusão de imagens e/ou sons captados em eventos esportivos é passível de exploração comercial.
		Parágrafo único. Os dados estatísticos decorrentes das partidas disputadas em competições integram o rol de direitos comerciais e, portanto, pertencem integral e exclusivamente às respectivas entidades de administração do desporto.
	Art. 160. Pertence às organizações esportivas mandantes o direito de arena, que consiste no direito de exploração e comercialização de difusão	Art. 159. Pertence às organizações esportivas mandantes que se dedicam à prática esportiva em competições o direito de exploração e de

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

173

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	de imagens, abrangendo a prerrogativa privativa de negociar, autorizar ou proibir a captação, a fixação, a emissão, a transmissão, a retransmissão ou a reprodução de imagens, por qualquer meio ou processo, de evento esportivo de que participem.	comercialização de difusão de imagens e/ou sons, consistente na prerrogativa privativa de negociar, autorizar ou proibir a captação, a fixação, a emissão, a transmissão, a retransmissão ou a reprodução de imagens, por qualquer meio ou processo, de evento esportivo de que participem.
	§ 1º Salvo convenção ou acordo coletivo de trabalho em contrário, 5% (cinco por cento) da receita proveniente da exploração de direitos de difusão de imagens de eventos esportivos serão repassados pelas organizações esportivas de que trata o <i>caput</i> deste artigo aos atletas profissionais participantes do evento, proporcionalmente à quantidade de partidas ou provas por estes disputadas, como parcela indenizatória de natureza civil.	§ 1º Salvo convenção ou acordo coletivo de trabalho em contrário, 5% (cinco por cento) da receita proveniente da exploração de direitos de difusão de imagens de eventos esportivos serão repassados pelas organizações esportivas de que trata o <i>caput</i> deste artigo aos atletas profissionais participantes do evento, proporcionalmente à quantidade de partidas ou provas por estes disputadas, como parcela indenizatória de natureza civil.
	§ 2º O pagamento da verba de que trata o § 1º deste artigo será realizado por intermédio dos sindicatos das respectivas categorias, que serão responsáveis pelo recebimento e pela logística de repasse aos participantes do evento, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, contado do recebimento das verbas pelo sindicato.	§ 2º O pagamento da verba de que trata o § 1º deste artigo será realizado por intermédio dos sindicatos das respectivas categorias, que serão responsáveis pelo recebimento e pela logística de repasse aos participantes do espetáculo, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, contado do recebimento das verbas pelo sindicato.
	§ 3º É facultado à organização esportiva detentora do direito de arena cedê-lo no todo ou em parte a outras organizações esportivas que regulem a modalidade e organizem competições.	§ 3º É facultado à organização esportiva detentora do direito de arena e dos direitos comerciais inerentes ao evento esportivo cedê-los no todo ou em parte, em documento escrito, a outras organizações esportivas que regulam a modalidade e organizam competições.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

174

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	§ 4º Na hipótese prevista no § 3º deste artigo, pertence às organizações esportivas responsáveis pela organização da competição o direito de exploração e comercialização de difusão de imagens de eventos esportivos compreendidos em quaisquer das competições por elas organizadas, bem como autorizar ou proibir a exploração comercial de nome, símbolos, marcas, publicidade estática e demais propriedades inerentes às competições que organize.	§ 4º Na hipótese prevista no § 3º deste artigo, pertence às organizações esportivas responsáveis pela organização da competição o direito de autorizar ou de proibir a captação, a fixação, a emissão, a transmissão, a retransmissão ou a reprodução de imagens, por qualquer meio ou processo, de eventos esportivos compreendidos dentro de quaisquer das competições por elas organizadas, bem como autorizar ou proibir a exploração comercial de nome, de símbolos, de marcas, de publicidade estática e de demais propriedades inerentes às competições que organizem.
	§ 5º É vedada a prática de proveito publicitário indevido e ilegítimo, obtido mediante o emprego de qualquer artifício ou ardil, sem amparo em contrato regular celebrado entre partes legítimas e objeto lícito e sem a prévia concordância dos titulares dos direitos envolvidos.	§ 5º Fica vedada a prática de proveito publicitário indevido e ilegítimo, obtido mediante o emprego de qualquer artifício ou ardil, sem amparo em contrato regular celebrado entre partes legítimas e com objeto lícito e sem a prévia concordância dos titulares dos direitos envolvidos.
	§ 6º Na hipótese de realização de eventos esportivos sem definição do mando de jogo, a captação, a fixação, a emissão, a transmissão, a retransmissão ou a reprodução de imagens, por qualquer meio ou processo, dependerão da anuência das organizações esportivas participantes.	§ 6º Na hipótese de realização de eventos esportivos sem definição do mando de jogo, a captação, a fixação, a emissão, a transmissão, a retransmissão ou a reprodução de imagens, por qualquer meio ou processo, dependerão da anuência das organizações esportivas participantes.
	§ 7º As disposições deste artigo não se aplicam a contratos que tenham por objeto direitos de transmissão celebrados previamente à vigência	§ 7º As disposições deste artigo não se aplicam a contratos que tenham por objeto direitos de transmissão celebrados previamente à vigência

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

175

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	desta Lei, os quais permanecem regidos pela legislação em vigor na data de sua celebração.	desta Lei, os quais permanecem regidos pela legislação em vigor na data de sua celebração.
	§ 8º Os contratos de que trata o § 7º deste artigo não podem atingir as organizações esportivas que não cederam seus direitos de transmissão para terceiros previamente à vigência desta Lei, as quais poderão cedê-los livremente, conforme as disposições previstas no <i>caput</i> deste artigo.	§ 8º Os contratos de que trata o § 7º deste artigo não podem atingir as organizações esportivas que não cederam seus direitos de transmissão para terceiros previamente à vigência desta Lei, as quais poderão cedê-los livremente, conforme as disposições previstas no <i>caput</i> deste artigo.
	§ 9º Não constitui prática de proveito econômico indevido ou ilegítimo a veiculação, pelas empresas detentoras de concessão, permissão ou autorização para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, bem como de televisão por assinatura, da própria marca e a de seus canais e dos títulos de seus programas nos uniformes de competições das entidades esportivas e nos demais meios de comunicação que se localizem nas instalações dos recintos esportivos.	§ 9º Não constitui prática de proveito econômico indevido ou ilegítimo a veiculação, pelas empresas detentoras de concessão, permissão ou autorização para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, bem como de televisão por assinatura, da própria marca e a de seus canais e dos títulos de seus programas nos uniformes de competições das entidades esportivas e nos demais meios de comunicação que se localizem nas instalações dos recintos esportivos.
	Seção III Da Difusão por Meio da Internet	
	Art. 162. A difusão de imagens de eventos esportivos baseada na internet deve respeitar as disposições deste Capítulo.	Art. 160. A difusão de imagens de eventos esportivos baseada na rede mundial de computadores deve respeitar as disposições deste Capítulo.
	Seção II Dos Direitos de Difusão de Imagens	Seção II Dos Direitos de Difusão de Imagens

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

176

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Art. 161. A comercialização de direitos de difusão de imagens de eventos esportivos deve resguardar os seguintes princípios:	Art. 161. A comercialização de direitos de difusão de imagens de eventos esportivos deve resguardar os seguintes princípios:
	I – o interesse público na difusão dos eventos esportivos do modo mais abrangente possível;	I – o interesse público na difusão dos eventos esportivos do modo mais abrangente possível;
	II – o direito do torcedor de acompanhar a organização esportiva, a competição e os atletas de seu interesse;	II – o direito do torcedor de acompanhar a organização esportiva, a competição e os atletas de seu interesse;
	III – a liberdade de comunicação;	III – a liberdade de comunicação;
	IV – a liberdade de mercado;	IV – a liberdade de mercado;
	V – a livre concorrência e a prevenção às práticas de mercado anticompetitivas;	V – a livre concorrência e a prevenção às práticas de mercado anticompetitivas;
	VI – a integridade do esporte, a igualdade entre os competidores e a solidariedade esportiva; e	VI – a integridade do esporte, a igualdade entre os competidores e a solidariedade esportiva; e
	VII – a proteção da empresa nacional e da produção de conteúdo próprio local.	VII – a proteção da empresa nacional e da produção de conteúdo próprio local.
	Seção IV Da Disponibilização de Imagens para Fins Jornalísticos	Seção III Da Disponibilização de Imagens para Fins Jornalísticos
	Art. 163. O detentor dos direitos de difusão de imagens de eventos esportivos é obrigado a disponibilizar, em prazo não superior a 2 (duas) horas após o término do evento esportivo, imagens de parcela dos eventos aos veículos de comunicação interessados em sua retransmissão	Art. 162. O detentor dos direitos de difusão de imagens de eventos esportivos é obrigado a disponibilizar, em prazo não superior a 2 (duas) horas após o término do evento esportivo, imagens de parcela dos eventos aos veículos de comunicação interessados em sua retransmissão

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

177

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	para fins exclusivamente jornalísticos, observado que :	para fins exclusivamente jornalísticos, observado o seguinte :
	I – a retransmissão se destina à inclusão em noticiário, após a realização da partida ou evento esportivo, sempre com finalidade informativa, sendo proibida a associação de parcela de imagens a qualquer forma de patrocínio, promoção, publicidade ou atividade de <i>marketing</i> ;	I – a retransmissão destina- se à inclusão em noticiário, após a realização da partida ou do evento esportivo, sempre com finalidade informativa, proibida a associação de parcela de imagens a qualquer forma de patrocínio, de promoção, de publicidade ou de atividade de <i>marketing</i> ;
	II – a duração da exibição das imagens disponibilizadas se restringe a 3% (três por cento) do tempo da prova ou partida, com limite mínimo de 30 (trinta) segundos, exceto quando o evento tiver duração inferior, sendo vedada a exibição por mais de 1 (uma) vez por programa no qual as imagens sejam inseridas e quando ultrapasse 1 (um) ano após a data de captação das imagens;	II – a duração da exibição das imagens disponibilizadas restringe- se a 3% (três por cento) do tempo da prova ou da partida, limitada a 30 (trinta) segundos, exceto quando o evento tiver duração inferior, vedada a exibição por mais de uma vez por programa no qual as imagens sejam inseridas e quando ultrapassar 1 (um) ano da data de captação das imagens;
	III – os veículos de comunicação interessados devem comunicar ao detentor dos direitos a intenção de ter acesso ao conteúdo das imagens disponibilizadas da prova ou partida, por escrito, até 72 (setenta e duas) horas antes do evento; e	III – os veículos de comunicação interessados devem comunicar ao detentor dos direitos a intenção de ter acesso ao conteúdo das imagens disponibilizadas da prova ou da partida, por escrito, até 72 (setenta e duas) horas antes do evento; e
	IV – a retransmissão deve ocorrer somente na programação dos canais distribuídos exclusivamente no território nacional.	IV – a retransmissão deve ocorrer somente na programação dos canais distribuídos exclusivamente no território nacional.
	Parágrafo único. Não se aplica o disposto no <i>caput</i> e no inciso III deste artigo igo nos casos em que o	Parágrafo único. O disposto no <i>caput</i> e no inciso III deste artigo não se aplica ca nos casos em que o

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

178

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	detentor dos direitos autorizar o organizador do evento a reservar um espaço na arena para que os não detentores de direitos realizem a captação das imagens para a exibição de flagrante de espetáculo ou evento esportivo.	detentor dos direitos de difusão de imagens de eventos esportivos autorizar o organizador do evento a reservar um espaço na arena para que os não detentores de direitos realizem a captação das imagens para a exibição de flagrante de espetáculo ou evento esportivo.
	Seção V Do Direito à Exploração da Imagem do Atleta	Seção IV Do Direito à Exploração da Imagem do Atleta
	Art. 164. O direito ao uso da imagem do atleta profissional ou não profissional pode ser por ele cedido ou explorado por terceiros, inclusive pessoa jurídica da qual seja sócio, mediante ajuste contratual de natureza civil e com fixação de direitos, deveres e condições inconfundíveis com aqueles do contrato especial de trabalho esportivo.	Art. 163. O direito ao uso da imagem do atleta profissional ou não profissional pode ser por ele cedido ou explorado por terceiros, inclusive por pessoa jurídica da qual seja sócio, mediante ajuste contratual de natureza civil e com fixação de direitos, deveres e condições inconfundíveis com o contrato especial de trabalho esportivo.
	§ 1º A contraprestação pela cessão de direito de imagem não substitui a remuneração devida quando configurada a relação de emprego entre o atleta e a organização esportiva contratante, não havendo impedimento, porém , a que o atleta empregado ceda , concomitantemente à existência de contrato especial de trabalho esportivo, seu direito de imagem à organização esportiva empregadora.	§ 1º A cessão de direito de imagem não substitui a remuneração devida quando configurada a relação de emprego entre o atleta e a organização esportiva contratante, mas não há impedimento a que o atleta empregado, concomitantemente à existência de contrato especial de trabalho esportivo, ceda seu direito de imagem à organização esportiva empregadora.
	§ 2º A remuneração devida a título de imagem ao atleta pela organização esportiva não poderá ser	§ 2º A remuneração devida a título de imagem ao atleta pela organização esportiva não poderá ser

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

179

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	superior a 50% (cinquenta por cento) de sua remuneração estabelecida em contrato de trabalho.	superior a 50% (cinquenta por cento) da sua remuneração estabelecida em contrato de trabalho.
		§ 3º O limite percentual previsto no § 2º deste artigo somente se aplica aos atletas cuja contraprestação total, nos termos deste artigo, seja igual ou superior a 2 (duas) vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
	§ 3º A utilização da imagem do atleta pela organização esportiva poderá ocorrer, durante a vigência do vínculo esportivo e contratual, das seguintes formas, entre outras:	§ 4º A utilização da imagem do atleta pela organização esportiva poderá ocorrer, durante a vigência do vínculo esportivo e contratual, das seguintes formas, entre outras:
	I – divulgação da imagem do atleta no site da organização e nos demais canais oficiais de comunicação, tais como redes sociais, revistas e vídeos institucionais;	I – divulgação da imagem do atleta no sítio eletrônico da organização e nos demais canais oficiais de comunicação, tais como redes sociais, revistas e vídeos institucionais;
	II – realização de campanhas de divulgação da organização esportiva e de sua equipe competitiva;	II – realização de campanhas de divulgação da organização esportiva e de sua equipe competitiva;
	III – participação nos eventos de lançamento da equipe e comemoração dos resultados.	III – participação nos eventos de lançamento da equipe e comemoração dos resultados.
	§ 4º Deve ser efetivo o uso comercial da exploração do direito de imagem do atleta, de modo a que se combata a simulação e a fraude.	§ 5º Deve ser efetivo o uso comercial da exploração do direito de imagem do atleta, de modo a se combater a simulação e a fraude.
		§ 6º Fica permitida a exploração da imagem dos atletas e dos membros das comissões técnicas, de forma coletiva, assim considerada, no mínimo, 3 (três) atletas ou membros das respectivas

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

180

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
		comissões técnicas agrupados, em atividade profissional, em campo ou fora dele, captada no contexto das atividades esportivas, utilizada para fins promocionais, institucionais e de fomento ao esporte, pelas entidades de administração do desporto e pelas entidades de prática desportiva, respeitado o disposto neste artigo, no que se refere ao direito de imagem de cada atleta e membro da comissão técnica, quando individualmente considerados.
	CAPÍTULO VII DOS CRIMES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA ESPORTIVA	CAPÍTULO VI DOS CRIMES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA ESPORTIVA
	Seção I Do Crime de Corrupção Privada no Esporte	Seção I Do Crime de Corrupção Privada no Esporte
	Art. 165. Exigir, solicitar, aceitar ou receber vantagem indevida, como representante de organização esportiva privada, para favorecer a si ou a terceiros, direta ou indiretamente, ou aceitar promessa de vantagem indevida, a fim de realizar ou omitir ato inerente às suas atribuições:	Art. 164. Exigir, solicitar, aceitar ou receber vantagem indevida, como representante de organização esportiva privada, para favorecer a si ou a terceiros, direta ou indiretamente, ou aceitar promessa de vantagem indevida, a fim de realizar ou omitir ato inerente às suas atribuições:
	Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.	Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.
	Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem oferece, promete, entrega ou paga, direta ou indiretamente, vantagem indevida ao representante da organização esportiva privada.	Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem oferece, promete, entrega ou paga, direta ou indiretamente, ao representante da organização esportiva privada, vantagem indevida.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

181

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Seção II Dos Crimes na Relação de Consumo em Eventos Esportivos	Seção II Dos Crimes na Relação de Consumo em Eventos Esportivos
	Art. 166. Vender ou portar para venda ingresso de evento esportivo, por preço superior ao nele estampado:	Art. 165. Vender ou portar para venda ingressos de evento esportivo, por preço superior ao estampado no bilhete:
	Pena – reclusão, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.	Pena – reclusão, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.
	Art. 167. Fornecer, desviar ou facilitar a distribuição de ingresso para venda por preço superior ao nele estampado:	Art. 166. Fornecer, desviar ou facilitar a distribuição de ingressos para venda por preço superior ao estampado no bilhete:
	Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.	Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.
	Parágrafo único. A pena será aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o agente for servidor público ou dirigente ou funcionário de organização esportiva que se relacione com a promoção do evento ou competição, de empresa contratada para o processo de emissão, distribuição e venda de ingressos ou de torcida organizada e utilizar-se dessa condição para os fins previstos neste artigo.	Parágrafo único. A pena será aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o agente for servidor público, dirigente ou funcionário de organização esportiva que se relacione com a promoção do evento ou competição, empresa contratada para o processo de emissão, distribuição e venda de ingressos ou torcida organizada e se utilizar desta condição para os fins previstos neste artigo.
	Seção III Dos Crimes contra a Propriedade Intelectual das Organizações Esportivas	Seção III Dos Crimes contra a Propriedade Intelectual das Organizações Esportivas
	Utilização indevida de símbolos oficiais Art. 168. Reproduzir, imitar, falsificar ou modificar indevidamente quaisquer sinais	Utilização indevida de símbolos oficiais Art. 167. Reproduzir, imitar, falsificar ou modificar indevidamente quaisquer sinais

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

182

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	visivelmente distintivos, emblemas, marcas, logomarcas, mascotes, lemas, hinos e qualquer outro símbolo de titularidade de organização esportiva:	visivelmente distintivos, emblemas, marcas, logomarcas, mascotes, lemas, hinos e qualquer outro símbolo de titularidade de organização esportiva:
	Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.	Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.
	Art. 169. Importar, exportar, vender, distribuir, oferecer ou expor à venda, ocultar ou manter em estoque quaisquer sinais visivelmente distintivos, emblemas, marcas, logomarcas, mascotes, lemas, hinos e qualquer outro símbolo de titularidade de organização esportiva ou produtos resultantes de sua reprodução, imitação, falsificação ou modificação não autorizadas para fins comerciais ou de publicidade:	Art. 168. Importar, exportar, vender, distribuir, oferecer ou expor à venda, ocultar ou manter em estoque quaisquer sinais visivelmente distintivos, emblemas, marcas, logomarcas, mascotes, lemas, hinos e qualquer outro símbolo de titularidade de organização esportiva ou produtos resultantes de sua reprodução, imitação, falsificação ou modificação não autorizadas para fins comerciais ou de publicidade:
	Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.	Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.
	Marketing de Emboscada por Associação Art. 170. Divulgar marcas, produtos ou serviços, com o fim de alcançar vantagem econômica ou publicitária, por meio de associação com sinais visivelmente distintivos, emblemas, marcas, logomarcas, mascotes, lemas, hinos e qualquer outro símbolo de titularidade de organização esportiva, sem sua autorização ou de pessoa por ela indicada, induzindo terceiros a acreditar que tais marcas, produtos ou serviços são aprovados, autorizados ou endossados pela organização esportiva titular dos direitos violados:	Marketing de Emboscada por Associação Art. 169. Divulgar marcas, produtos ou serviços, com o fim de alcançar vantagem econômica ou publicitária, por meio de associação com sinais visivelmente distintivos, emblemas, marcas, logomarcas, mascotes, lemas, hinos e qualquer outro símbolo de titularidade de organização esportiva, sem sua autorização ou de pessoa por ela indicada, induzindo terceiros a acreditar que tais marcas, produtos ou serviços são aprovados, autorizados ou endossados pela organização esportiva titular dos direitos violados:

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

183

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.	Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.
	Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem, sem autorização da organização esportiva promotora de evento esportivo ou de pessoa por ela indicada, vincular o uso de ingressos, convites ou qualquer espécie de autorização de acesso aos eventos esportivos a ações de publicidade ou atividade comerciais, com o intuito de obter vantagem econômica.	Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem, sem autorização da organização esportiva promotora de evento esportivo ou de pessoa por ela indicada, vincular o uso de ingressos, de convites ou de qualquer espécie de autorização de acesso aos eventos esportivos a ações de publicidade ou a atividades comerciais, com o intuito de obter vantagem econômica.
	Marketing de Emboscada por Intrusão Art. 171. Expor marcas, negócios, estabelecimentos, produtos ou serviços ou praticar atividade promocional não autorizados pela organização esportiva proprietária ou por pessoa por ela indicada, atraindo de qualquer forma a atenção pública nos locais da ocorrência de eventos esportivos, com o fim de obter vantagem econômica ou publicitária:	Marketing de Emboscada por Intrusão Art. 170. Expor marcas, negócios, estabelecimentos, produtos, serviços ou praticar atividade promocional, não autorizados pela organização esportiva proprietária ou por pessoa por ela indicada, atraindo de qualquer forma a atenção pública nos locais da ocorrência de eventos esportivos, com o fim de obter vantagem econômica ou publicitária:
	Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.	Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.
	Art. 172. Nos crimes previstos nesta Seção, somente se procede mediante representação da organização esportiva titular dos direitos violados, com exceção do crime previsto no art. 169, em que a ação é pública incondicionada.	Art. 171. Nos crimes previstos nesta Seção, somente se procede mediante representação da organização esportiva titular dos direitos violados, com exceção do crime previsto no art. 168 desta Lei , em que a ação é pública incondicionada.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

184

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	TÍTULO III DA INTEGRIDADE ESPORTIVA E DA CULTURA DE PAZ NO ESPORTE	TÍTULO III DA INTEGRIDADE ESPORTIVA E DA CULTURA DE PAZ NO ESPORTE
	CAPÍTULO I DA GARANTIA À INCERTEZA DO RESULTADO ESPORTIVO	CAPÍTULO I DA GARANTIA À INCERTEZA DO RESULTADO ESPORTIVO
	Seção I Disposições Gerais	Seção I Disposições Gerais
	Art. 173. A prática esportiva no nível da excelência esportiva, caracterizada por ser disputada por atletas de alto rendimento esportivo, e a busca pela <i>performance</i> não prejudicam a conformidade com o princípio da igualdade de condições entre os competidores.	Art. 172. A prática esportiva no nível da excelência esportiva, caracterizada por ser disputada por atletas de alto rendimento esportivo, e a busca pela melhor <i>performance</i> não prejudicam a conformidade com o princípio da igualdade de condições entre os competidores.
	Seção II Da Prevenção e do Controle da Dopagem	Seção II Da Prevenção e do Controle da Dopagem
	Art. 174. O controle de dopagem tem por objetivo garantir o direito de os atletas e as organizações participarem de competições livres de dopagem, promover a conservação da saúde e preservar a justiça e a igualdade entre os competidores.	Art. 173. O controle de dopagem tem por objetivo garantir o direito de os atletas e as organizações participarem de competições livres de dopagem, promover a conservação da saúde e preservar a justiça e a igualdade entre os competidores.
	§ 1º O controle de dopagem será realizado por meio de programas harmonizados, coordenados e eficazes em nível nacional e internacional no âmbito da detecção, da punição e da prevenção da dopagem.	§ 1º O controle de dopagem será realizado por meio de programas harmonizados, coordenados e eficazes em nível nacional e internacional no âmbito da detecção, da punição e da prevenção da dopagem.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

185

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	§ 2º Considera-se como dopagem no esporte a violação de regra antidopagem cometida por atleta, por terceiro ou por organização esportiva.	§ 2º Considera-se dopagem no esporte a violação de regra antidopagem cometida por atleta, por terceiro ou por organização esportiva.
	§ 3º As instituições destinadas à prevenção e ao controle de dopagem deverão observar as disposições do Código Mundial Antidopagem editado pela Agência Mundial Antidopagem.	§ 3º As instituições destinadas à prevenção e ao controle de dopagem deverão observar as disposições do Código Mundial Antidopagem editado pela Agência Mundial Antidopagem.
	Art. 175. A Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD), órgão vinculado à Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania, é a organização nacional antidopagem, à qual compete, privativamente:	Art. 174. A Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD), órgão vinculado ao órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte, é a organização nacional antidopagem, à qual compete, privativamente:
	I – propor ao Conesp a política nacional de prevenção e de combate à dopagem;	I – propor ao CNE a política nacional de prevenção e de combate à dopagem;
	II – coordenar nacionalmente o combate à dopagem no esporte, respeitadas as diretrizes estabelecidas pelo Conesp;	II – coordenar nacionalmente o combate de dopagem no esporte, respeitadas as diretrizes estabelecidas pelo CNE;
	III – conduzir os testes de controle de dopagem, durante os períodos de competição e em seus intervalos, a gestão de resultados, as investigações e outras atividades relacionadas à antidopagem, respeitadas as atribuições de organizações internacionais previstas no Código Mundial Antidopagem;	III – conduzir os testes de controle de dopagem, durante os períodos de competição e em seus intervalos, a gestão de resultados, de investigações e outras atividades relacionadas à antidopagem, respeitadas as atribuições de organizações internacionais previstas no Código Mundial Antidopagem;
	IV – expedir autorizações de uso terapêutico de substâncias, respeitadas as atribuições de	IV – expedir autorizações de uso terapêutico, respeitadas as atribuições de organizações

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

186

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	organizações internacionais previstas no Código Mundial Antidopagem;	internacionais previstas no Código Mundial Antidopagem;
	V – certificar e identificar profissionais, órgãos e entidades para atuar no controle de dopagem;	V – certificar e identificar profissionais, órgãos e entidades para atuar no controle de dopagem;
	VI – editar resoluções sobre os procedimentos técnicos de controle de dopagem, observadas as normas previstas no Código Mundial Antidopagem e a legislação correlata;	VI – editar resoluções sobre os procedimentos técnicos de controle de dopagem, observadas as normas previstas no Código Mundial Antidopagem e a legislação correlata;
	VII – manter interlocução com os organismos internacionais envolvidos com matérias relacionadas à antidopagem, respeitadas as competências dos demais órgãos da União;	VII – manter interlocução com os organismos internacionais envolvidos com matérias relacionadas à antidopagem, respeitadas as competências dos demais órgãos da União;
	VIII – divulgar e adotar as normas técnicas internacionais relacionadas ao controle de dopagem e a lista de substâncias e métodos proibidos no esporte, editada pela Agência Mundial Antidopagem; e	VIII – divulgar e adotar as normas técnicas internacionais relacionadas ao controle de dopagem e a lista de substâncias e métodos proibidos no esporte, editada pela Agência Mundial Antidopagem; e
	IX – informar à Justiça Esportiva Antidopagem as violações às regras de dopagem, participando do processo na qualidade de fiscal da legislação antidopagem.	IX – informar à Justiça Desportiva Antidopagem as violações às regras de dopagem, participando do processo na condição de fiscal da legislação antidopagem.
	§ 1º A ABCD poderá delegar a competência para a coleta de amostras e a prática de demais atos materiais relacionados ao controle de dopagem.	§ 1º A ABCD poderá delegar a competência para coleta de amostras e a prática de demais atos materiais relacionados ao controle de dopagem.
	§ 2º A ABCD poderá propor ao Conesp a edição e as alterações de normas antidopagem, atualizando-as conforme o Código Mundial Antidopagem e as	§ 2º A ABCD poderá propor ao CNE a edição e as alterações de normas antidopagem, atualizando-as conforme o Código Mundial Antidopagem e as

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

187

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	normas expedidas pela Agência Mundial Antidopagem.	normas expedidas pela Agência Mundial Antidopagem.
	Art. 176. Às organizações privadas componentes do Sistema Nacional do Esporte (Sinesp) incumbe a adoção, a implementação e a aplicação de regras antidopagem, nos termos estabelecidos nesta Lei e nas demais normas regulamentares expedidas pelo Conesp e pela ABCD.	Art. 175. Às organizações privadas componentes do Sinesp incumbem a adoção, a implementação e a aplicação de regras antidopagem, nos termos estabelecidos nesta Lei e nas demais normas regulamentares expedidas pelo CNE e pela ABCD.
	Seção III Da Prevenção e do Combate à Manipulação de Resultados Esportivos	Seção III Da Prevenção e do Combate à Manipulação de Resultados Esportivos
	Art. 177. A prevenção e o combate à manipulação de resultados esportivos têm por objetivo afastar a possibilidade de que ocorra conluio intencional, ato ou omissão que visem a uma alteração indevida do resultado ou do curso de uma competição esportiva, atentando contra a imprevisibilidade da competição, prova ou partida esportiva com vista à obtenção de benefício indevido para si ou para outros.	Art. 176. A prevenção e o combate à manipulação de resultados esportivos têm por objetivo afastar a possibilidade de conluio intencional, ato ou omissão que visem a uma alteração indevida do resultado ou do curso de uma competição esportiva, atentando contra a imprevisibilidade da competição, prova ou partida esportiva com vistas à obtenção de benefício indevido para si ou para outros.
	Parágrafo único. A Administração Pública federal estabelecerá parcerias com as organizações esportivas que administram e regulam a prática do esporte para promover mecanismos de monitoramento das competições esportivas para que sejam possíveis a prevenção e o combate à manipulação de resultados esportivos.	Parágrafo único. A administração pública federal estabelecerá parcerias com as organizações esportivas que administram e regulam a prática do esporte para promover mecanismos de monitoramento das competições esportivas com vistas a possibilitar a prevenção e o combate à manipulação de resultados esportivos.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

188

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
		CAPÍTULO II DO TORCEDOR
	Art. 178. Torcedor é toda pessoa que aprecie, apoie ou se associe a qualquer organização esportiva que promova a prática esportiva do País e acompanhe a prática de determinada modalidade esportiva, incluindo o espectador-consumidor do espetáculo esportivo.	Art. 177. Torcedor é toda pessoa que aprecia, apoia ou se associa a qualquer organização esportiva que promove a prática esportiva do País e acompanha a prática de determinada modalidade esportiva, incluindo, mas não apenas, o espectador-consumidor do espetáculo esportivo.
	§ 1º É facultado ao torcedor organizar-se em entidades associativas, denominadas torcidas organizadas.	§ 1º É facultado ao torcedor organizar-se em entidades associativas, denominadas torcidas organizadas.
	§ 2º Considera-se torcida organizada, para os efeitos desta Lei, a pessoa jurídica de direito privado ou existente de fato que se organize para fins lícitos, especialmente torcer por organização esportiva de qualquer natureza ou modalidade.	§ 2º Considera-se torcida organizada, para os efeitos desta Lei, a pessoa jurídica de direito privado ou existente de fato, que se organiza para fins lícitos, especialmente torcer por organização esportiva de qualquer natureza ou modalidade.
	§ 3º Não se confunde a torcida organizada com a organização esportiva por ela apoiada.	§ 3º Não se confunde a torcida organizada com a organização esportiva por ela apoiada.
	§ 4º É obrigatório à torcida organizada manter cadastro atualizado de seus associados ou membros, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:	§ 4º É obrigatório à torcida organizada manter cadastro atualizado de seus associados ou membros, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:
	I – nome completo;	I – nome completo;
	II – fotografia;	II – fotografia;
	III – filiação;	III – filiação;

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

189

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	IV – número do registro civil;	IV – número do registro civil;
	V – número do CPF;	V – número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
	VI – data de nascimento;	VI – data de nascimento;
	VII – estado civil;	VII – estado civil;
	VIII – profissão;	VIII – profissão;
	IX – endereço completo; e	IX – endereço completo; e
	X – escolaridade.	X – escolaridade.
	§ 5º A torcida organizada responde civilmente, de forma objetiva e solidária, pelos danos causados por qualquer dos seus associados ou membros no local do evento esportivo, em suas imediações ou no trajeto de ida e volta para o evento.	§ 5º A torcida organizada responde civilmente, de forma objetiva e solidária, pelos danos causados por qualquer dos seus associados ou membros no local do evento esportivo, em suas imediações ou no trajeto de ida e volta para o evento.
	§ 6º O dever de reparar o dano, na forma disposta no § 5º, é responsabilidade da própria torcida organizada e de seus dirigentes e membros, que respondem solidariamente, inclusive com o seu próprio patrimônio.	§ 6º O dever de reparar o dano, nos termos do § 5º deste artigo, é responsabilidade da própria torcida organizada e de seus dirigentes e membros, que respondem solidariamente, inclusive com o próprio patrimônio.
	CAPÍTULO III DA PROMOÇÃO DA CULTURA DE PAZ NO ESPORTE	CAPÍTULO III DA PROMOÇÃO DA CULTURA DE PAZ NO ESPORTE
	Seção I Disposições Gerais	Seção I Disposições Gerais

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

190

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Art. 179. É obrigação do poder público em todos os níveis, das organizações esportivas, dos torcedores e dos espectadores de eventos esportivos a promoção e a manutenção da paz no esporte.	Art. 178. É obrigação do poder público em todos os níveis, das organizações esportivas, dos torcedores e dos espectadores de eventos esportivos promover e manter a paz no esporte.
	Parágrafo único. Os promotores de eventos esportivos, assim entendidos todos os envolvidos na sua realização , respondem pela prevenção da violência nos eventos que promovam.	Parágrafo único. Os promotores de eventos esportivos, assim considerados todos os envolvidos na organização da referida atividade , respondem pela prevenção da violência nos espetáculos que promovam.
	Art. 180. Os juizados do torcedor, órgãos da justiça comum com competência cível e criminal, poderão ser criados pelos Estados e pelo Distrito Federal para o processamento, o julgamento e a execução das causas decorrentes das atividades reguladas nesta Lei.	Art. 179. Os juizados do torcedor, órgãos da justiça ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pelos Estados e pelo Distrito Federal para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes das atividades reguladas nesta Lei.
	Seção II Do Plano Nacional pela Cultura de Paz no Esporte	Seção II Do Plano Nacional pela Cultura de Paz no Esporte
	Art. 181. A Administração Pública federal promoverá e buscará manter a paz nas atividades esportivas por meio do Plano Nacional pela Cultura de Paz no Esporte, anexo ao Plandesp .	Art. 180. A administração pública federal direcionará suas atividades à promoção e à manutenção da paz nas atividades esportivas por meio do Plano Nacional pela Cultura de Paz no Esporte, anexo ao PNEsporte .
	Parágrafo único. São diretrizes do Plano Nacional pela Cultura de Paz no Esporte:	Parágrafo único. São diretrizes do Plano Nacional pela Cultura de Paz no Esporte:

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

191

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	I – a adoção de medidas preventivas e educativas voltadas ao controle dos atos de violência relacionados ao esporte;	I – a adoção de medidas preventivas e educativas direcionadas ao controle dos atos de violência relacionados ao esporte;
	II – a promoção de atividades que busquem o afastamento do torcedor violento das arenas esportivas e o subsequente trabalho de reinserção do torcedor na assistência de eventos esportivos com comportamento pacífico;	II – a promoção de atividades que busquem o afastamento do torcedor violento das arenas esportivas e consequente trabalho de reinserção na assistência de eventos esportivos com comportamento pacífico;
	III – a permanente difusão de práticas e procedimentos que promovam a cultura de paz no esporte;	III – a permanente difusão de práticas e de procedimentos que promovam a cultura de paz no esporte;
	IV – o estabelecimento de procedimentos padronizados de segurança e resolução de conflitos em eventos esportivos;	IV – o estabelecimento de procedimentos padronizados de segurança e de resolução de conflitos em eventos esportivos;
	V – a valorização da experiência dos juizados do torcedor.	V – a valorização da experiência dos juizados do torcedor.
	Seção III Da Autoridade Nacional para Prevenção e Combate à Violência e à Discriminação no Esporte	Seção III Da Autoridade Nacional para Prevenção e Combate à Violência e à Discriminação no Esporte
	Art. 182. É criada, no âmbito da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania, a Autoridade Nacional para Prevenção e Combate à Violência e à Discriminação no Esporte (Anesporte), com o objetivo de formular e executar políticas públicas contra a violência, o racismo, a xenofobia e a intolerância no esporte.	Art. 181. Fica criada, no âmbito do órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte, a Autoridade Nacional para Prevenção e Combate à Violência e à Discriminação no Esporte (Anesporte), com o objetivo de formular e executar políticas públicas contra a violência, o racismo, a xenofobia e a intolerância no esporte.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

192

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	§ 1º São atribuições da Anesporte:	§ 1º São atribuições da Anesporte:
	I – propor o Plano Nacional pela Cultura de Paz no Esporte ao Conesp ;	I – propor o Plano Nacional pela Cultura de Paz no Esporte ao CNE ;
	II – monitorar a execução do Plano Nacional pela Cultura de Paz no Esporte, enviando relatórios trimestrais ao Conesp ;	II – monitorar a execução do Plano Nacional pela Cultura de Paz no Esporte e enviar relatórios trimestrais ao CNE ;
	III – propor programas e ações de prevenção e combate à violência e à discriminação no esporte;	III – propor programas e ações de prevenção e combate à violência e à discriminação no esporte;
	IV – determinar os eventos esportivos de alto risco para elaboração de plano especial de segurança;	IV – definir os eventos esportivos de alto risco para elaboração de plano especial de segurança;
	V – receber os relatórios do Ouvidor Nacional do Esporte e tomar medidas concretas para intervenção do poder público quando necessária;	V – receber os relatórios do ouvidor nacional do esporte e tomar medidas concretas para intervenção do poder público, quando necessária;
	VI – aplicar as sanções administrativas previstas nesta Lei.	VI – aplicar as sanções administrativas previstas nesta Lei.
	§ 2º A Anesporte será composta de forma colegiada, com até 11 (onze) membros que representem paritariamente representantes do poder público e da sociedade civil organizada na área do esporte, inclusive das organizações esportivas privadas de diferentes modalidades e entidades representativas de torcedores.	§ 2º A Anesporte será composta de forma colegiada, com até 11 (onze) membros que representem paritariamente o poder público e a sociedade civil organizada na área do esporte, inclusive das organizações esportivas privadas de diferentes modalidades e entidades representativas de torcedores.
	§ 3º Os membros da Anesporte não serão remunerados, a qualquer título, por sua participação no colegiado.	§ 3º Os membros da Anesporte não serão remunerados, a qualquer título, por sua participação no colegiado.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

193

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Art. 183. A Anesporte poderá aplicar as seguintes sanções administrativas à pessoa natural ou jurídica que se envolva em atos de violência no esporte:	Art. 182. A Anesporte poderá aplicar as seguintes sanções administrativas à pessoa natural ou jurídica que se envolva em atos de violência no esporte:
	I – às infrações leves, multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais);	I – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais), para infrações leves;
	II – às infrações graves, multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais) a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais); e	II – multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais) a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para infrações graves; e
	III – às infrações muito graves, multa de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).	III – multa de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), para infrações muito graves.
	§ 1º O regulamento definirá, por proposta da Anesporte, o enquadramento das infrações previstas nesta Lei nas categorias de sanções referidas neste artigo.	§ 1º O regulamento definirá, por proposta da Anesporte, o enquadramento das infrações previstas nesta Lei nas categorias de sanções constantes deste artigo.
	§ 2º A torcida organizada que, em evento esportivo, promover tumulto, praticar ou incitar a violência, praticar condutas discriminatórias, racistas, xenófobas, homofóbicas ou transfóbicas ou invadir local restrito aos competidores, árbitros, fiscais, dirigentes, organizadores ou jornalistas será impedida, assim como seus associados ou membros, de comparecer a eventos esportivos pelo prazo de até 5 (cinco) anos.	§ 2º A torcida organizada que em evento esportivo promover tumulto, praticar ou incitar a violência, praticar condutas discriminatórias, racistas, xenófobas, homofóbicas ou transfóbicas ou invadir local restrito aos competidores, aos árbitros, aos fiscais, aos dirigentes, aos organizadores ou aos jornalistas será impedida, bem como seus associados ou membros, de comparecer a eventos esportivos pelo prazo de até 5 (cinco) anos.
	§ 3º Sem prejuízo das demais sanções cabíveis, a organização esportiva que violar ou de qualquer	§ 3º Sem prejuízo das demais sanções cabíveis, a organização esportiva que violar ou de qualquer

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

194

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	forma concorrer para a violação do disposto nesta Lei, observado o devido processo legal, incidirá nas seguintes sanções:	forma concorrer para a violação do disposto nesta Lei, observado o devido processo legal, incidirá nas seguintes sanções:
	I – impedimento de gozar de qualquer benefício fiscal em âmbito federal; e	I – impedimento de gozar de qualquer benefício fiscal no âmbito federal; e
	II – suspensão por 6 (seis) meses dos repasses de recursos públicos federais da administração direta e indireta.	II – suspensão por 6 (seis) meses dos repasses de recursos públicos federais da administração direta e indireta.
	§ 4º O órgão do Ministério Público proporá judicialmente a:	§ 4º O órgão do Ministério Público proporá judicialmente a:
	I – destituição dos dirigentes de organização esportiva, na hipótese de cometimento de infração de natureza muito grave;	I – destituição dos dirigentes de organização esportiva, na hipótese de cometimento de infração de natureza muito grave;
	II – suspensão por até 1 (um) ano dos seus dirigentes, por cometimento de infração de natureza grave; e	II – suspensão por até 1 (um) ano dos dirigentes de organização esportiva, por cometimento de infração de natureza grave; e
	III – suspensão por até 3 (três) meses dos seus dirigentes, por cometimento de infração de natureza leve.	III – suspensão por até 3 (três) meses dos dirigentes de organização esportiva, por cometimento de infração de natureza leve.
	§ 5º Os dirigentes a que se refere o § 4º serão sempre:	§ 5º Os dirigentes de que tratam o § 4º deste artigo serão sempre:
	I – o presidente da organização esportiva, ou aquele que lhe faça as vezes; e	I – o presidente da organização esportiva, ou aquele que lhe faça as vezes; e
	II – o dirigente que praticou a infração, ainda que por omissão.	II – o dirigente que praticou a infração, ainda que por omissão.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

195

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Art. 184. Aplica-se o disposto no § 5º do art. 178 e no § 2º do art. 183, ambos desta Lei, à torcida organizada e a seus associados ou membros envolvidos, mesmo que em local ou data distintos dos da competição esportiva, nos casos de:	Art. 183. O disposto no § 5º do art. 177 e no § 2º do art. 182 desta Lei aplica-se à torcida organizada e a seus associados ou membros envolvidos, mesmo que em local ou data distintos dos relativos à competição esportiva, nos casos de:
	I – invasão de local de treinamento;	I – invasão de local de treinamento;
	II – confronto, ou induzimento ou auxílio a confronto, entre torcedores;	II – confronto, ou induzimento ou auxílio a confronto, entre torcedores;
	III – ilícitos praticados contra esportistas, competidores, árbitros, fiscais ou organizadores de eventos esportivos e jornalistas voltados principal ou exclusivamente à cobertura de competições esportivas, mesmo que, no momento, não estejam atuando na competição ou diretamente envolvidos com o evento.	III – ilícitos praticados contra esportistas, competidores, árbitros, fiscais ou organizadores de eventos esportivos e jornalistas direcionados principal ou exclusivamente à cobertura de competições esportivas, mesmo que no momento não estejam atuando na competição ou diretamente envolvidos com o evento.
	Seção IV Da Ouvidoria Nacional para Prevenção e Combate à Violência e à Discriminação no Esporte	Seção IV Da Ouvidoria Nacional para Prevenção e Combate à Violência e à Discriminação no Esporte
	Art. 185. O Conesp manterá uma ouvidoria nacional para prevenção e combate à violência e à discriminação no esporte.	Art. 184. O CNE manterá uma ouvidoria nacional para prevenção e combate à violência e à discriminação no esporte.
	Parágrafo único. São competências da Ouvidoria Nacional para Prevenção e Combate à Violência e à Discriminação no Esporte:	Parágrafo único. São competências da ouvidoria:

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

196

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	I – atuar junto a representantes dos Poderes, do Ministério Público e de outras entidades relacionadas com o tema, visando à resolução de tensões e conflitos no esporte;	I – promover gestões com representantes dos Poderes, do Ministério Público e de outras entidades relacionadas com o tema, com vistas à resolução de tensões e de conflitos no esporte;
	II – estabelecer interlocução com os governos estaduais, distrital e municipais, organizações esportivas, torcedores e sociedade civil, visando a prevenir, mediar e resolver as tensões e conflitos para garantir a paz no esporte;	II – estabelecer interlocução com os governos estaduais, municipais, organizações esportivas, torcedores e sociedade civil, com vistas a prevenir, a mediar e a resolver as tensões e os conflitos para garantir a paz no esporte;
	III – diagnosticar tensões e conflitos no esporte, de forma a propor soluções pacíficas;	III – diagnosticar tensões e conflitos no esporte, de forma a propor soluções pacíficas;
	IV – consolidar informações sobre tensões e conflitos sociais no esporte, com o objetivo de propiciar ao Conesp, à Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania e a outras autoridades subsídios atualizados e periódicos para tomada de decisão;	IV – consolidar informações sobre tensões e conflitos sociais no esporte, com o objetivo de propiciar ao CNE, ao órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte e a outras autoridades subsídios atualizados e periódicos para tomada de decisão;
	V – elaborar relatórios a serem disponibilizados à Anesporte sobre potenciais conflitos no esporte, assim como representar perante o mesmo colegiado para que se apliquem sanções aos envolvidos; e	V – elaborar relatórios a serem disponibilizados à Anesporte sobre potenciais conflitos no esporte, bem como representar perante o mesmo colegiado para que sejam aplicadas sanções aos envolvidos; e
	VI – garantir os direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em tensões e conflitos no esporte.	VI – garantir os direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em tensões e em conflitos no esporte.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

197

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Seção V Do Cadastramento de Torcedores de Futebol	Seção V Do Cadastramento de Torcedores de Futebol
	Art. 186. O Poder Executivo federal implementará e manterá o Cadastro Nacional de Torcedores, visando ao controle de acesso e ao monitoramento de torcedores em estádios de futebol.	Art. 185. É condição de acesso de torcedores a eventos esportivos em que ocorra a prática esportiva profissional de futebol estar previamente inscrito no Cadastro Nacional de Torcedores, mantido pelo Poder Executivo federal, com vistas ao controle de acesso e ao monitoramento de torcedores em estádios de futebol.
	§ 1º A implementação do cadastro a que se refere o <i>caput</i> deste artigo dar-se-á em parceria com os Estados, o Distrito Federal e as organizações esportivas que atuam na prática esportiva profissional de futebol .	§ 1º A implementação do sistema a que se refere o <i>caput</i> deste artigo dar-se-á em parceria com os Estados, o Distrito Federal e as organizações esportivas que atuam na modalidade .
	§ 2º A utilização do cadastro a que se refere o <i>caput</i> deste artigo será obrigatória nos estádios de futebol com capacidade superior a 20.000 (vinte mil) espectadores, sendo o cadastramento do torcedor condição indispensável para seu acesso e permanência em eventos esportivos em que ocorra a prática esportiva profissional de futebol , nos termos do regulamento.	§ 2º A utilização do sistema a que se refere o <i>caput</i> deste artigo será obrigatória nos estádios de futebol com capacidade superior a 20.000 (vinte mil) espectadores, e o cadastramento do torcedor será condição indispensável para seu acesso e permanência, nos termos do regulamento.
	CAPÍTULO IV DA GARANTIA DA ÉTICA E DO “JOGO LIMPO” (FAIR PLAY) NAS COMPETIÇÕES	CAPÍTULO IV DA GARANTIA DA ÉTICA E DO JOGO LIMPO NAS COMPETIÇÕES

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

198

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Seção I Disposições Gerais	Seção I Disposições Gerais
	Art. 187. As organizações esportivas promoverão a prática esportiva baseadas em padrões éticos e morais que garantam o “jogo limpo” (<i>fair play</i>) nas competições.	Art. 186. As organizações esportivas promoverão a prática esportiva com base em padrões éticos e morais que garantam o <i>fair play</i> ou jogo limpo nas competições.
	Art. 188. Cada organização esportiva de abrangência nacional que administra e regula a respectiva modalidade esportiva deverá criar regulamento de “jogo limpo” (<i>fair play</i>) financeiro aplicável no âmbito das competições que promover e ao qual se submeterão as organizações esportivas associadas ou filiadas.	Art. 187. Cada organização esportiva de abrangência nacional que administra e regula a respectiva modalidade esportiva deverá criar regulamento de <i>fair play</i> financeiro aplicável no âmbito das competições que promover e ao qual se submeterão as organizações esportivas associadas ou filiadas.
	Parágrafo único. O regulamento referido no <i>caput</i> deste artigo deverá prever regras e sanções referentes, mas não limitadas, a:	Parágrafo único. O regulamento disposto no <i>caput</i> deste artigo deverá prever regras e sanções referentes, mas não limitadas, a:
	I – equilíbrio financeiro, patrimônio líquido e níveis de endividamento;	I – equilíbrio financeiro, patrimônio líquido e níveis de endividamento;
	II – limites financeiros para contratação de atletas por temporada;	II – limites financeiros para contratação de atletas por temporada;
	III – limites para aportes financeiros de acionistas;	III – limites para aportes financeiros de acionistas; e
	IV – garantia de continuidade operacional mediante auditoria externa.	IV – garantia de continuidade operacional mediante auditoria externa.
	Seção II Da Justiça Desportiva	Seção II Da Justiça Desportiva

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

199

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Art. 189. A justiça esportiva referida nos §§ 1º e 2º do art. 217 da Constituição Federal, com competência para julgar infrações disciplinares e questões relativas às competições esportivas, possui natureza privada, não estatal, com garantia de autonomia.	Art. 188. A justiça desportiva prevista nos §§ 1º e 2º do art. 217 da Constituição Federal, com competência para julgar infrações disciplinares e questões relativas às competições esportivas, possui natureza privada, não estatal, com garantia de autonomia.
	§ 1º Cada organização esportiva de âmbito nacional estabelecerá livremente a instituição da justiça esportiva da respectiva modalidade, observados os seguintes requisitos:	§ 1º Cada organização esportiva de âmbito nacional estabelecerá livremente a instituição da justiça desportiva da respectiva modalidade, observados os seguintes requisitos:
	I – garantia de autonomia e independência dos integrantes da justiça esportiva em relação à organização que administra e regula o esporte;	I – garantia de autonomia e independência dos integrantes da justiça desportiva em relação à organização que administra e regula o esporte;
	II – paridade representativa, de forma que os órgãos da justiça esportiva sejam compostos igualmente por representantes indicados pela organização que administra e regula o esporte, pelos atletas, pelos treinadores esportivos, pelos árbitros, pelas organizações que promovem prática esportiva e pela sociedade civil representada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ;	II – paridade representativa, de forma que os órgãos da justiça desportiva sejam compostos igualmente por representantes indicados pela organização que administra e regula o esporte, pelos atletas, pelos treinadores esportivos, pelos árbitros, pelas organizações que promovem prática esportiva e pela sociedade civil representada pela Ordem dos Advogados do Brasil;
	III – dever de custeio pela organização que administra e regula o esporte; e	III – dever de custeio pela organização que administra e regula o esporte;
	IV – fixação de prazo de mandato dos membros da justiça esportiva , não superior a 4 (quatro) anos, inclu indo os respectivos procuradores-gerais.	IV – fixação de prazo de mandato dos membros da justiça desportiva , não superior a 4 (quatro) anos, inclu ídos os respectivos procuradores-gerais; e

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

200

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
		V – composição dos membros dos Tribunais de Justiça Desportiva por advogados com comprovada atuação profissional de, no mínimo, 3 (três) anos na área jurídico-desportiva ou por pessoas de notório saber jurídico e de conduta ilibada.
	§ 2º Quanto ao funcionamento da justiça esportiva, observam-se os seguintes princípios:	§ 2º Quanto ao funcionamento da justiça desportiva, deverão ser observados os seguintes princípios:
	I – ampla defesa;	I – ampla defesa;
	II – celeridade;	II – celeridade;
	III – contraditório;	III – contraditório;
	IV – economia processual;	IV – economia processual;
	V – impessoalidade;	V – impessoalidade;
	VI – independência;	VI – independência;
	VII – legalidade;	VII – legalidade;
	VIII – moralidade;	VIII – moralidade;
	IX – motivação;	IX – motivação;
	X – oficialidade;	X – oficialidade;
	XI – oralidade;	XI – oralidade;
	XII – proporcionalidade;	XII – proporcionalidade;
	XIII – publicidade;	XIII – publicidade;

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

201

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	XIV – razoabilidade;	XIV – razoabilidade;
	XV – devido processo legal;	XV – devido processo legal;
	XVI – tipicidade esportiva;	XVI – tipicidade esportiva;
	XVII – prevalência, continuidade e estabilidade das competições; e	XVII – prevalência, continuidade e estabilidade das competições; e
	XVIII – espírito esportivo.	XVIII – espírito esportivo.
	§ 3º Poderão ser instituídos órgãos de justiça esportiva que atendam a mais de uma organização esportiva.	§ 3º Poderão ser instituídos órgãos de justiça desportiva que atendam a mais de uma organização esportiva.
	§ 4º Após o trânsito do processo na justiça esportiva , é facultado a qualquer das partes, no prazo de 90 (noventa) dias, pleitear, junto ao Poder Judiciário, a anulação da respectiva decisão.	§ 4º Após o trânsito do processo na justiça desportiva , será facultado a qualquer das partes, no prazo de 90 (noventa) dias, pleitear, perante o Poder Judiciário, a anulação da respectiva decisão.
	§ 5º A anulação prevista no § 4º deste artigo não prejudicará os efeitos esportivos já consumados, hipótese na qual o pedido de anulação poderá ser convertido em indenização por perdas e danos.	§ 5º A anulação prevista no § 4º deste artigo não prejudicará os efeitos esportivos já consumados, possibilitada a conversão do pedido de anulação em indenização por perdas e danos.
	§ 6º Nas instâncias da justiça esportiva , não serão puníveis quaisquer manifestações, por palavras, gestos ou outra forma de expressão, salvo quando:	§ 6º Nas instâncias da justiça desportiva , não serão puníveis quaisquer manifestações, por palavras, gestos ou outra forma de expressão, salvo quando:
	I – também configurarem, em tese, ilícito definido na lei civil ou penal; ou	I – configurarem, em tese, ilícito definido na lei civil ou penal; ou
	II – importarem violação das regras inerentes à prática da modalidade esportiva, desrespeito à arbitragem ou às autoridades esportivas, ou	II – importarem violação das regras inerentes à prática da modalidade esportiva, desrespeito à arbitragem ou às autoridades esportivas ou

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

202

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	perturbação ao normal desenvolvimento da partida, prova ou equivalente.	perturbação ao normal desenvolvimento da partida, prova ou equivalente.
	Art. 190. O COB e o CPB serão mantenedores de organização deles independente que instituirá Justiça Esportiva Antidopagem (JAD), com competência para:	Art. 189. O COB e o CPB serão mantenedores de organização deles independente que instituirá a Justiça Desportiva Antidopagem (JAD), com competência para:
	I – julgar violações a regras antidopagem e aplicar as punições a elas conexas; e	I – julgar violações a regras antidopagem e aplicar as punições a elas conexas; e
	II – homologar decisões proferidas por organismos internacionais, decorrentes ou relacionadas a violações às regras antidopagem.	II – homologar decisões proferidas por organismos internacionais decorrentes ou relacionadas a violações às regras antidopagem.
	§ 1º A JAD será composta de forma paritária por representantes de organizações que administram e regulam o esporte, de entidades sindicais dos atletas e do Poder Executivo.	§ 1º A JAD será composta de forma paritária de representantes de organizações que administram e regulam o esporte, de entidades sindicais dos atletas e do Poder Executivo.
	§ 2º A escolha dos membros da JAD buscará assegurar a paridade entre homens e mulheres na sua composição.	§ 2º A escolha dos membros da JAD buscará assegurar a paridade entre homens e mulheres na sua composição.
	§ 3º Aplicam-se à JAD os princípios previstos no § 2º do art. 189 desta Lei.	§ 3º Aplicar-se-ão à JAD os princípios previstos no art. 188 desta Lei.
	§ 4º Os membros da JAD serão auxiliados em suas decisões por equipe de peritos técnicos das áreas relacionadas ao controle de dopagem.	§ 4º Os membros da JAD serão auxiliados em suas decisões por equipe de peritos técnicos das áreas relacionadas ao controle de dopagem.
	§ 5º A competência da JAD abrangerá a prática esportiva profissional e não profissional.	§ 5º A competência da JAD abrangerá a prática esportiva profissional e não profissional.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

203

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	§ 6º O Fundesporte destinará recursos às mantenedoras da organização instituidora da JAD para auxílio em sua estruturação e manutenção.	§ 6º O Fundesporte destinará recursos às mantenedoras da organização instituidora da JAD para auxílio em sua estruturação e manutenção.
		§ 7º Os membros da JAD deverão ser advogados com comprovada atuação profissional de, no mínimo, de 3 (três) anos na área jurídico-desportiva ou pessoas de notório saber jurídico e de conduta ilibada, e a escolha de seus membros deverá assegurar a paridade entre homens e mulheres na sua composição.
	Art. 191. Em nenhuma hipótese poderá ser ultrapassado o prazo de 60 (sessenta) dias, contado da instauração do respectivo procedimento, para a prolação da decisão final no âmbito dos órgãos de justiça esportiva.	Art. 190. Em nenhuma hipótese será ultrapassado o prazo de 60 (sessenta) dias, contado da instauração do procedimento respectivo, para a prolação da decisão final no âmbito dos órgãos de justiça desportiva.
	Seção III Dos Procedimentos Referentes ao Regulamento da Competição	Seção III Dos Procedimentos referentes ao Regulamento da Competição
	Art. 192. O regulamento, as tabelas da competição e o nome do ouvidor da competição devem ser divulgados em até 45 (quarenta e cinco) dias antes de seu início.	Art. 191. O regulamento, as tabelas da competição e o nome do ouvidor da competição deverão ser divulgados até 45 (quarenta e cinco) dias antes de seu início.
	§ 1º Nos 10 (dez) dias subsequentes à divulgação de que trata o <i>caput</i> deste artigo, qualquer interessado poderá manifestar-se sobre o regulamento diretamente ao ouvidor da competição.	§ 1º Nos 10 (dez) dias subsequentes à divulgação de que trata o <i>caput</i> deste artigo, qualquer interessado poderá manifestar-se sobre o regulamento diretamente ao ouvidor da competição.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

204

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	§ 2º O ouvidor da competição elaborará, em 72 (setenta e duas) horas, relatório contendo as principais propostas e sugestões encaminhadas.	§ 2º O ouvidor da competição elaborará em 72 (setenta e duas) horas relatório com as principais propostas e sugestões encaminhadas.
	§ 3º Após o exame do relatório, a organização esportiva responsável pela competição decidirá, em 48 (quarenta e oito) horas, motivadamente, sobre a conveniência da aceitação das propostas e sugestões relatadas e submeterá a decisão , em seguida, à deliberação , por maioria, do conselho arbitral que reúna todas as organizações de prática esportiva que integram a competição.	§ 3º Após o exame do relatório, a organização esportiva responsável pela competição decidirá em 48 (quarenta e oito) horas, motivadamente, sobre a conveniência da aceitação das propostas e das sugestões relatadas e as submeterá em seguida, para deliberação por maioria, ao conselho arbitral, que deverá reunir todas as organizações de prática esportiva integrantes da competição.
	§ 4º O regulamento definitivo da competição será divulgado 30 (trinta) dias antes de seu início.	§ 4º O regulamento definitivo da competição será divulgado 30 (trinta) dias antes de seu início.
	§ 5º É vedado realizar alterações no regulamento da competição a partir de sua divulgação definitiva, salvo nas hipóteses de:	§ 5º É vedado proceder a alterações no regulamento da competição desde sua divulgação definitiva, exceto nos seguintes casos:
	I – apresentação de novo calendário anual de eventos oficiais para o ano subsequente, desde que aprovado pela maioria das organizações esportivas participantes;	I – apresentação de novo calendário anual de eventos oficiais para o ano subsequente, desde que aprovado pela maioria das organizações esportivas participantes;
	II – decorso de 2 (dois) anos da entrada em vigor do mesmo regulamento, observado o procedimento de que trata este artigo;	II – transcurso de 2 (dois) anos de vigência do mesmo regulamento, observado o procedimento de que trata este artigo;
	III – interrupção das competições por motivo de surtos, epidemias e pandemias que possam comprometer a integridade física e o bem-estar dos	III – interrupção das competições por motivo de surtos, de epidemias e de pandemias que possam comprometer a integridade física e o bem-estar dos

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

205

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	atletas, desde que aprovada pela maioria das agremiações participes do evento.	atletas, desde que aprovada pela maioria das agremiações participantes do evento.
	Art. 193. A participação de organizações esportivas em competições de responsabilidade das organizações esportivas que administram e regulam a respectiva modalidade dar-se-á conforme critério técnico previamente definido, de acordo com seus próprios regulamentos.	Art. 192. A participação de organizações esportivas em competições de responsabilidade das organizações esportivas que administram e regulam a respectiva modalidade dar-se-á em virtude de critério técnico previamente definido, conforme os próprios regulamentos.
	§ 1º Para os fins do disposto neste artigo, considera-se critério técnico a habilitação de organização esportiva em razão de colocação obtida em competição anterior.	§ 1º Para os fins do disposto neste artigo, considera-se critério técnico a habilitação de organização esportiva em razão de colocação obtida em competição anterior.
	§ 2º É vedada a adoção de qualquer outro critério não previsto no regulamento da respectiva organização esportiva, especialmente o convite.	§ 2º Fica vedada a adoção de qualquer outro critério não previsto no regulamento da respectiva organização esportiva, especialmente o convite.
	Art. 194. A arbitragem das competições esportivas será independente, imparcial, previamente remunerada e isenta de pressões.	Art. 193. A arbitragem das competições esportivas será independente, imparcial, previamente remunerada e isenta de pressões.
	Art. 195. O árbitro e seus auxiliares devem entregar, em até 4 (quatro) horas contadas do término da prova ou partida, a súmula e os relatórios ao representante da organização responsável pela competição.	Art. 194. O árbitro e seus auxiliares deverão entregar, em até 4 (quatro) horas contadas do término da partida, a súmula e os relatórios da partida ao representante da organização responsável pela competição.
	Parágrafo único. Em casos excepcionais, de grave tumulto ou necessidade de laudo médico, os relatórios da prova ou partida poderão ser	Parágrafo único. Em casos excepcionais, de grave tumulto ou de necessidade de laudo médico, os relatórios da partida poderão ser complementados em até 24 (vinte e quatro) horas após o seu término.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

206

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	complementados em até 24 (vinte e quatro) horas após o seu término.	
	Art. 196. A organização esportiva responsável pela competição dará publicidade à súmula e aos relatórios da prova ou partida em seu site até as 14h (quatorze horas) do terceiro dia útil subsequente ao da realização da prova ou partida.	Art. 195. A organização esportiva responsável pela competição dará publicidade à súmula e aos relatórios da partida no seu sítio na internet até as 14 (quatorze) horas do terceiro dia útil subsequente ao da realização da partida.
	Art. 197. Os árbitros de cada prova ou partida serão escolhidos de acordo com critérios definidos pelo regulamento da organização que administra e regula a respectiva modalidade esportiva.	Art. 196. Os árbitros de cada partida serão escolhidos de acordo com critérios definidos pelos regulamentos de cada organização que administra e regula a modalidade esportiva.
	CAPÍTULO V DOS CRIMES CONTRA A INTEGRIDADE E A PAZ NO ESPORTE	CAPÍTULO V DOS CRIMES CONTRA A INTEGRIDADE E A PAZ NO ESPORTE
	Seção I Dos Crimes contra a Incerteza do Resultado Esportivo	Seção I Dos Crimes contra a Incerteza do Resultado Esportivo
	Art. 198. Solicitar ou aceitar, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem patrimonial ou não patrimonial para qualquer ato ou omissão destinado a alterar ou falsear o resultado de competição esportiva ou evento a ela associado:	Art. 197. Solicitar ou aceitar, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem patrimonial ou não patrimonial para qualquer ato ou omissão destinado a alterar ou falsear o resultado de competição esportiva ou evento a ela associado:
	Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.	Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.
	Art. 199. Dar ou prometer vantagem patrimonial ou não patrimonial com o fim de alterar ou falsear	Art. 198. Dar ou prometer vantagem patrimonial ou não patrimonial com o fim de alterar ou falsear

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

207

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	o resultado de competição esportiva ou evento a ela associado:	o resultado de competição esportiva ou evento a ela associado:
	Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.	Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.
	Art. 200. Fraudar, por qualquer meio, ou contribuir para que se fraude, de qualquer forma, o resultado de competição esportiva ou evento a ela associado:	Art. 199. Fraudar, por qualquer meio, ou contribuir para que se fraude, de qualquer forma, o resultado de competição esportiva ou evento a ela associado:
	Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.	Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.
	Seção II Dos Crimes contra a Paz no Esporte	Seção II Dos Crimes contra a Paz no Esporte
	Art. 201. Promover tumulto, praticar ou incitar a violência ou invadir local restrito aos competidores em eventos esportivos:	Art. 200. Promover tumulto, praticar ou incitar a violência ou invadir local restrito aos competidores ou aos árbitros e seus auxiliares em eventos esportivos:
	Pena – reclusão, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.	Pena – reclusão, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.
	§ 1º Incurrerá nas mesmas penas o torcedor que:	§ 1º Incurrerá nas mesmas penas o torcedor que:
	I – promover tumulto ou praticar ou incitar a violência em raio de 5.000 (cinco mil) metros ao redor do local de realização do evento esportivo ou durante o trajeto de ida e volta do local de realização do evento;	I – promover tumulto, praticar ou incitar a violência em um raio de 5.000 m (cinco mil metros) ao redor do local de realização do evento esportivo ou durante o trajeto de ida e volta do local da realização do evento;
	II – portar, deter ou transportar, no interior da arena esportiva, em suas imediações ou no seu trajeto, em dia de realização de evento esportivo, quaisquer instrumentos que possam servir para a prática de violência.	II – portar, deter ou transportar, no interior da arena esportiva, em suas imediações ou no seu trajeto, em dia de realização de evento esportivo, quaisquer instrumentos que possam servir para a prática de violência;

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

208

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
		III – participar de brigas de torcidas.
	§ 2º Na sentença penal condenatória, o juiz deverá converter a pena de reclusão em pena impeditiva de comparecimento às proximidades da arena esportiva, bem como a qualquer local em que se realize evento esportivo, pelo prazo de 3 (três) meses a 3 (três) anos, de acordo com a gravidade da conduta, na hipótese de o agente ser primário, ter bons antecedentes e não ter sido punido anteriormente pela prática de condutas previstas neste artigo.	§ 2º Na sentença penal condenatória, o juiz deverá converter a pena de reclusão em pena impeditiva de comparecimento às proximidades da arena esportiva, bem como a qualquer local em que se realize evento esportivo, pelo prazo de 3 (três) meses a 3 (três) anos, de acordo com a gravidade da conduta, na hipótese de o agente ser primário, ter bons antecedentes e não ter sido punido anteriormente pela prática de condutas previstas neste artigo.
	§ 3º A pena impeditiva de comparecimento às proximidades da arena esportiva, bem como a qualquer local em que se realize evento esportivo, converter-se-á em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta.	§ 3º A pena impeditiva de comparecimento às proximidades da arena esportiva, bem como a qualquer local em que se realize evento esportivo, converter-se-á em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta.
	§ 4º Na conversão de pena prevista no § 2º deste artigo, a sentença deverá determinar, ainda, a obrigatoriedade suplementar de o agente permanecer em estabelecimento indicado pelo juiz, no período compreendido entre as 2 (duas) horas antecedentes e as 2 (duas) horas posteriores à realização de provas ou partidas de organização esportiva ou de competição determinada.	§ 4º Na conversão de pena prevista no § 2º deste artigo, a sentença deverá determinar ainda a obrigatoriedade suplementar de o agente permanecer em estabelecimento indicado pelo juiz, no período compreendido entre as 2 (duas) horas antecedentes e as 2 (duas) horas posteriores à realização de provas ou de partidas de organização esportiva ou de competição determinada.
	§ 5º Na hipótese de o representante do Ministério Público propor aplicação da pena restritiva de direito prevista no art. 76 da Lei nº 9.099, de 26 de	§ 5º No caso de o representante do Ministério Público propor aplicação da pena restritiva de direito prevista no art. 76 da Lei nº 9.099, de 26 de

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

209

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais), o juiz aplicará a sanção prevista no § 2º deste artigo.	setembro de 1995, o juiz aplicará a sanção prevista no § 2º deste artigo.
	§ 6º A pena prevista neste artigo será aumentada de 1/3 (um terço) até a metade para aquele que organiza ou prepara o tumulto ou incita a sua prática, inclusive nas formas dispostas no § 1º deste artigo, não lhe sendo aplicáveis as medidas constantes dos §§ 2º a 5º deste artigo.	§ 6º A pena prevista neste artigo será aumentada de 1/3 (um terço) até a metade para aquele que organiza ou prepara o tumulto ou incita a sua prática, inclusive nas formas dispostas no § 1º deste artigo, não lhe sendo aplicáveis as medidas constantes dos §§ 2º, 3º, 4º e 5º deste artigo.
		§ 7º As penalidades previstas neste artigo serão aplicadas em dobro quando se tratar de casos de racismo no esporte brasileiro ou de infrações cometidas contra as mulheres.
	TÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	TÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS
		CAPÍTULO I DAS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996		Art. 201. O § 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.		“Art. 26.
.....	

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

210

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno:		§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, a ser ministrado exclusivamente por professor habilitado em curso de licenciatura em Educação Física, com carga horária mínima de 150 (cento e cinquenta) minutos semanais, facultada a sua prática ao aluno:
.....	” (NR)
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018		Art. 202. A Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 16. O produto da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos será destinado da seguinte forma:		“Art. 16.
.....	
§ 2º Os percentuais destinados ao Ministério do Esporte serão decompostos da seguinte forma:		§ 2º
.....	
II - 3,53% (três inteiros e cinquenta e três centésimos por cento), previstos no item 1 da alínea e do inciso II do caput deste artigo:		II –
a) 2,49% (dois inteiros e quarenta e nove centésimos por cento) para o Ministério do Esporte;		a) 1,26% (um inteiro e vinte e seis centésimos por cento) para o órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte;
b) 1% (um por cento) para as secretarias de esporte, ou órgãos equivalentes, dos Estados e do Distrito		b) 2% (dois por cento) para as secretarias de esporte, ou órgãos equivalentes, dos Estados e do

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

211

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
Federal, proporcionalmente ao montante das apostas efetuadas em cada unidade federativa, para aplicação prioritária em jogos escolares de esportes olímpicos e paralímpicos, admitida sua aplicação nas destinações previstas nos incisos I, VI e VIII do <i>caput</i> do art. 7º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998; e		Distrito Federal, proporcionalmente ao montante das apostas efetuadas em cada unidade federativa, para aplicação prioritária em jogos escolares de esportes olímpicos e paralímpicos, admitida sua aplicação em desporto educacional, em construção, ampliação e recuperação de instalações esportivas e em apoio ao desporto para pessoas com deficiência;
..... d) 0,03% (três centésimos por cento) para o CBCP.	
		e) 0,11% (onze centésimos por cento) para o Comitê Brasileiro do Esporte Master (CBEM);
		f) 0,01% (um centésimo por cento) para a União dos Esportes Brasileiros; e
		g) 0,11% (onze centésimos por cento) para a Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU).” (NR)
Art. 22. Os agentes operadores repassarão as arrecadações das loterias diretamente aos seguintes beneficiários legais:		“Art. 22.
..... X – o CBCP.	
		XI – o CBEM;
		XII – a União dos Esportes Brasileiros.
.....	” (NR)

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

212

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
Art. 29. Fica criada a modalidade lotérica, sob a forma de serviço público exclusivo da União, denominada apostas de quota fixa, cuja exploração comercial ocorrerá em todo o território nacional.		“Art. 29.
..... § 3º O Ministério da Fazenda regulamentará no prazo de até 2 (dois) anos, prorrogável por até igual período, a contar da data de publicação desta Lei, o disposto neste artigo.	
		§ 4º Fica vedada qualquer forma de publicidade ou propaganda de empresas sem representante legal no Brasil que explorem apostas relativas a eventos reais de temática esportiva.
		§ 5º Os eventos reais de temática esportiva de que trata o § 1º deste artigo deverão ser autorizados e poderão ser auditados pela confederação esportiva respectiva da modalidade.” (NR)
Art. 30. O produto da arrecadação da loteria de apostas de quota fixa em meio físico ou virtual, salvo disposição em lei específica, será destinado:		“Art. 30.
.....	
§ 1º-A O saldo da diferença entre o produto da arrecadação e as importâncias de que tratam os incisos III, IV e V do caput deste artigo será destinado da seguinte forma:		§ 1º-A.
.....	

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

213

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
III - 1,63% (um inteiro e sessenta e três centésimos por cento) às entidades desportivas brasileiras que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos, seus símbolos e similares para divulgação e execução da loteria de apostas de quota fixa; e		III – 1,53% (um inteiro e cinquenta e três centésimos por cento) às entidades desportivas brasileiras que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos, seus símbolos e similares para divulgação e execução da loteria de apostas de quota fixa;
IV - 95% (noventa e cinco por cento), no máximo, à cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de apostas de quota fixa.		IV – 94% (noventa e quatro por cento), no máximo, à cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de apostas de quota fixa.
		V – 1% (um por cento) para as entidades esportivas, conforme a divisão proporcional das alíneas e, f e g do inciso II do <i>caput</i> do art. 16 desta Lei;
		VI – 0,05% (cinco centésimos por cento) aos árbitros de futebol; e
		VII – 0,05% (cinco centésimos por cento) à Federação das Associações de Atletas Profissionais (Faap).
.....	” (NR)
Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998		Art. 203. A Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 1º O exercício das atividades de Educação Física e a designação de Profissional de Educação Física é prerrogativa dos profissionais		“Art. 1º

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

214

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
regularmente registrados nos Conselhos Regionais de Educação Física.		
		§ 1º As atividades dos Profissionais de Educação Física, bem como os locais em que elas se desenvolvem, são considerados serviços essenciais e indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
		§ 2º O exercício das atividades de instrutor de dança, de ioga ou de artes marciais não caracteriza prerrogativa exclusiva do Profissional de Educação Física.” (NR)
		“Art. 1º-A Para registro do instrutor de dança, de ioga ou de artes marciais, é necessária a apresentação de atestado de capacitação profissional fornecido pelo sindicato representativo das categorias profissionais ou pelo Poder Executivo, mediante regulamento.”
Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014		Art. 204. O art. 30 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:		“Art. 30.
.....	
VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da		VI – no caso de atividades direcionadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde, esporte e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

215

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.		credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.
		Parágrafo único. No caso das atividades direcionadas ou vinculadas a serviços de esporte, será considerada entidade credenciada aquela que possuir certidão cadastral emitida que demonstre o cumprimento dos requisitos a que estão obrigadas as entidades esportivas beneficiadas com repasses de recursos públicos federais da administração direta e indireta e de valores provenientes de concursos de prognósticos e loterias.” (NR)
Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997		Art. 205. O art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 15:
Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:		“Art. 73.
..... § 14. Para efeito de cálculo da média prevista no inciso VII do caput deste artigo, os gastos serão reajustados pelo IPCA, aferido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a substituí-lo, a partir da data em que foram empenhados.	
		§ 15. Os recursos destinados a patrocínios esportivos ou culturais não são caracterizados

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

216

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
		como despesas de publicidade, nos termos do inciso VII do <i>caput</i> deste artigo.” (NR)
Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988		Art. 206. O art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar com as seguintes alterações, numerado o parágrafo único como § 1º:
Art. 6º Ficam isentos do imposto de renda os seguinte rendimentos percebidos por pessoas físicas:		“Art. 6º
..... XXIII - o valor recebido a título de vale-cultura.	
		XXIV – as premiações pagas ou creditadas a atletas e aos profissionais da área esportiva que integram sua equipe técnica, inclusive treinadores, no âmbito de competições esportivas promovidas pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB), pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), pelas entidades de administração do desporto, pelas ligas esportivas, pelo Comitê Brasileiro de Clubes (CBC), pelo Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP) ou por entidades internacionais de administração esportiva, em pecúnia ou sob a forma de bens e serviços, até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), observados os requisitos estabelecidos no regulamento.
Parágrafo único. O disposto no inciso XXII do caput deste artigo não se aplica aos prêmios		§ 1º

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

217

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
recebidos por meio de sorteios, em espécie, bens ou serviços, no âmbito dos referidos programas.		
		§ 2º Na hipótese do inciso XXIV do <i>caput</i> deste artigo, a tributação exclusiva na fonte referida no art. 14 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, e no art. 63 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, incidirá sobre a parcela da premiação que exceder a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
		§ 3º O valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) de que tratam o inciso XXIV do <i>caput</i> e o § 2º deste artigo será reajustado anualmente conforme a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulada nos 12 (doze) meses anteriores ao mês do reajuste.” (NR)
		CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
	Art. 202. Trimestralmente, a Caixa Econômica Federal apresentará balancete à Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania com o resultado da receita proveniente dos recursos de concursos de prognósticos e loterias repassados ao Fundesporte e demais beneficiados na área esportiva.	Art. 207. Trimestralmente, a Caixa Econômica Federal apresentará balancete ao órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte, com o resultado da receita proveniente dos recursos de concursos de loterias repassados ao Fundesporte e aos demais beneficiados na área esportiva.
	Parágrafo único. Os recursos de concursos de prognósticos destinados a organização esportiva privada na forma disposta na Lei nº 11.345, de 14	Parágrafo único. Os recursos de loteria destinados a organização esportiva privada nos termos da Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, ou de outras

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

218

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	de setembro de 2006, ou em outras normas federais, serão repassados a ela diretamente pela Caixa Econômica Federal e não comporão o Fundesporte.	normas federais, serão repassados a ela diretamente pela Caixa Econômica Federal e não comporão o Fundesporte.
	Art. 203. Os dirigentes, unidades ou órgãos de organizações esportivas, inscritas ou não no registro de comércio, não exercem função delegada pelo poder público, nem são consideradas autoridades públicas para os efeitos desta Lei.	Art. 208. Os dirigentes, as unidades ou os órgãos de organizações esportivas inscritas ou não no registro de comércio não exercem função delegada pelo poder público nem são considerados autoridades públicas para os efeitos desta Lei.
	Art. 204. As organizações esportivas transnacionais com sede permanente ou temporária no País receberão dos poderes públicos o mesmo tratamento dispensado às organizações esportivas nacionais.	Art. 209. As organizações esportivas transnacionais com sede permanente ou temporária no País receberão dos poderes públicos o mesmo tratamento dispensado às organizações esportivas nacionais.
	Art. 205. Será considerado como efetivo exercício, para todos os efeitos legais, o período em que o atleta servidor público civil ou militar, da Administração Pública direta, indireta, autárquica ou fundacional, estiver convocado para integrar representação nacional em treinamento ou competição esportiva no País ou no exterior.	Art. 210. Será considerado como efetivo exercício, para todos os efeitos legais, o período em que o atleta servidor público civil ou militar, da administração pública direta ou indireta, autárquica ou fundacional, estiver convocado para integrar representação nacional em treinamento ou em competição esportiva no País ou no exterior.
	§ 1º O período de convocação será definido pela organização esportiva de âmbito nacional que administra e regula a respectiva modalidade, cabendo a essa, ao COB ou ao CPB fazer a devida comunicação e solicitar ao órgão de origem do servidor civil ou militar a competente liberação do afastamento do atleta, árbitro ou assistente.	§ 1º O período de convocação de que trata o caput deste artigo será definido pela organização esportiva de âmbito nacional que administra e regula a respectiva modalidade, e caberá a ela, ao COB ou ao CPB fazer a devida comunicação e solicitar ao órgão de origem do servidor civil ou militar a liberação do afastamento do atleta, árbitro ou assistente.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

219

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	§ 2º O disposto neste artigo aplica-se, também, aos árbitros, treinadores, profissionais especializados e dirigentes, quando indispensáveis à composição da delegação.	§ 2º O disposto neste artigo aplica-se também aos árbitros, aos treinadores, aos profissionais especializados e aos dirigentes, quando indispensáveis à composição da delegação.
	Art. 206. Os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como as instituições de ensino superior, definirão normas específicas para verificação do rendimento e controle de frequência dos estudantes que integrarem representação esportiva nacional, de forma a harmonizar a atividade esportiva com os interesses relacionados ao aproveitamento e à promoção escolar.	Art. 211. Os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como as instituições de ensino superior, definirão normas específicas para verificação do rendimento e o controle de frequência dos estudantes que integrarem representação esportiva nacional, de forma a harmonizar a atividade esportiva com os interesses relacionados ao aproveitamento e à promoção escolar.
	Art. 207. É instituído o Dia Nacional do Esporte, a ser comemorado no dia 23 de junho, Dia Mundial do Esporte Olímpico.	Art. 212. Fica instituído o Dia Nacional do Esporte, a ser comemorado no dia 23 de junho, Dia Mundial do Esporte Olímpico.
	Art. 208. É vedado aos administradores e membros de conselho fiscal de organização que se dedique à prática esportiva o exercício de cargo ou função em organização esportiva que administre ou regule as modalidades praticadas pela primeira.	Art. 213. É vedado aos administradores e aos membros de conselho fiscal de organização que se dedica à prática esportiva o exercício de cargo ou função em organização esportiva que administra ou regula as modalidades praticadas por aquela organização.
	Art. 209. O atleta classificado como refugiado pelos órgãos competentes e que participe de competições esportivas será equiparado ao nacional, sem necessidade de que se submeta ao processo de concessão de autorização de trabalho.	Art. 214. O atleta classificado como refugiado pelos órgãos competentes e que participe de competições esportivas será equiparado ao nacional, sem necessidade de se submeter ao processo de concessão de autorização de trabalho.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

220

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	Art. 210. É permitida a alteração da destinação e do uso, assim como o parcelamento dos bens imóveis da organização esportiva, por decisão de sua assembleia geral.	Art. 215. É permitida a alteração da destinação e do uso, bem como o parcelamento dos bens imóveis da organização esportiva, por decisão de sua assembleia geral.
	Art. 211. Para todos os efeitos desta Lei, as ligas esportivas incluem-se no conceito de organização esportiva que administra e regula o esporte.	Art. 216. Para todos os efeitos desta Lei, incluem-se as ligas esportivas no conceito de organização esportiva que administra e regula o esporte.
	Art. 212. Os profissionais credenciados pelas associações de cronistas esportivos, quando em serviço, têm acesso a praças, estádios, arenas e ginásios esportivos em todo o território nacional, assegurando-se a eles ocupar, pelo menos, 80% (oitenta por cento) dos locais reservados à imprensa pelas respectivas organizações que administram e regulam a modalidade.	Art. 217. Os profissionais da imprensa esportiva, quando em serviço, têm acesso a praças, a estádios, a arenas e a ginásios esportivos em todo o território nacional, desde que devidamente credenciados pelas entidades organizadoras de cada competição, ou por quem ela designar, e fica assegurada a esses profissionais a ocupação de locais reservados à imprensa pelas respectivas organizações que administram e regulam a modalidade.
	Parágrafo único. Os demais credenciamentos deverão ser disponibilizados a profissionais do jornalismo esportivo que estejam vinculados a veículos de rádio, TV e jornalismo impresso e digital dedicados à comunicação esportiva.	
	Art. 213. O poder público poderá repassar recursos do Fundesporte a organizações esportivas de modo simplificado, por meio de termo assinado pelas partes e sem necessidade de prévio chamamento público, nos casos em que o projeto, atividade ou serviço objeto do convênio ou contrato de repasse já seja realizado adequadamente mediante parceria com a mesma organização esportiva há pelo menos	Art. 218. O poder público poderá repassar recursos do Fundesporte a organizações esportivas de modo simplificado, por meio de termo assinado pelas partes e sem necessidade de prévio chamamento público, nos casos em que o projeto, a atividade ou o serviço objeto do convênio ou contrato de repasse já tiver sido realizado adequadamente mediante parceria com a mesma organização esportiva há

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

221

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	5 (cinco) anos e cujas respectivas prestações de contas tenham sido devidamente aprovadas.	pelo menos 5 (cinco) anos e cujas respectivas prestações de contas tiverem sido devidamente aprovadas.
	Art. 216. A Sociedade Anônima do Futebol, regida pela Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021, aplica-se subsidiariamente, no que não for conflitante, esta Lei.	Art. 219. A Sociedade Anônima do Futebol é regida pela Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021, e aplica-se subsidiariamente esta Lei no que com aquela não for conflitante.
	Art. 214. O Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD), previsto na Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, continua obrigatório pelo prazo de 1 (um) ano após a entrada em vigor desta Lei.	Art. 220. O Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD) criado pela Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, continua obrigatório pelo prazo de 1 (um) ano após a vigência desta Lei.
	Art. 215. As organizações esportivas podem optar por manter a estrutura de justiça esportiva prevista no art. 49 e seguintes da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, pelo prazo de 1 (um) ano após a entrada em vigor desta Lei.	Art. 221. As organizações esportivas podem optar por manter a estrutura de justiça desportiva anteriormente prevista no art. 49 e seguintes da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, pelo prazo de 1 (um) ano após a vigência desta Lei.
	Art. 217. Revogam-se:	Art. 222. Ficam revogados:
	VI – a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993;	I – a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993;
	I – a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998;	II – a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998;
	II – a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003;	III – a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003;
	IV – a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004;	IV – a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004;
	III – a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006;	V – a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006; e
	V – a Lei nº 12.867, de 10 de outubro de 2013;	VI – a Lei nº 12.867, de 10 de outubro de 2013.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

222

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017	Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD)
	VII – o art. 4º da Lei nº 12.299, de 27 de julho de 2010, na parte que acrescenta os arts. 41-B, 41-C, 41-D, 41-E, 41-F e 41-G à Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003.	
	Art. 218. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	Art. 223. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

223

Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017 ANEXO		Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD) ANEXO	
Categoria de Atleta	Valor Base Mensal da Bolsa-Atleta	Categoria de Atleta	Valor Base Mensal da Bolsa-Atleta
Categoria Atleta de Base. Atletas de até 19 (dezenove) anos de idade com destaque nas categorias de base do esporte de alto rendimento, tendo obtido até a terceira colocação nas modalidades individuais de categorias e eventos previamente indicados pela organização nacional de administração e regulação da respectiva modalidade esportiva ou sido eleitos entre os 10 (dez) melhores atletas do ano anterior em cada modalidade coletiva, na categoria indicada pela respectiva organização, e que continuem treinando e participando de competições nacionais.	R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais)	Categoria atleta de base. Atletas de até 19 (dezenove) anos de idade com destaque nas categorias de base do esporte de alto rendimento, que tenham obtido até a terceira colocação nas modalidades individuais de categorias e de eventos previamente indicados pela respectiva organização nacional de administração e regulação da modalidade esportiva ou que tenham sido eleitos entre os 10 (dez) melhores atletas do ano anterior em cada modalidade coletiva, na categoria indicada pela respectiva organização, e que continuem treinando e participando de competições nacionais.	R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais)
Categoria Estudantil. Atletas de até 20 (vinte) anos de idade que tenham participado de eventos nacionais estudantis reconhecidos pelo Ministério da Cidadania, tendo obtido até a terceira colocação nas modalidades individuais ou sido eleitos entre os 6 (seis) melhores atletas em cada modalidade coletiva do referido evento, e que continuem treinando e participando de competições nacionais.	R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais)	Categoria estudantil. Atletas de até 20 (vinte) anos de idade, que tenham participado de eventos nacionais estudantis reconhecidos pelo órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte e obtido até a terceira colocação nas modalidades individuais ou que tenham sido eleitos entre os 6 (seis) melhores atletas em cada modalidade coletiva do referido evento e que continuem treinando e participando de competições nacionais.	R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais)

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

224

Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017 ANEXO		Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD) ANEXO	
Categoria Atleta Nacional. Atletas que tenham participado do evento máximo da temporada nacional, a ser indicado pelas confederações ou associações nacionais da respectiva modalidade, ou que integrem o ranking nacional da modalidade divulgado oficialmente pela organização nacional de administração da respectiva modalidade, tendo obtido, em ambas as situações, até a terceira colocação, e que continuem treinando e participando de competições nacionais.	R\$ 925,00 (novecentos e vinte e cinco reais)	Categoria atleta nacional. Atletas que tenham participado do evento máximo da temporada nacional ou que integrem o ranking nacional da modalidade divulgado oficialmente pela respectiva organização nacional de administração da modalidade, em ambas as situações, obtido até a terceira colocação, e que continuem treinando e participando de competições nacionais. Os eventos máximos serão indicados pelas respectivas confederações ou associações nacionais da modalidade.	R\$ 925,00 (novecentos e vinte e cinco reais)
Categoria Atleta Internacional. Atletas que tenham integrado a seleção brasileira de sua modalidade esportiva, representando o Brasil em campeonatos sul-americanos, pan-americanos ou mundiais reconhecidos pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB), pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), pela Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (CBDS) ou por entidade internacional de administração da modalidade, tendo obtido até a terceira colocação, e que continuem treinando e participando de competições internacionais.	R\$ 1.850,00 (mil, oitocentos e cinquenta reais)	Categoria atleta internacional. Atletas que tenham integrado a seleção brasileira de sua modalidade esportiva, representando o Brasil em campeonatos sul-americanos, pan-americanos ou mundiais reconhecidos pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB), pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), pela Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (CBDS) ou pela entidade internacional de administração da modalidade, obtido até a terceira colocação, e que continuem treinando e participando de competições internacionais.	R\$ 1.850,00 (mil oitocentos e cinquenta reais)
Categoria Atleta Olímpico, Paralímpico ou Surdolímpico. Atletas que tenham integrado as delegações olímpica, paralímpica ou surdolímpica brasileiras de sua modalidade esportiva, que continuem treinando e participando de competições internacionais e que cumpram critérios definidos pelo Ministério da Cidadania.	R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais)	Categoria atleta olímpico, paralímpico ou surdolímpico. Atletas que tenham integrado as delegações olímpica, paralímpica ou surdolímpica brasileiras de sua modalidade esportiva, que continuem treinando e participando de competições internacionais e cumpram critérios definidos pelo órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte.	R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais)

Quadro comparativo do PL nº 1.825, de 2022 (SCD ao PLS nº 68, de 2017) x PLS nº 68, de 2017

225

Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017 ANEXO		Projeto de Lei nº 1.825, de 2022 (SCD) ANEXO	
<p>Categoria Atleta Pódio. Atletas de modalidades olímpicas, paralímpicas e surdolímpicas individuais que estejam entre os 20 (vinte) melhores do mundo em sua prova, segundo ranqueamento oficial da entidade internacional de administração da modalidade, e que sejam indicados pelas organizações nacionais de administração e regulação da modalidade esportiva em conjunto, respectivamente, com o Comitê Olímpico do Brasil (COB), o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) ou a Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (CBDS) e com o Ministério da Cidadania.</p>	<p>Até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)</p>	<p>Categoria atleta pódio. Atletas de modalidades olímpicas, paralímpicas e surdolímpicas individuais que estejam entre os 20 (vinte) melhores do mundo em sua prova, segundo ranking oficial da entidade internacional de administração da modalidade, e que sejam indicados pelas respectivas organizações nacionais de administração e regulação da modalidade esportiva em conjunto, respectivamente, com o COB, o CPB, a CBDS e com o órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte.</p>	<p>Até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)</p>